POINTS

Jean
Flori

Guerre sainte, jihad, croisade

Violence et religion dans le christianisme et l'islam

HISTOIRE

ÍNDICE

O mesmo autor
Direitos autorais
Tabela de materiais
Introdução
Primeira Parte - Guerra e Cristianismo de Jesus a Carlos Magno - (séculos I-VIII)
- Capítulo 1 - A recusa da violência. Os cristãos e a guerra no Império Romano
  - Jesus
  - Os primeiros-ministros cristãos
  - A Igreja e a guerra no Império Païen
- Capítulo 2 - A guerra justificável. Guerra e Cristianismo no Império Cristão
  - Constantino e o Império Cristão
  - A Igreja e a guerra no Império Cristão
  - Santo Agostinho e a ideia de guerra justa
- Capítulo 3 - A adoção de guerreiros. O cristianismo dos bárbaros
  - Fim do Império no Ocidente
  - Clovis, campeão da Igreja
  - A “barbarização” da Igreja
  - O Machado Papaute-Pippinides
  - Charles Martel detém os árabes
  - Novo Papado e Nova Monarquia

Segunda Parte - Guerra e Islã de Maomé durante a Cruzada - (Séculos VIII e I)
- Capítulo 4 - O Islã e a guerra na época de Maomé
  - Maomé e a revelação corânica
  - Maomé e a Jihad
  - Maomé e a Guerra da Conquista
  - Conclusão
- Capítulo 5 - A doutrina da jihad no Alcorão e na tradição muçulmana
  - Evolução histórica da jihad
  - A noção de jihad no Alcorão
  - Jihad na Sunnah
  - Jihad na Síria: a vida do Profeta
  - Conclusão
- Capítulo 6 - Jihad e conquistas muçulmanas
  - Formação de um Império Árabe
  - Um império deslocado
  - Evolução da doutrina e prática da jihad

Jihad e tolerância
Capítulo 7 - Guerra ideológica. A imagem do islamismo no cristianismo
A controvérsia anti-muçulmana no Oriente
A imagem do Islão no Ocidente
A sacralização da reconquista espanhola
Dominação muçulmana e o fim dos tempos
Canções do Gesto e da Guerra Santa
Terceira parte - Valorização ideológica da guerra na sociedade feudal - (séculos VIII-XIX)
Capítulo 8 - A Guerra Meritória. Império, papado e invasões Paine
Os Carolíngios e o Papado: um ensaio conjunto
Carlos Magno e a “dilatação” do Império
As invasões “painianas” e a sacralização da guerra
Roma e os "Sarrasins" sob os Carolíngios
Capítulo 9 - A guerra santificada pela Igreja. Violência sagrada e paz de Deus na sociedade feudal
A paz de Deus
Origens e fins das assembleias de paz
Os Conselhos de Paz
A regulamentação eclesiástica da guerra
Os "milicianos da paz"
Capítulo 10 - A guerra sagrada para o céu. Santos guerreiros e santos guerreiros
Dos santos que lutam
A sacralização litúrgica dos defensores da Igreja
Dos guerreiros santificados
Capítulo 11 - A guerra santificada pelo Papa. Papado, reforma e “libertação da Igreja”
Uma “teologia da libertação”
Uma "guerra santa" pelo papado?
Quarta Parte - Da Guerra Santa à Cruzada - (Século XVII)
Capítulo 12 - A Guerra Santa. A reconquista cristã no Ocidente
A reconquista espanhola antes de 1050
Papado e reconquista após 1050
A reconquista cristã no Ocidente
Conclusão
Capítulo 13 - A Cruzada. A reconquista cristã no Oriente
Gregório VII e sua "cruzada"
Urbano II: Cruzada e Peregrinação
Capítulo 14 - Guerra santa, jihad, cruzada. A Cruzada, uma Jihad Cristã?
Politeísmo, monoteísmo e tolerância

A Cruzada, sobre a guerra santa
Por que um telefone com atraso?
Causas do sucesso popular da cruzada
Conclusão
Documentos - Coleção de textos sobre a guerra no cristianismo e no islamismo
1. A igreja primitiva e o serviço militar (no Oriente)
2. A Igreja e a profissão militar, em Roma
3. Reações de São Jerônimo à tomada de Roma por Alarico em 410
4. O batismo de Clóvis segundo Gregório de Tours
5. O apelo do artigo a Charles Martel
6. A falsa doação de Constantin
7. Maomé e a doutrina do martírio dos guerreiros
8. História e escatologia até 640
9. História e doutrina de Maomé segundo Teófano, o Confessor (versos 760-818)
10. Crítica à doutrina da jihad por um escritor árabe cristão (início do século IX)
11. Reconquista espanhola e profecias
12. O Anticristo e o Fim dos Tempos
13. Maomé, o Anticristo e a caricatura do Islã (a respeito da "estátua de Maomé")
14. Apelo de Leão IV aos guerreiros franceses em 847, diversas promessas espirituais
15. O sermão dos "milicianos da paz de Bourges" (1038)
16. Como um padre da Abadia de Conques conheceu a guerra santa
17. Os mártires de Civitate (1053)
18. Os "mártires" da Reforma Gregoriana
19. Raoul Glaber e os pequenos mártires morreram em combate
20. Urbain II, a reconquista e a cruzada
21. Caráter de guerra santa da conquista da Sicília pelos normandos, segundo Geoffroy Malaterra
22. Planos de Gregório VII para uma cruzada em 1074
23. Urbain II e a "cruzada"
24. A cruzada, durante a guerra santa e a peregrinação
25. O carisma dos pregadores populares. O exemplo de Pierre l'Ermite
26. A destruição de Saint-Sepulcre por al-Hakim, vista do Ocidente
27. Palavras encíclicas de Sérgio IV (1011)
28. Carta de Gerbert d'Aurillac (984): Jerusalém chama à terra seca
29. A codificação da jihad no milênio
30. Renascimento da jihad na Espanha por volta de 1085
31. Tratado de Damasco sobre a jihad (1105)
Cronologia

Bibliografia

O mesmo autor

Cavaleiros e cavalaria na Idade Média
Hachette, « Vida cotidiana », 1998, 2004 ;
« Pluriel », 2008, 2010

Pierre, o Eremita, e a Primeira Cruzada
1099
(Prêmio da Academia Francesa
« História e sociologia do ano 2000 »
Fayard, 1999

Ricardo Coração de Leão
O Rei Cavaleiro
Payot, « Biografia », 1999

A Guerra Santa
A formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão
Aubier, « Coleção Histórica », 2001, 2009

As Cruzadas
J.-P. Gisserot, 2001

O Islã e o Fim dos Tempos
A interpretação profética das invasões
Muçulmanos no cristianismo medieval
(Prêmio da Academia de Registro e Belas Artes 2010)
Seuil, « O Universo Histórico », 2007

Boêmio de Antioquia
Cavaleiro da Aventura
Payot, « Biografia », 2007

O Fim do Mundo na Idade Média
Terra ou esperança?
J.-P. Gisserot, 2008

As Cruzadas
O Cavaleiro Azul, « Ideias Recuperadas », 2010

A Cruz, a Tiara e a Lança
A Cruzada Confiscada
Payot, « História », 2010

Cronistas e propagandistas
Introdução crítica às fontes da primeira cruzada
Droz, «Estudos superiores medievais e modernos», 2010

Preserve a cruzada
Séculos XI - XIII ' comunicação e propaganda
Perrin, 2012

COLEÇÃO «PONTOS HISTÓRICOS»
FINANCIADA POR MICHEL WINOCK
DIRIGIDA POR RICHARD FIGUIER

Número de série : 978-2-02-128436-2

(ISBN 2-02-051632-2, 1 republicação)

© EDITIONS DU SEUIL, JUNHO DE 2002

www.seuil.com
Este trabalho foi publicado em parceria com o National Book Centre.

Avec le soutien du CNL Centre national du livre
www.centrenationaldulivre.fr

Este documento digital foi feito pela Nord Compo .

RESUMO

Cobertura

O mesmo autor

Direitos autorais

Tabela de materiais

Introdução

Primeira Parte - Guerra e Cristianismo de Jesus a Carlos Magno - (séculos I-VIII)

- Capítulo 1 - A recusa da violência. Os cristãos e a guerra no Império Romano
  - Jesus
  - Os primeiros-ministros cristãos
  - A Igreja e a guerra no Império Païen
- Capítulo 2 - A guerra justificável. Guerra e Cristianismo no Império Cristão
  - Constantino e o Império Cristão
  - A Igreja e a guerra no Império Cristão
  - Santo Agostinho e a ideia de guerra justa
- Capítulo 3 - A adoção de guerreiros. O cristianismo dos bárbaros
  - Fim do Império no Ocidente
  - Clovis, campeão da Igreja
  - A "barbarização" da Igreja
  - O Machado Papaute-Pippinides
  - Charles Martel detém os árabes
  - Novo Papado e Nova Monarquia

Segunda Parte - Guerra e Islã de Maomé durante a Cruzada - (Séculos VIII e I)

- Capítulo 4 - O Islã e a guerra na época de Maomé
  - Maomé e a revelação corânica
  - Maomé e a Jihad
  - Maomé e a Guerra da Conquista
  - Conclusão
- Capítulo 5 - A doutrina da jihad no Alcorão e na tradição muçulmana
  - Evolução histórica da jihad
  - A noção de jihad no Alcorão
  - Jihad na Sunnah
  - Jihad na Síria: a vida do Profeta
  - Conclusão
- Capítulo 6 - Jihad e conquistas muçulmanas
  - Formação de um Império Árabe
  - Um império deslocado
  - Evolução da doutrina e prática da jihad
  - Jihad e tolerância
- Capítulo 7 - Guerra ideológica. A imagem do islamismo no cristianismo
  - A controvérsia anti-muçulmana no Oriente
  - A imagem do Islão no Ocidente
  - A sacralização da reconquista espanhola
  - Dominação muçulmana e o fim dos tempos
  - Canções do Gesto e da Guerra Santa

Terceira parte - Valorização ideológica da guerra na sociedade feudal - (séculos VIII-XIX)

- Capítulo 8 - A Guerra Meritória. Império, papado e invasões Paine
  - Os Carolíngios e o Papado: um ensaio conjunto
  - Carlos Magno e a “dilatação” do Império
  - As invasões “painianas” e a sacralização da guerra

Roma e os "Sarrasins" sob os Carolíngios

Capítulo 9 - A guerra santificada pela Igreja. Violência sagrada e paz de Deus na sociedade feudal

A paz de Deus

Origens e fins das assembleias de paz

Os Conselhos de Paz

A regulamentação eclesiástica da guerra

Os "milicianos da paz"

Capítulo 10 - A guerra sagrada para o céu. Santos guerreiros e santos guerreiros

Dos santos que lutam

A sacralização litúrgica dos defensores da Igreja

Dos guerreiros santificados

Capítulo 11 - A guerra santificada pelo Papa. Papado, reforma e “libertação da Igreja”

Uma “teologia da libertação”

Uma "guerra santa" pelo papado?

Quarta Parte - Da Guerra Santa à Cruzada - (Século XVII)

Capítulo 12 - A Guerra Santa. A reconquista cristã no Ocidente

A reconquista espanhola antes de 1050

Papado e reconquista após 1050

A reconquista cristã no Ocidente

Conclusão

Capítulo 13 - A Cruzada. A reconquista cristã no Oriente

Gregório VII e sua "cruzada"

Urbano II: Cruzada e Peregrinação

Capítulo 14 - Guerra santa, jihad, cruzada. A Cruzada, uma Jihad Cristã?

Politeísmo, monoteísmo e tolerância

A Cruzada, sobre a guerra santa

Por que um telefone com atraso?

Causas do sucesso popular da cruzada

Conclusão

Documentos - Coleção de textos sobre a guerra no cristianismo e no islamismo

1. A igreja primitiva e o serviço militar (no Oriente)

2. A Igreja e a profissão militar, em Roma

3. Reações de São Jerônimo à tomada de Roma por Alarico em 410

4. O batismo de Clóvis segundo Gregório de Tours

5. O apelo do artigo a Charles Martel

6. A falsa doação de Constantin

7. Maomé e a doutrina do martírio dos guerreiros

8. História e escatologia até 640

9. História e doutrina de Maomé segundo Teófano, o Confessor (versos 760-818)

10. Crítica à doutrina da jihad por um escritor árabe cristão (início do século IX)

11. Reconquista espanhola e profecias

12. O Anticristo e o Fim dos Tempos

13. Maomé, o Anticristo e a caricatura do Islã (a respeito da "estátua de Maomé")

14. Apelo de Leão IV aos guerreiros franceses em 847, diversas promessas espirituais

15. O sermão dos "milicianos da paz de Bourges" (1038)

16. Como um padre da Abadia de Conques conheceu a guerra santa

17. Os mártires de Civitate (1053)

18. Os "mártires" da Reforma Gregoriana

19. Raoul Glaber e os pequenos mártires morreram em combate

20. Urbain II, a reconquista e a cruzada

21. Caráter de guerra santa da conquista da Sicília pelos normandos, segundo Geoffroy Malaterra

22. Planos de Gregório VII para uma cruzada em 1074

23. Urbain II e a "cruzada"

24. A cruzada, durante a guerra santa e a peregrinação

25. O carisma dos pregadores populares. O exemplo de Pierre l'Ermite

26. A destruição de Saint-Sepulcre por al-Hakim, vista do Ocidente

27. Palavras encíclicas de Sérgio IV (1011)

28. Carta de Gerbert d'Aurillac (984): Jerusalém chama à terra seca

29. A codificação da jihad no milênio

30. Renascimento da jihad na Espanha por volta de 1085

31. Tratado de Damasco sobre a jihad (1105)

Cronologia

Bibliografia

Introdução

O cristianismo pregado por Jesus se apresenta desde suas origens como uma religião de paz, rejeitando e condenando o uso da violência e das armas.

No final do século XI, enquanto o Papa Urbano II se aproximava da cruzada, uma expedição de guerra santa ordenou aos cavaleiros cristãos que recolhessem seus pecados, destinada a reconquistar à força o Santo Sepulcro de Jerusalém, que caiu quatro séculos e meio ainda entre os muçulmanos. Diz-se que a atitude da Igreja Cristã em relação à guerra, ao longo destes onze séculos, sofreu uma evolução muito profunda, uma mudança muito radical, o que tornaria ainda mais difícil falar de propostas de revolução doutrinária.

Ao contrário do cristianismo, o islamismo não é comparável ao buleverse. Essa diferença fundamental surge da atitude radicalmente diferente dos dois fundadores da religião em relação ao uso da violência e da força armada. Desde a sua origem, Maomé (que aqui adotou esta grafia fautiva por ser a mesma dos textos ocidentais, até o final da Idade Média, designava o profeta do islamismo) não repudia o uso da violência e aceita a guerra santa (*jihad*). Os seus sucessores alargam este aspecto e tendem para o campo de aplicação: as conquistas árabes dos séculos VIII e IX, realizadas em detrimento do Império Romano ou dos reinos cristãos que lhe sucederam, baseiam-se no nome do mundo muçulmano, o que não exclui de modo algum, sem o saber, uma certa é uma forma de tolerância em relação às "religiões do livro" nos territórios conquistados pelo islamismo.

Este confronto armado do cristianismo com o islamismo certamente não é a única causa da evolução da Igreja em direção à guerra. A jihad não foi, para seu próprio crédito, uma guerra santa: essa evolução começou bem antes do surgimento do islamismo, no início do século IV, desde a época do imperador Constantino, quando o Império Romano se tornou cristão " de cabeça" e não conseguiu defendê-lo contra os invasores bárbaros que há muito ameaçavam as fronteiras. A guerra defensiva é, portanto, justificada por teólogos e moralistas, sem ser autossantificada. A sacralização da guerra, contudo, foi grandemente amplificada durante as invasões normandas e, sobretudo, pelos muçulmanos, tanto no Oriente como no Ocidente, onde a resistência das populações cristãs (em Espanha em particular) foi por vezes colorida por matizes proféticos e pela esperança de intervenções celestiais.

Entretanto, a expulsão do papado e o envolvimento da Igreja na sociedade feudal trazem novos elementos de sacralidade ao uso da violência armada quando esta se destina à defesa da Igreja, do seu povo e dos seus bens terrenos. Os santos padroeiros dos mosteiros às vezes dão o exemplo, e ainda mais os santos militares, que intervêm nas batalhas necessárias contra as "nações" ou assimiladas, normandos, húngaros e árabes-berberes. A *reconquista espanhola* e a luta pelo papado gregoriano levaram à guerra pela "boa causa" de suas características de guerra santa.

A ideia da cruzada começou, no final do século XI, quando a perspectiva de uma nova invasão muçulmana parecia ameaçar o mundo cristão, no Oriente com os turcos, na Espanha com os almorávidas. A voz dos lavradores abraça novamente este berço e parte para reconquistar as terras perdidas, até o túmulo de Cristo.

Durante este tempo, no império islâmico criado pelos conquistadores de Alá, uma civilização brilhante está se desenvolvendo e fascinante, que, embora adote plenamente o conceito de guerra santa, pratica dentro de suas fronteiras e sob suas leis uma "tolerância" muito grande para com as religiões monoteístas. O imperialismo árabe-muçulmano, sua dominação militar, política, cultural e econômica, lhe confere preeminência e desenvolve entre seus habitantes, como em todos os casos de imperialismo, uma atitude de, de fato, um complexo de superioridade. As deficiências militares aumentaram durante a era das cruzadas e o declínio geral que afetou o mundo muçulmano desde então deixou seus habitantes com um sentimento duradouro de medo e rancor. O sucesso relatado hoje entre as massas muçulmanas pelos movimentos islâmicos radicais com tendências terroristas é alimentado, pelo menos, por esses rancores.

Por meio dessas ações, conhecidas há muito tempo, mas frequentemente negligenciadas ou mal compreendidas, este livro busca descrever a evolução das ideias, mentalidades e atitudes de duas religiões em relação à guerra, o nascimento da ideia de guerra santa no Ocidente, sua interação com a ideia de *jihad* no islamismo que ela enfrenta, até o chamado à cruzada, é o surgimento dramático de uma evolução milenar. Uma evolução que, dentro do cristianismo, levou à elaboração de uma doutrina de guerra santa unida a muitos traços da *jihad islâmica* . As duas religiões atingiram um nível semelhante de sacralização da guerra nesta época (final do século XI). A cruzada marca, portanto, o fim da abertura atual. Deixo aos historiadores dos tempos modernos e contemporâneos o desejo de descrever como o cristianismo e o islamismo, desde então, evoluíram em direções muito divergentes.

Apesar desses acontecimentos, o poder do passado medieval diminuiu muito no mundo ocidental, mas certamente ainda mais no mundo muçulmano. Isto é uma distorção e uma fonte de mal-entendidos entre os dois mundos. A secularização progressiva do mundo A cultura judaico-cristã ocidental, que se acelerou por mais de um século, de fato transformou profundamente as mentalidades, particularmente aquelas relativas ao próprio conceito de guerra santa. Somente este conceito revela algum efeito mais favorável na psicologia comum do homem ocidental, mas desperta uma reação de repulsa. Ela evoca uma era revolucionária, uma obscuridade voluntária descrita como "medieval", já que esse conceito foi forjado na era que é considerada, no Ocidente, um dos "séculos sombrios". A ideia de uma guerra santa é, portanto, hoje tênue por uma incongruência irreconciliável, uma bizarrice retrógrada, uma abominação anacrônica. Não está presente nem mesmo nos países muçulmanos, exceto, pelo menos, do lado muito "ocidentalizado" de seus líderes ou

de uma parte de suas elites intelectuais formadas no Ocidente. Nesses países, de fato, a "revolução cultural secular" não existe mais. E permanece, para alguns, uma nostalgia difusa pela grandeza do passado. Ou essa grandeza, precisamente, está situada ao mesmo tempo que a nossa "Idade Média" ocidental, a idade de ouro do mundo muçulmano. Numa época em que, movido pelo inimigo e pelo ardor de seus guerreiros, o islamismo se lançou para conquistar o mundo em nome da *jihad* e fundou uma civilização brilhante e dominante, na qual os muçulmanos ainda hoje mantêm força e arrependimento. Ele tenta, em grande parte, associar ambos os fenômenos ou, pelo menos, não rejeitar completamente o conceito de guerra santa, o que contribuiu para possibilitar sua realização. Um conceito fortemente inscrito na tradição muçulmana desde suas origens corânicas.

Este guerreiro *da jihad* , os muçulmanos "modernistas", está tentando escapar da espiritualização e da "desmilitarização". Force pode confirmar hoje que o encontro, em sua forma mais radical, em países muçulmanos, é um eco de vasto alcance. A propaganda islâmica está sendo apoiada e nutrida, embora seja errado dizer que é uma percepção que a mente pode ter espontaneamente. Comunidade muçulmana talité. Se for verdade, como foi anunciado recentemente, que os terroristas islâmicos do nosso tempo são inspirados pelas ideologias revolucionárias do século XX , eles pelo menos alegarão ter uma *jihad original* e buscarão assassinar os herdeiros dos grandes heróis da *jihad medieval* . Isto não é uma brincadeira nem um ato inocente.

Portanto, não é inútil, para melhor compreender o nosso tempo, recorrer às raízes das ideologias da guerra santa, para que possamos colher os frutos venenosos de hoje.

PRIMEIRA PARTE

GUERRA E CRISTIANISMO DE JESUS A CARLOMAGNO

(Século I - VIII)

CAPÍTULO 1

A recusa da violência
Os cristãos e a guerra no Império Romano

Poucas religiões, em sua forma original, também foram refratárias à violência e à guerra que o cristianismo tem. A atitude do fundador, Jesus de Nazaré, é a dos primeiros cristãos e a expressão doutrinária da Igreja antiga está presente.

Jesus

Embora baseada na revelação anterior da Bíblia Hebraica, que aceita a ideia de violência sagrada e guerra santa quando esta era fraca para ser diretamente inspirada ou comandada por Deus para seu povo (*cf.* as "guerras da Terra"), a mensagem de Jesus era radicalmente pacífica, centrada no amor de Deus e no futuro. Provavelmente porque a pregação de Jesus é especificamente revolucionária e pode assumir uma dimensão universal e internacional, ao contrário da religião hebraica, que basicamente se torna nacional ou étnica.

O “Sermão da Montanha” é a quintessência: embora represente integralmente os preceitos da lei prescritos por Moisés e pelos profetas, Jesus interpreta-os num sentido absoluto e radical que, em vez de abolir a lei antiga, estende a lei ao contrário: ele coloca de facto o poder da razão, não só no acto cumprido, mas também na então "premeditação" não tem nenhum efeito. O cristianismo é, pela primeira vez, uma “moral da intenção”, revelando assim o papel da consciência individual.

Assim, para o que nos concerne, Jesus propõe com força este “mandamento novo”: não só deve morrer, mas também deve proibir a ira e o ódio, que levam ao confronto e à violência (Mateus 5, 21-25). A antiga lei da retaliação, "ele por ele e dente por dente", é assim superada pela lei do amor do pró-cabo, implicando a não-violência como total:

« Vocês aprenderam que ele dizia: Óleo por óleo, e dente por dente. Mas eu vos digo que não deveis resistir ao trapaceiro. Se alguém lhe bater na direita, dê-lhe também a outra. » (Mateus 5, 38-39)

Essa atitude de recusa total à violência, expressa de forma deliberadamente provocativa em sua própria formulação, é muito mais significativa do que se expressa em um contexto particularmente difícil, mas propício à raiva: desde então, os romanos vêm engolfando a Palestina e as terras de Judá e Israel sob ocupação estrangeira, que também é um país considerado "impuro", intolerável para qualquer crente patriota. Os “integristas” do momento, os zelotes, estão preparando a resistência, recusando qualquer contato com o odiado ocupante, fomentando revoltas e incentivando ações terroristas. O pequeno povo religioso fanático e voluntário está voluntariamente se inclinando para o discurso incendiário desses "resistentes" que clamam pela libertação da Palestina e tendem a perseguir as autoridades religiosas, que estão desempenhando um papel muito conciliador em relação aos "colaboradores" voluntários ocupantes e imponentes.

Em Roma, a Judeia era considerada, naquela época, uma "província ingovernável" devido ao clima permanente de insurreição que reinava nela. Contabilizámos neste período, logo no início da era cristã, três revoltas notáveis armados, despertados por sentimentos nacionalistas e religiosos inextricavelmente entrelaçados nos corações dos

judeus da época. Eles foram liderados, portanto, pelas guerras de independência rudemente reprimidas, por exemplo, pela expedição de Tito em 70, marcada pela captura de Jerusalém e a destruição do Templo, mais tarde pelo "suicídio coletivo" dos resistentes entrincheirados na fortaleza de Massada, finalmente pela expulsão de todos os judeus da Palestina e a destruição de Jerusalém após a eclosão da revolta, em 135: o próprio nome de Jerusalém foi oficialmente removido, substituído por *Aelia Capitolina* .

A mensagem de Jesus, neste contexto deixada extremamente tênue, assume, portanto, valor exemplar. Ou Jesus também abrange o inimigo exaltado, o romano, no apelo ao "meu próximo". Ele até enfatizou a não violência em um caso específico que era particularmente irritante para os judeus da época: a "requisição de carruagem" praticada por soldados romanos, autorizados a exigir a ajuda de um judeu para carregar sua bagagem por uma certa distância, até uma milha romana. Ou então, Jesus não hesita em dizer, de forma provocativa: “Se alguém te obrigar a fazer mil, faze com ele dois” (Mateus 5:41).

Essa atitude de não violência total é aquela que compreende bem os adversários e não contribui para melhorar a reputação entre o próprio povo. Não é nada popular, muito menos demagógico, mas resulta de uma nova concepção da noção do amor de Deus levando o amor ao próximo ao sentido muito amplo do termo. À antiga oposição “povo de Deus” de um lado, “o resto do mundo é hostil” de outro, Jesus substitui a lei do amor universal que abole as fronteiras e os antagonismos políticos, sociais ou raciais:

« Você explicou que ele disse: Você quer o seu próximo e terá o seu inimigo. Mas eu lhes digo: amem os seus inimigos, abençoem aqueles que os deixam doentes, façam o bem àqueles que os deixam doentes e recompensem aqueles que os deixam doentes. traidor e que te persegue, de modo que és filho do teu Pai que está no cego […]. » (Mateus 5, 43-45)

Àqueles que, para se meterem em dificuldades diante das autoridades religiosas e do povo, lhe exigem qual dos mandamentos (do Decálogo transmitido por Moisés) é o mais importante, ele dá esta resposta que, ao libertar o espírito e o sentido profundo: o amor a Deus e o amor ao futuro, resumem toda a Revelação.

"Ame o Senhor, seu Deus, de todo o seu coração, de todo o seu amor e de todos os seus pensamentos. Este é o primeiro e maior mandamento. E aqui está o segundo, *que se parece com ele* : Você quer estar tão perto quanto você. A lei e os profetas dependem inteiramente desses dois mandamentos. » (Mateus 22, 37-40)

Ele não faz nada além de afirmações teóricas expressas em forma de parábolas: em seus ensinamentos como em seus atos, Jesus sempre se conforma a esses princípios fundamentais, excluindo todo recurso à violência e banindo todo sentimento de preconceito, racismo, clanismo ou xenofobia.

Assim, o círculo de personagens excluídos pela sociedade jovem e sensata: indigentes, publicanos, prostitutas, cobradores de impostos, etc. ; ele se entretém com teologia com

uma mulher samaritana, duplamente presa pelos juízes da época – como mulher e como samaritana –, e deixa-se levar; ele dá, por exemplo, o comportamento generoso, altruísta e atencioso do “bom samaritano”, pertencente a um povo preocupado; ele trouxe uma mulher cananeia (palestina) e o servo de um oficial da tropa de ocupação romana, etc. Todas essas ações foram chocantes aos olhos das pessoas mais interessadas da época e até mesmo da maioria das pessoas comuns "bem-intencionadas" da época. Ao nos comportarmos como nas palavras de Jesus, não encontramos exclusão, nem barreiras étnicas, raciais ou sociais.

Quanto à não-violência de Jesus, ele está vinculado à sua recusa radical de todo envolvimento político, é também inteiramente manifesto: é precisamente esta atitude intransigente em relação a este plano que ele esteve prestes a ser abandonado pela falta que o despejaria, poucas horas depois, ainda com entusiasmo pela sua entrada em Jerusalém, no dia dos "Rameaux". À medida que a Páscoa se aproximava, essas pessoas se escondiam sob suas roupas ou galhos e gritavam "Hosana!" Beni é o reino que vem, o reino de Davi, nosso Pai. »

O significado desta casa triunfante é claro: a culpa dos Pelersins, judeus piedosos e patriotas que vêm a Jerusalém é às vezes muito fraca, da solitária "diáspora" da Europa e da África, mesmo que as regiões em retirada do país estejam esperando por um Messias que, levantado por Deus, se colocaria à frente dos judeus e receberia o aplauso das legiões celestiais para enviar os romanos da terra de Israel, estabelecendo assim abaixo deste reino de Deus, este estado diretamente teocrático ao qual todos os cristãos de Israel aspiram.

Ó Jesus, da sua parte, recuse-se completamente a adorar a Deus e à política. Ele já havia partido bem antes de sua entrada em Jerusalém, enquanto suas palavras e milagres eram reunidos ao seu redor por imensos males, que desejavam ver nele não apenas o Salvador do mundo, mas o Messias de Israel que os esperava. Sua reação, então, os deixou com lágrimas: ele estava de fato se retirando sozinho na montanha:

“Essas pessoas, vendo o milagre que Jesus realizou, disseram: “Ele é verdadeiramente o profeta que havia de vir ao mundo.” E Jesus, sabendo que eles deveriam vir em seu socorro para fazê-lo rei, retirou-se novamente para a montanha, sozinho. » (João 6, 14-15)

Todas essas pessoas piedosas, esses patriotas religiosos, prontos a segui-lo enquanto Messias ou senhor da guerra enviado por Deus, tinham um medo terrível das coisas novas quando Jesus, seguindo-o por esse enorme mal, depois de ter sido caçado com autoridade – mas sem violência – pelos mercadores do Templo (foi o suficiente para fazer voltar atrás suas mesas de troco). dinheiro e dispersar os animais vendidos para o sacrifício), não dá mais importância à sua vantagem e não tenta nem um golpe de força nem um golpe de estado: não marcha sobre a fortaleza Antônia, bem próxima, onde a guarnição romana foi equilibrada em muito pouco tempo por esta loucura fanática e segura do apoio divino. Pelo

contrário, ele se retirou sozinho para uma pequena aldeia nas redondezas, em Betânia, para passar a noite. Desapontamento. Mal-entendido. Rancor.

Essa "ocasião perdida" desorientou o mundo inteiro e tentou desorientar seus discípulos. Ele provavelmente colocou um deles, Judas, para tomar uma iniciativa que sem dúvida é mal interpretada pelos próprios discípulos. Ele tentou contradizer o Mestre, apesar de sua posição: na prisão de Jesus no Jardim do Getsêmani, onde ele orava secretamente, Judas provavelmente pensou que Jesus seria contrariado, desta vez, de se revelar, de tentar manifestar finalmente o poder divino que lhe é atribuído como mensageiro ou filho de Deus, "o Filho do Senhor".

Ou, ao contrário, Jesus se deixa render sem se opor ao momento de resistência. Bem feito, ou então ainda estará: a Pedro, que havia largado uma lança e estava prestes a se atirar para defender seu mestre, com o ouvido de um chamado Malco, servo do soberano sacrificial, Jesus ordenou que imediatamente colocasse a lança em sua mão, para reconhecer toda violência, em termos muito severos para ele como para todos aqueles que sofreriam no futuro com a violência armada:

« Ele retorna seu espírito para aquele lugar; pois todos os que enfrentam a tempestade perecerão pela tempestade. Você acha que não posso invocar meu Pai, que instantaneamente me daria mais de duas legiões de anjos? » (Mateus 26, 52-53)

A desilusão do amor explica seu arrependimento brutal e odioso daquele Jesus que tanto os enganou. Na época do feriado da Páscoa, o governador tentou recompensar um condenado; Pilatos deixou-lhe a escolha entre Jesus, "o rei dos judeus", e Barrabás. A falta sobre a qual ele falou clamou a Barrabás, libertando assim Jesus da morte.

A desvantagem desses partidários recentes diante de uma atitude também incompreensível aos seus olhos é que eles são ainda mais afetados pelo fato de serem seus melhores discípulos, e isso inclui seus mais próximos, os Apóstolos. Eles são desamparados, deprimidos e amados. Os textos são muito claros sobre esse assunto: “Então todos os discípulos o abandonaram e o deixaram”, apontando para os Evangelhos (Mateus 26:56). Desorientados, os discípulos só conseguiam pensar diante desse fato incompreensível: que Jesus, cuja presença lhe é imediatamente aparente – ao mesmo tempo em que desafia o avanço, durante a última refeição (a Ceia), dos primeiros lugares do reino que ele pensava estabelecer – ainda se deteria, insultaria e condenaria a si mesmo nessas paródias de jogos que se apresentam diante do soberano sacrificial, desde antes de Pilatos. Pierre, tendo se tornado um dos mais fortes, completamente desestabilizado, jura que nem conhecerá Jesus. Alguns de nós assistimos lá de baixo, aleijados, sem riso nem compreensão, à flagelação de Jesus, depois à sua crucificação. Até o último momento, sem medo, eles esperam que ele desça da cruz, pelo poder de Deus. Eles não entendem sem medo, neste momento, as últimas palavras de Jesus na cruz, uma primeira para aqueles que o cobrem no madeiro: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem qual é a fonte” (Lucas 23:34).

Não podemos encontrar uma ilustração mais radical nos fatos da doutrina não violenta de Jesus, uma doutrina ensinada e vivida até a morte.

A dimensão política e escatológica deste ataque ao jogo sujo se manifesta através das reações das várias partes presentes. Os romanos condenam Jesus como um agitador rebelde contra o Estado, porque sabem bem que os patriotas esperam um Messias guerreiro, um "rei dos judeus", como ele próprio é. O mal que seus partidários esperam que o ataque, porque ele se distrai com tristeza, ressentimento e medo quando acontece que ele não se comporta de forma alguma como um guerreiro, mas como um profeta da paz, pregando o amor e a não violência.

Antes mesmo de ser preso, Jesus anunciou a muitas pessoas que o reino não é deste mundo, que ele não vem para o rei, mas para o humilde servo de Deus, que ele será preso e crucificado. Resumindo: os próprios discípulos têm mil maneiras de entender sua missão. Para eles, assim como para todos os seus seguidores, Jesus tomará o poder. Todas essas advertências são verdadeiras, pois os discípulos não estão preparados para entendê-las, muito menos para aceitá-las. O evangelista Lucas observa sem rodeios:

« Mas eles não entendem nada sobre isso; Esta era para eles uma linguagem oculta, cujas palavras não faziam sentido. » (Lucas 18, 34)

"Eles ouviram essas coisas, e Jesus contou uma parábola, porque estava perto de Jerusalém, e eles creram que naquele momento o Reino de Deus estava ali." » (Lucas 19, 11)

De acordo com os Evangelhos, Jesus morreu na sexta-feira à noite e ressuscitou na manhã de domingo, o primeiro dia da semana. Ele se aproxima das mulheres na véspera do Bom Dia, após o descanso legal do sábado, com seu túmulo enterrado na rocha, para enganar seu corpo. Eles dizem constantemente, como Jean e Pierre disseram depois deles, que o túmulo ainda está vivo. Eles agora anunciam isso aos discípulos derrotados. Mas os discípulos, tomados pela raiva, são novamente atingidos pela imensa decepção e não conseguem acreditar na notícia: "Eles têm esses discursos por fantasia, e não conhecem essas mulheres", segundo os textos (Lucas 24:11). Os “Pèlerins de Emaús” vivem muito claramente este estado de espírito dos discípulos: a morte de Jesus representa naquele momento o fim definitivo da sua esperança, isto é, a libertação de Israel da ocupação hostil. Eles dizem o seguinte:

“Esperamos que seja ele quem libertará Israel; mas com tudo isso, aqui está o terceiro dia em que essas coisas aconteceram. » (Lucas 24, 21)

Porém, alguns dias depois, esses mesmos discípulos, desanimados, desanimados e estressados, se encontram triunfantes: Eles anunciam em todos os lugares o Evangelho ("a boa nova"): Jesus ressuscitou, afirmam-nos, morreu, está assistido à direita de Deus e voltará no fim dos tempos para julgar os vivos e os mortos, abrindo com sua vitória o reino de Deus a todos os que o cruzarem.

Essa metamorfose tão incompreensível só pode ser explicada por um fenômeno em que o coaxar e o não coaxar divergem obviamente. Para os fiéis, Jesus ressuscitou. Para o ateu, o cético ou o agnóstico, os cristãos são cruéis, dispostos a acreditar ou crer que é assim.

A história deve ter uma abordagem mais razoável e mais "aberta". Ele deve ter cuidado para não submeter suas próprias convicções a uma análise rigorosa dos acontecimentos e à busca de suas possíveis interpretações.

Para o historiador, uma coisa é menos certa: a mutação repentina que, então, ocorre no espírito dos discípulos e se traduz em sua atitude. A ameaça de uma revolta terrestre foi estabelecida pela força das armas, com a ajuda das legiões celestes, de repente abriu caminho para elas, para uma nova esperança: a de uma revolta de Deus que não é deste mundo, que nele entrou pela força e não pela força.

A mutação está muito presente, mas depois da morte de Jesus: os Apóstolos não assistem mais, nem podem mais assistir, a um Messias guerreiro conquistador, expulsando da Terra Santa o ocupante romano; Eles aguardam ansiosamente a vinda de outro reino de Deus, que esperam de um futuro próximo, de outro reino de Deus vindo do céu: ele se abrirá durante o retorno triunfante de Cristo, inaugurando o tempo do julgamento final, que recompensará os fiéis com a vida eterna neste reino de Deus, e nunca deixará de surpreender os mercenários, que nunca irão embora. A segunda Epístola de Pedro expressa esta esperança:

«Mas nós, segundo a sua promessa, aguardamos novos céus e uma nova terra, onde habita a justiça. » (II Pedro 3, 13)

Essa nova esperança fortalece ainda mais a atitude pacifista dos cristãos, não apenas pela imitação de Cristo, mas também pela coerência ideológica. Eles devem conquistar o reino celestial protegendo-o, o que seria feito ao preço de suas vidas terrenas. Por outro lado, coloque sua vida em risco para preservar as vantagens ou mesmo sua vida neste mundo que lhe parece sem interesse.

Os primeiros-ministros cristãos

Os primeiros cristãos, então, não estavam interessados nos efeitos das leis deste mundo. A religião cristã pode ainda mais facilmente assumir uma dimensão universal e supranacional, como todas as religiões de saúde. A saúde eterna, de fato, não é adquirida por pertencer a uma raça ou nação, mas somente por meio dela em Jesus Cristo, o salvador dos homens.

É por isso que os Apóstolos, Pedro de Abord, depois Paulo e os outros discípulos, se voltam deliberadamente para os "países" que também os convidam a partir e à sua saúde, para grande escândalo das autoridades religiosas judaicas. Bem, os cristãos, todos eles desde o início da pregação do cristianismo, tornaram-se principalmente países antigos convertidos. A atitude deles em relação ao Estado remonta à cela de Jesus. Para eles, a história cristã é radicalmente "outra" por natureza. A esperança deles está no céu, e não na terra. É por isso que eles são indiferentes aos poderosos deste mundo, aos governos, às ideologias políticas.

Indiferente ao Estado, mas nem hostil nem servil. O apóstolo Paulo traça claramente o caminho a seguir: o cristão se dirige a um cidadão cego, um fiel de Deus. No momento, ele vive nesta terra, na presença de um "fim dos tempos", o que para ele não significa que o "fim do mundo" seja como uma aniquilação, um evento a ser superado, mas sim o fim deste mundo. miséria, e exceto pelo início de outro tempo de bondade e felicidade sem fim, o início de um novo mundo que será estabelecido durante o retorno de Cristo: a "Nova Jerusalém".

Para conduzir-se sem reprovação em sua vida presente, o cristão contribui justamente para “odiar” aquele momento em que Cristo retornará para estabelecer definitivamente o império da paz. Desinteressado dos negócios deste mundo, o cristão deve, portanto, comportar-se de maneira exemplar, digna e justa, obedecendo às leis do Estado, que são indispensáveis a toda a sociedade, pois estão em todos os estabelecimentos para regular a paz, a ordem e a justiça, como o fazem os sábios dos Apóstolos.

O cristão esforça-se, assim, por ser um bom cidadão, obediente à lei do Império e fiel ao Imperador, uma nação fiel, garante da ordem, da paz e da justiça. O cristianismo original não conduz à anarquia ou à revolta, mas à submissão às autoridades legais, aos magistrados, onde a função do príncipe é a vontade de Deus, como afirma o apóstolo Paulo: "Você quer abrir mão de autoridade?" Você se sai bem e suas auras são aprovadas. O magistrado é servo de Deus para o seu bem [...]. É preciso, portanto, ter medo, não só do castigo, mas principalmente da consciência. » (Romanos 13, 3-5)

Obedeça ao Estado, agora! mas dentro de que limites? Essa obediência não é humilde nem incondicional: ela vem da obediência daqueles que adoram a Deus, o único que é

primeiro e absoluto. O cristão, portanto, confiará na lei do Estado por fidelidade a Deus, e não por fidelidade ao Imperador como chefe de Estado, mas sim como representante na terra de alguma autoridade divina, como o cristão de cada vez mais países. Ele estará sujeito à condição, é claro, de que suas leis não contradigam a lei de Deus e que o Imperador, por exemplo, não contradiga os cristãos para se tornarem infiéis ao soberano dos céus.

Neste caso, diante de duas obrigações contrárias, o cristão deve escolher a fidelidade a Deus. O príncipe é assim estabelecido com muito cuidado por seus seguidores Pierre e Jean. Presos por pregarem a ressurreição de Cristo, eles serão impedidos de tentar espalhar essa mensagem. A resposta deles é imediata: “Se for justo, juiz, diante de Deus, você será mais do que Deus […]” (Atos 4:19). Presos pouco depois pelos mesmos motivos, eles se justificam novamente invocando a mesma regra de conduta: “É preciso obedecer mais a Deus do que aos homens” (Atos 5:29). Nenhuma resistência violenta, menos armada ainda, é dirigida. Antes mesmo das perseguições anteriores e anunciadas, o príncipe proposto por Jesus disse: “Quando eu vos perseguir numa cidade, fugi para outra […]” (Mateus 10, 23).

A conduta dos cristãos, desapegados, será determinada por estes dois princípios: obediência às leis justas do Estado, mas recusa categórica de obediência, por fidelidade a elas, quando essas leis forem contrárias à lei divina e aos ensinamentos de Jesus.

Ou então, inúmeras ocasiões de conflito surgirão em breve durante este período. Os dois princípios dizem respeito à atitude que se deve adotar em relação aos "ídolos" em geral - e ao imperador em particular - e ainda mais em relação à guerra.

A Igreja e a guerra no Império Païen

Na época da Igreja primitiva, o serviço militar não era obrigatório para todos. O exército romano é um exército artesanal, e somente os soldados que lutam bem e são engajados fazem parte dele. Mas o soldado faz um testemunho de fidelidade ao Império e ao imperador, e pode ameaçar matar outros homens. Ou então, a Igreja primitiva é proibida de jurar e matar; Ela é, portanto, por estas duas razões, hostil a ser vice-oficial militar. Essa hostilidade é reforçada quando o culto imperial é amplificado e a atitude servil em relação ao imperador, pronto para o recrutamento, é coberta com formas de idolatria.

Certamente, todos os teólogos e historiadores da alma, nem João Batista nem Jesus repeliram os soldados: um centurião (Corneille) converteu-se ainda mais ao cristianismo com toda a sua família, antes mesmo da redação dos primeiros escritos cristãos. Mas se um soldado pode de fato se tornar cristão, então ele geralmente é proibido de se juntar ao exército por um cristão ou por um catecismo. A distinção é importante. No terceiro e último século, os maiores pensadores cristãos falaram de Tertuliano, com origem no mundo grego, no mundo latino.

No Ocidente, por exemplo, Tertuliano (c. 160-230) afirma a incompatibilidade da lei do cristianismo e do serviço no exército romano; Não podemos servir a dois senhores, Deus e o Diabo! O soldado carrega a lança que Jesus proibiu em suas têmporas (*Da Coroa* , *Da Idolatria* , *Escorpião*). A posição de Tertuliano, às vezes é dita, é excessiva e devida à sua conversão ao montanismo. Não é necessário isolá-lo, e parece mais expansivo do que não contá-lo.

Em Orient d'ailleurs, ao mesmo tempo, Origène (c. 185-254) refuta ponto por ponto um livro do filósofo Païen Celse que exorta os cristãos a participarem ativamente, por meio das armas, na defesa do Império, pela civilidade e pela fidelidade ao Imperador. A origem repele radicalmente esse apelo "daqueles que exigem que lutemos contra soldados pelo bem público e matemos homens".

O argumento contra Celse vem do caso dos países sacerdotais, isentos do serviço armado porque visam o imperador e a saúde do Império. Ou, ele disse, os cristãos são como esses padres, com a diferença de que eles se dirigem ao Deus verdadeiro e não aos ídolos. Eles não são nem um pouco eficazes nem úteis para o Império. Eles demonstram sua civilidade no comando divino de proteger e salvaguardar o Império. Por seus antecedentes, e sem portar armas, eles são assim muito mais úteis ao Império ao se recusarem a servir como soldados do que aqueles que lutam "justamente". Em outras palavras, aos olhos da Origem, a luta travada pelos soldados do Império é justa, mas os cristãos também não querem lutar: eles são mais úteis à comunidade ao permanecerem fiéis aos seus príncipes e ao conduzirem o Deus verdadeiro para a saúde do Império. Desta forma, triunfam os

demônios, que, em última análise, são os verdadeiros autores das guerras que eles mesmos provocaram na Terra, semeando miséria e pecado entre os homens (ver texto n.º 1).

Um pouco mais tarde, Hipólito de Roma começou a escrever os preceitos relativos à atitude que a Igreja deve ter em relação às profissões que são perigosas para a vida ou incompatíveis com o mundo cristão: escultores, por exemplo, devem se recusar a fazer ídolos. Gladiadores ou aqueles que os treinam, assim como prostitutas, homens ou mulheres, retornam da igreja. Bem, o texto trata da profissão militar. O veredito é categórico: a lei cristã e o serviço militar são totalmente incompatíveis. Um cristão deve se recusar a matar, mesmo que lhe reste um soldado; Portanto, ele não precisa se alistar no exército.

As razões que levam a tal intransigência são, na verdade, uma manifestação de ordem moral. Ele não tenta apenas evitar a idolatria ligada a um culto imperial nascente, como defendem alguns historiadores, mas sim evitar o homicídio: o soldado que se torna cristão após o recrutamento deve, portanto, comprometer-se não com a morte, mas sim com a desobediência às ordens dos seus superiores, com as consequências que isso acarreta. Mas qualquer um que permaneça (ou queira se tornar) cristão deve se abster de ingressar na profissão militar. Esta não é uma profissão para ele (ver texto n.º 2).

Quando a ameaça dos “bárbaros” era necessária e o prestígio do soldado romano e os salários do exército romano estavam diminuindo, reduzidos pelo mesmo recrutamento, os imperadores dos países procuravam aliviar esse descontentamento na prestação de serviço militar hereditário e recrutamento obrigatório para certas pessoas, especialmente no campo. A partir de 303, sob Diocleciano, os engajamentos voluntários tornaram-se cada vez mais raros, o que levou ao estado de recrutamento, levando assim ao recrutamento forçado de pessoas, incluindo aquelas que eram obviamente encontradas entre os cristãos. Um deles então atende às exigências imperiais, mas os outros são aqueles que, ao contrário, se recusam a aceitar o nome de todo o seu serviço armado, correndo risco de vida. Naquela época, tínhamos vários mártires que eram venerados por todos como santos na igreja.

É o caso, por exemplo, de Maximilien, que em 295, em Cartago, declarou no momento do seu recrutamento: “Eu sou cristão; "Não me é permitido servir nas armas [*militares*]", porque, um pouco mais tarde, como eles teriam colocado sua força sob o fôlego: "Não posso servir nas armas, não posso fazer mal, sou cristão". » Ele será martirizado.

Poucos anos depois, em Tânger, o centurião Marcel declarou-se cristão, recusando-se a adorar o imperador e servir ídolos. Ele afirma: “Não é aconselhável que um cristão que é soldado de Cristo [*milhares de Cristos*] sirva nos exércitos do mundo. » Já foi executado. Os exemplos desse gênero são abundantes e provam que o pacifismo original persiste maciçamente na Igreja até hoje.

As perseguições contra os cristãos, em épocas posteriores, intensificaram-se no final do século III e no início do século IV . A religião cristã, na verdade, é ilícita, e os cristãos são

revistados e condenados como tal. Eles são frequentemente procurados pelo teste do pensamento "civil" ao imperador, acompanhados do gesto ritual de "sacrifício": alguns grãos de fogo colocados nas orelhas dos ídolos ou do imperador.

Surgiu então um conflito entre o Estado Romano e a Igreja, entendida por esta, neste momento, como a assembleia dos cristãos, a assembleia dos fiéis. No entanto, apesar das perdas execuções e execuções, o cristianismo se espalhou até se tornar majoritário na população, principalmente no Oriente. Este fenômeno provocou uma reversão total da atitude imperial em relação à nova religião sob Constantino, no início do século IV. A atitude dos cristãos em relação à guerra será profundamente modificada. Embora radicalmente refratários ao uso da violência e das armas – no serviço militar por fidelidade aos preceitos evangélicos e porque depositavam sua única esperança no advento de um reino de Deus estabelecido pela única vontade do Todo-Poderoso –, os cristãos que viviam num Império Romano favorável a eles sentiam-se fracos em sua capacidade de servi-lo e defendê-lo. A nova ênfase na igreja terrena, que cumpre a menor parte do "reino de Deus", muda as perspectivas. O olhar do cantor sempre se volta para os cegos, mas ele também tende a se concentrar nas coisas deste mundo. O uso de violência e armas, proibido somente se justificado sob certas condições.

CAPÍTULO 2

A Guerra Justificável
Guerra e Cristianismo no Império Cristão

Até o início do século IV, o cristianismo se tornou uma "religião ilícita". Não tem status legal. Os governadores romanos têm todo o prazer em tolerar os cristãos, queimando seus olhos com seu apego a essa nova religião, ou, ao contrário, em tentar segui-los por esse único motivo. É isso que acontece em tempos de crise, como podemos ver.

Contudo, apesar desta marginalização e desta situação precária, os cristãos encontram-se no seu conjunto de cidadãos fiéis ao Estado e ao Imperador. Os Padres apologistas deixam de proclamar sua civilidade. Eles sabem que o Imperador não tem nenhum dos cidadãos mais confiantes e fiéis, apesar da recusa deles ao serviço armado, à idolatria, à moral imoral e à prática de certos ofícios. Apesar das perseguições, o nome dos cristãos é consideravelmente aumentado entre todos os soldados, e mesmo entre eles os soldados, que acreditam, ao vê-lo, em ocasiões notáveis de conflito, particularmente no final do século III e no início do IV, quando as autoridades romanas precisavam cada vez mais de guerreiros para proteger o Império e se recuperar dos alistamentos forçados. Alguns cristãos se autodenominam "objetores de consciência", recusando-se a falar somente de sangue humano, mas sacrificando-o aos "ídolos". As perseguições não põem fim à expansão do cristianismo. Pois bem, a semelhança, como revelaria um apologista, é que o sangue dos cristãos é transformado na semente dos cristãos!

Esta lição do cristianismo é ainda mais ampliada pela "conversão de Constantino". Isso mudou radicalmente os problemas relativos à guerra, inaugurando a era do Império Cristão, influenciando a doutrina da Igreja no sentido de uma primeira aceitação de certas guerras. Eis aqui o fim, mais uma vez, da guerra santa: ela não se move pelo tempo que passa, fundamentalmente, da rejeição da guerra para a sua aceitação nos casos em que é conveniente defini-la.

Constantino e o Império Cristão

No final do $^{\text{século}}$ III, e provavelmente até antes dessa data, a noção de unidade do Império Romano subsiste nas mentes, apesar da separação que, cada vez mais, se estabelecia entre as regiões oriental e ocidental do Império. Os imperadores que dividem o poder nessas regiões temem perder essa ruptura. O Imperador Constantino, portanto, tenta estabelecer a unidade em muitos domínios e entende na célula da religião.

Com a morte de seu pai Constança Cloro (306), que governava a Gália e a Bretanha, Constantino enfrentou, no Ocidente, seu rival Maxêncio. Celui-ci, filho de Maximiano (que dominou a Itália, a África e a Espanha) rompeu com a política de perseguição violenta de seus pais contra os cristãos. Assim, em 310, ele devolveu à Igreja os bens confiscados. Por seu lado, Constantino, na Gália, também estava sujeito a ser perseguido pelos cristãos, contentando-se em destruir seus locais de culto.

O exército deles enfrentou a cela de Maxêncio perto de Roma (batalha de Pont Milvius, 312) e falhou. O Imperador relata desde o início, o vigia da batalha, uma visão que o inspira a traçar um símbolo cristão nos ombros de seus soldados (provavelmente as letras gregas χ e ρ, as primeiras letras da palavra "Cristo"), e ele anunciando a vitória desejada por Deus: "Por este sinal, vocês serão bem-sucedidos. »

Este episódio se tornará lendário, a menos que seja por sua origem. A marca proporciona uma profunda mudança de mentalidade e merece atrair toda a nossa atenção.

A realidade da "conversão de Constantino" é duvidosa: ele não fez nenhum batismo, exceto em seu leito de morte, em 337. No entanto, sua atitude favorável aos cristãos não levanta, por outro lado, qualquer dúvida. Muito bem, ele se cerca de conselheiros cristãos e protege a Igreja.

Não é o primeiro, nem o único. Desde 30 de abril de 311, no Oriente, o Imperador Galère tomou medidas contra sua própria política de perseguição e encerrou com uma edição de tolerância destinada a "obter o apoio de todos os deuses". Seu sucessor Licínio, que havia acabado de eliminar seu rival Maximino Daia, concordou com Constantino em proclamar, em 13 de junho de 313, uma edição impropriamente chamada de "Editor de Milão". Aplicável em todo o Império, ela reconhece aos cristãos, como a todos os outros homens, a liberdade de seguir a religião de sua escolha. Esta é, portanto, uma verdadeira "edição de tolerância". O cristianismo tornou-se, assim, pela primeira vez, uma das religiões legítimas reconhecidas no Império. Todos os bens confiscados dos cristãos devem ser resgatados e seus edifícios religiosos restaurados.

Mas Constantino vai além da simples legitimidade: ele favorece a abertura aos cristãos, e particularmente à Igreja de Roma. Ele deu ao bispo de Roma, Milcíade, os palácios de Latrão, na época onde Constantinopla estava localizada e assim se tornou a nova capital do Império Romano. Ele intervém nas disputas internas, incluindo disputas doutrinárias, da

Igreja. Assim, ele se opôs aos donatistas (cristãos rigorosos conhecidos no norte da África) e à ordenação por uma lei do domingo (chamado no texto *Die Solis* , "o dia do Sol"), um dia santo, santo e obrigatório, marginalizando assim os cristãos judeus que permanecem apegados ao sábado (sábado) como dia de descanso. Ele convocou o primeiro concílio "ecumênico" em Nice, que excomungou não Ário e seus partidários (que contestam a plena divindade de Cristo). Em todos esses casos, o Imperador é forte e rude na implementação de suas decisões: assim, ele deporta todas as ovelhas que apoiam Ário. Política e religião, até serem separadas por seus esforços em esferas distintas, interferem desastrosamente, pelo menos na pessoa do imperador e dos governadores cristãos.

Constantino não hesitou em se autodenominar "o pastor de fora, instituído por Deus", encarregado da Igreja. Desde então, a religião e a política foram se enfraquecendo cada vez mais, correndo-se o risco de que essa união do trono imperial e da pátria envolva certos desvios doutrinários e morais suscitados por razões de Estado, interesse ou ambição.

Desordenadamente, e seguindo o exemplo de Constantino, os imperadores cristãos também se consideravam incumbidos da mesma missão: promover, e assim impor, a religião cristã no Império, combater e perseguir os países e os cristãos dissidentes, cismáticos ou "heréticos"; isto é, todos aqueles que não adotassem as decisões da hierarquia eclesiástica na "Grande Igreja Romana", apoiada pelo imperador, definindo desordenadamente a ortodoxia.

Aqui estão os efeitos: assim, em 392, o Imperador Teodoro I proibiu todas as crenças religiosas no Império. O cristianismo romano é apenas uma religião reconhecida pelo Estado; ele se torna A religião do Estado. Os países perderam então muito pouco dos seus direitos civis, e Teodoro II, em 415, excluiu-os definitivamente da administração e do exército; Leão I ′ em 463, retirou-lhes o direito de serem justificados; Em 529, Justiniano finalmente abole a liberdade de consciência: os países devem ser batizados sob o feitiço do exílio e do confisco de suas propriedades.

Essas medidas, renovadas pela sua existência, provam que o paganismo não desapareceu completamente no século VI , mesmo no Oriente, ainda mais e de forma mais massiva. cristianizado. Ainda tem uma vantagem no Oeste, especialmente no campo. O vocabulário em questão é: o termo *pagão* , de onde vem a nossa palavra "païen", que se refere aos povos originários do campo, os "camponeses". Das muitas missões de evangelização que tentam difundir a fé cristã de forma mais persuasiva: na Gália, São Martinho de Tours, no século IV , foi ilustre neste sentido. Ou, São Martinho, note-se que ele é um velho soldado que abandonou sua carreira militar para voltar a pregar o evangelho.

Apesar da trégua e da perseguição imperial, as igrejas minoritárias, bancando as "hereges", não pararam por aí. Aqui chegamos aos montanheses ou arianos, que subsistem até mesmo sob Justiniano. Além disso, o arianismo se espalhou pelo mundo "bárbaro" por meio de pregadores que converteram muitos povos germânicos a essa forma de

cristianismo. E retornará ainda mais lentamente por ocasião das invasões, o que permitirá uma nova guinada doutrinária na direção da guerra sagrada.

Também nos preocupamos com as disputas teológicas muito complicadas que, no século V, dividiram as igrejas cristãs. A intervenção imperial nessas disputas doutrinárias não diz respeito a nada mais do que à busca unida: restam, diante da Grande Igreja, apoiada pelo Imperador, três grandes igrejas cristãs que hoje desempenham seus papéis "heterodoxos", que sozinhas fazem o triunfo da tendência romana que a importou, mas que são todas consideradas, por sua vez, como representantes da pura doutrina cristã. É o caso, por exemplo, das igrejas monoteístas, muito famosas no Oriente, particularmente no Egito e na Síria, que rejeitam a doutrina – admitida pelo Concílio de Calcedônia em 451 – da dupla "natureza" de Cristo, humana e divina. No século VI, Justiniano reprimiu-os severamente, e a tutela imperial bizantina dessas regiões, pesada e traiçoeira, muitas vezes opressiva e discriminatória, contribuiu para a formação de uma conflitos regionais ou étnicos e um descontentamento com o Império Grego. Essas particularidades religiosas e étnicas, reforçando a incivilidade, facilitaram as conquistas persas e muçulmanas do século seguinte.

A Igreja e a guerra no Império Cristão

A súbita mutação que transformou o Império Romano em Império Cristão mudou radicalmente os fatos que nos interessam, para conhecermos a atitude dos cristãos diante da guerra: até então aprisionados, caçados e perseguidos na maioria das regiões do Império no final do século III e início do século IV, os cristãos provavelmente experimentariam a destruição, aos seus olhos milagrosos. Em poucos anos, as rachaduras cessam, sua religião é reconhecida, pois é favorecida pelo imperador. Aquele que lhes aparece por natureza (e que faz tudo por eles) é como um homem providencial com um forte senso de propósito, criado por Deus. Em sua grande maioria, os cristãos o acolhem como tal e aceitam de bom grado a tutela que ele em breve exercerá sobre as Igrejas.

Entretanto, para alguns, apegados às profecias bíblicas, o desaparecimento do poder perseguidor romano pode aparecer como a realização de algumas dessas profecias, a indicação do estabelecimento iminente do governo de Deus. Nessa perspectiva, a conversão imperial parece ser o prelúdio de uma conversão ainda mais ampla, a de todo o Império, bem como a do mundo inteiro. Então o fim chegará. Jesus não previu que o Evangelho (as boas novas do reino) chegaria a todas as nações antes que chegasse este "Tempo do Fim"?

Esta mutação do Império também foi interpretada por outros cristãos, com base nas profecias do futuro, como o anúncio do acontecimento iminente e não natural, do reino de Deus. O apogeu de Paulo, apelando ao profeta Daniel, não havia de fato anunciado que esse "tempo final" seria marcado pelo aparecimento do Anticristo, que Cristo se levantaria durante seu retorno triunfante? Ou então, o Apóstolo sugeriu claramente que esse Anticristo não teria sido revelado enquanto o Império Romano existisse. O desaparecimento deste império sob a forma de um fantasma serve, portanto, para cumprir a profecia e anunciar a iminência do retorno glorioso de Cristo e o estabelecimento do seu reino.

Essa dimensão apocalíptica (no seu próprio sentido do termo, diz-se que é "a divulgação de eventos futuros anunciados de forma criptografada", e não no sentido "catastrofista" que apresenta hoje) não deve ser negligenciada. Sabemos hoje que tal tentativa escatológica, de coloração apocalíptica, sempre existe nas igrejas cristãs, alternando períodos de fervorosa atenção, enquanto acontecimentos fortes parecem corroborá-la, e períodos de decepção e espanto, enquanto o curso do tempo se torna mais agradável e que a história conta assim seu ritmo de travessia. Vivenciaremos essa ameaça apocalíptica ao longo da Idade Média, apesar das tentativas de ocultação das quais ela foi objeto.

De resto, e este ponto é importante, o favorecimento dos imperadores à religião cristã envolve "conversões" em massa que obviamente não incluem todo o fervor e sinceridade daqueles tempos difíceis. No início do século IV, ele não conseguiu ter uma base muito sólida

para se tornar cristão, correndo o risco de perder sua propriedade, seu comércio, seu país ou sua vida. Nos últimos anos, a situação se inverteu, e ele tem se mostrado continuamente interessado em se tornar um membro do antigo "setor" que está prosperando hoje. Diante desse afluxo de novos seguidores, os fiéis mais apaixonados, embora se regozijem com a nova situação, às vezes deploram essa angústia do passado e a mundanidade da Igreja que necessariamente resulta nela.

De resto, os adeptos das opiniões minoritárias não beneficiam, pelo contrário, dos apoiantes do Estado e são por vezes até perseguidos ao mesmo tempo pelos países seus antigos contemporâneos; Eles não têm nada além de medo. Não compreendemos muito bem sua posição doutrinária, de modo que o fato de estarmos distorcidos aparece apenas pela falsificação de escritos "ortodoxos" que os combatem e, provavelmente, os desnaturam para denegri-los ainda mais. Existem, portanto, fora da relativamente conhecida Igreja "Católica", cristãos que desconhecem quase completamente o nosso comportamento em geral, no que diz respeito ao Estado e à guerra em particular. É muito provável que esse comportamento tenha que ser muito mais rigoroso do que o dos cristãos da Igreja oficial.

Como se comportavam esses fiéis “comuns” no auge deste Império Cristão, particularmente no que diz respeito à profissão militar? As condições estão constantemente mudando radicalmente. Um Estado protetor e providente estará sob seus cuidados. O sermão de fidelidade ao Imperador não representa mais uma dificuldade doutrinária para os fiéis, pelo menos para a maioria deles: ele não poderia mais ser assimilado a um culto idólatra, caso em que o Império Cristão combatia seus ídolos. Apenas alguns "integros" ainda se encolheram diante do sermão. Funções oficiais, que exigem sermão, tornam-se, portanto, acessíveis na maior extensão possível, incluindo uma carreira pública e pessoal militar.

Permanece, porém, pela última vez, o antigo mandamento de Deus, reforçado por Jesus, impedindo o assassinato: os soldados e ele foram completamente expostos. É em grande parte por essa razão que os cristãos se voltaram exclusivamente para todas as profissões que levam à salvação do sangue humano: gladiador, soldado, magistrado investido do poder da batalha, etc. Este risco não podia, obviamente, ser desperdiçado, e poder-se-ia acreditar que algumas pessoas sinceramente fiéis continuariam a considerar que a profissão de soldado não era de todo compatível com a fé cristã, pelo menos em tempos de guerra, ou a chance de morte era real.

Infelizmente ignoramos a amplitude dessa tendência refratária que o Concílio de Arles teme, que começou em 314, no início da metamorfose do Império. O Cânon 3 decreta, na prática, o que diz: "Para aqueles que colocaram suas armas sob controle em tempo de paz, foi decidido mantê-las no final da Comunhão. »

Ele está agitando aqui, a ponto de ser excomungado por aqueles que se recusam a prestar serviço militar ou pelo menor uso de armas. Os historiadores estão divididos

quanto à interpretação da menção "em tempos de paz". Para alguns, isso significaria que a objeção de consciência em tempos de guerra seria admissível: os cristãos seriam aqueles autorizados a recusar o uso de armas para não terem que derramar sangue, ato formalmente proibido por textos antigos deixados assinalados; Eles têm medo de serem excomungados pela Igreja e continuam sendo relegados ao serviço militar em seu conjunto, mesmo em tempos de paz, enquanto esse risco de assassinato não existe mais. Para os outros, ele sofreu uma condenação global por toda a atitude de recusar o serviço militar, mesmo em tempos de paz (entendida: uma razão mais forte em tempos de guerra). Não podemos deixar de chegar a um acordo com certeza entre essas duas interpretações igualmente defensáveis.

O que é de outras interpretações, com as quais é muito contestado, o Concílio de Arles mostra em parte a persistência de uma tendência pacifista dentro do cristianismo, e em outra parte a nova posição da Igreja, tornando-se constantemente hostil a essa posição pacifista inicial.

Em 325, no Concílio de Niceia, essa tendência foi reforçada. O Cânone 12 mostra que tais deserções de soldados eram notáveis nos primeiros dias, mas que o movimento foi revertido: a ordem era, na verdade, dez anos de penitência para todos aqueles que tiveram forças para se retirar das fileiras do exército e que, mesmo assim, exigiram e foram reintegrados.

O Império Cristão obviamente não pode encorajar tal recusa do serviço armado. A necessidade de soldados para enfrentar as ameaças externas dos bárbaros germânicos e dos persas; Os cristãos se tornaram tão famosos no Império que podiam passar por eles. Além disso, as perseguições contra os países que ele viu levaram Teodoro II a impedi-los de entrar no exército. Os grupos romanos são, portanto, desorganizados, compostos principalmente por cristãos, geralmente de regiões periféricas, e por povos bárbaros romanizados e cristianizados, de tendências diversas.

Entretanto, apesar do incentivo do Estado e da Igreja imperial, os líderes cristãos que surgiram nas igrejas "dissidentes" persistiram em sua relutância moral em defender a profissão militar. Ele também permanece na Grande Igreja: Santo Agostinho e outros escritores cristãos menos famosos devem acender a caneta para convencê-los de que Deus não recusa esta profissão.

O fluxo maciço de adeptos mais ou menos sinceros ao cristianismo também tem duas outras consequências muito importantes: o desenvolvimento conjunto do clericalismo e do monaquismo.

O desenvolvimento do clericalismo é explicado desta forma: para enquadrar, dirigir, instruir os fiéis e, claro, distribuir os sacramentos a eles (já que o sacramentalismo se desenvolve em paralelo), as igrejas cristãs precisam de uma equipe especializada, o clero, dirigido por bispos em distritos eclesiásticos baseados nas células do Império, as dioceses.

Essas estruturas são sólidas: devem resistir às invasões bárbaras, garantindo sua boa implantação e sua eficácia. Muito rapidamente, as ovelhas também desempenham funções administrativas. Eles representam autoridade. Seu papel como altos dignitários lhes confere um importante papel político, e o clero adquire notoriedade e reputação de prestígio.

A Igreja – isto é, não ignora, a assembleia, a comunidade, a assembleia de cristãos que partilham a mesma estava - em vias de estabelecer uma estrutura heterogênea: o clero de um lado, os fiéis simples do outro, que logo seriam chamados de "leigos". Nem um nem outro têm as mesmas funções ou os mesmos modos de vida. A Igreja tende a se entregar às exigências morais e devoções de seu próprio clero, o que desafia todos os seus fiéis.

O vocabulário deste lapso: nos três primeiros séculos, a expressão *soldados de Cristo* ("soldados de Cristo", com um serviço puramente moral) designa todos os cristãos, em particular os mártires, aqueles que confiam o serviço do mundo e do Imperador à obediência a Deus. Desarmados, *os soldados de Cristo* passam a designar apenas o clero e os pobres, aqueles que servem a Deus por profissão, que podem falar por “profissão”, em oposição aos fiéis leigos, que, entre eles, “servem ao mundo”, ou “ao século”. Um deslizamento semântico mais significativo ocorrerá no século XI, quando a mesma expressão passará a designar os guerreiros, as cruzes, no final da evolução descrita neste livro. Na época considerada no presente capítulo (século V), essas palavras designavam principalmente um serviço puramente pacífico, um combate moral.

A distinção tem consequências quase notáveis no plano que nos interessa, incluindo os relatos dos cristãos sobre a guerra. Assim, o clérigo sozinho continua tentando evitar derramar sangue. O clero deve manter suas mentes puras, para eliminar os defeitos sacramentais. Como arautos do antigo paganismo ao qual a Origem faz alusão, eles estão isentos do serviço militar, e sua função, assim como seus propósitos, é, em primeiro lugar, a saúde do Império Cristão e o sucesso de seus exércitos. Os laicos, eles, têm uma vida menos santa, vivida pela natureza incrustada de queixadas. Todos eles podem ser purificados pela confissão e por diversas penitências.

As penitenciárias, a partir do século VII , logo estabeleceram o alcance dessas “reparações”. O derramamento de sangue é severamente punido, mesmo em tempos de guerra legal. Assim, o assassinato cometido por um soldado em uma a guerra pública, no campo de batalha, merece uma penitenciária e dá lugar a uma longa penitência que pode durar vários anos. Este pente é um pouco batido por um período muito mais curto, mas ainda persiste, mesmo no século X, mostrando-se como a pena que se apega ao fato de ser homem, mas ser inimigo da Pátria.

O desenvolvimento do monaquismo também pode ser considerado uma reação à entrada em massa de novos seguidores menos "convertidos" e ao resultante monaquismo da Igreja. O novo favor do cristianismo, desde seu estabelecimento como religião única do

Estado, é acompanhado por um inevitável relaxamento moral e espiritual. A recusa do mundo, a fuga para a solidão dos “desertos” (regiões áridas, florestas, pântanos, etc.), aparecem então nos momentos mais exigentes, numa corrida pela perfeição, como o único meio eficaz de garantir a pureza da sua alma e, portanto, a sua saúde. O deserto se torna, de certa forma, uma substituição para o martírio dos tempos antigos. O culto aos antigos mártires, que ao mesmo tempo deu origem a uma verdadeira aura, também responde a essa espiritualidade um tanto nostálgica dos antigos tempos heróicos.

Os eremitas e os moines, em virtude de sua vida, adquiriram assim considerável prestígio na igreja. Embora os leigos sejam reconhecidos no mundo por sua violência, eles não têm armas e são uma fonte de desejo de pobreza e castidade. No espírito do povo, já que na igreja oficial, quando o monaquismo é regulamentado, o prestígio dos pobres é unido e gradualmente se afasta do clero secular. É na solidão do deserto ou do claustro que alguns buscam “a paz sem culpa, não vêem o Senhor”. Os mais jovens, esses "soldados de Deus", e então, para começar, eles travam uma batalha rude e perigosa, mas puramente pacífica, contra as forças ocultas. Seu "combate sagrado" espiritual contra as "forças do mal" não tem características bélicas, muito menos de uma guerra santa. É também a antítese, a negação total e perfeita.

Santo Agostinho e a ideia de guerra justa

A "conversão" do Império ao cristianismo não foi contra os perigos externos. Há muito tempo que a pressão dos povos bárbaros sobre as fronteiras é exercida, em particular a dos alemães, eles próprios imposta pelas Vênus nômades das estepes da Ásia, os hunos. Esses povos germânicos têm nomes diferentes: godos, vândalos, francos, alamanos, burgúndios, hérulos, suèves, etc. A maioria deles tenta, desde o século II , estabelecer-se dentro das fronteiras romanas, pacificamente, como "trabalhadores imigrantes", atendendo às necessidades impostas pelos romanos. Eles foram muito notáveis, particularmente no exército: no final do Império, a maioria dos soldados, e até mesmo os generais, eram bárbaros romanizados e cristianizados, de tendências diversas.

No início do século V , a pressão dos hunos aumentou e empurrou as tribos germânicas em direção às fronteiras do Império. Não se tratava apenas de uma questão de imigração individual, mas também de migrações reais de povos e invasões. Assim, em agosto de 410, os visigodos de Alarico lançaram um ataque a Roma, saquearam-na durante três dias e retornaram. Este evento não tem grande importância militar ou política: desde Constantino, a cidade imperial não é mais Roma, mas Constantinopla. Ele impôs uma imensa contenção e anuncia futuras invasões massivas nas próximas décadas. Os espíritos ficam chocados, estupefatos. Roma ficou eternamente paralisada, invulnerável. Seu tiro parece anunciar acontecimentos terríveis, o fim do mundo pode ser. São Jerônimo, que há alguns anos se retirou para Belém para traduzir a Bíblia para o latim, testemunha esse trauma: para ele, a civilização é destruída pelos golpes dos bárbaros, e esta é a causa dos pecados dos cristãos (ver textos n.º 3).

Santo Agostinho, o mais famoso dos Padres da Igreja, tenta salvar os bandidos do roubo: o fim do Império, que poderíamos imaginar impossível, certamente será uma reviravolta considerável, mas não será o fim do mundo, nem o fim da Igreja. Santo Agostinho é também um adversário resoluto do ataque escatológico tradicional, que o condena em seus escritos. Mas na vinda final de Cristo, ele coloca a ênfase na célula da Igreja, o que parece fazer com que as profecias se tornem realidade. O Império Romano é para ele apenas a moldura que permite a expansão da Igreja, mas não deve ser confundido com ela. Seu edifício principal, *a Cidade de Deus* , desenvolveu esse tema.

Ele ainda não deve abandonar nenhuma esperança de restaurar os bárbaros: Agostinho enfrenta a queda do Império Romano, mas não se resigna. Certamente, a Igreja não está ligada ao Império, e não atira nele, mas representa a cultura, a civilização, a ordem, a paz: portanto, deve defendê-la. Agostinho refuta aqueles que discordam que o cristianismo contribui para a ruína do Império; aos cristãos que, às vezes, têm profundas dúvidas sobre a dignidade e a legitimidade da prática militar, ele escreveu que Deus não rejeita os soldados: Deus pode agradar a Deus sob o hábito militar.

A religião cristã, entre outras, não é hostil ao Estado e não proíbe todas as guerras (*cf.* Carta 138). Apoiando-se no Antigo Testamento e nas “guerras da Terra” que são narradas, Agostinho recorda o próprio Deus e às vezes se repete. Ela existe onde ocorrem guerras justificadas.

Sem desenvolver teoria, Santo Agostinho possui, portanto, os fundamentos de uma nova ética cristã, para a qual a definição canônica, "guerra justa", só foi formulada muito mais tarde, nos séculos XII e XIII . Podemos resumir brevemente os elementos que, segundo Agostinho, deram origem a uma guerra que poderia, naquela época, ser considerada justa.

1. Aqueles que devem ser puros e estar em conformidade com a justiça: para proteger um inimigo da morte, do assassinato, da pilhagem (por assimilação a uma espécie de defesa legítima), mas também para restaurar um estado de justiça que foi quebrado pelo inimigo, para recuperar a terra ou propriedade saqueada, para proteger ou punir más ações (por assimilação a uma ação judicial punitiva contra os perpetradores de crimes: a lei, isto é, pune os infratores com um título justo).

2. Ela deve ser feita por amor, sem sentimentos de culpa, sem motivos pessoais, com sede de vingança ou sede de pilhagem, por exemplo.

3. Deve ser pública e não privada, isto é, declarada pela autoridade legítima, no caso do Estado Romano, o imperador.

Para esta demonstração, Agostinho apela ao bom senso: uma vez que o mundo inteiro admite que, no Império, os magistrados e agentes da justiça usam legitimamente a força (e inclusive o pente mortal) para punir os criminosos culpados de violar as justas leis do Estado, é normal também admitir que os soldados, que desempenham a mesma função no exterior, também são fracos para os agentes da justiça.

Guerras como essas também devem ser consideradas legítimas. O mundo inteiro admite, diz ele, que a pessoa que cumpre a ordem do magistrado não é culpada de assassinato. Da mesma forma, o soldado que luta e caminha sob o comando do imperador não deve ser responsabilizado. Aqueles que ordenam e evitam esse tipo de guerra são vistos como "servidores da justiça" e não podem excluir os encrenqueiros.

A noção de guerra justa, é claro, é válida apenas para aquela cuja concessão feita ao Estado é para o bem comum. A guerra que o "governo civil" trava é justa porque a autoridade que o representa vem de Deus e, assim, cumpre sua função de ordem e justiça nesta terra. Mas o imperador também não tinha autoridade sobre ele; Ela só lhe foi delegada por Deus. Somente a ordem direta e indiscutivelmente, Deus santificou completamente uma guerra, como no caso das "guerras da Terra" dos tempos bíblicos. A guerra ordenada diretamente por Deus, na verdade, só pode ser santa. Aquilo que as autoridades legais proclamam só pode ter um certo grau de legitimidade: é justo se for justiça. A guerra santa, portanto, precede a guerra justa, cronológica e logicamente. É o

resultado da santidade de Deus, o único que pode dar ordens diretamente, porque somente ele discerne perfeitamente o bem e o mal.

Mas no tempo de Agostinho, apesar da ameaça bárbara, esta ordem direta de Deus se fez na terra: a teoria de Israel não existe mais, os profetas estão dispersos, a Revelação está próxima: este é o tempo da Igreja, que deve tomar posição e agir em seu rastro seguindo os príncipes revelados. Por sua vez, na Igreja, a centralização monárquica ainda não conferia ao papel autoridade suficiente para santificar a guerra. Mesmo que ela esteja certa, ela deve ser culpada de algo maligno, da causa de um assassinato, então ela será punida. A prova: os pequenos e os sacerdotes, para preservar sua pureza ritual, devem preservar as partes mais puras de todo o sangue humano.

O conceito de guerra santa, aceito no âmbito da teoria, por exemplo, a do Israel bíblico, não é, portanto, nem aceitável nem mesmo concebível na época de Santo Agostinho. Mas já sabemos, através dos nossos escritos, que a sacralização da guerra foi conseguida através da falsificação da ideologia de proteção da Igreja, particularmente das eclesiásticas. Um século depois, Isidoro de Sevilha lhe diria: quando a Igreja está ameaçada, e o clero não pode derramar sangue nem se defender, a obra dos defensores tem um aspecto moral e santo, porque são os leigos e sua ação guerreira que permite aos sacerdotes exercer seu ministério.

Embora, ao mesmo tempo em que Agostinho tentasse romper com os leigos o antigo "tabu do sangue" resultante do pacifismo original, de acordo com a concepção primitiva do cristianismo, a espiritualidade popular exalta os mártires. Mártires pacíficos e pacifistas, heróis da antiga percepção da história cristã. Pois esses santos obtiveram precisamente a sua coroa, perdida pela tempestade, sem se defenderem, na recusa das armas e do serviço militar, por vezes também na repetitividade com o serviço do Estado e a profissão de soldado para melhor servir a Deus: é o caso, entre outros, de São Martinho de Tours, celebrado por Sulpice Sévère, na virada do século V.

Apesar dessas relutâncias, o imenso prestígio de Santo Agostinho contribuiu para criar confusão nas mentalidades e suspeitas duradouras dos cristãos em relação à guerra e à função militar. As invasões bárbaras, incluindo as dos árabes, tanto no Oriente como no Ocidente, reforçarão ainda mais essa tendência e contribuirão para a futura elaboração do conceito da Guerra Santa Cristã. Uma noção que tem suas raízes no Antigo Testamento, mas que foi firmemente estabelecida por Jesus e pelo cristianismo primitivo. Um conceito que se espalhou até o século XI, na época das cruzadas. Estamos aqui no início de um lento processo que, de Constantino a Urbano II, continuará por quase oito séculos, transformando e alterando profundamente a religião cristã. Uma espécie de metamorfose.

CAPÍTULO 3

A Adoção de Guerreiros
O Cristianismo dos Bárbaros

Apesar dos esforços dos exércitos romanos leais ao Império – embora fortemente barbarizados e liderados por generais que também eram de origem bárbara – os povos germânicos penetraram maciçamente em um Império desorganizado, com uma economia equilibrada e moral decadente.

A formação de reinos bárbaros acrescenta uma ruptura política aos fossos linguísticos, culturais, econômicos e religiosos que permaneceram abertos durante muito tempo entre um Oriente grego populoso, urbano e culto e um Ocidente latino rural, menos rico e muito menos populoso; menos refinado também. É este Ocidente "bárbaro" que nos chama a atenção, porque foi nesta área, sob a influência religiosa de Roma, que se formou o conceito de guerra santa, há muito rejeitado pela Igreja Oriental (Ortodoxa). Novas realidades políticas e culturais e colaboradores. Com efeito, a vitória dos Bárbaros sobre o Império cria um mundo novo, introduzindo nas mentes ocidentais valores e atitudes também novos, que valorizam o guerreiro e suas virtudes, lançando as bases do que teria podido apelar à mentalidade medieval. A aliança do papado com a monarquia franca também contribuirá para a valorização ideológica de certas guerras, quando instigadas pela Igreja.

Fim do Império no Ocidente

As consequências das invasões bárbaras no Ocidente são consideráveis. A unidade política, que se tornou precária, está definitivamente quebrada. Certamente, a tradição intelectual faz com que as letras (dissociadas de todas as eclesiásticas) acreditem que os reis bárbaros reinam sobre todas as partes do Império Romano, como se os imperadores da tetrarquia se dividissem em zonas geográficas para governar. A realidade, porém, é bem diferente: todos alegando ser sucessores dos imperadores, cercados por aristocratas romanos unidos, os chefes bárbaros reinavam em reinos independentes nas terras conquistadas, povoadas principalmente por galo-romanos. Os bárbaros são, em sua maioria, minorias, mas impõem sua autoridade, sua legislação, seus corações. Uma nova sociedade, então, é formada, herdeira dos tempos do Império Romano e dos novos líderes bárbaros.

Ou então, esses reis germânicos estão à frente de todos os líderes de tribos guerreiras, das quais todos os homens são por natureza "soldados", ou saqueados por guerreiros. A noção abstrata de Estado é estranha a eles, como serviço público ou administração. Em primeiro lugar, o companheirismo guerreiro, a devoção pessoal ao líder, o culto à coragem, ao heroísmo em combate, um valor quase religioso e místico. A profissão militar, longe de ser motivo de preocupação ou de leve suspeita, é contrária ao que eles consideram natural, digno e altamente honroso. Isso resultou em uma militarização generalizada dos espíritos e da sociedade, em particular das elites dominantes de origem alemã ou de famílias aristocráticas indígenas reunidas. Assim, particularmente na Gália, formou-se uma nova aristocracia: a galo-romana-germânica.

Os guerreiros, exceto pela guerra em si, são evidentemente considerados corajosos. Os Bárbaros apresentam seus conceitos monárquicos e belicosos, baseados na coragem guerreira do chefe, na força da camaragia, na predominância da cavalaria (exceto nos godos), na qualidade das armas (lanças de aço), etc. Em todos os reinos que se estabelecem na Europa, a sociedade é desorganizada e liderada por uma aristocracia militar e fundiária que prefigura e anuncia a nobreza medieval. Ela governa um pequeno grupo de camponeses orgulhosos e "protegidos". A condição dessas massas populares também se modificou: elas apenas mudaram de senhores.

Clovis, campeão da Igreja

A igreja romana pode estar ciente de uma crise mortal causada por invasões bárbaras. Pelo contrário, ela será fortalecida por este teste. Esse paradoxo precisa de explicação.

As populações conquistadas, na Itália, na Gália, na Espanha, são majoritariamente cristãs, "católicas", nas cidades menores. A rota romana e a saída dos administradores muitas vezes, diante dos bárbaros, deixaram a igreja como única representante da ordem antiga, a única capaz de assegurar uma certa continuidade. O prestígio dos pastores é alcançado de forma independente: eles desempenham um papel protetor, administrativo, pacificador e asseguram o elo entre a antiga sociedade romana e a nova sociedade romano-germânica.

O mestre perigoso, para a Igreja Romana, não vem do paganismo. Até mesmo os francos e os bárbaros foram deixados para trás antes de se cristianizarem, bem antes de chegarem ao poder no Império. Eles são cristãos, mas tendem ao cristianismo: não aceitam a doutrina da "divindade" de Cristo. Ou podemos esperar converter os países, com maior dificuldade, os "hereges" arianos, que dominam vastas regiões. Este é particularmente o caso dos visigodos, que governam uma área que inclui a Espanha, o sul da Gália, bem como a Provença e a Auvérnia (476), ou dos ostrogodos. Teodorico, que, mandatado pelo Imperador de Constantinopla para reconquistar a Itália, foi de fato empossado como rei. Os arianos também são os vândalos da África, e os borgonheses, que dominam uma região do Jura suíço (com Genebra) até Lyon e Viena. Os reis da Borgonha e os ostrogodos são tolerantes, mas os vândalos e os visigodos tentam impor sua religião, é verdade que por meio de pressões e não de força. As populações galo-romanas ou ibéricas são certamente predominantemente católicas nas cidades, mas principalmente nativas no campo, e ainda não se permitem pensar que o arianismo não acabará por se impor, com a aprovação dos governos.

O clero católico, encorajado pelo Papa, forçou-se então a unir-se à causa dos raros reis bárbaros entre os países, portanto "conversíveis", Clóvis em particular. Desde 481, este chef francês do Baixo Reno tem a ambição de conquistar a Gália. Ele ocupa o Norte, do Reno ao Sena, mas convive bem com os borgonheses e os visigodos. Convertido ao "catolicismo" por Clotilde, filha de um tolerante rei ariano da Borgonha, ele iniciou, apoiado pelo clero romano, uma conquista apresentada pela propaganda católica da época como uma "guerra de religião" destinada a secar as populações católicas perseguidas pelos arianos. Uma guerra claramente aceita e apreciada pelo clero. Com seu apoio e bênção, Clóvis derrotou os visigodos perto de Poitiers, em Vouillé (507).

Vainqueur, Clóvis empreende suas conquistas por toda a Gália e se torna o campeão oficial da Igreja, que o apresenta como um "novo Constantino", fortalecendo assim os laços entre política e religião. Uma propaganda formidável, orquestrada pelo clero católico e

posteriormente amplificada pelo historiador Gregório de Tours, glorifica este rei, o Senhor de Deus, batizado pelo bispo Remi de Reims entre 488 e 507 (ver texto n.º 4). A aceitação ideológica da guerra se deve a uma aliança política entre o Papa e os franceses. A aliança entre o trono e a besta, na França, encontra suas raízes mais antigas. Das raízes poderosa e duradoura: a ideologia da milícia católica integral remete hoje novamente ao início do terceiro milênio.

A “barbarização” da Igreja

Nas novas leis do Ocidente, a civilização romana surgiu, mas tornou-se bárbara e clericalizada. A cultura clássica, alimentada pelo paganismo, degenera, devido a essa impregnação do paganismo, em proveito de uma nova cultura que tenta drenar as profundezas do conhecimento literário antigo para conservar apenas a forma, distribuída nas escolas religiosas e, sobretudo, monásticas. Ela não precisa se preocupar com nada, ela precisa estar muito comprometida e não precisa recusar.

A sociedade é dominada por duas aristocracias, uma militar e outra religiosa. Na Gália francesa, as grandes famílias galo-romanas tomaram posse dos tronos episcopais, destacando assim a aliança das aristocracias seculares e eclesiásticas. Desde 511, os reis franceses têm afirmado o controle sobre as nomeações episcopais, reforçando ainda mais essa fusão. Em nível moderno, os aristocratas, grandes proprietários de terras, fundadores de estabelecimentos eclesiásticos e mosteiros, que se consideram "patronos", e são nomeados padres e servos. Este é um traço fundamental da era medieval, do qual veremos mais tarde as consequências muitas vezes fatais: a interpenetração da Igreja e do mundo feudal. Nela está enraizada a aliança (ou fusão) entre religião e política, que é, em todas as sociedades, uma das condições necessárias para o surgimento e desenvolvimento da noção de guerra santa.

Essa aristocracia financeira é, no fundo, nova: é formada pelo serviço real, no domínio administrativo (oficiais palatinos, condes), bem como pela corte real. gieux (pastores, abadessas e padres). Esses novos aristocratas representam e amplificam o hábito dos antigos proprietários de terras do Baixo Império de ocupar exércitos privados. São compostos por homens livres e dependentes que fornecem seus corpos: clientes, satélites ou vassalos.

Esta é a origem da vassalagem medieval: um contrato, feito a partir de uma servidão, é celebrado com um "poderoso" (mais tarde chamado de "senhor"), por meio de um sistema de dependência "honrosa", de homens livres (seus vassalos), encarregados de defender pelas armas o "patrono" que os recruta e que, geralmente, lhes fornece apenas suas armas. Em troca desse serviço armado, esses vassalos guerreiros recebem padrões de vida de acordo com sua patente. Graças a essas tropas, a aristocracia, a serviço do rei, mantém a ordem e sua própria supremacia. Esses homens poderosos também desempenham um papel importante na cristianização dos habitantes das áreas rurais que dominam. Uma cristianização que também carrega seus próprios valores.

Dizem que os guerreiros são muito mais bem considerados do que aqueles que estão de pé. Como resultado, a mensagem cristã é flexionada, refletindo definitivamente seu pacifismo original. Sem adotar plenamente os irmãos do povo germânico, a Igreja aceita,

acolhe e adota certas formas de sua espiritualidade. Manteremos aqui apenas aquelas células que contribuem para uma nova atitude em relação à guerra.

A primeira é sem dúvida a percepção mental de Cristo, suas imagens na espiritualidade dos homens daquela época. A ideia de um Messias sofredor, vaidoso e humilhado até a morte é avessa à mentalidade bárbara: nós o percebemos como piedoso (e o representamos na arte) como um Cristo vencedor, em majestade, triunfante sobre as forças do mal. O culto dos santos, que assume uma nova dimensão, também se expande: os antigos mártires, humildes vítimas da gládio dos antigos poderes políticos, são unidos os novos santos são suas fileiras, mesmo da recente aristocracia eclesiástica, depositários e gestores do poder: estes são, em sua maioria, bispos, como Santo Éloi, Santo Ouen, etc. A santidade passa para as fileiras dos poderosos. Ela é aristocrática. Mas não será militarizado novamente.

O sacramentalismo, com conotações quase mágicas, assume assim um lugar cada vez maior na Igreja: ritos, fórmulas, encantamentos, ritos litúrgicos, bênçãos, culto às relíquias, etc. Ao mesmo tempo, para capturar e recuperar proveitosamente a antiga espiritualidade do país, celta de um lado, germânica de outro, a igreja é apropriada, "batizada" em alguns dos países de culto que permanecem muito favoráveis, enraizados em costumes locais (pedras sagradas, fontes, templos, etc.). Um grande número de criptas de igrejas também são construídas em antigos santuários rurais. Ele já quer dizer assim, sem quebrar o culto ao outro, mudando na continuidade. A cultura cristã absorve e reproduz legitimamente, neste novo quadro, os ritos das nações antigas; sua obsessão, em seus adotantes, tem um caráter subversivo. Tal adoção obviamente não é isenta de riscos para a ortodoxia da vida e a pureza das práticas.

A provação, o jogo de Deus ou o duelo judicial precedido pelo sermão refletem a mesma mentalidade, imbuída de valores bélicos: a vitória, acreditamos, vem somente do Deus-rei, que faz justiça segundo a boa lei. Ele não toleraria que a sorte falhasse em tal teste. A luta dos campeões é, portanto, sagrada; a tomada de características sagradas e quase litúrgicas. Deus, de alguma forma, deve intervir pela astúcia das armas, mesmo que ele não mova mais do que um porrete e um pedaço de pau.

Da mesma forma, pelas formas de bênção, a Igreja tenta cristianizar a espiritualidade germânica com armas, correndo o risco de militarizar e materializar a espiritualidade cristã: o sermão do dia, por exemplo, muito vivo nos antigos germânicos, é “adotado” e adaptado na forma de uma serpente na cruz moldada pelo braço da lança. Na era merovíngia, jurávamos indiferentemente sobre o Evangelho ou sobre as armas consagradas. Mais tarde, os restos inseridos no pomo do cavalo cumpriram a mesma função. A proclamação da equivalência ritual entre as armas e o Evangelho é um exemplo do método romano-cristão de aculturação em relação ao paganismo germânico. Esta última, tal aculturação, não pode ser exercida sem correr o risco de uma certa corrupção da

espiritualidade. A igreja está em risco. É difícil confirmar que essa seja a razão para fazer isso, como costuma acontecer com a literatura. É aconselhável, no mínimo, estar ciente do risco de inveja e dos inevitáveis deslizes que resultaram na formação da "mentalidade cristã" e na doutrina da Igreja.

Essa cristianização superficial é também uma mistura de costumes germânicos de ritos cristãos, influenciando seus respectivos sentidos, que se interpenetram. O cristianismo "bárbaro" se tornou bem diferente de suas origens. Ele enfrentou pouquíssimas figuras guerreiras, muito "mágicas", que foram capazes de iniciar uma nova etapa na marcha em direção à guerra sagrada. O cristianismo primitivo trava uma batalha interna contra os maus pensamentos, cada um deles. Esse conceito não é absurdo, mas é carregado de um sentido mais clânico, coletivo e guerreiro. Clérigos e leigos ainda lutam contra as forças do mal, cada um com suas armas: sacerdotes e servos devem se abster de armas terrenas, mas primeiro lutam contra demônios, inimigos invisíveis, mas onipresentes, dos bandidos. Os governadores e seus guerreiros, no final, são chamados a retornar para combater seus adversários visíveis. A Igreja tem o poder de reprimir os hereges, proteger os fiéis e salvar o clero e lutar contra os inimigos externos do cristianismo, os países. A ideia da “guerra missionária” começou bem, incentivada pelo Papa. O eixo político que se desenvolve entre o O papado e a realeza franca permitem uma sacralização contínua da guerra travada dentro dos interesses dessas duas entidades aliadas e cúmplices.

O Machado Papaute-Pippinides

A aliança entre os reis franceses – desde Clóvis – e a Igreja Romana assume uma nova dimensão, mais estreita e até política, no final da dinastia merovíngia, marcada por uma profunda crise monárquica. As obscuras lutas dinásticas, lideradas por assassinatos, levaram ao trono reis muito jovens e inexperientes (os "reis desmaiados" dos antigos livros históricos das escolas da Terceira [República]), que não tinham mais meios de governar.

A realidade do poder passa então para os senhores do palácio, representantes da aristocracia, onde o poder se torna predominante. Eles “aconselham” os reis, agradam seu povo, distribuem os “benefícios” (benefícios) cada vez mais para o tesouro real, garantindo assim a lealdade em detrimento do poder do rei Mervin, cada vez mais fraco. Além disso, os mestres do palácio são chefes do exército. Essa aflição do poder real é acompanhada por um forte movimento de emancipação regional, incentivado pelas aristocracias locais: na Aquitânia, na Nêustria, na Austrásia, na Borgonha, por exemplo, essas fermentações independentistas estão em ação.

Desarme o rei do governo merovíngio, mas não governe mais. Ele realmente poderia passar para Pépin de Herstal, prefeito do palácio, que relatou as vitórias militares, estabelecendo sua reputação como um bravo guerreiro. O grupo frequentemente reúne no "champs de mars" (assim chamado porque o grupo era chamado naquela época) seus próprios fiéis e vassalos, mas também o grupo de homens livres em armas, para iniciar uma campanha contra os alemães e os saxões. Ele é rico em manteiga de baunilha. Pelo contrário, o rei francês, privado de prestígio militar, esbanjou seus domínios ao conceder-lhe terras para pilhagem, buscando "adquirir" a lealdade dos aristocratas seculares, ou assegurar o apoio dos eclesiásticos.

Em suma: os fiéis são muitas vezes desviados em benefício do mestre do palácio, cujo prestígio é ainda mais alcançado por Carlos Martel, seu filho, que triunfou diante dos saxões, entre o Reno e o Weser, e apoiou nesta região os esforços de evangelização do futuro São Bonifácio. Assim, ele "pacificou" a Nêustria e, para promover seu comprometimento com as aristocracias seculares e eclesiásticas, secularizou um grande número de distritos eclesiásticos, que ele considerava um bem público do Estado. A Igreja conserva a sua nova propriedade, mas Carlos concede o uso dessas terras, ainda secularizadas, aos seus fiéis, como viajante "benéfico" (ou beneficente) ou temporário, para remunerar o seu serviço militar, fazê-los viver e permitir-lhes melhorar a qualidade das suas armas.

Assim se forma um exército poderoso, bem equipado, composto de fantasias, mas também de vassalos selvagens, fortemente armados, munidos de couraças, que podem ser considerados os últimos ancestrais da cavalaria. O chefe do palácio, graças a ela, começou a

repreender o reino e restaurou sua autoridade nas regiões dissidentes, particularmente na Aquitânia.

Charles Martel detém os árabes

A invasão muçulmana deu a Carlos Martel a oportunidade de intervir na Aquitânia, destruir sua reputação e valorizar ideologicamente seu combate.

Desde 711, os exércitos do islamismo lançaram uma campanha que desde então tem sido realizada sob o nome de seu general berbere, Tariq (Gibraltar: *djabal al-Tariq* , "montanha de Tariq"). Durante vários anos, as tropas árabes-berberes triunfaram na Espanha sobre uma monarquia visigótica devastada por conflitos internos, políticos e religiosos; Eles tomam posse de toda a península, com exceção das montanhas das Astúrias e do sopé dos Pireneus ocidentais e centrais, e organizam a resistência.

Eles também se espalharam além dos Pireneus, em Septímio e Languedoc (Narbonne, Carcassonne, Nîmes), depois na Provença, subindo os vales do Ródano e do Saône até Autun, chegando a Toulouse em 721. O duque Eudes da Aquitânia, então, libertou a cidade e expulsou os muçulmanos. O Papa, em Roma, comemorou esta vitória. O conflito entre islamismo e cristianismo começa a tomar conta das mentalidades e preocupações dos círculos eclesiásticos no Ocidente. Ele ampliará, tanto no mundo cristão como no mundo muçulmano, o movimento de sacralização da guerra travada contra os “infiéis”.

Ainda não se sabe, neste momento, porque os aspectos políticos não importam muito à solidariedade religiosa: para se proteger contra um retorno dos Sarrasins, Eudes se junta a um chefe berbere na revolta contra o governador da Espanha. Carlos Martel então levantou a traição, denunciando essa aliança com os "infiéis", e atacou Eudes ao sul do Loire. Para acabar com esse perigo, Eudes concorda, com Carlos, em uma campanha contra os muçulmanos de Abd al-Rahman que, na Espanha, prepara um ataque e uma incursão de retaliação. O chefe muçulmano Eudes aparece diante de Bordéus e depois parte para Tours: em 732, ele se encontra na estrada para Moussais, perto de Poitiers, com os francos de Carlos Martel. Os muçulmanos estão com fome e devem recusar. Abd al-Rahman está na luta.

A retenção desta vitória de Carlos Martel na chamada batalha de Poitiers é imensa, em proporção à sua real presença militar. Exceto na nossa era contemporânea, porque é uma das datas mais comuns de todos os ecologistas, há mais de um século. No entanto, não se trata apenas de uma celebração ideal lógica nascida no espírito dos historiadores ou da política do nosso tempo. Os contemporâneos do evento às vezes também se conscientizaram da natureza ideológica desta vitória. Assim como um cristão de Córdoba, recentemente conquistada na Espanha pelos muçulmanos, celebrou esta vitória em um longo poema; e glorifica os "europeus" (aqui está a primeira aparição desta palavra), derrotando os muçulmanos.

Aos olhos da beleza, Charles Martel aparece de fato como o campeão do cristianismo, um conceito ainda recente naquela época, mas o confronto com o islamismo contribui para

alcançar uma boa saúde. A guerra que o homem trava contra esses invasores, inimigos da pátria e aqueles que também são "infiéis", é naturalmente repleta de cores morais positivas. A intervenção do papado em seu favor logo fortalecerá esses traços de sacralidade, destacando assim a aliança duradoura de Saint-Sège e os Francos, ao preço de um golpe de estado lucrativo para ambas as partes.

Novo Papado e Nova Monarquia

CARLOS MARTEL

Carlos Martel, nessa época, deixou um rei à sua frente: ele está no poder, sem título. Foi a ele (e não ao rei) que o Papa Gregório III se dirigiu em 739, quando os lombardos, ainda jovens, mas recentemente "convertidos", ameaçaram com suas conquistas transformar o papa em um simples rebanho lombardo. Este pedido de ajuda militar de um líder religioso contribui claramente para a valorização ideológica dos guerreiros envolvidos, em particular do próprio Carlos Martel. Na carta que o jornal lhe enviou, a defesa do patrimônio de Saint Pierre é descrita como uma ação piedosa. O Príncipe dos Apôtres (Saint Pierre, o padroeiro protetor da Igreja) de Roma) poderia, é claro, realizá-lo sozinho, mas os cristãos querem participar desse trabalho de forma independente. Tapar os ouvidos com este apelo levará ao risco de ser forçado a retornar por Saint Pierre às portas do reino dos céus (ver texto n.º 5).

O apelo do papa se traduz em uma dupla e importante inovação, que marca o futuro do cristão na era ocidental e papal. A Itália, teoricamente, foi sucedida pelo imperador romano, que a nomeou bizantina. Cabe a ele, normalmente, que os papéis sejam apelados. Mas as querelas do monofisismo elogiavam Roma das Igrejas Orientais, e o jornal preferiu se voltar para a nova potência militar do Ocidente (os franceses), mais vulnerável, mas mais vulnerável. Por outras razões, se no Oriente havia sedes episcopais que pudessem competir com Roma (Constantinopla, Época ou Antioquia), por outro lado, no Ocidente, Roma não tinha concorrência: nenhuma sede episcopal poderia prevalecer sobre tal ancestralidade e tal prestígio. Romper com a tutela imperial poderia, portanto, ser uma vantagem para o papado, pois essa ruptura lhe abriu um novo caminho, uma autoridade política e espiritual que atravessa todo o cristianismo ocidental.

Gregório então apelou a Carlos Martel, prefeito do Palácio dos Reis Merovíngios. Ele lhe enviou, por precaução (para o mínimo), as chaves do túmulo de Saint Pierre. Mas Carlos não interveio contra os lombardos, então conseguiu obter ajuda militar para matar a Provença. Mas não é bem assim, mas sim a partida. Um novo eixo de desenho, a aliança do papado e dos pippinides. Ele dominará o plano político do Ocidente por muitos anos e modificará o curso da história.

PEPINO BREF

O prestígio de Charles Martel repousa sobre seu filho Pépin le Bref, que rapidamente conquista seus dois irmãos, Griffon e Carlomano. Pepino ousa reivindicar sua coroa. Para dar uma declaração legítima e fiel aos reis merovíngios considerados sagrados (seus cabelos longos são o sinal), Pépino enviou a Roma uma embaixada encarregada de exigir do

Papa o conhecimento de que "aqueles reis que, na França, não exercem nenhum poder" e o exigiram se era realmente bom, como era da mesma forma. É possível que os mesmos reis chamem uns aos outros? Final político, Zacharie entendeu meia palavra. Sabendo muito bem que precisa da proteção dos exércitos franceses, ele responde fortemente com esta frase ilusória: "Sem dúvida alguma, é necessário invocar o rei que tem o poder de um rei, apenas aquele que não tem." » Fortalecido por esta resposta papal, Pépin levou o jovem rei Childeric III e cuidou dele no mosteiro de Saint-Bertin. A assembleia dos francos, que o elegeu rei, reuniu-se em Soissons.

Essa mudança de dinastia nada mais é do que um golpe de estado. O jornal a favoreceu. Para santificar esta escolha, os Bispos da Gália, incluindo os de São Bonifácio, conferem a Pep a ignição do Santo Creme, num rito inspirado na ordenação dos bispos. O Sacrifício dos Reis, praticado pelos anglo-saxões e pelos visigodos, contribui um pouco mais para tornar o rei cristão o Elohim de Deus. A Igreja do Ocidente, portanto, impede que o golpe aconteça. Da mesma forma, ela está envolvida em uma aliança política cujas consequências a longo prazo são consideráveis.

Mais uma vez: o papado é inserido, por sua vez, na ordem política. O novo Papa Etienne II, ameaçado pelo rei lombardo Aistolf, efetivamente cruzou os Alpes e procurou a ajuda de Pepino, que foi encontrá-lo em Ponthion (Marne) em 754. Lá, Pepino deixou para sua esposa, como um cavaleiro, o cavalo do Papa, em sinal de deferência. Etienne se tornou o novo rei devido à sua necessidade urgente de proteção contra os lombardos. Ele também exige que o patrimônio de Saint Pierre seja "restaurado" a ele, o que inclui não apenas Roma, mas também todo o Exarcado de Ravena.

Esta afirmação se baseia alguns anos depois na fabricação da falsificação mais famosa da história, a "falsa doação de Constantino" (ver texto n.º 6). Este documento afirma que o primeiro imperador cristão, quando partiu para aquela cidade (Constantinopla), chegou a Saint Pierre (isto é, ao Papa) nos palácios de Latrão (o que é exatamente o caso), mas também ao Ducado de Roma, à Itália e a todas as províncias ocidentais (o que é obviamente falso). A natureza "apócrifa" deste documento já foi provada irrefutavelmente há muito tempo.

Ao contrário do que se sabe há muito tempo, é bem provável que este documento, em sua forma, tenha sido produzido pela Cúria Romana para convencer Pépino a "restaurar" o Exarcado de Ravena no cargo (para começar). Mas é certo, no entanto, que desde 754, o Papado tentou persuadir o rei a fazer bom uso de suas reivindicações territoriais e obter do poder militar dos franceses a "restituição" (entendemos aqui a transferência) a Saint Pierre de territórios que nunca se separaram dele e que, em todo caso, eram independentes do Império Bizantino. Pela primeira vez, o papado estava temporariamente no poder de um lado, sucedendo o imperador do outro. Esta é uma orientação política nova e sustentável, cujos efeitos serão sentidos em toda a parte com grande amplitude.

Pepino respondeu, ainda que muito parcialmente, às exigências papais; Ele está preparando uma expedição militar contra os lombardos. Por sua vez, Etienne II também fortaleceu a autoridade da nova dinastia ao sacrificar o novo Pépin e seus filhos. Esta é toda a linhagem que, desta vez, foi declarada legítima, sagrada, "em nome da Providência divina e dos Apóstolos Pedro e Paulo". Por sua vez, e em seu retorno, Pépino e seu exército derrotaram vitoriosamente dois inimigos na Itália, em 754 e 756: Aistolfo é deposto, doente, e as cidades abandonadas pelo rei lombardo são enviadas ao papel. Eles formam assim o "patrimônio de São Pedro", o embrião do Estado Pontifício.

A aliança do papado com os carolíngios é assim separada. A nova dinastia é solenemente reconhecida e sacralizada pelo pontífice romano que aqui usa sua função espiritual no domínio político. O papel, por sua vez, foi trazido a Roma pelo poder político e militar do rei francês. A concessão do patrimônio de Saint Pierre dá ao papado uma nova dimensão política. Esta é uma novidade que precisa ser incentivada: ela condicionará o futuro de toda a Idade Média e contribuirá muito para a formação do conceito de guerra santa, que não pode deixar de dar uma posição unida ao político e ao religioso.

Consternados, o rei e os seus guerreiros franceses viram-se valorizados por dois novos fatores de sacralização que tenderão a conjugar-se e a reforçar-se mutuamente: a luta pelo papado de uma parte (e em particular pela preservação dos seus bens financeiros), sobre a qual nos encontraremos na nossa terceira parte; a luta visava proteger o cristianismo contra invasores de outros lugares, particularmente contra os muçulmanos, que assim criaram uma entrada tempestuosa na história.

Trata-se, portanto, do islamismo, que acaba de entrar no cenário internacional e vale a pena dar uma olhada.

SEGUNDA PARTE

GUERRA E ISLÃ DE MAHOMET NA CRUZADA

(Século VII - XI)

CAPÍTULO 4

O Islã e a guerra na época de Maomé

Quando Carlos Martel derrotou os árabes em Poitiers, o profeta do islamismo, Maomé, morreu exatamente cem anos atrás (632). Sua mensagem, consignada no Alcorão (que Maomé disse ter recebido a revelação do arcanjo Gabriel), visa restaurar e prolongar as revelações divinas anteriores que foram aparentemente corrompidas por judeus e cristãos, e assim trazer à existência o mistério da revelação profética. A jovem comunidade não está prestes a se expandir, e sua expansão religiosa, política e militar é deslumbrante. Em 711, os Cavaleiros de Alá atacaram o Indo a leste e o Oceano Atlântico a oeste, estabelecendo sua supremacia sobre um império que estava dividido em reinos rivais, mas que, todos, confessavam o islamismo como religião revelada. Além dos muitos fatores de divisão, a religião constitui uma base muito forte. Como diz o lado cristão, esse cimento nem sempre é suficiente para garantir a coesão do conjunto.

A religião pregada pelo Profeta se opõe radicalmente ao politeísmo e censura os cristãos por terem derivado esse significado da doutrina da Trindade, ao "associar" Deus a outras pessoas: o Filho e o Espírito Santo. Não na Arábia, um povo de países árabes, mas também entre judeus, cristãos e talvez até mesmo entre três grandes tribos árabes unidas ao judaísmo e ao cristianismo, o islamismo é criticado por seus aspectos daquelas duas religiões anteriores que ele alega corrigir. Ele se distingue de todos os outros pontos por uma série de outros nomes.

Não se trata de fazer aqui uma análise muito breve do Islã. Abordaremos apenas o que diz respeito ou condiciona a atitude dos muçulmanos em relação à guerra e à formação do conceito de *jihad* , definido doutrinariamente e legalmente mais tarde, mas cujos fundamentos estão claramente estabelecidos pela revelação corânica e pelo comportamento de Maomé, radicalmente diferente daquele de Jesus.

Maomé e a revelação corânica

Em 612, aos quarenta anos, Maomé recebeu sua revelação em uma caverna no Monte Hira, onde se retirou para meditar. Preocupado e desconfiado, ele imediatamente se voltou para sua esposa Khadija, que lhe deu confiança e incentivo para buscar essa mensagem divina dele. O anúncio da necessidade de fidelidade e submissão total a Deus na aproximação do Fim dos Tempos parecia iminente.

Suscitada ou alertada por novas revelações, a condenação violenta dos ídolos (que, exceto em Meca, são os refugiados das tribos Qoraishi na Caaba) contribui para a tarefa de proteger a população local. Em 622, ele foi para o exílio com alguns partidários em Yathrib, que se tornou Medine, a "Cidade do Profeta", onde encontrou uma grande população jovem que ele não conseguia entender. Esta é a Hégira (*hijra:* imigração), e eu sou muçulmano.

Reunindo ao seu redor o povo agachado, Maomé inicia uma luta armada contra seus adversários, organiza ataques e ataques contra as tribos árabes politeístas ou os jovens refratários à sua mensagem. Amado de Khadija, o Profeta conseguiu se casar com uma esposa, Saouda. Em Médine, ele também se casou com sua "noiva", que se tornou sua esposa favorita, Aïsha, enquanto dava à luz um novo bebê. Em Medina, as duas esposas do Profeta são alojados em duas cabines ao lado da primeira "mesquita".

A poligamia é, portanto, claramente advertida pelo Profeta (e pelas revelações corânicas que aprovam ou ditam sua conduta). Maomé escolheu para a suíte várias outras esposas e inúmeras concubinas legais, limitando-se a quatro esposas de cidadãos comuns. Essa prática poligâmica, herdada pelos árabes e adotada pelos muçulmanos, vive no islamismo, por parte do clero cristão, com fama de religião libidinosa, principalmente quando o Profeta, justificado por uma revelação corânica (Alcorão XXXIII, 37), casou-se com Zaynab (esposa de seu discípulo e filho adotivo Zayd), por quem se apaixonou e a quem Zayd repudiou para deixar-lhe o campo livre. Os escritos controversos contra o islamismo são argumentados mais adiante neste episódio para justificar sua acusação sobre a "lubricidade" do Profeta. Por outro lado, o homem anímico acredita que esse comportamento não choca os árabes de forma alguma, que admiram o poder sexual contrário do Profeta.

Outra acusação da controvérsia cristã, que diz respeito à guerra, também se baseia no comportamento pessoal de Maomé. Muito bem, de fato, o clima de conflito se reencontrou em Meca, o que havia provocado seu exílio, uma explosão de verdadeiras batalhas com aqueles que ocasionalmente tomavam parte em Maomé, ou que eram explicitamente advertidos pelas revelações corânicas. Esses fatos revelam a atitude do Profeta do Islã em relação ao uso da guerra, uma atitude que claramente tem um valor exemplar para os crentes. Algumas coisas precisam ser feitas para estabelecê-lo.

Assim, ao anoitecer de 624, Maomé e seus 300 muçulmanos interceptam uma grande caravana de coraixitas perto de Médine (Badr ou Bedr), remanescente de Damas. Eles enfrentaram 1.000 coraixitas, Vênus com conforto. Maomé promete a vitória aos seus fiéis com a ajuda dos anjos, o paraíso aos que choram e atribui a si mesmo, segundo uma revelação corânica, um quinquagésimo quinto dos despojos. Este cinquenta é dividido em três partes, uma para o próprio Profeta, a segunda para ela. família e a terceira para os pobres e órfãos (Alcorão VIII, 42). O uso da violência armada é, portanto, muito aceitável, valorizado e codificado na distribuição dos benefícios materiais que dela resultam.

Mas então, Maomé, após sua relutância em se reunir, rompeu com os judeus, os quais foram atacados por diversas tribos. Mais tarde, ele também se separou dos cristãos. Alguns e outros são tolerados e protegidos como fiéis a uma religião que acredita em um único Deus e no dia do julgamento.

Após alguns contratempos e deserções internas, Maomé e seus fiéis aparecem perto de Medina, em março de 627, uma vitória devastadora e massacre da jovem tribo de Banou Qoraidza, que havia feito uma deserção. As notórias batalhas entre muçulmanos e árabes de Meca, rebaixados politeístas, permanecem, no entanto, muito indecisas até hoje.

Entretanto, em 629, Maomé enviou a Medina o chefe mequeu Abou Sofyân, com quem ele havia acabado de se casar, convertido ao islamismo. E qual é o acordo entre ele e sua nova geração? De qualquer forma, os muçulmanos preparam um exército de 10.000 homens e marcham sobre Meca em 1º de janeiro de 630. O pânico se instala na cidade, que começa a lutar: Abou Sofyân se submete e converte suas tropas ao islamismo. Maomé prometeu uma vida segura aos habitantes de Meca se eles adoecessem em suas casas, sem resistir. Ele entrou na cidade do deserto, tocou na pedra negra, completou os sete passeios rituais do culto anterior, recolheu as chaves da Caaba e derrubou os ídolos.

O antigo santuário paterno, a Caaba, a pedra negra e seus ritos de penitência (os sete "tours") são então adotados, "purificados", exonerados de toda coloração idólatra e incorporados aos novos ritos. Eles morrem, mas seu significado é transferido. Eles também se fundem com os costumes sagrados do islamismo, que constituem o coração. Essa solução de adoção, de mudança na continuidade, não pode satisfazer os mercadores de Meca que vivem dessas práticas ancestrais. A unidade é feita sem derramamento de sangue. O Profeta tem palavras: não há, durante a correria da cidade, nenhum massacre. O politeísmo é totalmente proibido, mesmo depois (Corão IX, 3-5).

Depois de fazer isso, no Monte Arafa, ele exortou os árabes a abandonarem a unidade no islamismo após sua morte e a retornarem a Medina. Ele morreu um pouco mais tarde, em 8 de junho de 632, após ter estabelecido firmemente o islamismo na Arábia.

As doutrinas fundamentais do mundo muçulmano, questões do Alcorão, são brevemente resumidas pelos "cinco pilares do Islã":

1. A profissão de Deus: "Não há outra divindade além de Deus, e Maomé é o Mensageiro de Deus. »

2. Os primeiros cinco rituais diários, que precedem as abluções.

3. A juventude diurna do mês do Ramadã.

4. O pagamento do centavo, aumento legal.

5. A visita a Meca (Caaba) e a Medina (o túmulo do Profeta).

A jihad , observamos, não faz parte desses cinco pilares. Encontramo-nos, no entanto, perante os preceitos da época do Profeta, e a sua dimensão guerreira, incontestável mas não única, que desempenhou originalmente um papel essencial na vida da comunidade e na doutrina muçulmana.

Maomé e *a Jihad*

A palavra *jihad* , geralmente traduzida como "guerra santa", expressa uma noção muito mais ampla do que seu único aspecto bélico: pode ser traduzida como "esforço realizado no caminho de Deus". Ela estabelece um significado geral e pode ser aplicada a todo empreendimento louvável, exceto para o triunfo da verdadeira religião na pureza, e pode, portanto, ser aplicada ao esforço individual de purificação moral do crente. Já existem muitos tipos de *jihad* que não querem ver guerra. O Alcorão fala, por exemplo, da *jihad* do coração, *jihad* da língua (Alcorão III, 110, 114; Alcorão IX, 7), etc. Portanto, não podemos identificar estritamente *a jihad* e a guerra santa. *Jihad* tem um significado mais amplo, mas o termo, por outro lado, também recupera a noção de combate bélico, expressa pela " *jihad* da época".

Isso deve levar a que se apeguem a todas as conclusões que são muito fortes ou muito gerais para dizer respeito ao significado da *jihad:* certos intelectuais muçulmanos, para se distanciarem dos atuais movimentos integrais e islâmicos, colocam uma forte ênfase no significado moral e espiritual da palavra *jihad* e, assim, diminuem, ou pelo menos minimizam consideravelmente, sua dimensão bélica. Por outro lado, os fundamentalistas reconhecem essa dimensão e a colocam em primeiro lugar na ordem de mérito. Alguns e outros, portanto, confiam no Alcorão e conseguem sustentar seus argumentos.

No Alcorão, a escritura sagrada *contém* 35 versículos: 22 de significado geral e 3 para designar um ato puramente espiritual; Os outros 10 casos, por outro lado, manifestamente envolveram ações bélicas. É preciso dizer que essa dimensão está bem presente desde o início, mesmo que a codificação e a definição legal da *jihad* só tenham intervindo mais tarde, na época das conquistas na Arábia. A jihad foi finalmente codificada, a partir do século IX , *numa* época em que essa doutrina permitia justamente justificar as conquistas árabes e o imperialismo muçulmano atribuindo-os a motivações puramente religiosas: a obediência às prescrições divinas expressas pelo Profeta, destinadas a estender o máximo possível o território do islamismo e, assim, ajudar seus habitantes a se libertarem da maldade.

Essas várias interpretações são objeto de controvérsia entre os muçulmanos atuais, todas como a interpretação dos vários versículos do Alcorão relacionados à guerra, que às vezes são contraditórios: alguns parecem ter uma atitude conciliatória e pacífica em relação aos vizinhos judeus e cristãos, enquanto outros incitam contra os combates, todos como países ou "hipócritas". Nós voltaremos no próximo capítulo sobre este problema de interpretação e formação da doutrina da *jihad* . Teremos prazer em analisar a conduta do Profeta diante do uso da violência armada.

Não há dúvidas: diferentemente do cristianismo primitivo, o islamismo, de fato, desde sua origem, não tem nenhuma relutância em relação à ação bélica. Ela não é condenada nem pela revelação corânica nem pelo comportamento real de seu fundador. Não só

Maomé (ao contrário de Jesus) não se absteve do uso da violência armada, mas ele próprio a praticou como líder de trupe, abordou-a em diversas circunstâncias e nem sequer hesitou em assassinar alguns dos seus adversários, em particular os poetas árabes que o ridicularizavam nas suas canções.

Esses comportamentos diametralmente opostos dos dois fundadores da religião, Jesus de um lado, Maomé do outro, explicam por que *a jihad* (em sua forma de guerra) pode muito facilmente e sem dificuldade inspirar a ação política e militar dos muçulmanos, enquanto seu equivalente cristão é a noção de guerra santa, que encontrou muitos obstáculos, evocados nos capítulos anteriores, e só foi desenvolvida muito tarde, particularmente nos séculos X e XI ’ como veremos mais adiante. O resultado, que é o que nos interessa, é um processo muito diferente de elaboração doutrinária nas duas religiões: um desenvolvimento contínuo e ininterrupto, marcado por uma evolução mínima e coerente, dentro do Islã; uma elaboração difícil e tortuosa, feita de mudanças bruscas e que conduz a uma verdadeira revolução doutrinária, caótica, cheia de inconsistências e contradições, dentro do cristianismo.

A atitude de Maomé em relação à guerra não foi nada além de surpresa. O Profeta, neste ponto, não é registrado como um revolucionário. Na sociedade em que vivemos, a guerra privada é um costume aceitável e honroso. Os ataques às caravanas, que ele organiza contra seus pequenos inimigos, são, portanto, normais e honrosos. Restaurar o profissional problema moral ligado à morte de três humanos no decorrer de operações de guerra. Esta questão, que vi, ocupava um grande lugar na consciência dos primeiros cristãos. Por outro lado, ela não parece ter violado os espíritos da primeira comunidade muçulmana.

O primeiro homem nasceu durante uma operação desse tipo em janeiro de 624: essa alma foi levada por emoção, não apenas porque era a morte de um homem, mas por razões legais e rituais: essa morte ocorreu, de fato, durante um mês sagrado do paganismo (*Rajab*), pelo qual ele foi por muito tempo proibido de derramar sangue. Uma revelação corânica mostrará oportunamente que lutar durante o mês sagrado é certamente sério, mas ainda mais sérios são os pecados cometidos pelos mequenses e o risco de retornar à idolatria, o que justifica a ação bélica:

"A guerra neste mês é um pecado grave; mas se alguém se afasta do caminho de Deus, não pensa nele e no oratório sagrado, perseguindo aqueles que o habitam, é ainda mais grave. A tentação da idolatria é maior que a carnificina. » (Alcorão II, 214)

Esta interpretação é confirmada pela atitude do Profeta e seus templos. Após a vitória de Badr, Omar, o líder dos exércitos muçulmanos, quis massacrar todos os prisioneiros. Maomé decidiu matar "apenas" estes para que aquelas pessoas não fossem punidas. Ele também é o executor em campo de dois homens que estão interessados nele e em suas

revelações. Essa punição “terrena” não parece excessiva, desproporcional ou mesmo suficiente, porque afirma que após a morte eles e seus filhos também cairiam doentes.

Algum tempo depois, o Profeta convoca um voluntário para ir até o inimigo e matar um homem chamado Ka'ab, filho de Ashraf, a quem ele havia sofrido muitos insultos e que havia composto sátiras contra ele. O autor pede ao voluntário que consiga se apresentar entre esse inimigo, para ser passar por adversário de Maomé e falar de sua maldade e de sua função profética, atraindo assim as simpatias do poeta adversário. O plano veio: depois de derrubar Ka'ab (e sua esposa!), esse homem encontraria o Profeta que estava morto. Maomé parece muito feliz com seu sucesso, rendendo graças a Deus e à misericórdia. Este episódio não é isolado: é o mesmo, em várias circunstâncias, em muitas outras ocasiões.

A partir desses exemplos, que poderiam ser multiplicados, fica claro que, de acordo com o Profeta do Islã, o uso da violência, da morte e da guerra não é de forma alguma ilícito, pelo menos em certos casos, contra infiéis hostis e inimigos da religião revelada.

Este é particularmente o caso das lutas contra os "países", os politeístas. Muitas revelações do Alcorão continuam a incitar essas batalhas contra os "infiéis", um termo e noção que podem ganhar ampla aceitação e se aplicar a hereges ou cristãos e judeus que se recusam a se converter ou se submeter ao domínio do islamismo, como mostra este versículo:

« Lutem contra aqueles que não acreditam em Deus nem no último dia, que não discordam do que Deus e seu Mensageiro proíbem, e contra aqueles do povo do Livro que não se apresentam como religião, a religião da verdade, exceto que são sondados sobre a renda de seu dinheiro, e que são feitos pequenos. » (Alcorão IX, 29)

Outra revelação corânica (Alcorão IV, 88-94) estabeleceu a superioridade do bandido que luta contra a cela que não luta. É aqui que entra o partido dos mansos, dos "hipócritas", personagens que são compadres dissidentes, mas que persistem em viver na comunidade de suas tribos árabes degradadas e politeístas, e cuja atitude é ambígua. Se eles representam um perigo para a comunidade, ele deve matá-los:

"Se eles não permanecerem neutros em sua presença, não lhe oferecerem paz e não abaixarem suas mãos, então você os conhece e pergunta onde você os encontra. » (Alcorão IV, 91)

O risco é grande, em alguns casos, de haver críticos reais e difíceis de distinguir dos precedentes. A revelação prevê essa eventualidade e resultará: se essas pessoas estavam enganadas, elas terão que pagar o preço do sangue e salvar um escravo moribundo. Por outro lado, se um homem se entrega voluntariamente a um bandido para se salvar de seus bens, Deus o lançará para sempre no inferno, ou mais precisamente no inferno.

Essa aceitação doutrinária do uso da guerra foi ilustrada desde o início pela doutrina do martírio. Certamente, a revelação corânica não clama explicitamente pelo martírio, mas

desde os primeiros confrontos armados, e assim permanece a ideia de que o muçulmano que luta pela causa da comunidade dos fiéis na *jihad* obterá recompensas celestiais, e que aqueles que encontram a morte são mártires do passado (ver texto n.º 7).

Durante o ataque à caravana em Badr, relatado de forma mais ampla, Maomé acrescentou uma dimensão religiosa à luta: segundo a Tradição, ele não participou pessoalmente deste combate, mas continuou por muito tempo em busca de seu sucesso; Então, depois de confortá-lo, ele encorajou os lutadores, prevendo a vitória para eles através da ajuda dos anjos e prometendo o paraíso para aqueles que viessem morrer como heróis-mártires nessas batalhas. Essa noção de martírio de guerreiros mortos na *jihad* contra os infiéis tem, portanto, suas raízes em um fato relatado na tradição mais antiga e autêntica.

Em suma, ao contrário de Jesus, Maomé não fez distinção entre ação religiosa e ação política ou militar. Ele é, na época, um profeta, um senhor da guerra e um chefe de estado, ou pelo menos uma comunidade organizada por um conjunto de leis, costumes e tradições, e governada por um governo cujo chefe é ele. Essa fusão total de domínios políticos e religiosos lança toda objeção moral ao ato de morte pela causa de Deus. Esta é uma das razões pelas quais o Profeta não revela nada relutância em usar a violência contra os adversários, equiparados aos inimigos do passado. Ele participou de muitas batalhas, armado até a medula, e liderou a maioria das batalhas travadas contra tribos judaicas, cristãs ou hostis. Ele nunca mais rejeita a prática do assassinato político. O uso de armas para o triunfo do islamismo parece ser completamente legítimo, como se fosse uma ameaça de guerra. Então, após a vitória, de acordo com a ordem do Profeta, os guerreiros tomam homens, aprisionam mulheres e crianças como escravas e compartilham a riqueza dos vaidosos; Uma revelação corânica também estabelecerá as regras para compartilhar o saque.

Diz-se que a guerra não representa nenhum problema de consciência para o Profeta; Ele não hesita em prometer recompensas espirituais àqueles que se envolvem na *jihad* , a luta armada contra os infiéis. Dessa forma, as ideias de guerra santa e de paraíso prometido àqueles que matarem as armas no massacre estão claramente presentes desde as origens do islamismo.

Maomé e a Guerra da Conquista

As primeiras conquistas muçulmanas foram a própria expressão desta *jihad* , que, como sabemos, não é uma guerra missionária: não para converter, mas para conquistar. A revelação corânica proíbe conversões forçadas: "Ponto de contraste na religião". Pois o bom caminho se distingue do errante" (Alcorão II, 257). Judeus e cristãos estão, portanto, autorizados, dentro da comunidade, a preservá-los sob certas condições, como "protegidos" (*dhimmi*). Por outro lado, o proselitismo é proibido e a apostasia, o abandono da religião muçulmana, é severamente reprimida. "Tolerância" é, portanto, real, mas limitada.

A origem desta atitude de relativa “tolerância” que encontramos pode remontar a um episódio muito antigo da conquista da Arábia, sob Maomé, sobre a cidade de Najran, no Iêmen, onde a população cristã, muito notável, havia se levantado diante das perseguições por parte do rei Joseph Yussuf. Uma disputa "teológica" ocorre entre cristãos e muçulmanos sobre a maneira como não se considera a pessoa de Jesus. Essa "disputa", observamos, indica que houve uma real tolerância religiosa. Maomé propôs interromper o debate com uma provação. Os cristãos preferiram concluir um tratado que lhes permitisse preservar sua religião sob certas condições: o pagamento de um tributo anual e o fornecimento de armas, cavalos e porcos para operações militares. Por meio desse tratado de submissão, eles são protegidos de todos os atos contra sua pessoa, sua religião e sua propriedade. Essa prática se torna geral para a suíte. Os judeus se beneficiam de uma característica idêntica. Somente os países politeístas devem escolher entre a conversão e a morte.

Essa atitude "tolerante" do Islã em relação às "religiões do Livro" deve ser assinada pela alma; Ela nem sempre é bem compreendida, nem é incluída pelos cristãos da Idade Média, e pode até ser incluída por muitos de nossos contemporâneos. Na medida em que o é, não é nada menos que notável. Judeus e cristãos têm se mostrado muito menos "tolerantes" em relação ao islamismo. Tentaremos fornecer uma explicação em nosso último capítulo.

Por outro lado, os cristãos da época, em sua controvérsia contra o islamismo, estavam muito conscientes, particularmente no Oriente, do caráter guerreiro do islamismo. Eles se opõem ao pacifismo cristão teórico, pois se apoiam mais na doutrina primitiva das duas religiões e nas atitudes diametralmente opostas de seus dois fundadores do que no comportamento efetivo de cristãos e muçulmanos na vida real, na sociedade da época, onde a guerra se tornou uma realidade "inevitável" para alguns como para outros, devido à sua proximidade geográfica e ao seu respectivo desejo de expansão.

Vivendo sob o domínio de Maomé, a expansão muçulmana começa no começo. Ela consegue inscrever-se desde já na lógica da doutrina muçulmana e responder às condições

que prevalecem para o nascimento da nova entidade político-religiosa que lhe está subjacente. As circunstâncias, no entanto, são favoráveis, como revela uma rápida mudança nas condições históricas do tempo.

Quando Maomé criou a primeira comunidade muçulmana na Arábia, toda a região se encontrava em profunda crise. Entre 609 e 628, o Império Bizantino Cristão enfrentou o Império Persa. Em Constantinopla, em 610, Heráclio derrotou o Imperador Focas e seu poder: à guerra civil juntou-se a guerra externa. Os persas, por sua vez, estão relacionados à Síria, enquanto as populações cristãs, libertadas da opressão fiscal e da intolerância da Igreja Bizantina, são atualmente libertadoras.

O mesmo acontece na Palestina, onde a população jovem é bem recebida pelos persas. Estas são as autoridades dos judeus, que nos baniram de Jerusalém, e que a deixaram para os novos, e que a encaminharam ao governo da cidade. Os judeus até exigiram a reconstrução do Templo, destruído desde Tito. A dominação política dos judeus às vezes é dura em relação às outras populações da terra: envolve a perseguição de cristãos pelos judeus. Uma revolta cristã antipersa e antijudaica é morta em derramamento de sangue em 614: a cidade de Jerusalém é ameaçada de assassinato, saqueada, as igrejas queimadas, a população cristã massacrada; com estimativas de milhões de vítimas. Os persas deportaram a população cristã de Jerusalém e importaram a Verdadeira Cruz, desferindo assim um duro golpe no prestígio do Império e do cristianismo bizantino. Em 628, portanto, Heráclio atacou o rei dos reis Cosroês II, que foi assassinado; Em 630, a Verdadeira Cruz retornou a Jerusalém, os cristãos deportados foram libertados e os altares foram restaurados.

Mas a população, majoritariamente cristã, está exausta, dizimada por essas guerras, desmoralizada. Quando eu perguntei a eles Milhares de exércitos muçulmanos entraram na Palestina, encontraram pouca resistência e, às vezes, os ataques aos judeus e importantes minorias cristãs foram superados por truques imperiais. Desde 635, diante do avanço das tropas árabes, Heráclio recuou, levando a Verdadeira Cruz para Constantinopla. A expansão muçulmana começa. Um século depois, ele enfrentou seus limites extremos, chegando até o coração da atual França no Ocidente, e até Samarcanda e o Indo no Oriente.

A guerra de conquista árabe-muçulmana não deixou dúvidas quanto aos componentes religiosos. Não poderia ela despertar ou amplificar, no mundo cristão, que suas vitórias estão sujeitas à lei de Alá, a partir de reações da mesma ordem? A *jihad* em Il contribuiu para desencadear a guerra santa no mundo cristão, apesar das fortes reservas doutrinárias em relação ao Evangelho e da atitude não violenta e pacifista de Jesus?

Conclusão

Em 638, Jerusalém caiu entre as terras dos árabes islamizados. Os cristãos, a grande maioria nos territórios conquistados, não estão cientes de que têm um caso com uma nova religião. Alguns se referiram a uma das chamadas "seitas" cristãs no islamismo, e a Maomé, um novo "herege" cristão, já que o Oriente foi deixado em grande parte desconhecido. A vitória dos muçulmanos poderia levar a um jogo de Deus favorável à doutrina pregada por Maomé.

Outros, por outro lado, interpretam essas vitórias como um castigo divino sobre seu povo cristão, por causa de seus pecados, como se o Deus da Bíblia tivesse punido seu povo com a deportação para a Babilônia. O Islão era aos seus olhos um lampejo de Deus, e eles atribuíam os sucessos dos árabes à sua aliança com forças demoníacas, ligadas a O Anticristo, demonizando assim o islamismo, busca atribuir ao novo poder árabe-islâmico um lugar na história dirigido por Deus e profetizado. Na esplanada do Templo, lugar sagrado do judaísmo e do cristianismo, a construção de uma mesquita imprópria chamada "Mesquita de Omar" (o "Domo da Rocha", construído em 691) poderia ser interpretada neste sentido e predizer a iminência do Fim dos Tempos: uma realização da profecia anunciada "a abominação da desolação foi estabelecida no lugar santo".

No Oriente, e depois no Ocidente, as invasões árabes também foram algumas vezes realizadas por cristãos, conforme Deus desejava ou permitia. Uma chamada de volta à ordem, uma punição, mas apenas temporária, cumprida na medida de um novo poder despertado por um falso profeta, ligado às forças do mal, anunciando o aparecimento iminente do Anticristo, anuncia a batalha final dos últimos tempos.

Essa percepção também contribui, como todos sabemos, para a sacralização das lutas travadas pelos cristãos contra esses invasores muçulmanos, para a formação do conceito de guerra santa que, no cristianismo, se tornaria o equivalente à *jihad muçulmana* desde o início, onde a doutrina foi forjada e fixada em menos de dois séculos.

CAPÍTULO 5

A doutrina da *jihad* no Alcorão e na tradição muçulmana

A doutrina muçulmana da *jihad* foi desenvolvida definitivamente ou quase durante o século IX. Baseia-se em elementos muito antigos, tratando da revelação do Alcorão, bem como em outras características importantes da Tradição Oral.

Evolução histórica da *jihad*

Os comentadores geralmente distinguem várias fases sucessivas na formação da noção de *jihad :*

– A primeira corresponde à época em que Maomé, antes da Hégira, esperava converter oralmente os judeus e os cristãos da Arábia. É traduzido pela revelação dos "versos tolerantes" do Alcorão. Em Médine, por sua vez, a luta armada contra as tribos judaica, cristã e paine deu origem à revelação de versos "beligerantes". Alguns e outros podem dar origem a interpretações gerais.

– Durante o segundo período (séculos VIII - IX) , marcado pela conquista militar, a Tradição e *os hadith* serviram como cautela e justificativa para a expansão árabe. A ênfase está na interpretação belicosa: pensamos, portanto, que o Islã, tendo uma vocação universal, é chamado a alcançar todo o universo. Esta é a *jihad* ofensiva e conquistadora .

– O terceiro período (séculos IX - X) corresponde ao fim da expansão e ao estabelecimento de um equilíbrio político e estratégico entre o império muçulmano e as regiões vizinhas ˙ Daí a ideia de uma *jihad* que, sem deixar de ser ofensiva, pode também tornar-se defensiva, para o bem da comunidade: os períodos de replicação levam mesmo a uma ênfase numa *jihad interna* , uma luta contra os hereges e os rebeldes. No futuro, porém, o glorioso período de expansão armada é considerado apenas interrompido.

– O quarto período (século X e, claro, o século XI), marcado pelos crescentes perigos internos, produziu uma dupla reação: a da noção de *jihad* no sentido de lutar contra tudo o que resta na comunidade, e a de uma internalização dessa *jihad* no sentido mais espiritual de combate moral. Isso resulta em uma tendência a interpretar versos belicosos alegoricamente. Essa tendência é revivida em nossa era pelos intelectuais muçulmanos modernos, gerada pela renovação da *jihad islâmica* em suas manifestações mais violentas e pelo desejo de se distinguir.

A noção de *jihad* no Alcorão

O TEORIA DE « VERSOS ABROGEANTES »

Os textos revelados sobre *a jihad* não dão a toda essa noção a mesma imagem. Alguns versos parecem "pacifistas", outros são muito mais "beligerantes". A maioria dos comentaristas muçulmanos admite que as revelações do Alcorão são reveladas em circunstâncias precisas que, por si só, tornam possível determinar o significado exato da revelação. Mas a situação evoluiu ao longo do tempo, e a comunidade também. Essas revelações podem, portanto, contradizer-se formalmente porque as circunstâncias e situações são diferentes.

Se já é uma contradição, falando de modo geral, deve-se então considerar as revelações mais antigas como específicas de uma situação particular. Já as mais recentes são normativas e “revogam” os versos anteriores, de modo que a situação que as motivou não se concretiza mais; que provavelmente será dessensibilizado à situação atual por novos desenvolvimentos mais adequados.

De acordo com essa teoria, as revelações foram dadas ao Profeta na forma de preocupações históricas sobre sua missão. No início, enquanto o Profeta estava isolado e já era muçulmano, Deus o aconselhou a evitar confrontos. Esta é a razão da existência dos "versos pacíficos". Depois de 622, quando a comunidade foi estabelecida em Médine, Deus incitou os muçulmanos a praticar guerras defensivas. Assim, à medida que a comunidade concorda em nome e força, as revelações expandem e generalizam essas incitações à guerra e reduzem as restrições à ação violenta. Por fim, enquanto a causa muçulmana da invasão na Arábia estava entre seus adversários, o príncipe revelou que a guerra contra os não muçulmanos pode ser travada praticamente o tempo todo e em qualquer lugar, sem a necessidade de pretexto. As revelações que entram nesse sentido são consideradas como “revogadoras” dos precedentes, que se referem a um estado que já passou da comunidade. Esta teoria da revogação (*naskh*) tem a dupla vantagem de resolver contradições e substituir revelações em seu contexto.

No entanto, em grande parte, isso não acontece com consentimento unânime. De fato, os exegetas não concordam com as datas das revelações. Ou essas datas são fundamentalmente necessárias para entender o contexto dos desenvolvimentos e derivar, como consequência, seu escopo e grau de permanência. Acontece que não se pode determinar com certeza quais versículos são “revogadores” e quais outros são “revogados”, pelo menos para aceitar a solução teórica adotada pelos islamitas, uma teoria que postula que a guerra contra os não- Os muçulmanos não devem ter restrições. Neste caso, a guerra *jihad generalizada* , baseada nos versículos mais "beligerantes" do Alcorão, é colocada como um padrão de interpretação, que permite decretar a revogação de todos os outros

versículos menos beligerantes. Este é obviamente um pedido de um príncipe, já que a teoria que é percebida como emanação do Alcorão pode servir de critério para a interpretação deste mesmo Alcorão.

V ERSETS « PACIFISTES » ET VERSOS « LINDOS »

Podemos dividir os versículos do Alcorão relativos à atitude a ser mantida em relação aos insurgentes em quatro títulos principais: os versículos "pacifistas", aqueles que refutam a relutância diante da luta armada, aqueles que revelam a resistência de certos insurgentes diante da ordem dada por Deus para lutar e, finalmente, aqueles que prescrevem claramente o uso da força armada para a causa de Deus (guerreiro *da jihad*).

1. Os versos “pacifistas”

Eles receberam o nome dele. Quatro deles foram revelados a Meca, antes da Hégira, enquanto os muçulmanos eram minorias, em uma posição difícil em comparação com suas próprias tribos idólatras. Eles aconselham os muçulmanos a evitar a frequência de ídolos, a se apresentarem a eles com prudência e sabedoria e a serem pacientes (Alcorão VI, 106; XV, 94; XVI, 127; L, 39).

Os outros quatro foram proclamados em Medina enquanto o Profeta estava aliado a várias tribos judaicas e esperava por sua conversão. Eles apelam a eles por paciência, tolerância e perdão: é Deus que, se forem infiéis, os ferirá mesmo durante o jogo (Corão II, 109-131; V, 13; XXIX, 46-55; XLII, 15). Essa atitude de prudência e reserva é explicada em todos os sentidos pela situação inferior e precária da comunidade em seus primórdios.

2. Versículos contra aqueles que relutam em guerrear

Esses versículos têm como objetivo levantar objeções de certos crentes contra as ordens de guerra dadas pelo Profeta ou acalmar seus escrúpulos, bem como questões de tradições pré-islâmicas relacionadas a certos "tabus".

É o caso, por exemplo, do Alcorão II, 186-187, que instruiu os muçulmanos a lutarem mesmo na verdade sagrada se forem atacados. Ou o bis do Corão II, 190, sobre as batalhas pelo "mês sagrado". Alguns comentaristas fazem apenas referência ao "Sagrado Moisés" (*Dhu al-Qa'da*) de 628. Outros discordam que o versículo anuncia que lutar sob o comando do Sagrado Moisés é permitido, mas apenas como um título defensivo, se os muçulmanos forem atacados.

Outro versículo (Alcorão IX, 36) faz referência mais clara aos quatro "meses sagrados" pré-islâmicos. A receita é não hesitar em combater os infiéis durante esses períodos. Provavelmente esta é uma tentativa de islamização destes meses sagrados, de sua "dessacralização". O interesse da comunidade deve ser enfatizado pela sacralidade assumida por esses meses. Lutar por esses períodos é "mal", reconhece o texto, mas o erro cometido pelos muçulmanos vai além desse mal e justifica plenamente a revogação da

antiga lei pré-islâmica, interferindo em todo o derramamento de sangue durante esses meses.

O contexto é o seguinte: durante um ataque a Nakhla, uma Meca que foi combatida por um muçulmano. Considerar Maomé, que ordenou a operação, sob acusações de violação das leis sagradas. Este versículo parece justificar a conduta do Profeta. Ele provou a importância que a instituição pré-islâmica do mês sagrado tem para os olhos dos muçulmanos. Ele também provou que, por decisão divina comunicada ao Profeta, essas leis são revogadas em benefício de novas leis islâmicas. O A razão para este fato é que a tentação da idolatria (*fitna*) é mais séria do que o ato da morte, que ocorria durante os meses sagrados. A ideologia do islamismo deve ser levada embora.

Sem serem obviamente "beligerantes" (embora estes últimos possam ser), esses versículos não têm a intenção de persuadir os muçulmanos da total legalidade das batalhas ordenadas pelo Profeta.

3. Os versos “antipacifistas”

Entre outros versículos, ele aponta a relutância de certos muçulmanos em lutar com armas, por vários motivos, e a desaprovação de seu comportamento expressa pelo Profeta, de acordo com a revelação recebida de Deus. Assim, o Corão II, 215 promete misericórdia divina àqueles que deixam sua terra para lutar no caminho de Deus. O Corão III, 159-163, estigmatiza os "vigaristas" que, alegando sua incompetência como guerreiros, conseguiram evitar participar da batalha de Uhud: eles estão, responde o Corão, mais próximos da infidelidade do que dela! Quanto àqueles que, permanecendo diante deles, lamentam que tantas pessoas agachadas estejam morrendo em batalha, Deus responde que eles não estão "mortos", mas vivem, pelo contrário, diante de Deus, para que possam descansar na vida. Isto é claramente um amor pela doutrina do martírio. Esta doutrina também pode estar enraizada em outro versículo (Corão IV, 69-99), que estigmatiza os crentes como sendo muito inclinados a lutar pela esperança dos mortos: pois, por mais legítimo que seja, os mortos não são apenas capazes de participar de tais batalhas contra os infiéis; Deus certamente recompensará aqueles que lutam por sua causa, pois eles serão admitidos em uma posição mais elevada do que aqueles que retornam ao combate.

La Sourate IX, 42-49 também traduz as recriminações de certos oportunistas diante das expedições militares ordenadas pelo Profeta. Os recalcitrantes são finalmente condenados: eles temem, caem em tentação e estão dispostos a morrer. De outros versículos (por exemplo, Alcorão XXXIII, 13-25) têm o mesmo sentido: são repreendidos a intervenção divina que traz a vitória aos muçulmanos (esses versos estão relacionados à batalha de Médine), ao mesmo tempo em que reduz significativamente o fracasso e busca evitar o combate. Os cantores foram salvos pelos exércitos celestiais invisíveis,

preservando a santidade de sua causa. Deus recompensará os fiéis que lutarem e punirão seus pecados.

Esses versículos mostram, portanto, uma falta de unanimidade na comunidade original: certos fiéis, temendo as revelações anteriores e o comportamento pacífico proposto pelo Profeta para se aproximarem de Meca, despertam da obrigação moral que têm de tomar parte nas batalhas e procuram resgatá-las, para que, com a permissão do Profeta (em nome de sua incapacidade física ou profissional), permaneçam em seu meio, e às vezes até contestem a ordem dada por Maomé. É preciso compreender que a revelação corânica, ao confirmar a opção bélica escolhida pelo Profeta, foi estabelecida ao mesmo tempo contra os fundamentos da doutrina bélica da *jihad,* o que a impediria como um todo e seria definida doutrinariamente.

4. Os versos "beligerantes"

Essa interpretação é muito mais profunda do que as citadas acima, pois os outros versículos são ainda mais claramente beligerantes. Esses são os versículos que a teoria evolucionista considera como "revogadores" daqueles que se assemelham aos pacifistas. Apesar dessa teoria, seu nome e sua força parecem suficientes para estabelecer a realidade de uma doutrina de *jihad guerreira* baseada no Alcorão.

Os mais comuns são os extratos de sulfa II; podemos traduzi-los assim:

« Combatei no Caminho de Deus aqueles que lutam contra vós, mas eu não sou transgressor! Deus não ama os transgressores.

Leve-os para onde quer que você os encontre! Expulse-os - eles foram expulsos! A perseguição [aos bandidos *]* é tão feroz que o mata. [Tudo], não lute contra eles aponte perto da Mesquita Sagrada diante de você e lute contra você! Se vocês [e] lutarem, matem-nos! Esta é a "recompensa" dos infiéis. » (Alcorão, II, 186-187)

Esses versículos foram estabelecidos contra a legalidade da guerra defensiva. Mas os versos seguintes permitem uma extensão desta doutrina da *jihad* . Eles recebem ordens de combater os "impies" até que a adoração somente a Deus seja estabelecida em todos os lugares. O resto deve ser determinado geograficamente de alguma forma por esta batalha. Não parece que Maomé estivesse naquela época escravizado em um território diferente da Arábia, onde desejava extirpar os "impies", termo que provavelmente denota esta data de seus inimigos politeístas:

« Lutem no caminho de Deus contra aqueles que querem guerrear contra vocês. Mas não cometa injustiça atacando-os primeiro, pois Deus não gosta de apontar injustiças. Vire-os onde você os encontrar e persiga-os onde você os caça. A tentação da idolatria é a carnificina da guerra» (Alcorão II, 186-187, trad. Kasimirski. R. Blachère traduz o mesmo: «Combatai-os apenas contra aquilo que não é mais do que perseguição [*fitna*] e que a

adoração é [prestada] a Allah; se eles pararem, mas abusarem do direito de fazer contra os malfeitores» (Alcorão II, 189).

O mesmo problema foi encontrado em diversas outras situações. É o caso do texto a seguir:

«Aos que são infiéis, se eles se afastarem, serão perdoados pelo que aconteceu. Se [pelo contrário] eles começarem [serão derrotados]: o caminho tradicional [*Sunna*] dos Antigos é revolucionado.

E combatê-los somente contra aqueles que não suportam nenhuma tentação [de abandonar, *fornicar*] e que adoram a Deus em todas as coisas [arrepender-se]! » (Alcorão VIII, 39-40)

O resultado final provavelmente não é uma guerra defensiva, pois ele também observa a tempestade que é:

« Não lutem contra as pessoas que violaram as suas serpentes e têm meios para expulsar o Apóstolo, depois do que irão quem atacou os primeiros? Porventura, redimir-vos-eis a vós mesmos, quando Deus é mais digno do que vós, se estais [verdadeiramente] exultando?

Lute contra eles! Por vossas mãos, Deus os atormentará e os cobrirá de problemas, enquanto Ele vos atormentará [vitoriosamente] contra eles, e Ele combaterá o ressentimento dos Escravos e afugentará a ira de seus corações. » (Alcorão IX, 14)

Mais uma vez, este texto se refere à luta travada em Médine pela comunidade liderada pelo Profeta contra aqueles que rejeitaram sua mensagem, romperam alianças e tentaram erradicar o islamismo emergente. Entretanto, a formulação da incitação ao combate pode dar margem a uma interpretação mais geral, no sentido de travar uma guerra "permanente" contra aqueles que não aceitam a mensagem do Profeta, os países politeístas, os idólatras e até mesmo o "povo dos Livres", a menos que se submetam à lei do Islã (sem querer se converter) e paguem tributo ao paciente. O texto agora diz:

« Vocês travam guerra contra aqueles que não acreditam em Deus para o último dia, que não consideram o ponto de defender o que Deus e Seus discípulos defendem, e contra aqueles entre os homens da Escritura que não professam a verdadeira religião. Lute contra eles assim como eles carregam o tributo de suas próprias mãos e são humilhados (Alcorão IX, 29, tradução de Kasimirski; R. Blachère traduz o mesmo: «Lute contra aqueles que não acreditam em Allah ou no último dia, [que] não declaram ilícito o que Allah e Seu Mensageiro declararam ilícito, [que] não praticam a religião da Verdade, enquanto você busca recitar a Escritura! [Lute contra eles] assim como eles carregam a *jizya* , diretamente [?] e enquanto eles são humilhados»).

No Alcorão, Deus claramente incita o Profeta a proclamar e pôr fim a esta guerra contra os infiéis da viagem (Alcorão IX, 74). Está nas mãos dos Mecquois, mas nada impede

que o conceito seja estendido ao nível dos príncipes. É o que os fundamentalistas atuais dizem, por exemplo, sobre este versículo, dado em Meca e visitando as tribos árabes infiéis:

"Quando encontrares aqueles que são infiéis, frappé-os até os redimires com misericórdia!" [Então,] fechem os links!
Então, ou a libertação ou uma solução após o fim da guerra. Esta é a ordem de Allah. Se Deus quiser, Ele será derrotado por eles; mas [Ele é seu servo] para prová-los a vocês pelos outros. Aqueles que lutam no Caminho de Allah, Allah não frustrará suas ações [louváveis]" (Alcorão XLVII, 4-5, trad. R. Blachère).

A tradução de Kasimirski é ainda mais clara:

"Quando você encontrar os infiéis, tente fazer deles uma grande carnificina e elimine-os por meio dos cativos que você fizer."
Então você os libertará ou lhes dará uma chance justa quando a guerra terminar. Se Deus quisesse, ele próprio triunfaria sobre eles; mas ele faz você lutar para prová-los a você pelos outros. Aqueles que certamente teriam tido sucesso no caminho de Deus, Deus não teria sido capaz de perder suas obras. »

A guerra travada no caminho de Deus (*jihad*) é, portanto, fraca para uma obra piedosa e meritória, uma obra na qual Deus quer associar os crentes para o seu bem, aumentando seus méritos.

Estamos aqui na linha do Antigo Testamento e das "guerras do eterno", mas nos antípodas da mensagem cristã das origens. A doutrina do Alcorão, assim como a do profeta de Alá, é, no nível da violência e da guerra, radicalmente contrária à doutrina dos Evangelhos e à atitude de Jesus.

A noção de guerra santa pôde, portanto, se espalhar por todo o islamismo histórico. Ela também poderia ser subjugada por versos pacíficos, ou atenuando a presença de versos belicosos e observando as circunstâncias que cercam sua revelação. Tudo depende do inter uma interpretação que será feita a partir dos versículos do Alcorão e dos principais episódios da vida exemplar do Profeta relatados pela Tradição.

Jihad *na* Sunnah

Após a morte do Profeta, o Alcorão continua sendo o padrão de comportamento e a fonte da lei. Mas ele nem sempre responde diretamente a todas as questões atuais que são colocadas aos críticos. Procuremos, portanto, nas palavras e ações do Profeta modelos que sejam encontrados em algum tipo de "jurisprudência". Esses "ditos do Profeta" (*hadith*), transmitidos oralmente por mais de um século, foram então reunidos e escritos: esses atos e palavras de Muhammad formam a " *Sunnah* do Profeta" e são fontes confiáveis. Com o tempo, a estatura lendária do Profeta realmente aumenta entre os fiéis: alguns até consideram que ele é infalível em suas ações e palavras.

A coleta, recepção e escrita dessas tradições orais um século após a morte do Profeta apresenta uma série de problemas: a falha em separar os relatos autênticos das narrativas "apócrifas", fábulas, lendas ou falsificações levantadas pelo fervor de Croissant e a autoridade desses relatos relacionados às palavras de Maomé. Portanto, não consegue estabelecer um sistema rigoroso para identificar tradições e controlar sua transmissão. O critério era o seguinte: para ser retido, o *hadith* deveria vir diretamente de um companheiro do Profeta e ser transmitido por meio de uma cadeia ininterrupta de palavras. O corpus estava oralmente decrépito até o século IX . Seus escritos, em vários lugares do mundo islâmico, compilaram os ditos de milhares de recitais, reunidos em inúmeras coleções.

Após a purificação, seis coleções foram retidas. Duas delas têm autoridade particular: esta é a cela de al-Bukhâri (falecido em 869) e a cela de al-Hajjâj (falecido em 873). Os muçulmanos depositam grande confiança neles. Este é, naturalmente, um ato de fé que não pode garantir que tradições falsas não estejam misturadas com recitais autênticos, nem que os recitais autênticos não estejam acompanhados de acréscimos alegres ou lendários.

A questão da guerra é evidentemente abordada nestes recitais. Elas são semelhantes às de uma época em que a doutrina da *jihad* era imposta, segundo a tendência belicosa que, naquela época, a esvaziava. Aqui nos deparamos com o capítulo chamado "O Livro da *Jihad* " . O livro começa com uma pergunta de uma pessoa fiel ao Profeta sobre qual é o maior bem. Ele respondeu que é em três aspectos: o primeiro consiste em fazer o primeiro nos tempos prescritos; o segundo a observar a piedade filial; o terceiro a cumprir a *jihad* . Em outros recitais ele coloca ainda mais ênfase em seu valor aos olhos de Deus. Assim, à pergunta de um fiel que pedia a Maomé para citar um ato superior à *jihad* , ele responde que não consegue encontrar ninguém. No entanto, ele afirma que *a jihad* é melhor que o mundo inteiro e tudo o que adoece. O conjunto do livro exalta a luta no caminho de Deus e os méritos aos quais ela está vinculada. Eles percebem que o termo *jihad* é usado em termos gerais, mas que sua dimensão bélica está claramente incluída.

Os relatos relativos às maneiras e regras de combate e ao estado de espírito e méritos dos combatentes não deixam dúvidas. Somos guiados pelos textos condenatórios daqueles que se recusam a lutar (Deus, o atormentador das calamidades subumanas), ou daqueles que lutam por muitos materiais («aquele que luta no caminho de Deus apenas por recompensas materiais não receberá nenhuma recompensa»), e ainda mais pelas recompensas nas promessas Au-delà para aqueles que lutam e morrem pela causa de Alá.

os combatentes *da jihad* têm a garantia de serem admitidos no paraíso, mesmo que não estejam directamente na campo de batalha. Suas ações bélicas são fracas em relação ao mérito em si mesmas. Aquele que morre em batalha, por sua vez, vai direto para o paraíso. O mesmo que: ele se tornou um mártir, sua intercessão é poderosa e eficaz; Ela pode entrar no paraíso dizendo aos seus familiares que, sem ela, iriam para o inferno. Um *hadith* também afirma a dignidade iminente do martírio em batalha: o Profeta de fato disse que ninguém que chora, se estiver disposto a morrer e for admitido no céu com Deus, não poderá retornar à terra para reviver, mesmo que lhe seja prometido possuir o mundo inteiro. Uma pessoa… exceto o mártir da *jihad* , porque depois de ter visto a grandeza, o valor, o mérito do martírio e seus privilégios, ele desejou retornar ao mundo para lutar e retornar ao novo.

Essas características destacam os méritos da *jihad* e as recompensas celestiais que ele busca transmitir àqueles que lutam as características específicas de uma guerra santa. Ela não é apenas justa, mas santa, porque se moveu por amor a Deus, em sua ordem, e está repleta de infinitos privilégios e recompensas com os quais Deus só pode concordar. Então você pode ganhar suas armas no desfile principal. Não encontramos nada mais belicoso nesses recitais coletados no século IX , que remontam a uma doutrina relativamente pacifista. A *guerra jihadista* definitivamente acabou.

Jihad *na* Síria : a vida do *Profeta*

A *Sura* é a estrutura cronológica dos relatos do tipo *hadith* que nos permite reconstituir a vida do Profeta. Escrito um século após a morte de Maomé, numa época em que seu prestígio estava à mercê do tema, ele é mais do que nunca caracterizado *por* uma relativa incerteza. Pode parecer inevitável para qualquer espírito crítico moderno que muitos traços lendários sejam adicionados a elementos verdadeiramente históricos.

Mas esses "prazeres", se existem, não alteram nossas conclusões sobre *a jihad* . De fato, eles obviamente têm em mente uma veneração, uma valorização da imagem do Profeta. Elas são da mesma forma altamente significativa que o Profeta quer perceber ao perceber os aspectos "positivos" de sua atitude pessoal. No que diz respeito *à jihad* , a *Sira* nos fornece, portanto, um reflexo da doutrina muçulmana oficial da *jihad* na época de sua redação, que remonta ao século IX . Isso é significativo porque a imagem da *jihad* é mais bélica do que nos documentos analisados anteriormente. É evidente que esta dimensão guerreira, sonhada pelo Profeta, era naquela época particularmente digna de louvor.

Ainda mais do que na revelação corânica, é na *Síria* que discernimos mais claramente a evolução do Profeta e da comunidade em direção a uma atitude mais belicosa, do período "pacifista" de Meca ao período de autodefesa de Medina, tornando-se conquistador e expansionista após a captura de Meca.

M AHOMET PARA O MECKE

Segundo os relatos das origens recolhidos na *Síria* , a nova religião não parece provocar reação antes que Maomé tome a iniciativa de denunciar as práticas idólatras. Desde então, a pequena comunidade tem sentido hostilidade. Ela foi atacada de frente e, pela primeira vez, um muçulmano espalhou seu sangue com uma flecha. O autor avança pessoalmente em um poema.

O próprio Maomé insulta ídolos, mas se abstém de toda violência física. Diante dos ferimentos sofridos ao retornar, ele permaneceu em silêncio. Toda a comunidade, minoritária e sem defensores, aproveita ao máximo e evita qualquer ocasião de envolvimento violento, mesmo que seus membros sejam insultados, espancados e perseguidos. Beaucoup é abundante depois na Abissínia, onde os negros concordam em protegê-los depois de terem sido questionados sobre isso. A *Sira* relata este episódio em que os muçulmanos explicam que Deus lhes enviou um profeta para destruir os ídolos, uma mensagem e um versículo que caracteriza suas antigas crenças.

A atitude desses primeiros muçulmanos não passa de um pacifismo principesco. Ela só tem a sensação de que ele não me deixou com um verdadeiro homem de guerra. Digo bem a Omar, porque Hamza se tornou muçulmano: os *sírios* celebraram suas virtudes guerreiras e

a proteção que também oferecem à jovem comunidade de cristãos: eles não são mais assediados fisicamente, mas continuam sendo gentis ao serem punidos e apressados.

Essa proteção "física" foi concedida após a morte de Khadija e Abu Talib, filho de Maomé. Entretanto, alguns grupos de Yathrib (a futura Médine) se uniram à comunidade e começaram a se defender com as armas de Maomé contra seus inimigos. Os habitantes de Médine são, portanto, os primeiros a decidirem entrar em guerra.

Deus então revelou a Maomé que ele estava autorizado a lutar contra aqueles que os oprimiam. Esta revelação está registrada no Alcorão: "Deus prometeu àqueles que recebem os ultrajes de combater seus inimigos; Deus é capaz de protegê-los" (Alcorão XXII, 40). Naquela época, foi o próprio Maomé, e ninguém menos que os coraixitas, que tomou a iniciativa nas batalhas. Depois da Hégira, em Médine, ele organizou sua comunidade para lutar contra eles com armas.

M AHOMET EM MEDINA

La *Sîra* conta que, quando chegou a Médine, trinta anos após sua primeira revelação, Maomé se preparou para a guerra, segundo a ordem de Deus que defendia *a jihad* contra os mequenses. Durante o primeiro confronto, um Mecquois é morto. Esta é a ocasião em que surge o problema assunto referente ao mês sagrado (*rajab*). Este homicídio causou problemas na comunidade. Os oponentes e acusadores de Maomé, que não se dirigiram a ele, deram-lhe a ordem de batalha durante esse período. Essa crise interna é exacerbada, como ele viu, por uma revelação corânica que justifica Maomé.

Durante o segundo confronto, na batalha de Badr, o próprio Maomé incitou seus seguidores à guerra, prometendo o paraíso àqueles que morressem em combate. A *Sira* relata sobre essas propostas diversas anedotas relacionadas à doutrina do martírio dos lutadores no caminho de Alá. Eles estão tentando reduzir a concepção "oficial" de *jihad* na época de seu editorial.

Não há dúvida de que após a chegada de Maomé em Médine, após a batalha de Badr, houve uma situação de acordo com o chamado "de Médine". Ela foi realizada antes de estabelecer um compromisso, uma mediação que permitisse regular as relações entre os refugiados muçulmanos em Médine e as outras tribos da área circundante, judeus, cristãos ou idólatras, e para evitar querelas internas, as alianças dessas tribos com os adversários mansos de Maomé. De acordo com o acordo, essas tribos mantêm uma certa “autonomia” e suas próprias responsabilidades, mas se comprometem a não fazer guerra sem a autorização de Maomé (artigo 36); Em troca, a “luta no caminho de Deus” exige a plena solidariedade de todos os fiéis (art. 19); Os juízes também devem contribuir com seus recursos (art. 24); Judeus e muçulmanos prestam assistência mútua contra epidemias (Artigo 37).

Conclusão

Os acordos de Médine podem ser considerados como a primeira "carta" da *Umma* . Elas parecem traduzir o ato de nascimento da comunidade muçulmana sob a liderança político-militar-religiosa de Maomé.

Nessa comunidade, a guerra desempenhava um papel importante, pois era preciso se defender de inúmeros inimigos. Esta guerra assume contornos religiosos e até sagrados na medida em que é travada contra os infiéis, sob a orientação do Profeta e com cautela divina, às vezes até mesmo por ordem direta de Alá. Esses aspectos da guerra santa, ainda presentes em germe no Alcorão e ainda mais na *Sunnah* , estão definitivamente estabelecidos na doutrina e nas mentalidades muçulmanas na época da escrita da Vida do Profeta, no decorrer do século IX . A jihad , codificada pelos democratas, é feita, por sua vez , objeto de exposições doutrinárias e traidoras que difundem a ideia e discutem modalidades.

A noção de uma *jihad militante* era, no entanto, admissível mesmo antes de sua fixação doutrinária, pelo menos na mentalidade comum dos muçulmanos desde a época do Profeta. A ordem de combate contra os "politeístas" insurgentes de Meca era particularmente clara: "Quando o mês sagrado chega ao fim, vocês, politeístas, onde quer que os encontrem" (Alcorão IX, 5, ver também II, 187-190). Somente o arrependimento (a ser distinguido da conversão), a aceitação do sacerdócio muçulmano e o pagamento do imposto islâmico poderiam fazer com que sofressem um ataque. Os idólatras de Meca não eram apenas aqueles que foram escravizados pela guerra na época de Maomé: as tribos judaicas ou cristãs também permaneceram assim, se não se conformassem com as exigências de lealdade ou submissão de Maomé.

Entretanto, devemos observar que a guerra santa não deve ser travada sistematicamente contra todos aqueles que não aceitam o islamismo. Certamente, a comunidade de compadres deve ser apoiada e protegida militarmente por todos os muçulmanos, por solidariedade, e um ataque a uma parte dessa comunidade era considerado um ataque de todo o grupo. Mas desde suas origens, Maomé liderou uma política muito complexa de alianças com tribos não muçulmanas, uma política que limitou muito os casos de guerra santa.

Qual é então a extensão da obrigação pessoal da *jihad* em sua forma guerreira? A doutrina de Maomé exige teoricamente a mobilização de toda a população capaz de portar armas. Mas, na realidade prática, devemos primeiro perceber que o sucesso da guerra ofensiva depende essencialmente da cavalaria; ou, este cavalo era coûteuse. O financiamento de um cavaleiro armado torna-se, portanto, um meio aceitável de cumprir a obrigação moral da guerra santa. Estamos nas origens da delegação da *jihad* aos profissionais de guerra, que será praticada mais tarde.

A instalação de Maomé em Meca, após sua vitória, não pôs fim à guerra em seu programa. Pelo contrário, uma de suas primeiras decisões foi confrontar as tribos que se opunham ao islamismo no Hejaz, e ele as abandonou na Batalha de Hunayn. Em 631, Maomé desejou liderar sua última grande expedição militar ao norte do Hejaz. A origem desta campanha parece ter sido uma revelação divina. É traduzido como uma declaração de guerra contra cristãos e juízes, descritos como "nem creiam em Deus nem hoje", e equiparados aos "hipócritas".

Ele alegou, evidentemente, que uma *jihad foi travada* no sentido sagrado da guerra. De fato, dos agachados que estão lutando no curso desta grande expedição, Maomé afirma que Alá lhes permitirá entrar no paraíso de sua morte. Ele também disse (o que é menos surpreendente) que a Torá e os Evangelhos também contêm essas promessas de martírio aos crucificados. Se alguém pode pensar, de fato, que tal doutrina do martírio pode existir (mas pode até existir) nos escritos sagrados do judaísmo, é claro que ela não pode em nenhum caso pretender ser o Evangelho, que não contém nenhum vestígio, ou pelo contrário, como em seu predecessor. Pelo menos, eu entendo bem, como os muçulmanos (às vezes) professam, que os Evangelhos foram modificados, amputados ou pervertidos, como todos os escritos sagrados da Bíblia. É evidentemente um deles afirmação que vem da confissão de si mesmo, e não da razão crítica, que não anula essa coisa. O historiador nunca pode ter voz ativa em seu próprio argumento.

Em muitas repetições, mesmo antes de suas últimas declarações de tendência particularmente belicosa (o sermão de despedida proferido por Maomé por ocasião da peregrinação à Caaba, considerado como a realização de sua mensagem), Maomé afirmou que Deus prevaleceria sobre o islamismo entre todas as outras religiões. Esta afirmação abre claramente caminho para um programa de conquista, embora muito provavelmente se refira a uma dominação religiosa mais plutoniana do que secular, ainda que ambos os aspectos possam ser dissociados em seu pensamento. O fato é que os muçulmanos têm a tarefa de islamizar o mundo inteiro pela força das armas (entendendo, em resposta a isso, a submissão à lei do Islã, e não a conversão dos habitantes pela força). A conquista religiosa estava no centro da mensagem, mas a dominação política era a condição necessária, secundária e importantíssima para garantir o triunfo do islamismo. A guerra santa, portanto, formou, após a morte do Profeta, um duplo papel político e religioso, de acordo com a mesma natureza da *jihad* , que, como qualquer guerra santa, resultou da união interna desses dois domínios.

CAPÍTULO 6

Jihad e conquistas muçulmanas

A comunidade muçulmana certamente não travava guerras por seu valor primeiro ou objetivo, mas o comportamento guerreiro de Maomé, que era puramente defensivo, voltado para a expansão de armas, o que foi impedido pelas revelações corânicas que justificavam o uso de armas para o bem da comunidade, necessariamente implicava uma apreciação moral da guerra. Isso se traduz por uma interpretação cada vez mais "guerreira" dos versículos do Alcorão e pela atitude passiva do Profeta. É significativo que as primeiras tentativas de reunir os elementos biográficos de Maomé após sua morte tenham sido chamadas de *al-Maghazi* ("as campanhas do Profeta"). Analistas posteriores atribuíram isso aos grandes ataques anteriores de 20 de setembro.

Não é certo, porém, que o Profeta pretendesse pôr fim a essas campanhas na Arábia, mesmo que, antes de sua morte, ele tenha se preparado sem medo para liderar uma campanha ao norte do Hejaz. Os seus sucessores, por outro lado, foram muito cuidadosos em alargar o âmbito da sua acção militar-religiosa, ao mesmo tempo que alargavam as possíveis interpretações da *jihad* .

Formação de um Império Árabe

A morte repentina de Maomé foi um choque terrível para a comunidade de croyants (*Umma*). Nada tinha sido verão antes de sua sucessão. A comunidade foi fundada na união interna de uma ideologia religiosa e de um Estado ainda embrionário. O que aconteceria com ele após a morte de seu chefe, quando ele era um profeta e chefe de Estado? As tendências anárquicas da sociedade árabe e as rivalidades entre clãs corriam o risco de despertar.

Eles se manifestaram de fato, desde sua morte: naquela mesma noite (8-9 de junho de 632), enquanto o corpo do Profeta jazia na cabine onde ele havia se retirado para descansar, os chefes de sua comitiva discutiam, tentando preservar a unidade. Ele falhou, para sucedê-lo à frente da comunidade-estado, em ser um companheiro das primeiras lutas, um continuador do pensamento do Profeta, mas alguém que não fosse muito marcado, decepcionado por pertencer à sua própria tribo.

Abou Bekr, o lindo pai de Maomé, escolheu como "substituto" (*khalifa* , de onde vem o francês "calife"). Mas outros membros da família do profeta – e junto com Ali, seu filho, Abbas, seu tio, Abou Sofyân, e outro de seus belos pais – pretendem coletar a sucessão para o benefício de seu clã. Eles não reconhecem Abou Bekr e, para evitar que ele apareça como o sucessor designado do Profeta, eles antecipam os eventos funerários "oficiais" que podem ser provocados por ele: eles então ensinam Maomé a deitar-se ao sol, mesmo na cabana onde ele morreu.

A dissensão ameaça mais do que nunca. Abou Bekr triunfou: ele começou matando as tribos árabes revoltadas, dificultando assim a expansão militar do estado muçulmano.

Vários motivos levam a tomar essa decisão. A Arábia era superpovoada, árida, mas muito apta para a agricultura e liderada por uma aristocracia guerreira que, ao agilizar o trabalho da terra, vivia sem comércio e valorizava os ataques. A solução é empreender conquistas nas regiões férteis e ricas do Alentejo, do Egito e do fértil Croissant, para duplicar os lucros: imediatamente na forma de espólio de guerra e mais duradouramente através da anexação ou submissão.

A conquista armada também poderia trazer um remédio para as tensões internas, uma saída para a efervescência belicosa das tribos árabes e seu apetite por pilhagem; Poderia também constituir um fator de coesão ideológica, uma forma de afirmar a "paz árabe" dentro do Estado emergente, de unir num mesmo espírito político-religioso os fiéis dos clãs rivais. Todos esses fatores levaram à conquista da guerra, apesar de toda a definição de desejo pela *jihad,* que ainda era mal definida naquela época.

As operações militares em toda a Arábia foram muito extensas, particularmente sob Omar, sucessor de Abu Bakr em 634: o Império Bizantino, como ele o via, estava então enfraquecido por uma longa guerra contra os persas e minado por divisões internas entre a

maioria das populações cristãs, mas também por várias confissões, frequentemente atacadas por Bizâncio. Em poucos anos, às vezes com a cumplicidade ou pelo menos a passividade dessas massas oprimidas, na maioria das vezes na indiferença das células, os exércitos árabe-muçulmanos conquistaram no norte a Palestina, a Síria, a Pérsia, a Armênia (637-650); no leste, Egito (640), depois Líbia (642), Ifriqiya (Tunísia, 670), depois o extremo Magrebe (Marrocos). Là, Oqba, no final de um cavalo solitário, colocou seu cavalo nas frotas do Atlântico. O gesto é simbólico, e é assim: o Islão existe dentro dos limites extremos ocidentais do mundo habitado (681).

No Magrebe, este ainda é um cavalo isolado, mas mesmo assim, apesar da resistência de uma coalizão formada por tribos berberes das montanhas, em sua maioria camponeses (lideradas por um "profeta", o Kahina) e forças cristãs-bizantinas, uma nova expedição árabe parte de Kairouan (698) e vence a resistência do Magrebe ao romper a aliança de citadinos e montanheses, de sedentários e nômades.

O governador de Ifriqiya, Moussa, interrompeu a submissão para a conversão dos berberes: ele foi obrigado a retornar em os filhos dos chefs vaidosos foram criados, educados no islamismo e alistados em seus exércitos de novos convertidos ou comícios. A conversão dos chefs envolve viver nas massas.

Poucos anos depois, essas tropas berberes islamizadas (sob a orientação de Tariq) deram provas de sua fidelidade e coragem militar ao lado dos árabes durante a conquista da Espanha, que ocorreu durante sua viagem (Toledo, 711). Outre-Pyrénées, Narbonne foi fundada em 718, e os ataques árabes foram direcionados para Toulouse, depois para Tours de um lado e para Lyon do outro.

Em 732, a Batalha de Poitiers marcou o último ponto de avanço árabe no Ocidente, enquanto na Espanha, desde 720, a resistência cristã foi organizada nas Astúrias. Ela continua embrionária, e em todos os lugares os muçulmanos triunfam. O Império Árabe foi conquistado pela conquista das ilhas: Chipre, Creta (827), Sicília, Sardenha (827), Ilhas Baleares, Córsega (850). A conquista militar dos guerreiros de Alá levou à formação de um verdadeiro império árabe-muçulmano, do qual o islamismo é o principal cimento.

Um império deslocado

Podemos falar o Império Árabe como falamos o Império Romano: em todos os lugares, nas terras conquistadas, a nova lei é imposta, a linguagem dos vãos, como o Alcorão (deformado pela suíte nos dialetos locais), uma cultura comum, nutrida pelas civilizações vãs, como se Roma fosse enriquecida pela cultura grega. Os árabes nada mais são do que uma minoria dominante ocupando os postos centrais. O islamismo é o denominador comum mais forte, o melhor elo entre diversas populações indígenas majoritárias, onde as particularidades não são completamente apagadas.

Império Árabe-Muçulmano, é claro, mas não politicamente unido: vive muito das rivalidades mais evocadas em sua origem. dia, mascarado pelo entusiasmo e fervor das primeiras conquistas. Em 644, Otman era o califa; ele apoia seu primo Muawia, filho de Abou Sofyân, governador de Damasco, que quer introduzir o príncipe na dinastia; Ele foi assassinado em 656.

Os conflitos internos são então exacerbados: Ali (marido de Fátima, filha de Maomé) é proclamado califa de Medina e inimigo, na "batalha de Chameau", dos seguidores de Aisha, que vela pelo Profeta (656). Ele deixou Muawiyah, querendo vingar a morte de seu tio. Uma longa batalha (Siffin, 657) entre dois exércitos muçulmanos. Para pôr fim a essas batalhas entre bandidos, certos guerreiros (os Kharidjites, rigoristas que se opõem à supremacia política da família do Profeta) colocam os Alcorões na vanguarda de suas lutas. Este apelo simbólico à unidade muçulmana impressiona os guerreiros muçulmanos. Ambos os lados são encaminhados para arbitragem e Ali sai vitorioso. Muawiyah foi proclamado califa de Jerusalém em 658, fundando assim a dinastia omíada. Mas os xiitas, seguidores de Ali (que foi morto por um caridjita em 661), atribuíram a ele um poder espiritual transmissível, após sua morte, aos seus descendentes. Em 680, na batalha de Kerbela, o filho de Ali, Hussein, morreu. Xiitas e kharidjitas são severamente reprimidos. A dinastia omíada triunfou e a unidade foi restaurada pela força das armas, com Damas como capital.

Esta unidade não durará mais de um século. Em 750, Aboul-Abbas (um descendente de Abbas, filho de Maomé), decidiu poder se autodenominar um islamismo rigoroso e igualitário, e assassinou todos os omíadas. Ele fundou a dinastia Abássida (750-1248) e transferiu sua capital para Bagdá. O poder dos ulemás (professores de direito) é fortalecido; O novo regime sunita quer ser religioso, mais muçulmano do que árabe, e está preparando um retorno à ortodoxia e à Tradição (*Sunna*).

Entretanto, um omíada estava envolvido no massacre: Abd'al Rahman. Ele se refugiou na Espanha muçulmana (*al-Andalus*), o Emirado Omíada de Córdoba fica no centro dela. A unidade política também se rompeu no Magrebe, o que logo se tornou um conflito entre os omíadas de Córdoba e outra potência político-religiosa, incluindo os fatímidas, de obediência xiita, que se estabeleceu na fronteira com a Tunísia (909), depois no resto do

Magrebe, e assumiu o controle do Egito (969). É o resultado de sérios conflitos com o poder de ab-assassinar. Essa rivalidade entre o Egito fatímida e o Oriente Próximo sunita continuou até a chegada das Cruzadas em 1098. Eles sofreram com essas dissensões, que foram exacerbadas pela irrupção no Oriente Próximo dos turcos seljúcidas, que eram recentemente convertidos ao islamismo sunita.

Este resumo mostra que a unidade do mundo árabe-muçulmano é precária, tanto no nível religioso quanto político, com ambos os domínios cada vez mais interligados. O império do islamismo não é nada mais monolítico que o cristianismo ao mesmo tempo. A religião não é menos o fundamento principal da comunidade muçulmana do que o cristianismo que a constitui. É isso que, essencialmente, cria a ideologia da guerra santa em ambas as entidades.

Essa ideologia, que vimos, ainda está ausente do cristianismo na época aqui mencionada. Por outro lado, ela nasceu e se espalhou muito no mundo muçulmano, com base em alguns versículos controversos de interpretação do Alcorão e na Tradição que relata os "ditos" do Profeta (*hadith*) coletados, classificados e codificados na era abássida. O que é a natureza e qual o papel que a doutrina da *jihad desempenhou* no mundo muçulmano e em suas conquistas?

Evolução da doutrina e prática da *jihad*

Maomé, como vi, não tinha relutância em usar a violência armada. É o mesmo para esta atividade bélica que ele começa a avaliar suas autoridades em Médine, uma vez que em toda a Arábia. As expedições do Profeta e os templos contra os mequenses estão dentro das práticas costumeiras da Arábia naquela época. Mas a presença do Profeta nessas operações, realizadas em prol do islamismo nascente, as torna sagradas de maneira evidente.

Não se trata apenas de promover *a jihad* (em sua definição de guerra "externa"), mas de tentar e pelo menos impor o islamismo à Arábia e ao povo árabe. Além disso, a atitude do Profeta em relação aos seus inimigos quando ele estava em Medina e a existência de vários versículos corânicos "beligerantes" alertando contra essas expedições guerreiras comprometidas com o triunfo da pequena comunidade de agachados sobre seus inimigos poderiam ser consoladas e orientadas. A assimilação desses golpes às "batalhas no caminho de Alá" serve efetivamente como base para a elaboração da noção de *jihad* em um sentido maior e mais universal de guerra, ao mesmo tempo em que se afirma a ideia do universalismo do islamismo, que não pode ser clara no espírito dos fundadores. Esse universalismo assume uma dimensão mais franca com suas primeiras conquistas: a própria expansão é assimilada à “batalha no caminho de Deus”. A ideia da extensão do poder árabe é baseada na doutrina da soberania universal da religião pregada pelo Profeta.

Como muitas vezes acontece, os fatos históricos aqui, até certo ponto, precedem a teoria, inspirando-se todos em seus princípios. A teoria da *jihad* foi desenvolvida após o golpe de Estado, entre os séculos IX e XI ’ numa época em que, paradoxalmente, as conquistas se encontram estagnadas e, por vezes, até em refluxo, e onde o espírito da “guerra santa” se extingue (ver textos n.º 29 , 30 e 31).

A definição doutrinária da *jihad* pelos juristas é, portanto, essencialmente baseada na noção de uma comunidade de crentes (*Ummah*), que os muçulmanos consideram, de acordo com a vontade de Deus, a entidade mais perfeita do mundo. Deus lhe atribui uma função, uma missão: estabelecer direitos na terra e estabelecer a supremacia da religião verdadeira. região, islamismo. Por isso, é necessário combater os infiéis que dominam as regiões vizinhas, nas “terras da impureza”.

Desenvolve- se assim a teoria de uma *jihad ofensiva permanente* , da qual os governos políticos são responsáveis e que devem liderá-los: os doutores da fonte prevalecerão sobre a necessidade de iniciar a guerra contra os infiéis, não só pela ameaça que eles ainda enfrentam sobre a comunidade e sobre o mundo muçulmano, mas também por sua infidelidade. O islamismo é a verdadeira religião, e a *Ummah* a melhor comunidade, o que resulta principalmente, aos seus olhos, do islamismo por natureza, como uma religião e um conjunto de instituições, uma vocação para alcançar o universo inteiro, no abraço da força das armas, em uma batalha que durará até o fim dos tempos.

Os traços da paz concluída com o inimigo devem, portanto, sob esta perspectiva, ser considerados como pais, tréguas que serão rejeitadas, aceitas ou propostas enquanto não forem úteis ou favoráveis à comunidade. O "domínio do Islã" (*Dar al-Islam*) deve se estender ao mundo inteiro, e o "território da impureza" é então consolidado com o "domínio da guerra" (*Dar al-Harb*): ele deve ser transformado na terra do Islã pela *jihad* . Essas distinções de ordem territorial são, notamos, desconhecidas no Alcorão, que fala apenas dos fiéis de um lado e dos infiéis do outro.

Essa concepção conquistadora e totalitária de um islamismo destinado a reinar em todo o mundo é obviamente teórica: ela se revela irrealizável, quimérica, e cria assim uma terceira designação territorial jurídica: o "domínio de treve" (*Dar al-Sulh*), composto por regiões que aceitam a paz por meio de tributos. Os juristas, portanto, observam as aparências ao afirmar que esse tributo é um reconhecimento da autoridade e supremacia do Islã. Estes conceitos doutrinários da *jihad* também *a posteriori* , no que diz respeito às entidades territoriais, as categorias admitidas desde a origem do Islão no que diz respeito às pessoas, divididas em três grupos: os fiéis (os muçulmanos) homens), os infiéis (países e assimilados que se opõem ao islamismo), finalmente aqueles que, sem serem muçulmanos, se submetem às suas leis e têm o direito de viver em paz como "protegidos" (*dhimmi*).

Esses conceitos legais radicais da *jihad* também são naturais, por reação, de interpretações espiritualizantes. Com base em um *hadith tardio* e na resposta do Profeta que declarou, no retorno de uma expedição vitoriosa: "Nós resgatamos a *jihad mais fraca* , lutamos contra a *jihad maior* ", alguns moralistas propõem uma *jihad interna* , luta moral, espiritual e mística, transferindo o combate bélico para o caminho de Allah e buscando o triunfo da *Ummah* em uma purificação interna do indivíduo e também da comunidade por meio da perfeição moral, do rigor doutrinário, da luta contra os desvios e as heresias.

A doutrina do martírio desde o tempo do combate não foi amplamente desenvolvida nas tradições da *jihad:* é claro que o legado do mártir não precisa ser lavado, que ele é admitido no céu sem ter que passar pelo tormento da sepultura, pois todos os seus pecados são perdoados (apesar dos ferimentos); que ele também compartilha com o profeta o privilégio de poder interceder junto a Deus por aqueles que o amam, etc. Esta única dimensão ilustra bem o significado fundamental da guerra santa que *a jihad implica* neste momento.

É, portanto, muito mais do que nunca que entre a doutrina da *jihad* , codificada pelos juristas dos séculos IX e XI ʼ e a noção primitiva de *jihad,* se diz que ela foi compreendida pelos muçulmanos desde os primeiros tempos da conquista, indubitavelmente inspirada, portanto, por motivações religiosas. Se a doutrina puramente corânica da *jihad* não é fundamentalmente bélica, é bastante claro que, desde suas origens, a guerra foi um elemento constitutivo da primeira comunidade; Os muçulmanos conquistadores irão ainda mais longe, no fundo deles, mesmo que não seja assim. mas claramente definida

doutrinariamente, a noção de uma *jihad guerreira e ofensiva* , destinada a assegurar o triunfo do Islão e da comunidade dos fiéis, e assim sacralizada e capaz de proporcionar as alegrias do paraíso e o estatuto de mártir àqueles que perdem a vida. Essas características da guerra santa foram ainda mais ampliadas do século IX ao XI .

Jihad e tolerância

As conquistas muçulmanas não são para guerras missionárias: elas são apenas para a conversão de todos os infiéis, mas sua submissão à lei da vitória.

Também se pode dizer que, apesar da magnitude dos sucessos relatados, as conversões continuarão sendo menos encorajadoras, mas serão desencorajadas. Teoricamente, pelo menos, eles conferiam ao novo cidadão o status inteiramente, dentro da comunidade, do lado dos conquistadores: ele era destinado, como eles, isento de impostos e admitido aos mesmos privilégios legais, sem as mesmas funções. A predominância e perda do árabe. A igualdade mistura as diferenças. Às vezes, ela conseguia respeitar as demandas pela igualdade dos compadres, as questões das populações indígenas islamizadas e foram justamente uma das causas da revolução abássida.

A conquista, no entanto, não foi totalmente tranquila. E ali, como em toda guerra, acontecem massacres. Porque se os muçulmanos não exigem a conversão de seus adversários, eles exigem sua submissão à nova lei do Estado muçulmano. Toda resistência armada aos combatentes de Alá lança seus inimigos no acampamento dos ímpios, assimilando-os com o mesmo golpe, que é sua religião, os inimigos de Deus e do Islã, passíveis de morte. Em troca, se eles se renderem e concordarem em passar sob a autoridade dos vãos, os juízes e os cristãos obtêm o direito viver como *um dhimmi* , protege: cidadãos de segunda classe, cidadãos certos, mas dependentes. Os países, por outro lado, não têm direito de citação: para eles, há conversão ou morte.

Aqui encontramos, especialmente no Iraque Abássida e às vezes na Espanha muçulmana (al-Andalus), judeus e também (mais raramente) cristãos ocupando cargos elevados ao lado de governos e se iluminando nas ciências (medicina, matemática), artes e letras.

Já existem certos limites para essa tolerância; uma "tolerância" que os outros devem entender num sentido restritivo, a fim de evitar a perseguição por causa da religião. De fato, essas perseguições continuaram a ser muito raras antes do século XI , e é por isso que é importante testemunhar a credibilidade do islamismo medieval.

Essa forma de "tolerância" admite discriminação em troca, já que não concede aos não-muçulmanos os mesmos direitos que os cristãos. As publicações informam periodicamente aos governos que eles devem respeitar as medidas discriminatórias impostas a impostos, juízes e cristãos: proibições de vestimentas que permitam distinguir à primeira vista um juiz ou um cristão de um muçulmano (por exemplo, proibição de barba e turbante, cinto obrigatório e roupas de cor amarela, etc.) ou discriminatórias (proibição de emprego em escritórios administrativos de juízes ou cristãos). A multiplicidade dessas respostas mostra, é claro, que essas medidas nem sempre são aplicadas de forma rigorosa, mas também são coerentes com os limites dessa "tolerância" indulgente. Este é particularmente

o caso da Espanha, durante o período almorávida, no século XI, dos almóadas que os sucederam e que apresentavam um islamismo "puro e rigoroso", reforçando proibições e medidas discriminatórias ou humilhantes.

Apesar desses limites, essa "tolerância", que ignora o novo, é notável para a época. Ela se junta em suas fundações – mas diminui muito em os fatos - isto é, os Estados cristãos concordam com os judeus no cristianismo ocidental e são baseados em princípios semelhantes: para o islamismo, judeus e cristãos são cristãos que receberam a revelação de profetas anteriores reconhecidos como tais. Mas eles o esqueceram, o perverteram ou o desnaturaram. Maomé, ao receber e publicar o Alcorão, retificará e completará as revelações anteriores, levando-as assim à sua perfeição.

O cristianismo teve pouco a ver com a mesma percepção das coisas em relação ao judaísmo: para os cristãos, Jesus veio para cumprir a lei de Moisés, para prolongar a mensagem dos profetas, para impedir a revelação antiga. E ainda: pela Encarnação, como Filho de Deus, Jesus é ele mesmo para a revelação deles. O Evangelho, coração do Novo Testamento, completa e dá pleno sentido à Bíblia dos judeus, o Antigo Testamento.

Assim, em ambos os casos, a nova revelação se concentra na antiga, que visa prolongar, completar, cumprir e purificar. O cristianismo antigo e medieval tolerou (apesar dos períodos de crise em que retornamos) os judeus porque reconheceu Moisés e os profetas como os arautos de Jesus. O islamismo, no entanto, tolera judeus e cristãos porque também reconhece Moisés e Jesus como profetas, precursores de Maomé.

Por outro lado, o judaísmo e o cristianismo não podem desejar manifestar essa atitude em relação ao islamismo sem sequer considerar a qualidade profética de Maomé: neste caso, em toda a lógica, judeus e cristãos devem então se tornar muçulmanos. O Príncipe da Pré-História nos explica a tendência à qual somos levados, forçando os cristãos a conquistar ou ameaçar o islamismo, a ver em Maomé não apenas um falso profeta, mas um herege cristão, criado pelas forças obscuras do Anticristo.

Finalmente, a civilização árabe está avançando, neste momento, que está crescendo e morrendo; A língua árabe, que a transmite, impõe-se muito bem a todos os habitantes das zonas submissos. O risco é grande, para os cristãos que vivem na terra do islamismo, de uma verdadeira aculturação, de abandonar a história em troca da assimilação, da integração. Alguns espíritos rigorosos então tomam conta deles, forçando assim a oposição, colorindo com os matizes das sombras mais escuras o islamismo e os muçulmanos, dos quais eles dependem, criando caricaturas destinadas a elogiar, desacreditar, repudiar. Foi o que ocorreu particularmente na Espanha, no século X, com os "mártires de Córdoba", esses cristãos fanáticos executados por terem insultado Maomé e o islamismo.

Essas charges com tendências polêmicas, também presentes no Oriente, contribuem para "demonizar" o adversário muçulmano. Este é um novo elemento constituinte da noção de guerra santa que está apenas começando a ser desenvolvida no Ocidente cristão. Ela

nasce sem vínculos diretos com a doutrina da *jihad* , mas se desenvolve e se expande no contato "bruto" de duas civilizações.

CAPÍTULO 7

Arma ideológica
A imagem do islamismo no cristianismo

Em um século, exércitos árabes-muçulmanos se espalharam por vastos territórios no Oriente Próximo, na África, na Espanha, territórios que foram todos fortemente cristianizados, às vezes por mais de meio milênio, particularmente no Oriente Próximo, dominado pelo cristianismo. As divisões confessionais, como ele viu, facilitaram as conquistas muçulmanas; mas não precisa ser concluído até que os conquistadores estejam em toda parte e sempre sejam aceitos sem resistência. Nos espíritos cristãos, medrosos ou ameaçados, três tendências surgem todos os dias.

A primeira, conciliatória e até certo ponto oportunista, permitiu que os fiéis aceitassem a dominação política árabe, se beneficiassem de sua relativa tolerância, se submetessem às leis impostas, adotassem até mesmo a língua árabe dominante e a cultura que ela transmite.

O segundo, uma caricatura do anterior, é sobre a conversão ao islamismo, por meio do oportunismo ou da assimilação cultural.

A terceira tendência é dupla, devido a algumas nuances: é composta por uma parte daqueles que, desde os primeiros tempos da conquista árabe, sofreram com o particularismo religioso que a inspirou e que lhe resistiu em seu nome, seja por meio das armas, seja por meio da propaganda, reprimindo assim naturalmente a conquista. Aqui encontramos as primeiras manifestações no Oriente, desde os primeiros tempos da conquista. Adicione a esta oposição uma forma de integridade religiosa isu de milieux clérigos ou monges, em resposta à ameaça que a atração da civilização árabe-muçulmana, apesar da existência de comunidades cristãs, representa para a aculturação. É o caso, por exemplo, dos “mártires de Córdoba”.

É o resultado de escritos controversos que, por ignorância sem fé, mas ainda mais pela propaganda do mal, caricaturando ou desnaturando o islamismo, destroem esta religião e seus adeptos com uma imagem repousante destinada a destruir os cristãos.

Ao mesmo tempo, esses escritos buscam atribuir às invasões e conquistas árabes um lugar na história sagrada, interpretando as invasões muçulmanas como um castigo profeticamente previsto por Deus, mas que deve terminar nas datas que os autores buscam especificar, datas que às vezes são relacionadas ao Fim dos Tempos ou arautos do futuro. Assim, a ameaça escatológica se une à esperança de libertação armada, contribuindo para

favorecer o surgimento da noção de uma guerra santa que mais tarde desembocará numa cruzada.

A controvérsia anti-muçulmana no Oriente

Autores orientais apresentam as invasões árabes como um castigo infligido por Deus ao seu povo por causa de seus pecados. Esta afirmação foi encontrada em 634 no Patriarca Sofrônio de Jerusalém, e depois em Máximo, o Confessor (falecido em 662); Subsiste na suíte com três nomes de escrita oriental.

Os árabes não foram os primeiros invasores desta região, que desde então aumentou o número de invasões. É por isso que os primeiros autores esperam que essa punição tenha curta duração. Mas em breve, notando que a dominação árabe-muçulmana continua, eles irão censurar a situação atual do povo de Deus, conforme relatado por na Bíblia. Eles assimilam os árabes a um "sabor de Deus", desempenhando o papel devolvido aos povos das nações oprimidas pelo povo hebreu, cumprindo sem conhecimento a vontade divina e seu desígnio pedagógico. Isto é para relatar os fatos apresentados na história sagrada, que são ditos e anunciados na Bíblia. Alguns autores afirmam, e podem até encontrar nas profecias bíblicas, o anúncio dessa dominação muçulmana.

Ainda não é o caso de um escrito escrito por volta de 640 e atribuído a um certo Jacó, recentemente convertido. O grande propósito dos profetas é demonstrar aos seus antigos correligionários que Jesus é de fato o Cristo, o Messias. Ela aparece em vigor no final das 69 "semanas proféticas de anos" (69 × 7 anos) anunciadas por Daniel (Daniel 9:20-27). Acrescenta-se que esta primeira Paróquia de Cristo se seguirá, no fim dos tempos, para seu retorno em glória e majestade. Ou, segundo ele, esses tempos do Fim estão próximos.

Ele demonstrou a partir dos escritos proféticos da Bíblia: Daniel realmente predisse (Daniel 2, 24-45 e 7, 15-28) que no final do quarto reino universal (o Império Romano), o poder seria revelado, seria dividido em dez reinos e logo seria derrotado por um poder posterior (o pequeno canto da profecia) que mudaria o tempo e a lei, e que finalmente desapareceria com a vinda de Cristo (Daniel 7, 21-27). Para Jacó, esses tempos estão prestes a começar, porque o Império Romano falhou. Os tempos conturbados descritos pelo autor são, portanto, para ele o anúncio da iminência do tempo do Fim e do retorno de Cristo, um prelúdio do jogo.

Na época de sua escrita (entre 638 e 640), o islamismo estava apenas surgindo e suas conquistas ainda não haviam atingido o nível que lhe daria um lugar especial na percepção profética da história. No entanto, o islamismo não passa despercebido: o autor comovente que entre os judeus se dirigiu a si mesmo viu em Maomé o profeta que os ouviria, anunciando o Messias, e eles se uniriam a ele. Mais, adicione- t-il, eles infelizmente tropeçam neste ponto: ao examinar o assunto mais profundamente, eles devem reconhecer que Maomé só poderia ser um falso profeta, pois os profetas, quando escritos, não carecem de armas. Temos, em grande parte, a prova (ainda que falha) da percepção muito negativa

que o comportamento guerreiro de Maomé exerce naturalmente entre os cristãos e entre os judeus (ver texto n.º 8).

Poucos anos depois, a partir de 661, os pseudo-Sébéos enfatizaram esse significado profético anunciado pela invasão árabe: o efeito nesse novo poder (a expansão do império muçulmano) é a quarta besta descrita nas profecias de Daniel e do Apocalipse (Apocalipse 13:1-18): uma besta que supera todas as outras em maldade e transforma toda a terra em deserto.

Em 692, o *Apocalipse* do pseudo-Método, pela primeira vez, buscou na profecia bíblica uma maneira de compreender a duração dessas tribulações que estavam para começar. Sua interpretação profética é a de dez "semanas de anos", ou seja, dez anos após a morte, de acordo com um método tradicional de interpretação de escritos apocalípticos. Temos um ponto de ancoragem sólido e preciso: o autor é sírio, e a Síria foi invadida em 636. Este escrito prevê o fim da dominação árabe, que ele disse antes da conquista da Síria, ou seja, por volta de 706, poucos anos apenas depois de sua escrita.

A persistência da dominação árabe após essa data naturalmente leva os autores a parecerem mais cautelosos em suas tentativas de datação, mas eles não podem mais sustentar a esperança de um fim próximo para essa dominação que continuará. Na maioria dos casos, essa esperança é traduzida pelo anúncio de uma reconquista dos territórios perdidos pelo Imperador de Bizâncio, às vezes claramente designada nesses escritos como um símbolo que poria fim à dominação muçulmana.

Essa esperança é acompanhada por uma fonte de propaganda antimuçulmana destinada a desorientar os cristãos. da atração exercida sobre eles pela religião dos vainqueurs. Aqui aparecem então os principais temas de uma caricatura da religião muçulmana, que perdurará para sempre.

Essas características tendem a assimilar o islamismo ao paganismo, levando a um culto de demônios. É o caso de Jean Damascène (ou Jean de Damas), no início do século VIII . Jean era uma figura importante na Corte das Damas; Ele deixou esta cidade por volta de 725 para se retirar para um mosteiro na Palestina, onde produziu a maioria de suas obras. Um deles é dedicado às heresias, para quem o islamismo prevalece. Para Jean, na verdade, Maomé é um pseudoprofeta e o Alcorão é uma falsa revelação. Certamente, ele diz, a nova religião dos árabes é superior às suas crenças anteriores, muito frustradas e decididamente idólatras. Mas, mesmo em sua forma purificada por Maomé, ela ainda retém os traços essenciais de sua antiga origem politeísta. Este tema da idolatria muçulmana acabará encontrando grande sucesso e se tornará um verdadeiro lugar comum.

Em suas *Crônicas* (c. 815), Teófano, o Confessor, vê Maomé como um epiléptico aconselhado por um cristão herege. Insultando o povo, ele acreditava que sua doutrina era de origem divina e que era espalhada por mulheres e por armas. O bis, no qual os principais traços das censuras feitas não são adequados ao Islã: desvio herético espalhado pelas

mulheres, religião lasciva e guerreira: Maomé foi ensinado que quem é inimigo, ou está com ele, ganhará o paraíso, ou os prazeres dos outros continuarão (ver texto n.º 9).

Nicetas de Bizâncio, por volta de 850, repreende e amplifica essas mesmas críticas. Para ele, com exceção do último profeta que traz a luz da revelação, Maomé é um herege e sua religião é uma farsa que conserva as características sagradas de sua origem Paine: ele afirma, com efeito, que os muçulmanos adoram Meca, um ídolo muito antigo. A dor de Afrodite. Georges le Moine, embora posterior a 840, amplificou ainda mais essas características: para ele, os árabes foram superados por esse falso profeta que, para lhes trazer uma religião melhor, os lançou em um culto de demônios, uma religião perversa, idólatra e luxuosa.

Na primeira metade do século IX , um escrito polêmico muito virulento, o *Risalaat al-Kindi* , fez um pedido de desculpas pelo cristianismo e tentou se opor a uma refutação do islamismo e suas doutrinas. Ele repreende e amplifica os muitos elementos mencionados e desenha uma imagem muito caricata que lembra o islamismo. O livro se apresenta como uma troca de cartas que aparentemente ocorreu entre 813 e 834 entre um árabe muçulmano e um árabe cristão, cada um dos quais tentou usar seus argumentos doutrinários para convencer o outro. Na verdade, todo o texto é provavelmente obra de uma única pena cristã, contentando-se a exposição da doutrina muçulmana em abranger os principais aspectos mais contestados pela controvérsia cristã: sensualidade, poligamia, excisão de mulheres, um paraíso casto e voluptuoso, guerra santa e um paraíso prometido aos guerreiros mortos pela causa do islamismo. A escrita, portanto, dá testemunho da maneira como o islamismo estava em vigor naquela época e das principais críticas feitas a ele pelos cristãos. Ele observa, entre outras coisas, que nessa época a doutrina da guerra santa e do martírio dos guerreiros chocava com as consciências cristãs e não era de modo algum adotada no cristianismo representado por este escrito (ver texto n.º 10).

Esses escritos polêmicos são evidentemente confortados e credíveis pelo comportamento guerreiro dos conquistadores árabes, que nem sempre enfrentarão seus inimigos. Assim foi em 904, em Tessalônica, onde soldados muçulmanos saquearam a cidade e massacraram seus habitantes. Jean Kaméniates, no entanto, descreveu o islamismo como uma religião perversa, brutal e guerreira. Esperamos que o domínio muçulmano chegue em breve ao fim e acreditamos que o imperador de Bizâncio será o arquiteto dessa prosperidade, aquilo que valoriza o mesmo golpe da batalha travada pelos guerreiros do imperador e dá à vitória a esperança da vingança apocalíptica.

Esta valorização do combate aos muçulmanos assim diabolizados é assim sacralizada pelos guerreiros que acreditam que estamos a aparecer no Oriente (antes do Ocidente, note-se) os primeiros indícios anunciando a noção de guerra santa. Eles são encontrados lá, mas depois da invasão de Tessalônica, em um manual de guerra atribuído ao Imperador Leão VI. Eles ainda estão vivos novamente pelas mãos do Imperador Nicéforo II Focas e,

mais tarde, pelas mãos do Imperador João Tzimisces. Celui-ci se autoproclama "campeão de Cristo". Em 974, em uma carta ao rei da Armênia, ele afirmou seu desejo de libertar o Santo Sepulcro, que ele disse ser hostil aos ultrajes dos muçulmanos. Ele disse que estava pronto para ir a Meca para estabelecer a autoridade de Cristo. Fizemos um verdadeiro discurso sobre a guerra santa e até sobre a cruzada, mas não devemos dizer mais nada: mesmo os futuros pregadores da cruzada, no Ocidente, não dirão nada ousado.

Encontramos, então, nestes dois imperadores bizantinos (ele é verdadeiramente de origem armênia, menos hostil que Bizâncio à ideia de guerra santa), três traços muito importantes da guerra sagrada, que a Igreja Oriental, por outro lado, não quis alertar: assim, os reverendos da Igreja Grega se recusaram a equiparar os mártires aos guerreiros moribundos, que colocaram suas armas em ação, por seus inimigos muçulmanos, para a defesa de Bizâncio. Devemos, portanto, inspirar sua existência inicial, a não ser na doutrina oficial, pelo menos na mentalidade de certos dignitários guerreiros. Essa dimensão da guerra santa, também reproduzida pela Igreja do Oriente, será redescoberta nos escritos do Imperador Alexis na época da primeira cruzada.

No Ocidente, abordando a mentalidade popular, mas também o pensamento eclesiástico, estes mesmos traços de polémica contra o Islão devem também ser encorajados. o surgimento da ideia de guerra santa; Ela respondeu lentamente à *jihad muçulmana* , que, por sua vez, não exigiu tal demonização do adversário para se afirmar muito mais.

A imagem do Islão no Ocidente

No Ocidente, os árabes eram praticamente ignorados antes de sua aparição repentina na Espanha no início do século VIII. É, portanto, por meio de um contato direto e bélico que o Ocidente descobre o Islã.

Existem poucos vestígios escritos restantes. Bède, o Venerável (672-735), que vivia numa região muito recuada, nas fronteiras da Ecósia, sabia que os muçulmanos tinham, em 668, conquistado a Sicília e a África, e enviado a Sardenha. Ou, para ele também, assim como para os escritores orientais que desconhecem isso, essas vitórias muçulmanas são um castigo temporário de Deus, do qual ele não precisa enquanto durar. Em sua *História da Igreja de Angleterre* , no ano de 729, ele observa o aparecimento de dois cometas, e assim é o sinal da invasão dos sarracenos que, naquela época, ele diz, estavam sendo libertados na Gália de uma carnificina terrível antes de serem derrotados. O que queremos dizer com isso? Há alguma referência à vitória de Eudes, ou à cela de Carlos Martel e ao refluxo dos árabes na Gália? Você acredita que esta vitória anuncia pelo menos o fim do domínio árabe no Ocidente? Neste caso, os exércitos cristãos do reino francês desempenharam um papel importante no cumprimento do plano profético. O texto de Bède é infelizmente muito vago para tirar uma conclusão com certeza, o que o torna bastante plausível.

Tememos que seja a Espanha que tenhamos que lidar com os eventos mais recentes das invasões muçulmanas. Em 754, uma crônica moçárabe, composta em Córdoba, apresentam a invasão árabe como um castigo divino. Ela descreve isso como uma catástrofe infeliz, em termos que hoje chamaríamos de "apocalípticos", evocando a destruição a ferro e fogo, a crucificação de notáveis cristãos que se recusaram a se manifestar, o massacre de mulheres e crianças pequenas, etc. O rápido sucesso militar dos árabes é atribuído novamente a um jogo de Deus, uma punição causada pelas faculdades morais dos reis godos. A vitória de Carlos Martel sobre Abd al-Rahman, em 732, é relatada por esses autores com uma certa simpatia, como a dos "europeus" confiantes no mundo divino. Todos os cristãos sob domínio muçulmano (moçárabe) não aceitaram, portanto, essa dominação "de boa vontade" ou de bom coração, como acontece frequentemente na literatura.

L É MÁRTIRES DE CORDOUE

No século IX , escritos antimuçulmanos violentos apareceram no Ocidente, incluindo aqueles que já os haviam evocado no Oriente. Em Córdoba, foram levadas a cabo rigorosas forças clericais, por um tipo integrado de segregação contra a aculturação, que permitisse às comunidades conquistar e, além dos nomes cristãos, ocultar sua língua, seus costumes e suas tradições, para se aprofundarem na civilização muçulmana dominante, correndo risco,

pensando nelas. Assim foi o movimento que atacou os "mártires de Córdoba", incentivado por Euloge e seu discípulo Álvaro.

A crise começou com um incidente: um padre dessa milícia honesta proferiu publicamente insultos contra Maomé. Ele foi condenado e executado em público em 18 de abril de 850. Mas então, um gemido insultou Maomé no próprio coração do cádi: ele foi condenado em sua diligência e crucificado de frente.

Esse movimento provocador e fanático é uma continuação: um concílio realizado em 852, em Córdoba, desaprovou isso. busca voluntária de martírio, equiparada ao suicídio; mas os exaltados são libertados de novas provocações contra o Islão, no meio da mesquita: seguem-se duas novas execuções, a 16 de Setembro de 852; Seis dias depois, o soberano Abd al-Rahman morre, e sua morte é interpretada pelo "partido dos mártires" como uma "vingança do céu". Entre 853 e 858, quatorze novos "mártires" foram executados, exceto todos os clérigos. Finalmente, o próprio Euloge encerrou sua turnê; Ele também insultou o Profeta, recusou-se a se retratar e foi decapitado em 11 de março de 859. Privado de seu principal animador, o movimento logo cessou.

Este episódio ilustra a possível dupla atitude dos cristãos sob o domínio muçulmano, evocada acima. Sua importância é ampliada pelos escritos resultantes. Em suas obras, Euloge realmente faz um pedido de desculpas por esses mártires e critica radicalmente o islamismo, equiparando-o a uma doutrina de demônios ligados ao Anticristo. O pincel de Maomé é um retrato muito tranquilo de uma célula que está escrita nos escritos orientais: ele o torna um herege, um falso profeta concupiscente, perverso e cupido, poderoso nos escritos cristãos que distorce os fundamentos de sua pretendida revelação. Ou então, Euloge afirma ter encontrado essa informação sobre Maomé em um manuscrito latino que ele pôde consultar no mosteiro de Leyre, durante sua viagem a Pampelune, por volta de 852. Portanto, é possível, mas provável, que desde a época de Euloge, registros de propaganda antimuçulmana ainda existissem na Espanha, nos territórios cristãos do Norte.

Seu discípulo Álvaro também pinta um retrato do islamismo e de seu profeta do mesmo gênero, insistindo nos mesmos traços caricatos. Ela reúne entre muitos pontos a descrição dada no Oriente por Jean Damascène; Ele denuncia a luxúria dos muçulmanos e de Maomé, tornando-o um herege e um apoiador do Anticristo. Nesse sentido, Álvaro não quer refletir a imagem "comunitária" do islamismo nessas forças cristãs "resistentes".

Álvaro introduz, portanto, um novo elemento de grande importância: o primeiro no Ocidente, ele coloca claramente a dominação árabe na profecia de Daniel, e atribui a ela um papel no plano divino da história sagrada; um papel de portabilidade escatológica. Para ele, como para muitos autores orientais, a invasão árabe foi anunciada e pouco precedida pelo Fim dos Tempos. Maomé encarna efetivamente com seus olhos o "chifre pequeno" descrito pelo profeta Daniel e pelo Apocalipse, figura simbólica de um poder de natureza maligna e demoníaca que dominará o mundo no fim dos tempos, mas que, portanto, estará por sua

vez diante do retorno triunfante de Cristo. Cálculos cronológicos complexos levaram Álvaro a atribuir um período de 245 anos a essa dominação muçulmana e a anunciar seu fim em breve, no ano 870.

No Ocidente, assim como no Oriente, a dominação muçulmana é vista de maneiras muito diferentes, de acordo com os padrões cristãos: aceita-se como ela é e acomoda-se. Os outros foram demonizados, equiparando-os a uma catástrofe universal que puniria os cristãos por seus atos passados, com uma punição temporária, mas muito mais importante para entrar no plano da história sagrada, um evento profetizado anunciado e anunciando o Fim dos Tempos.

O DIFUSÃO DE A IMAGEM DE ISLÃ NO OESTE BATIZAR

O episódio dos "mártires de Córdoba" é isolado; o eman da milícia cristã é provavelmente uma minoria e certamente não faz nada para exagerar o porte. Do lado muçulmano, as provocações dos fanáticos não acarretaram reações de perseguições em massa e, do lado cristão, o comportamento agressivo desses fanáticos foi condenado. Para este último, nem Euloge nem Álvaro jamais apelaram para alguma resistência armada, mas apenas para a segregação, para uma lealdade militante voltada para a provocação e o martírio. Esses episódios nada mais são do que uma um marco importante na formação de uma mentalidade guerreira anti-muçulmana, particularmente entre as forças eclesiásticas, e sem dúvida contribuiu para a formação do conceito de martírio ao assimilar o islamismo às forças demoníacas e ao Anticristo.

Esses conceitos não se limitam, de fato, a Córdoba: eles nascem, como se vê, no Oriente e se espalham mais ou menos amplamente por todo o Ocidente cristão, pelo menos pela Espanha.

Na França, por exemplo, a fama de "santidade" dos "mártires de Córdoba" se espalha bastante. Desde 858, duas santas parisienses, Vênus na Espanha, em busca das relíquias dos santos mártires (os da Antiguidade Romana), foram encaminhadas pelo clero de Valência a Córdoba, onde encontraram Euloge, e as relíquias de três desses "novos mártires" de Córdoba foram enviadas a Paris, que realizou os milagres. Esta é a prova de que esses fanáticos, poucos meses após sua execução pelas autoridades muçulmanas, foram considerados no Ocidente como os mesmos mártires antigos massacrados por eles pelos países romanos. Já existe uma assimilação mental dos muçulmanos nos países da Antiguidade, muito significativa da mentalidade religiosa da época. É também mais provável que os dois menos propensos a trazer para a Espanha a mesma imagem caricatural do islamismo e dos muçulmanos que os sectários de Eulógio: isto é para uma heresia despertada pelo diabo, arauto do Anticristo, e os muçulmanos não estão no fundo de nada além de países idólatras.

Encontramos o mesmo conceito novamente, com algumas variantes, em vários escritos latinos do século IX ao XI . Por exemplo, Radbert de Corbie, no século IX , descreveu os Sarrasins como um povo violento e guerreiro que confiava na força das armas diante de todos os reinos desta terra, de acordo com as diretrizes de seu falso profeta que incutiu neles o desejo de dominar o mundo inteiro. Por um jogo justo de Deus, ele diz, Dizem-lhes que existe "o espírito do erro" que tem ciúmes do Anticristo. Encontramos aqui a mesma imagem de um islamismo considerado uma religião herética e guerreira, com vocação hegemônica.

Esta imagem é estranha ao Ocidente por meio das forças cristãs refratárias ao islamismo na Espanha? É muito semelhante à forma como vemos os mártires de Córdoba. Mas esta não é a única maneira de ser visto. Apesar da profunda ruptura que, naquela época, separava o mundo cristão oriental do cristão ocidental, ela também conseguiu se espalhar do Oriente para o Ocidente por meio de traduções latinas de obras produzidas em grego.

É o caso, por exemplo, de Anastácio, o Bibliotecário (falecido em 879), que traduziu as obras de Teófano e assim difundiu suas ideias sobre o islamismo. Para ele, Maomé ensinou aos seus fiéis que aquele que é inimigo entrará no paraíso, assim como aquele que estará em batalha. Ela também espalha a descrição erótica de um paraíso voluptuoso onde o luxo reina. Essa descrição de um profeta violento e luxuoso se torna clássica no século XI , onde é encontrada, um tanto inalterada, por vários autores antes da cruzada. Os cronistas da primeira cruzada tomam nota dessas ideias, que se espalharam ao longo de sua época por vários meios.

A doutrina da guerra santa, ainda no Ocidente, foi talvez inspirada, em resposta, pela doutrina muçulmana da *jihad* , então por quê? *A jihad muçulmana* favoreceu a aparência da guerra santa? É muito provável que haja uma influência doutrinária direta desse gênero. Por outro lado, a formação, no Ocidente cristão, desta noção de guerra santa foi sem dúvida encorajada pela disseminação desta imagem caricatural do Islão. A violência e o comportamento guerreiro dos muçulmanos não desempenham mais um papel de liderança. A influência oriental certamente não é desprezível, mas não é a única. É provável que os cristãos do Ocidente, percebendo sem a para conhecer por si mesmos a síntese de todas essas influências diversas, eles também elaboraram uma sacralização das lutas contra seus inimigos pagãos.

Em outras palavras, tanto no Oriente como no Ocidente, é a vontade de resistir à dominação muçulmana e ao imperialismo político e cultural que, em ambas as zonas, leva às mesmas elaborações intelectuais e doutrinárias. O fundamento religioso comum (cultura bíblica) e as ameaças semelhantes de até mesmo um adversário muçulmano levam a reações idênticas ou semelhantes em todos os casos, sem que seja absolutamente

necessário invocar uma influência direta, sempre que possível, por meio de afiliação a escritos.

A origem dessa sacralização está na Espanha, bem antes do século mil.

A sacralização da *reconquista* espanhola

Durante a conquista muçulmana da Espanha, a região montanhosa das Astúrias formou um bastião entrincheirado onde os cristãos mais determinados se reuniam para lutar. Um chef gótico, Pélage, funda o reino das Astúrias em 720. Muito bem, a resistência é organizada tendo em vista uma reconquista do território perdido. Ou então, essa ideia de reconquista aproveita a diabolização dos muçulmanos e se apoia na visão profética da história que foi redescoberta no Oriente. Aqui vemos claramente duas crônicas asturianas do século IX.

A *Crônica Profética* (883) extrai de Maomé um retrato muito celta que Eulógio diz ter encontrado em um escrito dessas regiões cristãs remanescentes, sem que a ideia de nenhuma influência pudesse removê-lo. Não retornaremos.

De resto, e é isso que importa, esta crónica apresenta uma interpretação histórico-profética da invasão Comunidade muçulmana na Espanha. Essa invasão não é fruto do acaso: ela resulta do livre arbítrio de Deus. Ela então toma seu lugar no plano da história universal dirigido pelo Todo-Poderoso.

O autor vai mais devagar e dá as razões dessa punição, procurando especificar a duração. Ele apela a ele por uma profecia de Zacarias (capítulos 38 e 39) sobre um poder misterioso chamado Gog, que deve se manifestar em todos os tempos. Por aproximação fonética, Gog é comparado ao povo dos godos, que dominaram a Espanha até a chegada dos árabes. Foi Deus quem levantou esse "novo" povo de árabes (Ismael) para punir Gogue por seus pecados. Mas esse castigo não é eterno: Deus virá um dia para libertar seu povo. O autor fornece precisões cronológicas muito úteis: a duração do castigo de Deus, isto é, a ocupação árabe da Espanha, é determinada por ele: será de 170 anos. No final desse período, Deus caçou seu irmão Ismael, assim como havia caçado os godos.

A profecia bíblica toma então um rumo político graças a esta interpretação: é o rei das Astúrias Afonso III que, com a ajuda de Cristo, cumprirá esta missão profética. O autor prevê sua próxima vitória, que o tornará senhor de toda a Espanha. Assim, livre de seus inimigos, a Igreja restaurou a paz após esses 170 anos de tribulações. Segundo a crônica, o fim dessa dominação muçulmana está muito próximo. De fato, dos 170 anos que lhe foram atribuídos, 169 já foram cumpridos. Dentro de muito pouco tempo, então, chegará para os cristãos o tempo da libertação e da vingança (ver texto n.º 11).

Recebemos a oportunidade de anunciar um programa de guerra sagrado e profetizado. A *reconquista* e esta posse para a realização da vontade de Deus na história. A participação nessa realização é, portanto, considerada moralmente valorizada.

A *Crônica de Afonso III* , escrita alguns anos depois, narra as invasões árabes na Espanha e a crise opinião dos cristãos retirada sobre a renda das Astúrias. Esta segunda crônica aborda o mesmo problema da anterior e considera, por sua vez, que a ocupação

árabe é um castigo de Deus sobre seu povo, em particular por causa dos numerosos pecados dos reis godos, jogadores depravados e insolentes. Mas Deus e a Virgem Maria não abandonaram seu povo. Eles protegem os combatentes cristãos das Astúrias, liderados por seu rei Pélage, um jovem godo que foi para al-Andalus para organizar a resistência nas montanhas do Norte.

Este rei vaidoso está, portanto, muito enredado. Ao seu lado, um pastor moçárabe, verdadeiro "anti-Turpin" antes da letra, não cessa de lhe dar conselhos de "prudência" que podem ser comparados à traição. Ele de fato o fez considerar o nome fraco dos cristãos diante da multidão sarracena. Nessas condições, afirma ele, não há outra solução senão render-se, submeter-se. Mas Pelágio, como Rolando na canção do povo que leva seu nome, recusa com altura e se entrega à poltrona deste clérigo e traz uma verdadeira lição de vaidade e inimigo. Ele galvanizou suas tropas para um verdadeiro discurso de guerra santa.

O confronto na Batalha de Covadonga. O episódio constitui um dos mitos fundadores da história da Espanha. Os cristãos lutam contra o véu, mas são salvos e auxiliados por poderes celestiais. Nossa Senhora, em particular, defendeu vigorosamente seu santuário recorrendo aos traços dos Sarrasins e aos projéteis lançados contra ela. Graças a esta assistência divina, a vitória dos cristãos totalizou 124.000 muçulmanos (que o texto, sem dúvida por vontade orientalista, chama de "caldes") e encontraram a morte em combate, enquanto um novo milagre divino exterminou quase todos os fugitivos. A crônica remonta, portanto, à origem da dinastia, quando um valente rei asturiano foi apoiado por Deus em uma guerra sagrada. O mesmo fez o autor, Afonso III, o rei reinante da sua época, herdeiro de uma longa tradição de campeões da Resistência espanhola (visigótica) aos invasores árabes, mas também campeões do cristianismo diante do islamismo. Ele anuncia que é bom que o rei, Afonso, queira ter a honra de restaurar a antiga glória dos reis godos da Espanha.

A intenção ideológica destas duas crônicas é manifesta: elas promovem a legitimidade e a sacralidade da dinastia asturiana, e a origem de seus reis, heróis do cristianismo e da *reconquista* , assimilados a uma guerra santa profetizada e anunciada, portanto querida por Deus e respondendo ao seu eterno desígnio.

Dominação muçulmana e o fim dos tempos

As crônicas asturianas também exploraram, em proveito da ideologia real, as diversas tradições proféticas que anunciavam o fim maior ou menor da desejada dominação árabe e suscitada por Deus para punir por um momento seu povo por seus pecados.

No Oriente, vemos tais esperanças baseadas na interpretação profética que levam à mesma conclusão, mas atribuem o destino ao imperador de Bizâncio. Alguns desses escritos foram traduzidos para o latim e, graças a alguns retoques, também contribuíram para restaurar a esperança na mesma ordem no Ocidente.

É o caso do pseudo-Método, que foi traduzido para o latim no início do século VIII. Como os outros escritos do gênero, aparece na segunda Epístola de São Paulo aos Tessalonicenses (II Tessalonicenses 1, 5-8), na qual o Apóstolo evoca os últimos tempos e o futuro lugar do "homem do pecado", o Anticristo. Paulo e afirmam que esse tempo ainda não chegou, porque, além disso, seus leitores sabem bem o que o repele, proibindo o Anticristo de se manifestar. Como muitos outros comentaristas, o pseudo-Método pensa que o Apóstolo designa, com palavras encobertas, o Império Romano. O Anticristo não é assim parece que após o desaparecimento deste império. Adotando o estilo profético, o autor pretende situar-se num passado oculto e anunciar acontecimentos futuros: ele prevê assim a queda deste Império Romano. Segundo ele, esta é a época dos árabes (designados pela expressão "os filhos de Ismael") que logo causariam sua perda final, por causa de seus pecados. Por causa disso, Deus irá, de fato, libertar o Império Romano dessas barbaridades.

O castigo de Deus assim anunciado seria terrível: o autor escreveu, em todas as terras cristãs levadas pelos filhos de Ismael, um espetáculo de desolação e morte. Sofrendo tais perseguições, muitos cristãos seriam levados a recusar suas vidas e acabariam desesperando da vida.

Mas o autor não para nessa mesa devastadora. Ele confortou os cristãos ao proclamar o fim iminente deste terrível desastre. De fato, os árabes conquistadores estavam a caminho, mesmo que não estivessem lá, por causa de um personagem cujo nome é "o rei dos gregos e dos romanos" (essa expressão, notamos, designava, no Oriente, o imperador de Bizâncio, mas era para tomar outro destino no Ocidente, como se fosse muito pior). Contudo, este não será o fim novamente, pois o povo de Deus deverá sofrer novamente grandes tribulações. Mas Deus fará surgir o príncipe do seu exército celestial, que expulsará os perseguidores dos seus fiéis. Finalmente, o próprio Cristo retornará. O Anticristo enfrenta Jerusalém e coloca suas esperanças na luta contra Cristo e seus fiéis. Mas ele irá embora, e Deus então estabelecerá seu reino, com justiça, enquanto os milagreiros serão jogados aos doentes (ver texto n.º 12). Essa história então profetiza todo o restante da história humana até o seu fim.

Este texto foi um grande favor. Foi muito frequentemente coletado e reproduzido entre a época de seu aparecimento no Ocidente, no início do século VIII, e a época da primeira cruzada. Certamente estava muito apertado no ambientes eclesiásticos, pois ele aparece em um grande número de manuscritos que não são nossos. Como muitos outros, mas com maior precisão, ele enfatiza o papel histórico e profético das conquistas árabes. Essas invasões, dolorosas para os cristãos, não são um acidente da história: elas têm um significado pedagógico e profético. Elas constituem um dos sinais da marcha inexorável da história em direção ao seu fim, que será marcado pela vitória de Cristo e pela instauração do reino de Deus. O fim da dominação árabe está previsto, portanto, e certamente não. A reconquista cristã também. Ela é verdadeiramente sagrada.

Canções do Gesto e da Guerra Santa

As especulações escatológicas desempenham, portanto, um papel indispensável na valorização ideológica das lutas contra os "ocupantes" muçulmanos. Podemos avaliar a difusão, a importância e a portabilidade?

Costuma-se dizer que essas especulações interessantes são raras, confinadas aos mosteiros e, consequentemente, têm um impacto muito limitado nas populações. É triplamente falso. Já que o tema do Anticristo e do Fim dos Tempos, que era quase completamente ignorado pelos cristãos de hoje, fascinava todos os cristãos na Idade Média. Assim, parece que tal assunto é muito adequado para sermões e recitais capazes de atrair a atenção das massas e despertar seus pensamentos. Por fim, parece que as histórias sobre Maomé e o islamismo são todas para o prazer dos culpados. É, portanto, muito provável que os cristãos do Ocidente, mesmo os seculares e menos cultos (e especialmente os guerreiros), tenham, pelo menos para si mesmos, nada mais do que indiretamente, uma percepção vaga, obviamente muito distorcida, do islamismo e dos muçulmanos.

Esta imagem muito negativa do Islão e dos muçulmanos era provável que despertasse ou revelasse hostilidade, particularmente nas regiões onde as invasões árabes conseguiram deixar lembranças, deixando-as em paz. Já indiquei que as canções épicas, se a favor dos cavaleiros do início do século XII e provavelmente antes, situadas sempre antes na era carolíngia, são também merovíngias, as façanhas dos cavaleiros cristãos contra os sarracenos, que começaram a caçá-los no sul da França: as epopeias, em sua forma primitiva, então escanearam sua maneira de reconquista cristã a bordo na Gália, depois na Espanha e muito mais tarde no Oriente Próximo.

Em todos os cantos de gestos, em todos os casos, os guerreiros cristãos ainda lutam contra os sarrasins demonizados, assimilados a países idólatras e perversos, luta que Deus suporta até sua vitória, ou até que nas palmas do martírio, venham a cair sob os golpes desses "países". A *Canção de Rolando* é o protótipo, e é muito provável que sua versão atual, chamada "Oxford", tenha sido precedida por outras "canções de Rolando", glorificando o mesmo valor: sabe-se de fato que em Hastings, em 1066, um jovem relata as façanhas de Rolando e Oliver para encorajar os guerreiros normandos a lutar bravamente contra os anglo-saxões de Haroldo. Essas traduções épicas, embora os próprios escritos latinos falem, retratam a imagem que os guerreiros cristãos fizeram dos muçulmanos que avançavam na Espanha durante a *reconquista* , ou mais tarde no Oriente, durante a primeira cruzada.

Os jovens não são os inventores da imagem do islamismo e os muçulmanos que os espalham e popularizam entre seus públicos. Este público é composto em particular por cavaleiros que vigiam os lugares públicos, como os jadis, ou mais praticamente, os salões dos castelos e na corte dos príncipes. Os clérigos também têm conhecimento desta imagem, como mostram os cronistas da primeira cruzada, reproduzindo os mesmos diagramas.

Guibert de Nogent, cujo espírito crítico tem demonstrado muitas vezes, corrige vários dos seus excessos (em particular, ele rejeita a ideia segundo a qual os muçulmanos adoram Maomé como um deus), mas ele também reproduz muitos outros, de modo que ele sabe de fato na inanidade, afirmando sem vergonha, para se desculpar, que lhe é permitido dizer o falso mal de Maomé sendo tão claro que a verdade sobre este "falso profeta" vai além de todo o mal que eles disseram a ele.

De onde vem esse "conhecimento" do islamismo e dos muçulmanos? Se você ignorá-lo, ele dirá que ele mesmo não encontrou Maomé nas obras que ele consultou para obter informações reais. Ele, portanto, diz que se contenta em reproduzir a "opinião comum". Tal imagem foi então expandida a partir de sua época. Ela é sem dúvida nutrida pelos cantos de gestos que precedem nosso *Canto de Rolando* , e pelas histórias transmitidas oralmente, mas também por escritos controversos do Oriente e traduzidos para o latim, e talvez também da Espanha.

Todas as principais características que formam a imagem caricatural do Islã e sua aparência profética estão, em todos os aspectos, enraizadas na mentalidade comum dos guerreiros e clérigos do Ocidente, como foi dito, desde o final do século X , pelo poeta Roswitha (935-975), que foi muito elogiado pelas zonas de contato entre os respectivos domínios das duas religiões.

Esta mulher, nascida na nobreza saxônica, tornou-se cantora da abadia de Gandersheim e é a primeira poetisa alemã. Ela escreve um poema em homenagem à Pélage gótica, vítima de um rei sarraceno da Espanha, violento, dominado pela libido, homossexual e idólatra, representando assim a maioria dos pontífices no que diz respeito ao islamismo e sua caricatura. O tirano decapitou o jovem Pelágio, e os anjos trouxeram ao céu a alma deste santo mártir.

As acusações de homossexualidade e luxo, de violência bélica e de desejo de dominação universal, de idolatria e politeísmo, contra os muçulmanos, assimilados aos países da antiguidade romana, são, portanto, amplamente difundidas no Ocidente bem antes do final do século XI . Eles cruzes para descrever a estátua do ídolo de Maomé que, segundo eles, estava entronizada no Templo de Jerusalém (ver textos n.º 13). Isso não é trivial: significa que mesmo os cronistas que tentaram ignorar a realidade do islamismo e conseguiram penetrar nas mesquitas preferem preservar e perpetuar o clichê de um islamismo idólatra que foi incutido neles no Ocidente antes de sua partida. Essa imagem de desenho animado foi fortemente e profundamente implantada em suas mentes para resistir ao impacto da realidade.

O clérigo Raoul de Caen, por exemplo, contando ao seu mestre Tancredo, um dos heróis da primeira cruzada, sua entrada no "Templo de Jerusalém" (a Mesquita de al-Aqsa), não hesitou em descrever a presença neste lugar sagrado de uma estátua de prata adornada com pedras, que se assemelha fortemente, por sua vez, às estátuas relíquias das

igrejas do Ocidente. Ele se recusa a identificá-lo, e sabe se é Cristo ou uma divindade que está aflito, antes de ver a imagem de Maomé, assimilado por ele a um Anticristo, precursor do ser celestial que apareceria nos últimos tempos, e triunfaria no Templo de Deus. A demonização do islamismo é, portanto, dupla nesta citação.

Essa caricatura de um islamismo herético, violento, idólatra e luxuoso se expande enormemente para todos os meios. Ela vê claramente que esta é a imagem que o Ocidente percebeu – ou melhor, queria perceber – do Islã e dos muçulmanos que estão enfrentando suas partes em conflito, na Espanha como no sul da Itália, e também na Sicília e no Oriente Próximo. Esta imagem, que pretendia dissuadir os cristãos em áreas dominadas por muçulmanos de ganharem terreno por meio da cultura e da religião dos vencidos, mudou um pouco seu destino. No Ocidente, porém, contribui para aumentar a animosidade e a hostilidade, para demonizar o adversário e, por sua vez, para santificar a luta contra ele, facilitando assim a formação do conceito de guerra santa que responde, assim tardiamente, à noção de *jihad* admitida há muito tempo no mundo muçulmano.

TERCEIRO

AVALIAÇÃO IDEOLÓGICA DA GUERRA NA SOCIEDADE FEODAL

(século VIII - XI)

CAPÍTULO 8

A Guerra Meritória do Império, o Papado e as Invasões Paine

Mesmo nas regiões há muito conquistadas pelos muçulmanos, no período aqui considerado, aparecerão, mesmo no coração do Ocidente cristão, duas outras características de valorização da força armada que conduzem à ideia de guerra santa: a primeira está relacionada com a defesa do Império Carolíngio, assimilado ao cristianismo; o segundo resultado da aliança contraída pelos carolíngios com o papado e a sacralização que está ligada à proteção de Saint-Siège. Devemos rever as linhas principais e suas consequências para nossos propósitos.

Os Carolíngios e o Papado: um ensaio conjunto

Pepino Bref

O mais noticiado "golpe de estado", realizado por Pépin com o consentimento do papa para derrubar o trono da dinastia merovíngia, fortaleceu a aliança entre o papado e a monarquia francesa, mantida sob o governo de Clóvis. Pepino e seus filhos são mortos com creme sagrado e "feitos reis" com suas mãos de papel. Por sua vez, Pépin "restaurou" (na verdade, deu) o cargo ao Exarcado de Ravena e reinstalou solenemente Étienne II no trono de Saint Pierre. Ele fortalece em seu reino a autoridade pontifícia em questões de disciplina eclesiástica e impõe a liturgia romana.

Carlemanho

Em 773, o rei lombardo Didier inicia sua excursão por alguns territórios papais e ameaça Ravena. O Papa Adriano I [apela] a Carlos, que chega à Itália com dois soldados e o doente Didier em Pavia. O famoso rei francês Paques veio a Roma, e agora é um salvador, e confirma ao Papa Adriano a promessa de "restituição" feita por Pepino: se esta promessa tivesse tido efeitos, atribuiria a Saint-Sège mais de duas camadas da Itália e teria feito do papel, a partir desta data, um poder temporário apreciável. Mas não são apenas promessas verbais que podem colocar a sinceridade em dúvida: na realidade, Charles não entende que está se desviando do mero fato de sua autoridade temporária. É por isso que ele está no coração da coroa de ferro lombarda e não cede ao papel de nenhuma cidade.

A concepção que se faz da função real e da proteção devida a São Pedro leva o Rei dos Franceses a ser considerado como o chefe do "Império Cristão", governando sob este título a Itália diretamente (como para o reino lombardo) ou por intermédio de subordinados, na forma de protetorados. Este pilar do rei francês na Itália corre o risco de entrar em conflito com o *basileus* , o imperador grego "romano" de Bizâncio, que teoricamente diz respeito a esses territórios. Mas descobre-se que em 797 o imperador na verdade tinha uma mulher, Irene, que não era aceita pelos ocidentais. Além disso, ela terá que dispensar seu próprio filho Constantin para fazê-lo acreditar no que vê. Mulher e mãe indigna! O momento é, portanto, propício para levar a cabo outro "golpe de Estado", fruto de um novo acordo entre os carolíngios e o papado.

Ambas as partes tentam vencer: o jornal pode encontrar a oportunidade de escapar da proteção legal de Bizâncio e afirmar sua ideologia política. Bater papo Magne, ele, poderia ganhar um título de prestígio ilustrando sua preeminência de fato, que ele havia adquirido, entre todos os reis do Ocidente, e a possibilidade de "renovar" o Império Romano, um império do qual ele seria o líder, tenente de Deus no plano temporal, e compreendendo o militar, valorizando assim suas ações de pacificação e unificação internamente e suas ações

de conquista militar no exterior. O jornal, se conseguisse crescer, poderia se tornar um rival para ele. As circunstâncias em questão são enfrentadas com uma rapidez repentina. O confronto entre dois poderes, o do Império e o do papado, só ocorreria dois séculos e meio depois.

L E CORAGEM IMPERIAL A PARTIR DE 800

Em abril de 799, o novo Papa Leão III está efetivamente em má posição. Ele jaz ao lado da aristocracia romana, ameaçando ver seus olhos e depô-lo, o acusador de adultério (isto é, de traição contra sua esposa, a igreja), de heresia e de indignação. Leão III adianta a ação de seus inimigos: ele começa a fugir para Carlos (então na Saxônia), que o traz de volta sob proteção a Roma e propõe retornar mais tarde para examinar seu caso. Diz-se que Carlos, pai dos romanos, assumiu um papel muito sério como protetor de Saint-Siege, mas se considerava no direito de julgar o pontífice. Estamos longe da noção de um papel dominante para os reis. Poder-se-ia até falar, pelo contrário, de “cesaropapismo”, tão grande foi a influência da autoridade de Carlos Magno sobre a Igreja e sobre o Bispo de Roma.

De fato, algum tempo depois, Carlos desceu a Roma, onde foi recebido pelo papa, pois seria imperador. Em 23 de dezembro, o rei Leão III foi restabelecido no trono de Saint Pierre após ter feito um juramento, por um "sermão do purgatório", que o tornou completamente inocente das faltas que lhe eram imputadas. Ele foi recompensado desta forma: no Natal do ano 800, enquanto estava na Catedral de Saint-Pierre, Carlos foi coroado imperador pelo Papa, e aclamado de acordo com o ritual imperial bizantino, que poderia ser modificado de certas maneiras para realçar o papel do Papa.

Quanto ao livro sagrado de Pepino, ele apenas estimula uma troca de serviços que beneficia ambas as partes e estabelece um estado de coisas. Após suas vitórias militares, Carlos Magno se tornou o soberano mais poderoso do Ocidente. Desde 799, o conselheiro real, Alcuíno, lucrando com a aflição moral e política do imperador (impératrice) de Bizâncio e do bispo de Roma, glorificou a ideologia imperial. Podemos resumir assim: Carlos é, *de fato* , o único verdadeiro defensor da comunidade cristã, já que as outras duas autoridades legítimas, conhecedoras da "dignidade imperial da segunda Roma" (a *basílica* de Constantinopla) e da "sublimidade apostólica" (o papa), são de fato totalmente ignoradas neste momento. Quanto à terceira dignidade, a da realeza franca, concedida por Deus a Carlos, Alcuíno era o jogador superior aos outros dois em poder e glória. Carlos, o "novo Davi" (assim o designavam Alcuíno e alguns de seus conselheiros, e essa assimilação é cheia de sentido ideológico), foi encarregado por Deus de proteger e dirigir o Império, a Igreja e o Cristianismo em direção à saúde do mundo.

Carlos Magno, portanto, nunca se sentou a serviço da Igreja Romana. Pelo contrário, sua missão protetora lhe confere uma autoridade que ele considera ter vindo diretamente

de Deus. O próprio Carlos Magno expressa essa concepção em uma carta ao Papa Leão III, na qual divide claramente os papéis: a ele, o Imperador, a incumbência de lutar pela expansão do Império e pela proteção das igrejas e populações contra os ataques dos inimigos e infiéis; no papel de chefe para a vitória dos exércitos imperiais. Esses exércitos são, portanto, duplamente valorizados em termos de ideologia religiosa.

Carlos Magno também exerce autoridade quase absoluta sobre a Igreja: os monges, incluindo os de Roma, são considerados por ele como oficiais e confinados a uma função puramente sacerdotal. Em troca, ele-mesmo intervém no campo da doutrina, como um exemplo importante da introdução do *filial* no credo ocidental ("o espírito santo vem do Pai *e do Filho"*). Esta será, no final, uma das principais divergências doutrinárias entre o Ocidente "católico" e o Oriente "ortodoxo". Mas em vez de um novo Davi (pois Carlos, como Davi, é um rei feito por Deus, mas não afirma ser um profeta como ele), Carlos Magno logo nos aparecerá como um "novo Constantino".

LUÍS A PEÇA E VOCÊ PARTILHA DE O IMPÉRIO

Luís, o Piedoso, também reconhece o caráter "religioso" do Império, o verdadeiro "Estado Cristão": enviando missionários para as regiões nativas da Escandinávia e buscando, por conta própria, levar graças divinas ao Império Ocidental. Este também permanece em perigo: os filhos dividem as terras no território de Verdun (843), e são permanentemente divididos; O Império Carolíngio deixou uma lembrança viva nos espíritos, um mito que preserva um verdadeiro valor ideológico. As cartas retornam novamente a um Império Cristão unitário, e este é o imperador que sempre recorre ao papado para obter ajuda militar, que ele deve combater contra os vários inimigos que podem ameaçá-lo. Esses fatos apoiam claramente a promoção ideológica de empreendimentos militares imperiais.

Carlos Magno e a “dilatação” do Império

Carlos Magno, de fato, é antes de tudo um guerreiro, um conquistador. A concepção que ele faz de sua missão o leva à expansão posterior do Império, do Cristianismo e da história. É, portanto, difícil, na verdade impossível, separar os motivos que o levariam a abandonar o país antes de cada ano de campanhas militares contra os seus vizinhos, nenhum de nós (mas não todos) é "país". Quando assim é, a valorização da guerra pode assumir aspetos próximos da sacralização. Este é o caso dos saxões e dos sarrasins.

OS SAXÕES

As campanhas contra os saxões manifestaram características de guerra missionária. O capitular promulgou em 785 a pena de morte para toda a revolta e também para erradicar o paganismo. Essas campanhas também têm traços de guerra religiosa, como aquelas travadas contra os ávaros: antes da batalha, o rei se fazia o primeiro e seus soldados, mais jovens, e eles acompanhavam, descalços, as procissões. Descobriremos mais tarde na cruzada de elementos idênticos.

Entretanto, Alcuíno, conselheiro de Carlos Magno, não aprovou o uso da violência pelo príncipe para obter a conversão dos saxões. Ele também tentou, em 792, atingir o rigor dos capitulares anteriores que não queriam oferecer a este povo a escolha entre a conversão e a morte. Mas Alcuíno não esperava menos dos resultados obtidos: para ele, a vitória de Carlos sobre os países saxões é um bom presságio para outras vitórias e outras conversões; Graças a essas campanhas militares de Carlos, a Igreja está em paz e a era cristã se espalha para o Oriente. Em algumas cartas, ele lamenta, em troca, que os "malfeitores de Sarrasin" ainda dominem a África e a Ásia. O rei francês então embarcou em uma missão para (re)conquistar esses "países" bem diante de seus olhos.

Carlos Magno, portanto, não está desinteressado pelos sarracenos da Espanha, mas seus sucessos foram mais atenuados aqui, e suas relações com os muçulmanos mais políticas.

CARLEMANHO E OS ARRASINS

Roncevaux e o Mito de Roland

Desde 768, a embaixada de al-Mansour, o califa abássida de Bagdá, aparentemente tentou obter de Pepino seu apoio contra os Emirados Omíadas de Córdoba. Mais tarde naquele ano, Carlos Magno recebeu um pedido semelhante do governador muçulmano de Saragoça. Seguem-se os efeitos: em 778, Carlos deixou seu exército fora dos Pireneus, talvez pretendendo unir suas forças com as do rei das Astúrias. Mas seus aliados muçulmanos desertaram, e Carlos retornou à França, depois de ter devastado a região de Pampelune.

No retorno, sua retaguarda foi exterminada na colina de Roncesvales, não pelos muçulmanos, mas pelos bascos independentes. Este episódio está na origem da *Chanson de Roland* , escrita na sua forma atual no final do século XI , na época de uma reconquista espanhola mais intensa e sacralizada, mas que provavelmente foi inspirada em recitais ou oráculos escritos que datam do mesmo acontecimento.

A expedição de Carlos, de fato, causou uma profunda impressão, e vários líderes godos das Astúrias, encorajados pelos vencedores muçulmanos, refugiaram-se na França. Em 793, o espelho de Córdoba também lançou uma expedição que recomeçou até Narbonne. Os carolíngios representam a iniciativa que, depois de 800, com a formação da marcha da Espanha (o condado de Barcelona) que logo chegou à fronteira. Este conflito entre cristãos e muçulmanos deixou, portanto, marcas profundas na memória. Carlos Magno logo apareceu como modelo, que seria o mesmo dos cruzeiros. É necessário pedir isso.

Carlos Magno, "protetor dos lugares sagrados"?

Desde o século IX , o cronista Éginhard vai muito longe neste sentido e faz de Carlos Magno o “protetor de Santo Sepulcro ». Ele também criou uma tradição que os cronistas da cruzada reivindicaram três séculos depois. Essa "qualidade" de fato deixou uma profunda impressão na mente popular e deu origem a inúmeras lendas, principalmente com a aproximação da cruzada.

A deformação ideológica, então, começou muito antes. Onde ela descansa? De fato, como ele sabia com certeza, em 799, Carlos enviou uma embaixada ao califa abássida em Bagdá com um olhar atento. No seu retorno ao Ocidente, esta embaixada oferecerá presentes a Saint-Sepulcre. Ela se juntou a Carlos Magno na Itália alguns dias antes da coroação do Natal de 800, e então devolveu a ele, do lado do patriarca de Jerusalém, uma bandeira e as chaves do Santo Sepulcro. Toda a lenda faz parte desse fato.

Que sentido tem a dar a esse episódio? Existe reconhecimento de soberania nos Lugares Santos? De um pedido de intervenção? De uma missão implícita do Sepulcro sob a proteção do rei francês? Tudo isso é bastante excessivo! É preciso interpretar com segurança esse gesto como um simples sinal de honra e deferência. Um gesto como esse também é equivalente no Ocidente: em uma data muito jovem, o Papa Leão III efetivamente entregou a Carlos as chaves da Catedral de São Pedro, em Roma. Ele permanece nada menos que esse gesto, em ambos os casos (e ainda mais no segundo, o que pode influenciar a interpretação do outro), é bastante forte em elementos simbólicos e decompõe profundamente os espíritos para atingir uma ideologia ligada à noção de proteção armada. Essa interpretação pode ser confortada pela referência à embaixada de uma bandeira, que está em processo de se tornar, neste momento, no Ocidente, o símbolo de algum tipo de proteção armada de santuários.

Éginhard entende isso bem e também é forçado a fazê-lo para conferir uma atitude política ao povo de Cali. Segundo ele, o califa Haroun al-Rachid recebeu a embaixada com grande honra e deferência, e foi-lhe concedido todos esses pedidos foram aceitos com prazer pelos Lugares Santos sob a autoridade de Carlos. Disto vem, muito provavelmente, a lenda posterior do "Protetorado Francês da Terra Santa". Quando foi desenvolvida, Carlos Magno era pastor e o protótipo da cruz.

Os pregadores da cruzada participaram dessa lenda, que também foi difundida por alguns épicos. Assim, de acordo com Robert le Moine, o Papa Urbano II, em seus discursos em Clermont, incitou os cavaleiros da França a lembrar os feitos gloriosos de Carlos Magno e Luís, que triunfaram sobre os "turcos" e exerceram o poder da santa igreja. Mais precisamente, os normandos anônimos e Tudebode ficaram satisfeitos que as primeiras travessias seguissem "a rota que Carlos Magno, o magnífico rei da França, estabeleceria perto de Constantinopla". Carlos Magno, sem dúvida, tornou-se um mito e um modelo da luta dos cristãos contra os sarracenos, não só na Espanha, mas também no Oriente.

Na época de Urbain II, também parecem existir cartas "emocionantes" à cruzada, que se referem ao papel de Carlos Magno como protetor dos Lugares Santos: essas cartas, que hoje são forjadas em todas as partes, imaginam apelos a Carlos Magno emanados do Imperador de Constantinopla ou do Patriarca de Jerusalém. Estas são certamente falsas, mas não revelam menos a importância atribuída a este tema pela mentalidade popular após a cruzada. Carlos Magno apareceu como um herói guerreiro do cristianismo, triunfando sobre o islamismo em uma guerra que foi sacralizada por seu papel como protetor do Santo Sepulcro e dos Lugares Santos. Esta ficção não é de forma alguma significativa para a formação da ideia de guerra santa e para o papel que ela desempenhou na época do Imperador Francês e do Sepulcro de Jerusalém.

As invasões “painianas” e a sacralização da guerra

Outros inimigos contribuíram, desde a era carolíngia, para um novo grau de valorização ideológica da guerra travada contra adversários diabólicos e voluntariosos: são os "países" ou presumidos como tais, normandos, habitantes de Hong Kong e sarracenos, que, então, perturbam o Império e aterrorizam a Igreja.

A desintegração do Império Carolíngio foi atribuída às invasões dos Sarrasins no sul, dos Fungi no leste e dos Normandos em pequena extensão, ao longo das costas e rios das fleuves. Vamos agora acreditar que ele tem uma grande vantagem sobre os formuladores de políticas internas: o escopo exagerado do Império, sua subadministração crônica (apesar dos esforços de Carlos nesse domínio), as tensões internas resultantes de particularismos regionais e as crescentes ambições da aristocracia desempenharam um papel por um momento no poder pessoal de Carlos. As invasões tiveram um leve impacto político e econômico, sendo os mosteiros suas principais atrações.

Resta saber, em todo caso, que essas invasões desempenharam um papel considerável no campo da ideologia, da formação de mentalidades e comportamentos. Os mosteiros devastados ou ameaçados de extinção são uma realidade. Ou estes são precisamente os centros da cultura da época, os lugares onde as ideologias são forjadas, onde a memória é perpetuada, onde a história é escrita, onde as lendas são criadas. De forma dramática e muitas vezes carregada de emoção, ao mesmo tempo em que exageram a extensão dos incêndios, saques e massacres (que ainda são muito reais) cometidos pelos normandos, os pobres contribuem para a formação de uma psicose, para a criação de um estereótipo de um normando implacável, implacável, imparável e sanguinário que perdurará por muito tempo nas mentes.

Ele é como os Cogumelos (seu nome, além disso, era chamado de "ogro", traduzindo a mesma coisa que está acontecendo!), e também os Cogumelos. Esses estereótipos são caricaturas, que podem levar suas raízes a uma realidade "real", mas ainda mais a uma realidade "parecida com a real", a única que realmente importa no longo prazo. Essa imagem contribui para demonizar essas "nações" adversárias e, portanto, para santificar a guerra travada contra elas, para valorizar moralmente aqueles que a travam, ainda mais se esses lutadores pela boa causa vierem a perecer sob seus golpes.

Ele ainda não se esforça por uma guerra santa: de fato, lhe falta a promessa de recompensas celestiais. Este elemento é pensado para a defesa da Igreja de Roma contra os Sarrasins, como se fosse o pior. Em contrapartida, a demonização do adversário deixou, desde a época carolíngia, novos traços de sacralidade à guerra travada pelo cristianismo contra países ou infiéis.

OS NORMANDOS

A ameaça normanda começou a ser sentida nas costas do Império desde 799; Ela é especificada a partir de 810 e expandida após 830. As cidades famosas são então saqueadas e queimadas: Rouen em 841, Paris em 845, Nantes, depois Bordeaux em 848, e depois Angers, Tours, Amiens, etc. As abadias estavam sofrendo muito com os ataques. Suas devastações são evidentemente atribuídas a um castigo de Deus, o que, quando visto, não exclui o recurso à proteção armada contra elas: ninguém pensa que sabe até que Deus queira estender seu castigo!

O rei francês, como protetor natural das igrejas, é encarregado da responsabilidade de executar esta missão que lhe foi confiada pelo Espírito Santo. Mas o exército real, reunido todos os anos no "campo de março" (que mais tarde se tornou "campo de maio"), é muito triste, muito lentes a serem reunidas para intervir efetivamente contra os ataques imprevisíveis dos guerreiros das montanhas da Normandia em seus navios leves, capazes de emergir em qualquer direção, perto de enchentes e até mesmo rios de qualquer tamanho. Além disso, a aristocracia local às vezes recorre aos invasores, na Aquitânia ou na Bretanha, para se libertar do império carolíngio, o que também gera insegurança.

Sendo a proteção real a mais propensa a falhar num momento oportuno, as igrejas e abadias passaram a assegurar-se o mais possível da sua própria defesa: fortificaram-se, recrutaram guerreiros e confiaram na proteção dos senhores locais, que beneficiaram do mesmo golpe de bênçãos eclesiásticas e da promessa de apoio celestial. A própria Igreja, de fato, às vezes prefere apoiar um príncipe local, um protetor mais eficaz do que um soberano carolíngio cujo prestígio é enfraquecido por sua incapacidade política e militar. O cerco de Paris pelos normandos, em 885, traduz esse fenômeno: o conde Eudes é ilustre de Paris.

O episódio merece atenção pela sua abordagem ideológica: a guerra dos heróis cristãos, na verdade, é apoiada pelas forças celestes que a impedem e a santificam. Na recitação, Abbon assume o papel daquela seita manifesta de Santa Genoveva e Saint Germain. Celui-ci lutou pessoalmente no meio guerreiro, respondendo também aos sacerdotes do "exército do Senhor". Os cristãos, escreveu Abbon, louvam a vitória "pela verdade da Santa Cruz e pelos méritos de Saint Germain". O Conde Eudes aposentou-se com considerável prestígio. Durante a crise dinástica de 888, ele foi aclamado rei; ele, por sua vez, entre outras vantagens, teve que defender heroicamente Paris. Ele se apresenta como o defensor das igrejas, de modo que jura, na pregação do sagrado, preservar os privilégios. Eudes é, portanto, duplamente, o defensor da Igreja e da fé cristã ameaçada pelos países bárbaros.

A ameaça normanda está se espalhando no século X. Em 911, Carlos, o Simples, concedeu aos vikings, por tratado, uma grande parte da Nêustria, que se tornaria a Normandia. Esses

normandos se converteram ao cristianismo e se tornaram sábios proprietários de terras, contribuindo assim para o governo do Ducado da Normandia e do Reino da França.

Ele não parou: antes desse acordo, durante quase um século, o teor dos líderes mais famosos que nos conhecem, recitado nas "messes contra os "países" (ou "normandos" ou "dinamarqueses"), das bênçãos mais famosas sobre as bandeiras e as armas dos soldados que lutavam, contribuiu permanentemente para santificar as guerras travadas para defender os países contra esses novos "bárbaros", contra a ameaça de uma invasão massiva do mundo cristão pelos "países". No século XI , esta crise ressurgiu: os sarracenos, então, relembravam as vitórias que, após a *reconquista cristã* , pareciam prenunciar um retorno à força, no Oriente Próximo ou na Espanha. Não é à toa que, neste momento, todos os inimigos externos do cristianismo, que são países, muçulmanos ou, às vezes, os próprios cristãos, são assimilados a países e chamados indiferentemente *de pagãos* em textos latinos, "compatriotas" e até mesmo "sarrasins" em textos em línguas vernáculas.

OS HONGRUIS

A ameaça de fungos leva aos mesmos fenômenos, especialmente na Alemanha. O bis, as bênçãos e as orações valorizam a ideologia guerreira dos defensores do cristianismo. Artigo e contribuições: o enviado do soberano alemão – que se tornou a principal força militar no Ocidente desde 936 – o encoraja na forma de bênçãos transmitidas por seus legatários e na concessão de estandartes de bênção.

Em 955, Otão I liderou os guerreiros húngaros na batalha de Lechfeld (perto de Augsburgo) e subjugou os escravos. Tornou-se imperador em 962. A expansão do Em O fogo alemão começa imediatamente. Essa expansão militar também tem um aspecto missionário: assim como na época de Carlos Magno, a conquista de territórios pelos exércitos germânicos permitiu que eles implantassem missionários encarregados de saquear os países e convertê-los à fé cristã. Além disso, na batalha de Lechfeld, Otto, ciente de sua presença, é o portador da Lança Sagrada, os exércitos do centurião Longin que carregavam o flanco de Cristo na cruz e que simboliza a "santidade" da monarquia alemã. Sua presença no campo de batalha constitui um novo elemento da sacralidade da guerra travada pelo cristianismo contra os adversários nacionais que ameaçam sua existência.

Logo na defensiva, o cristianismo começou a se tornar conquistador, graças às vitórias de seus reis e à pregação de seus missionários, os primeiros protegendo os segundos e facilitando sua derrota. Ela se casou na Escandinávia, Dinamarca e ainda mais na Polônia e Hungria. Estes dois últimos casos merecem atenção pelo seu caráter exemplar e pelo próprio significado simbólico que a formação destas leis, recentemente integradas ao cristianismo, reveste.

Na Hungria, após a vitória de Otão I ′a pregação de Bruno de Saint Gall começa a dar frutos. O líder das tribos de Hong Kong, Géza, é batizado e busca a aliança do imperador

germânico. No final dos anos 1000, seu filho Étienne, que havia se tornado cristão, foi coroado Rei da Hungria por acordo do Papa e do Imperador Otão III. Se Adémar de Chabannes acredita, o imperador também enviou Etienne, em seu casamento com Gisèle, filha do duque da Baviera, esta Santa Lança que, em Lechfeld, garantiu a Otão I a vitória sobre os húngaros naqueles países. Esta concessão imperial tem um triplo significado: impede a formação de um reino húngaro independente, mas também de um reino unido ao Império Germânico; Ela proclama o caráter cristão deste reino, em união com Roma; Ela finalmente traduziu caráter de proteção política e militar que se presta a esta "relíquia" da Sainte Lance com Cristo na cruz. Ela sacode os inimigos como um talismã, como o sinal da presença divina e como o símbolo da santidade da luta travada pelos homossexuais cristãos, desencadeada na primeira linha contra as forças paine.

Esse triplo significado também é encontrado na Polônia. Esta foi a ocasião da concessão de uma réplica desta Sainte Lance. O imperador Otão III, ao mesmo tempo, nomeou o príncipe cristão Boleslau le Vaillant, que, em 1025, se tornou o primeiro rei da Polônia. Ele também lhe ofereceu um diadema imperial e um manto para servir na crucificação de Jesus em Jerusalém. Essas três mulheres, experimentando e reforçando ainda mais o caráter cristão do reino, são associadas ao Império e à verdade protetora que apresentam a esses instrumentos da paixão de Cristo, símbolos de humilhação e morte, mas que morrem, neste momento, em sinais de proteção e vitória militar.

Essa dimensão protetora da Santa Lança para os exércitos cristãos foi posteriormente recuperada na primeira cruzada. De fato, segundo as indicações de um visionário do exército das cruzes chamado Pierre Barthélemy, eles descobriram "milagrosamente" a força de um machado, profundamente cravado no sol da Catedral de Saint Pierre, em Antioquia, em 1098. Os santos e o Cristo que apareceram a Barthélemy confirmaram a ele que haviam encontrado, no local indicado, o machado que havia ferido Cristo na cruz. Sua descoberta seria o sinal certo da proteção divina no combate, travado sem esperança, que se oporia depois, a poucos dias de confrontos, com o imenso exército muçulmano de Karbuqa. As cruzes, nas quais ele disse, foram vitoriosas. Pingente de combate, um sacerdote do exército cristão carregando esta protetora "Lança Sagrada", como um talismã. Isso claramente contribuiria muito para santificar o combate bélico que era realizado sob sua égide. Esta forma de sacralização, na qual se baseia, ainda estava presente no final do século X.

OS ARRASINS

A luta contra os sarracenos, devido à ameaça que representam às fronteiras cristãs, também se presta bem a uma espécie de sacralização. Os Sarrasins, de fato, não foram totalmente reprimidos após as vitórias de Carlos Martel em Languedoc: ele repreendeu os muçulmanos em Nimes, Agde e Béziers em 737, mas Narbonne caiu em suas mãos, e isso foi

reprimido em 759, Gerona em 785 e Barcelona em 801. Incursões muçulmanas notáveis começaram novamente no século IX (em 841, uma delas ameaçou a nova Narbonne) e continuaram no século X, principalmente por mar, na forma de ataques piratas ao longo das costas (Agde, 943). Em 1020, os muçulmanos abandonaram e capturaram Narbona. Os cantos de gesto preservam as memórias, certamente deformadas, dessas ameaças e contribuem para o louvor moral dos guerreiros que a elas se opõem.

Na costa da Provença, até 972, os piratas sarracenos mantiveram uma base em La Garde-Freinet (maciço de Maures), onde continuaram a realizar ataques devastadores nas costas e até mesmo nos vales alpinos. O abade Maïeul de Cluny, fantasma de Roma, cai um dia em uma de suas emboscadas; Ele foi capturado, e o mosteiro de Cluny devia aos sarracenos um prêmio importante pela obtenção de sua libertação.

Odilon, sucessor de Maïeul como abade de Cluny, escreveu no segundo quartel do século XI Uma *Vida de São Maïeul* que relata esta aventura. Ela traduz bem a mentalidade comum da época em relação aos Sarrasins: Odilon considerou a captura do abade como uma marca abominável de iniquidade, que carregava a iniquidade dos Sarrasins aos seus próprios olhos e, ao mesmo tempo, aplicava a vingança divina sobre suas cabeças. Essa vingança foi realizada pela vitória dos guerreiros de Guilherme, o Libertador, em 983. e pior ainda: compare esta vingança divina, materializada pela vitória dos cristãos da Provença sobre estes Sarrasins, ao fato de os imperadores romanos terem infligido tormentos aos judeus em 70, segundo a sua iniquidade que os levou a repelir Cristo.

Essa interpretação ideológica de um "fait" relativamente recente dos Sarrasins sugere que a reconquista cristã - aqui na Gália - é então considerada uma libertação, mas também um castigo em troca, uma vingança de Deus sobre os infiéis. A luta dos cristãos é como se fosse também o plano de Deus que se cumpriu. Em outras palavras, é Deus quem agita, por intermédio dos guerreiros cristãos. Não é apenas a expressão "As façanhas de Deus através do mediador dos francos", título escolhido por Guibert de Nogent para sua recitação da primeira cruzada, que não é expressa aqui *pelos* francos, mas pelos provençais.

Cristãos e infiéis também se perdem, alguns e outros, como instrumentos de Deus no desenvolvimento da história sagrada. Deus não pune somente os pecados do seu povo por meio dos exércitos dos infiéis: ele também pode matar esses mesmos infiéis por meio dos exércitos do seu povo. A *reconquista espanhola* e a cruzada foram posteriormente interpretadas neste sentido por vários cronistas. Essa concepção se traduz em um retorno muito claro à ideologia da guerra santa do Antigo Testamento.

Roma e os "Sarrasins" sob os Carolíngios

Em todos os casos anteriores, a valorização dos guerreiros está ligada àqueles que protegem a “Pátria”, o Império “Romano”. Mas o adjetivo “países” que designa o adversário enfatiza o caráter religioso do confronto, fazendo da batalha um “jogo de Deus”: pela vitória, Deus estabeleceu e confirmou a verdade da fé cristã.

Uma dose adicional de sacralidade é acrescentada ao seu crédito quando esses guerreiros lutam contra os "países" e para proteger a Igreja de Roma, o coração e a cabeça do cristianismo ocidental. A sua luta armada beneficia de uma dupla valorização, aliada a promessas que a ameaçam com uma guerra santa. Esses novos elementos aparecem pela primeira vez no milênio do século IX.

Roma, de fato, também está ameaçada neste momento: os árabes tomaram posse da Sicília a partir de 827, depois do sul da Itália, e saquearam frequentemente as costas da Sardenha e as células da América Latina. Em 846, eles chegaram sob os muros de Roma, penetraram, saquearam a cidade e saquearam a igreja de Saint Pierre. Este ataque ousado revela os antigos: o patrimônio papal está mais em perigo, mais uma vez, não apenas pelos cristãos, como nos tempos dos lombardos, mas pelos sarrasinos, os "países". O perigoso parece ter um bis maior. Como conjurar?

De acordo com antigas tradições estabelecidas desde a época de Pépin, o papel atrai seus seguidores como rei da França. Mas desta vez, para decidir vir a Roma, o Papa Leão IV não hesitou em fazer aos guerreiros franceses promessas de recompensas de ordem espiritual: ele afirmou, com efeito, que a todos aqueles que viessem morrer nesta batalha pela proteção de Roma, "os reinos celestes não seriam recusados". Esta ainda não é uma promessa explícita de paraíso aos guerreiros mortos como “mártires” pela proteção de Roma, mas a ideia não está perdida (ver texto n.º 14). Ela estava a caminho.

A luta no seio de Roma é, de fato, triplamente sacralizada neste texto, por uma hábil amálgama unificadora dos valores morais da antiguidade romana (morrer pela Pátria), das células da ética universal (a proteção dos irmãos) e das células da religião (a defesa daquilo que era ameaçado pelos países).

As ameaças não cessaram, o Papa João VIII renovou os seus apelos ao imperador, entre 876 e 879: em várias cartas, a alma do perigo que corre até Roma, até a igreja e até o mundo cristão, esses Sarrasins, "inimigos da cruz de Cristo", que ameaçam a nova igreja de Roma, saqueiam e incendeiam cidades e vilas, lançam em cativeiro os fiéis de Cristo, destroem as igrejas e devastam seus animais, massacram sem piedade os servos de Deus e (aquele que está em apuros) começam a obter dali, por meu intermédio, os potentados cristãos da viagem. Mas, apesar dos apelos insistentes que, devido aos seus sotaques, foram feitos durante a Cruzada de Urbano II, dois séculos depois, a ajuda que se esperava não

chegou. De outras cartas, em 877, também permanecem sem efeito. É verdade que eles não fazem nenhuma promessa de ordem espiritual.

Em troca, uma promessa dessa ordem surgiu em 879 em resposta à pergunta do papa feita pelos bispos: eles exigiam dele que aqueles que estavam prestes a morrer em combate pela salvação de Roma esperassem obter o perdão de seus pecados. A resposta encorajadora do artigo merece atenção:

«Confiando na justa vigilância de Cristo Nosso Deus, comprometemo-nos a responder que aqueles que entram no campo de batalha em valente guerra contra as nações e os infiéis, tendo em si o amor à religião católica, entram no descanso da vida eterna [...]. Em nossa humildade, pela intercessão do nosso bem-aventurado Padre Pierre, a quem pertence o poder de amar e prosperar no céu e na terra, assim como podemos fazer, absolvemos e recomendamos a Deus por meio de nossos Priores. »

Esta promessa pode ser uma surpresa: ela expressa um novo grau de sacralização da guerra que nunca foi levantado, embora seja levantado para a proteção de Roma e do papado. Existe, então, uma "indulgência para a guerra"? Isso não é certo, mas mesmo assim estamos muito perto. Sem entrar nos detalhes da discussão sobre a interpretação deste texto, podemos em todo caso tirar uma conclusão mínima: a luta é pelos guerreiros recrutados para a causa papal é considerado "sagrado" para que o papa os absolva dos pecados confessados. Se eles vierem a morrer em batalha sem terem que cumprir a penitência normalmente exigida (e, claro, sem medo, por assassinato no campo de batalha na batalha pela qual querem lutar), Deus, em sua vigilância, os admitirá todos da mesma forma em seu paraíso.

Este texto constitui em todos os casos um marco muito importante na elaboração da noção de guerra santa. Um forte e novo elo foi estabelecido entre a luta armada por Roma e o acesso ao paraíso dos guerreiros mortos por esta causa. A noção de guerra santa está aqui em sua infância, na época em que foi deixada bem estabelecida e codificada pelo adversário muçulmano. Ela se desenvolverá sob a dupla influência da luta pelo papado e contra os sarracenos.

Esta não é a única influência: a proteção das igrejas contra seus inimigos, inclusive dentro do cristianismo, também desempenha um papel que não deve ser negligenciado.

CAPÍTULO 9

A guerra sagrada para a Igreja Violência sagrada e paz de Deus na sociedade feudal

---

Durante muito tempo, como se viu num movimento de concentração das obrigações morais dos fiéis no clero, a Igreja proibiu o clero de chorar. O envolvimento da Igreja no século XIX tornou muito difícil a observância de tal interdição, explicando de passagem a frequência de sua formulação nos escritos e sua inclusão nos cânones dos concílios. Os santuários, igrejas e mosteiros, de fato, possuem importantes ativos financeiros, resultantes das essenciais doações antigas dos fiéis. Os estabelecimentos eclesiásticos constituem os estados de naturezas muito próximas, sendo idênticos aos estados seculares. Como se costuma dizer, eles dão ao soberano o *leste* , o serviço militar, que cabe aos habitantes na proporção das terras possuídas. O rei às vezes exige, pelo menos até a época carolíngia, a presença física, no campo de batalha, dos "senhores", pastores e abadessas, à frente de suas tropas. Dentre muitos príncipes seculares, dos séculos IX e X ′ eles também participaram imediatamente de batalhas.

Esses senhores eclesiásticos também levantam protestos e asseguram sua proteção, não apenas contra os países, mas também contra seus vizinhos, os senhores seculares. A Igreja aspira, portanto, à paz, que busca e proclama, mas não pode esperar ser apoiada nos atos que, através do uso das forças armadas, destroem o templo ou a célula dos seus protetores. As armas espirituais, de fato, não são suficientes, apesar do uso solene que se faz delas. as assembleias e conselhos de paz que se multiplicaram desde o final do século X.

A paz de Deus

Durante a desintegração do Império Carolíngio, e abandonada no curso de sua aflição progressiva, a Igreja foi privada da proteção real. Uma proteção que ele inspira constantemente, tanto nos “espelhos dos príncipes” como nas liturgias dos reis sagrados, sendo esta uma das devoções fundamentais incompatíveis com as suas funções. A Igreja deve então tomar posse do seu próprio destino.

Ou, mais ou menos privado do uso direto das forças militares, não pretende lutar por outra coisa senão pelo armamento ideológico, que se traduz pelo ensino e pela pregação, veículos da ideologia, e também pela tradição dos sacramentos, dos quais pode privar aqueles que rejeitam os seus preceitos: o anátema, a excomunhão individual dos recalcitrantes e, mais ainda, a proibição de voos a jato em todo o território dos seus domínios. Essas não são ameaças desprezíveis: não são suficientes para sempre, exceto por elas, resistir à chamada sociedade "feudal" que está envolvida.

A moral pregada pela Igreja, somada a essas ameaças espirituais, representa a única resistência real à violência desencadeada pelos senhores e seus cavaleiros, neste período de "anarquia feudal" que a Europa Ocidental experimentou nos séculos X e XI ? Nós reafirmamos isso novamente. Para limitar as guerras privadas e as exações que elas acarretam, no clima de terror que a crise geral criava então na iminência do fim do mundo, a Igreja temia, à aproximação de mil, conter suas fraquezas da violência endêmica e da opressão armada dos senhores e seus cavaleiros. Em reconhecimento ali nascem as prescrições da paz de Deus. Um pouco mais tarde, ela também tentaria restringir a guerra, colocando-se de alguma forma "além da lei" durante os períodos litúrgicos restritos (domingo e dias santos), antes de gradualmente procurar prolongar esses períodos: reconhecendo aqui as instituições da misericórdia de Deus. Ela foi tentada, finalmente, a criar "ligas de paz" destinadas a combater com armas os encrenqueiros, os violadores da paz, sacralizando assim aqueles cavaleiros que estão engajados sob as bandeiras eclesiásticas para traduzir esse combate moral para o campo, antes de transformar os outros na luta contra os infiéis. De acordo com essa concepção tradicional, enquanto for universalmente aceita, e para esse fim, confesso, eu mesmo tenho subscrito em parte, a paz de Deus levaria à cruzada.

Essa interpretação tradicional deve hoje ser objeto de retoques em vários pontos. Não sobre todos, mas sobre todos, como o vemos: é preciso também preservar, ver e reforçar, em vários aspectos, em particular a ideia de sacralização, pela Igreja, de certas guerras travadas por ela, e a de valorização moral que dela resulta para aqueles que estão envolvidos. Uma análise resumida do contexto e das decisões das assembleias de paz seria um desafio a ser monitorado.

Origens e fins das assembleias de paz

TERREURS DE O UM MIL E ANARQUIA FEODALE ?

A ameaça do Fim dos Tempos está latente na Idade Média, apesar da influência de Santo Agostinho, que fez de tudo para desconsiderar e revelar seu significado no "espiritualismo". Este tenta continuar no fundo da lua, mas alterna entre períodos de febre e emoção intensa e períodos de relaxamento, de sucção, mas nunca do esquecimento. É uma das dimensões religiosas que as mentalidades seculares do nosso tempo, geralmente ignorantes dos fundamentos bíblicos da nossa cultura, mas em raras circunstâncias, provam algo difícil de conceber.

Tenha cuidado, não devemos deixá-lo levantar outras pessoas neste momento de maior esperança do que ele estava pensando; Este é, no entanto, um aspecto que nós, essencialmente materialistas, compreendemos mal. Certamente, os tempos do Fim profetizado serão marcados por terríveis tribulações, prontas a suscitar ansiedade; mas são temporárias e seguem a vitória do Bem sobre o Mal, a ressurreição da justiça e o estabelecimento do governo de Deus, embora todos os crentes aspirem a mais do que sua condição terrena é precária ou dolorosa. Por todas essas razões, as chamadas "terras dos mil", popularizadas por Michelet, são essencialmente uma invenção do século XIX, concebida por historiadores imbuídos da era do romantismo, do cientificismo e do positivismo. A ameaça do Fim dos Tempos, por outro lado, não existe. É um componente fundamental da história cristã, mas que, aparentemente, não desempenha um papel importante no movimento da paz de Deus que nasceu no último quarto do século X. É necessário, portanto, separar esses dois elementos: a paz de Deus não está ligada a uma intenção escatológica particularmente viva. Tal advertência está muito mais presente na época da primeira cruzada e também é encontrada em cruzadas posteriores.

Por outro lado, hoje parece que a alma da paz de Deus pode ser mais restrita do que ele pensava. Não acreditamos mais que exista uma verdadeira "anarquia feudal" hoje, resultante do desaparecimento total de toda autoridade política. Certamente, o fim do Império Carolíngio viu a ascensão de aristocracias regionais e o estabelecimento de principados, assim como os nomes de figuras históricas de grande valor, o que foi gradualmente demonstrado um século depois. Por outro lado, mesmo em França, ao contrário do que temos repetido uma e outra vez, todas as autoridades centrais não dispararam, e os pequenos senhores não governaram completamente a terra de suas armas, exploraram e serviram os habitantes de suas terras ou regiões vizinhas, incendiaram as cabanas de seus camponeses, inflamaram ou agrediram suas mulheres e meninas, nem atacaram seus espancamentos, como fez o deplorador das declarações conciliares.

Por que essa distorção, essa acentuação caricatural? Em relação às invasões normandas, é preciso destacar que os textos que relatam os acontecimentos desse gênero são todos de origem eclesiástica, e que as vítimas, na maioria das vezes, são os terrenos dos edifícios das igrejas e seus habitantes. Os erros mencionados não são certos nem imaginários, mas provavelmente são muito amplificados. Aqui vale acrescentar tudo: "Isso não é motivo suficiente para negligenciá-los. »

O mais importante é que as vítimas desses delitos revalorizem o espaço e, sobretudo, a natureza, antes de tudo, aqui novamente, as igrejas e os mosteiros. Plutôt essa anarquia geral, que se compraz em evocar, gerando violência e pilhagem dos ricos em detrimento das massas camponesas em seu meio, esses textos não se referem às apropriações indébitas de toda espécie das quais as riquezas eclesiásticas são vítimas das riquezas seculares do rebanho? Se assim fosse, a paz de Deus não se traduziria realmente na vontade da Igreja de substituir-se, como instituição, pelas autoridades civis falhadas em proteger todos os fracos contra a violência que se torna incontrolável numa cavalaria controlada, de acordo com a interpretação tradicional das instituições de paz. Ela traduziria bem para o inglês, desde o início, a intenção da Igreja de se preservar, é claro, com suas armas espirituais, contra os vários inimigos dos senhores leigos que desafiam a devoção em detrimento dos mosteiros e estabelecimentos eclesiásticos. O estudo dos decretos destes conselhos de paz permite uma certa medida de resposta a Essa questão busca desacelerar suas intenções e a evolução das células.

O PAIX DE DEUS , PROTEÇÃO DU HERANÇA ECLESIASTAL ?

À primeira vista, os decretos conciliares parecem designar, condenar, ações violentas de natureza bélica: os termos latinos que são encontrados em parte nos textos para descrever os delitos do caso, condenados por assembleias e concílios, podem ser traduzidos para o francês pelas palavras *depredações* , *usurpações* , *vols* , *pilhagem de igrejas e dos pobres* , etc. Eles parecem alertar para a ideia de um clima de anarquia, de uma paz perturbada por bandos de guerreiros saqueados que então podem reinar parcialmente sobre o terror e a insegurança.

Ou então, esses termos não são novos: eles são encontrados nos textos conciliares da alta era carolíngia, enquanto a autoridade real era reconhecida por unanimidade, mesmo antes da reivindicação de "anarquia feudal" dos mil. Naquela época, elas não eram aplicadas a cavaleiros, bandoleiros e pilareiros, mas aos "senhores" que contestavam as doações feitas às igrejas, ou que não respeitavam as imunidades e propriedades dos mosteiros ou igrejas. De forma mais geral, eles designam aqueles leigos que se preocupam com a herança eclesiástica. Esses termos não implicam, portanto, como ao longo do tempo, uma anarquia feudal mais ou menos generalizada.

Deve haver muito menos: esses termos não envolvem sempre ações violentas de natureza bélica, ou pilhagens sob ameaça de armas, mas ações de toda natureza, e entendimento jurídico, que contribuem para revelar os interesses econômicos dos estabelecimentos eclesiásticos. Por que ele faria o contrário, sem medo, nos textos relativos às assembleias de paz que se aproximam de mil?

Nesta perspectiva, a principal instituição da paz de Deus obrigaria, portanto, como nos séculos anteriores, os leigos a reconhecer os vários direitos, impostos e adiantamentos que eles revendem ou continuamente arrecadam como "investimento" sobre tais terras eclesiásticas ou presumidas. Se assim fosse, a paz prevaleceria essencialmente, porém, mas não lutaria contra uma anarquia feudal que não cremos mais guerreira, desta última, pelo menos sob sua forma geral, mas sim para repreender o controle de um patrimônio eclesiástico ameaçado pelos inimigos dos senhores seculares que são destituídos e dependentes dos domínios de abadias, monges ou igrejas.

O patrimônio eclesiástico, como é conhecido, está de fato ameaçado neste momento, e existe por muitas razões. A doação, a ajuda aos pobres (que se traduz como um presente à Igreja encarregada de cuidar dos indigentes), tem sido há muito tempo o principal meio de "limpeza" ao levar suas vidas aos pobres atribulados de seu destino em Au-delà. Ou então, essas práticas estão começando a declinar, concomitantemente com as formas mais pessoais de subsistência, em particular com a agricultura, que é muito favorecida pelos séculos X e XI. Isso corre o risco de revelar todo o patrimônio eclesiástico.

Além disso, em famílias aristocráticas ou simplesmente isoladas, os sucessores sempre guardam a parte restante da vantagem para todos. Este movimento levou, nos séculos XI e XII, à limitação e ao adiamento dos casamentos dos filhos, e assim, por direito de envelhecimento, à redução considerável da quota-parte do património dos cadetes .

Na época das primeiras assembleias de paz, esses hábitos de partilha familiar não estavam mais firmemente estabelecidos. Eles se imporão no final do século XI. Entretanto, a redução dos domínios leva as famílias a limitar as doações à Igreja, e às vezes a contestar aquelas que ainda não receberam o consentimento dos pais ou antepassados, ou mesmo a limitar o alcance, discutindo as cláusulas. Por outro lado, os beijos de croissant dos ricos são eclipsados situações podem levá-los a anular os direitos e concessões aos quais tinham direito, a tentar estabelecer novos direitos e indústrias nas terras convocadas, através da produção de documentos falsos ou, pelo menos, através de interpretações tendenciosas de documentos autênticos. Esses fatos envolvem claramente conflitos que, em muitos casos, só podem ser explicados pelas primeiras assembleias de paz.

Os Conselhos de Paz

Em Charroux (989) encontram-se os testemunhos mais antigos relativos à paz de Deus; Trabalhos recentes mostram que eles parecem vir de Auvergne. Uma carta de 975 o comprova e expressa seu propósito original: conta a história do bispo Guy du Puy, que, ao subir ao trono episcopal, busca assegurar "a paz do bem da Igreja" (a expressão usada só tem sentido para ela); ou então, essa paz foi perturbada pelos personagens que o texto designa pelas palavras "os bandidos do país", que se apropriaram desses bens da igreja à força.

O bispo então convoca os cavaleiros de sua diocese perto de Puy e tenta fazê-los "jurar paz". O texto especifica o conteúdo deste sermão: ele tenta se comprometer a "não oprimir as coisas da Igreja" e, ao contrário, a "resistir às coisas que foram roubadas, como se fossem fiéis cristãos". Como se estivesse muito relutante em se juntar, Guy ordenou que uma trupe armada, reunida por seus bonecos de neve, viesse à noite atrás deles e os enfrentasse: os "bandidos" juraram paz e entregaram as terras e os bens da igreja onde permaneceram bloqueados.

Não se trata, portanto, aqui, do desejo de uma paz universal, de uma protecção concedida pela Igreja a todas as populações desarmadas, mas apenas da preservação ou a recuperação de bens da igreja esbanjados por leigos – descritos como “bandidos” – pela força de uma criatura obtida em necessidade através do uso das forças armadas.

Provavelmente remonta ao Concílio de Charroux, em 989, que emitiu o anátema sobre os violadores da paz, identificados por seus erros, que o texto enumera: são aqueles que derrubam as igrejas, eliminam as tropas de camponeses e pobres e brutalizam o clero desarmado. A proteção das igrejas e do clero está, portanto, no centro das disposições. Resta saber quem são os camponeses que é necessário proteger, evitando que sejam vítimas de vários saques e pilhagens. Ele é um membro da classe camponesa em seu conjunto, como geralmente acontece? Ou melhor, é precisamente certo entre eles, os camponeses das terras eclesiásticas, os servidores da Igreja e os “servos de Deus”, também chamados “pobres de Deus”, que querem conhecer os pobres e os clérigos? Nas muitas repetições de decisões conciliares ou judiciais anteriores durante o período carolíngio, somos levados a deplorar os ataques semelhantes aos bens e ao pessoal das terras eclesiásticas. O Concílio de Charroux também poderia colocá-lo nesta linha; Ele não trairia ninguém, exceto a proteção da propriedade da igreja, nem a situação geralmente deplorável das classes camponesas oprimidas. Um texto de Lethald de Micy, contemporâneo do concílio, alerta para esta interpretação limitante dos decretos de Charroux: está escrito que este sínodo foi convocado para condenar “aqueles que dão testemunho dos bens eclesiásticos”; ele estava prestes a escrever, no entanto, que deveria

devolver às ovelhas de Angoulême aquilo com que ele havia sido injustamente sobrecarregado.

As numerosas restrições impostas à aplicação desses decretos de paz (por exemplo, em Puy, em 990) deixam claro que nada mais do que algumas proibições devem ser feitas para restringir os direitos dos senhores: qualquer um, quer atue em sua própria terra, seja um aliado ou um feudo, pode continuar a se comportar dessa maneira. Ele não precisa disso portanto, esses decretos de paz não estão em conformidade com uma política social geral. Elas não visam impedir guerras privadas, nem proteger todos os fracos como uma "classe" ameaçada, mas proteger a Igreja (os senhores eclesiásticos), seu povo e seus ativos financeiros, interesses e direitos, e incluir os camponeses e arrendatários que cultivam a terra.

Em Anse, por exemplo (994), os termos empregados mostram manifestamente que o poder público leigo, o senhor ávido e rival, para conhecer o conde e seus subordinados no exercício, podem ser abusados, de suas funções judiciais e militares. Não se trata de restringir o direito à guerra, nem de impedir de modo geral o saque em guerras privadas, nem de restringir os camponeses em seu massacre dos ataques de cavaleiros descontrolados. Odilon de Cluny defendeu apenas os interesses da senhoria eclesiástica que constituía sua abadia, ameaçada pelos ataques dos príncipes leigos da viagem. Entre 980 e 1030, as Cartas de Cluny (mas também sua liturgia, que invoca os foudres celestes contra aqueles que violam a propriedade da abadia) mostram que nessa época tais conflitos de interesses eram frequentes entre a grande abadia e os senhores leigos dos espíritos.

A regulamentação eclesiástica da guerra

O Concílio de Elne (1027) não foi diferente de seus predecessores: proibiu atacar um macaco ou um clérigo desarmado e restringiu igrejas e suas dependências. Aqui encontramos um novo elemento: o primeiro decreto a limitar efetivamente o uso legítimo da guerra privada, um tópico que os decretos anteriores nunca haviam abordado:
"Os bispos, o clero e os fiéis prescrevem que nenhum habitante deste condado ou deste bispo pode atacar um de seus inimigos a partir da nova hora de sábado." até a primeira hora de segunda-feira, para que todos possam dar honra ao dia do Senhor. »

"Este condado" é a Catalunha. Foi recentemente solicitado que tal decreto seja emitido nesta região. A resposta mais plausível é, aparentemente, a sacralização que se adquiriu a partir das lutas contra os sarracenos por conta da *reconquista espanhola* que começou a tomar o poder. De fato, nesta região, os cavaleiros catalães às vezes começaram a realizar ataques contra seus vizinhos muçulmanos na Espanha muçulmana (al-Andalus), inclusive aos domingos. Esses cavaleiros podem, portanto, ter o hábito de negligenciar as proibições relativas à observância de dias santos e festivais litúrgicos, e à abstinência ritual. Contra as nações adversárias, como é sabido (e isto desde Nicolau I), a guerra é legítima e inclui o domingo e as festas religiosas mais sagradas. Provavelmente também é o caso dos Sarrasins, consistentemente assimilados aos países. Mas guerras privadas, conflitos locais e vinganças (*faids*) obviamente não são esses traços de sacralidade: eles não devem mais ser proibidos, mas devem ser reservados para dias menos santificados.

Na suíte, o sono de Deus será prolongado por períodos mais longos, da quinta-feira à noite até a segunda-feira de manhã. Assim, em Saint-Gilles-du-Gard (1042), qualquer “cavaleiro” foi proibido de portar armas de 4 de setembro até Saint-Jean (24 de junho), sem autorização do bispo. Fizemos uma nova tentativa de subordinar toda atividade bélica à decisão da Igreja, juntamente com uma reafirmação do caráter sagrado e inviolável da propriedade eclesiástica, elementos que também estão incluídos nos decretos de todos os concílios subsequentes. A guerra é "privada" e, portanto, condenada quando é travada em detrimento da propriedade eclesiástica. É permitido, dentro de certos limites, fora dos períodos litúrgicos. Também pode ser recomendado quando se pretende proteger o clero e as propriedades eclesiásticas. Os "soldados da paz" estão alertando.

Os "milicianos da paz"

As ameaças de sanções eclesiásticas nem sempre são suficientes para impedir os senhores de pregar, e menos ainda de respeitar, tais coisas. Para garantir sua proteção, as igrejas e os mosteiros devem, portanto, recorrer às forças armadas, aos guerreiros que os recrutam nas "milícias da paz" santificadas pela ideologia: as relíquias, as estátuas dos santos, os estandartes das igrejas e abadias são mobilizados para proteger, por seu poder sobrenatural e benéfico, aqueles que sustentam a parte do bem (a da Igreja) contra seus adversários. A paz do próprio Deus às vezes leva à guerra pela Igreja, uma guerra por isso sagrada. A casa de Bourges (1038) fornece um bom exemplo desse glissement.

Em Bourges, de fato, o arcebispo Aimon não se contentou mais com anátemas: ele decidiu impor uma ação bélica contra todos os violadores da propriedade eclesiástica. Ele presidiu o Concílio de Limoges (1031), e sua ação o colocou no direito de seguir as recomendações daquele concílio. Aimon exige que todos os homens com mais de quinze anos se envolvam em combate com as armas desses encrenqueiros. O clero e os pobres, por sua vez, não devem permanecer passivos: todos devem procurar nos santuários as bandeiras do Senhor e marchar com esta nova milícia contra os “corruptores da paz jurídica” (ver texto n.º 15).

Esta guerra "justa", travada pela recuperação dos bens saqueados e pela proteção das igrejas contra aqueles que as "destruem", é assim santificada pela presença de estandartes eclesiásticos e de padres cobertos com seus ornamentos litúrgicos. Ele também é propriedade da autoridade que o supervisiona: um arquivista, guardado por todos os bispos do concílio. Estamos muito próximos, aqui, de vários elementos constituintes importantes da guerra santa. Ele está desaparecido há portanto, e isso não é nada, a autoridade suprema da Igreja e as recompensas espirituais.

Contudo, Deus permitiu que ele falasse da vitória de seus "milicianos", sem que eles sequer precisassem dizer a necessidade do combate, pois os exércitos do povo da Bíblia triunfaram sobre seus inimigos. Esta é uma interpretação menor do que aquela dada por André de Fleury quando ele relata esses fatos. Contudo, é necessário que esta guerra continue santificada até que esteja isenta de maus sentimentos, interesses materiais e exações.

Não é o caso em Bourges! Cupidez, orgulho, violência gratuita, logo são relacionados à arqueologia. Deus, portanto, não pode deixar impune esta perversão fatal de uma bela e boa ação lúdica. A causa, é claro, era justa e santa, mas não era natural, foi pervertida por quem a iniciou. É por isso que a vingança divina recai sobre as tropas do arqueólogo, como caiu, como se viu, sobre os Sarrasins da Provença, ou sobre os judeus no tempo de Tito e Vespasiano. Os milicianos do arcebispo de Aimon são de fato derrotados pelos guerreiros de Eudes de Déols. Um homem ímpio, portanto, sendo o último a ser refratário, rebelou-se

resolutamente contra aquele pacto de "paz" que o arcebispo desejava impor pela força de suas milícias armadas. Castigue a Deus!

Encontramos neste episódio a mesma concepção da história que descobrimos sobre a Espanha ou o Oriente cristão, chamada pelos árabes: Deus pune seu povo por seus pecados. Até mesmo uma ação sagrada pode ser distraída, atormentada pelo comportamento indigno daqueles que se aproximam da empresa com as melhores intenções. Se os lutadores de Deus morrerem, Deus lhes dará a vitória. No caso oposto, mesmo que a causa da morte seja justa e sagrada, Deus abandona os templos, que são culpados de uma espécie de profanação. Para puni-los, ele também pode usar exércitos ímpios, como ele mesmo fez ao transformar seu povo em infiéis, assírios, babilônios ou, mais recentemente, árabes.

Esta concepção moral e pedagógica do desenvolvimento da história remonta também à cruzada: a cada passo que ele sobe ao campo de batalha, a cada prova que parece infligida por Deus ao seu povo armado, os sacerdotes acusam aos gritos o fracasso por algum pecado, geralmente ligado aos temas deixados evocados: orgulho (*superbia*), luxo ou fornicação. Eles prescrevem, em prol da juventude, penitências e procissões propiciatórias.

A guerra santa, que levou a Bourges e culminou em Jerusalém, também é acompanhada por uma ética, uma liturgia e uma ritualização que influenciaram muito os defensores das igrejas desenvolvidas no Ocidente durante os séculos X e XI. Mas tememos que ele não tenha mais como medir entre a proteção da propriedade de uma igreja "comum" e o patrimônio de Saint Pierre! Tudo assim, também um salto qualitativo entre a proteção do túmulo de Saint Pierre e a reconquista da cela de Cristo. De um para o outro, o "santo" dos guerreiros que estão empenhados na luta abre uma nova barreira.

CAPÍTULO 10

Guerra sagrada pelo céu
Santos guerreiros e santos guerreiros

A concepção que temos da santidade e, portanto, da natureza dos santos reconhecidos pela Igreja, não está alheia ao assunto que tratamos. A Idade Média, de fato, é marcada pela expansão do culto aos santos. Ou estes, por mais de mil anos, mudaram sua origem. Essa evolução traduz o processo de sacralização da guerra na Igreja na era feudal, particularmente na aproximação do milénio.

Antes de um milenarista, o modelo do santo venerado na Igreja não seria variado: ele é sempre vítima da violência cruel e brutal dos países, violência aceita voluntariamente pela causa da morte, sem nenhuma resistência, à imitação de Cristo. Nos primeiros dias, isso era dirigido aos mártires da fé, aos confessores que se recusavam a lutar, a sacrificar aos ídolos, a pegar em armas ou a servir. Sob o Império Cristão, assim como sob os reis alemães, ocorreu uma evolução "social". Isto é importante, mas não afeta o modelo que diz respeito à atitude diante da guerra e das armas: os novos santos, de fato, são atualmente os rebanhos, a maioria dos membros da alta aristocracia, os nobres que "renunciaram ao mundo e às armas" para servir a Cristo, ou os menores, como uma vida casta, acima, purificada, reconhecendo o uso, os prazeres e os perigos mortais do sexo e da vida. Os santos não são mais vítimas da tempestade, mas continuam lutando e se abstendo. Os leigos estão ausentes, mas geralmente não são acessíveis à santidade.

Uma inflexão, toda ela, ocorreu diariamente no século X, em direção aos leigos e, mais tarde, em direção aos guerreiros. Frequentemente se insiste no papel desempenhado, nessa inflexão, pela glorificação que o abade Eudes de Cluny fez da vida do conde Géraud d'Aurillac em um escrito escrito por volta de 1030. Sem que essa influência seja muito real, seria aconselhável modernizar seu porto.

Se de fato, na obra hagiográfica de Eudes de Cluny, o conde Géraud assim se pôs como exemplo dos pobres clunisianos, ele está diante de tudo aquilo a que o leigo aspira no mosteiro, e procura a todo custo viver melhor no século, completando assim, nas situações mais incômodas, um percurso de santidade que os pobres de Cluny, retirados do mundo e preservados de seus perigos, não parecem ter muito a ver. Em outras palavras, ao contrário do que às vezes escreveu, Eudes não elogia a vida de um leigo e até de um notável, de um cavalheiro armado, mas sim a de um homem que, colocado nas situações mais perigosas, no

mundo e seus obstáculos, adere ao ideal monástico, aspira à calma do claustro e começa a viver o século de uma vida santa, ilustrando as virtudes monásticas.

Géraud, príncipe leigo, é um santo que vive no mundo como se desejaria viver num mosteiro: ele permanece de fato humilde, obediente a Deus, piedoso, compassivo, caridoso; ele tem o poder de escapar, mas não abusa dele, e nem mesmo o usa: o sangue nunca encharcou suas mãos.

Isso não significa que haverá menos evolução real: a dignidade da função secular é reconhecida. Agostinho escreveu que poderia agradar a Deus vivendo no século e apoiando a vida militar e as armas. Eudes dá a informação e acrescenta que ainda é possível ser santo sem ser santo ou porco. Na condição, de todos, de viver menos no mundo. Mais do que uma sacralização do estado secular em si, a vida de Géraud d'Aurillac parece-me ser a expressão de uma tentativa de monaquismo deste estado.

Portanto, está em curso esse movimento de valorização ideológica do laicato, e incluído em sua função guerreira. Encontramos muitos vestígios. Ela se espalhou até o século XI. Dudon de Saint-Quentin relata, por exemplo, que o abade Martin de Jumièges fez de tudo para dissuadir o duque da Normandia, Guillaume Longue-Épée, que aspirava à paz do claustro, de entrar em seu mosteiro. Ele mostra que é muito mais útil a Deus, à Pátria e à Igreja em seu estado de príncipe secular, para proteger de seu tempo, justamente, as igrejas e os fracos.

O croissant favor dos santos que o chamavam de soldados, dos séculos X e XI ′ tem o mesmo movimento. A maioria deles se tornou santa, especialmente sob o Império Romano, por terem se recusado justamente a ser soldados, ou por terem perecido, sem se defender, sob o comando dos soldados do país agindo sob as ordens de um imperador ímpio. Nos séculos X e XI ′ esses santos eram, por natureza, contrários aos patronos da cavalaria. Eles são assinados pela alma como leigos e têm laços com o exército. Este movimento começou, alguns séculos mais tarde, com a canonização de Luís IX, o primeiro rei (da França) a ser reconhecido como "santo", que foi precedido por este plano por Étienne de Hongrie, canonizado desde 1083. Enquanto isso, a sacralização progressiva da função guerreira exercida em detrimento da Igreja e da Terra Santa permitiu a formação, nas mentes, de uma nova mentalidade religiosa, mesmo dentro do clero, aceitando pouco a ideia de que os guerreiros que levantassem suas armas ao mesmo tempo pudessem se tornar santos no paraíso.

A elaboração, no Ocidente cristão, da noção de guerra santa é um movimento que aproxima progressivamente dois modelos, dois modos de vida considerados antes milenaristas como radicalmente opostos, entre o santo de um lado e o guerreiro de outro. Podemos acompanhar o desenvolvimento deste movimento ao longo dos séculos X e XI ′ particularmente na liturgia, que revela a progressiva sacralização das armas e daqueles que detêm o seu poder, nas primeiras anunciadas nas vésperas, nas bandeiras dos remises dos

príncipes e seus exércitos cercando o campo, mas também em inscrições religiosas ou talismãs gravados nas asas dos cavalos, em rituais compostos, particularmente no século XI, para cerimônias de investidura de anciãos ou defensores da igreja, etc.

O ponto decisivo dessa evolução é que ela ocorreu na segunda metade do século XI, o que levou à multiplicação dos recitais naqueles santos que tomaram parte nas batalhas terrestres dos homens, sem hesitar em derrotá-los, seja em comum ou no Ocidente. Aqui também, ao mesmo tempo, foi desenvolvida a noção de martírio de guerreiros mortos em combate. O movimento que assim se aproxima dos santos guerreiros é sobre a época da cruzada, onde os cruzados se tornam santos mártires e onde os santos do céu vêm lutar com os cruzados vivos, acompanhados de seus companheiros recentemente mortos e então se tornando santos. Assim, até certo ponto, a noção de guerra santa adquiriu plenamente o direito de uma cidade na mentalidade comunitária, na época da cruzada.

Tal evolução, como ele diz, indica uma verdadeira revolução doutrinária. Os capítulos seguintes tentam descrever brevemente o caminho, que se situa essencialmente no momento em que a ideologia da paz de Deus se difundiu no Ocidente.

Dos santos que lutam

Se não bastasse garantir a proteção das igrejas, a paz de Deus contribui em troca para moralizar a ação guerreira de seus defensores contra seus saqueadores seculares.

Um exemplo desse uso da violência pode ser encontrado acima: de acordo com os recitais dos mosteiros, os santos padroeiros dos mosteiros frequentemente protegem os domínios uns dos outros, diretamente ou através da falsificação de suas relíquias ou estátuas. Eles frequentemente repreendem rudemente os prevaricadores, às vezes lutando contra os "infiéis", mas também contra seus adversários cristãos. Da mesma forma, aqueles que participaram da formação do conceito de guerra santa, numa época em que o culto aos santos, suas relíquias e suas estátuas era objeto de um desafio à religiosidade popular, que também era fortemente condenado pelas autoridades eclesiásticas.

L É MILAGRES VIOLENTOS DES SANTOS

Um estudo recente, contendo vários bilhões de menções de intervenções milagrosas relatadas nos escritos dos séculos X e XI, mostra que os milagres de Guérison são, como podemos ver, os mais amplamente representados (60%). Em segundo lugar, vêm os milagres de punição, contando como os santos puniam aqueles cuja conduta era ímpia e irreverente para com Deus e para com eles. Esses milagres representam 12% do conjunto, mas 33% dizem respeito a milagres relativos à aristocracia.

É interessante perguntar quais são os motivos que levam o santo a "perseguir" os humanos e como ele exerce essa punição. Descobrimos então que o santo (ou a santa!) está exercendo sua vingança sobre todos aqueles que possam atacar os bens materiais de "sua" comunidade monástica. Geralmente são senhores muito seculares: o santo quer puni-los (ou dissuadi-los) de se libertarem às custas da grilagem de terras, para diversos e outros propósitos. Desta forma, ele responde aos padres dos mosteiros que o invocam para obter sua proteção.

Menos ainda, na verdade, apelam frequentemente à intervenção direta de seu santo protetor. Para "forçar a mão" do santo, eles às vezes realizavam o curioso rito de "humilhação" de suas relíquias. Esta cerimónia ritual consiste na colocação solene das relíquias do santo em uma situação humilhante que ele está de alguma forma tentando resolver para não perder a face. A manobra é óssea, particularmente delicada, pois assume formas de irreverência e provocação que beiram a imoralidade e a profanação: dessa forma, não se deve bisbilhotar o santo, mas apenas bicá-lo com um senso de dignidade e honra, a fim de despertar a liberação do próprio poder. O santo está, assim, “ao pé do muro”, para que, de alguma forma, possa proteger o seu senhor terreno por meio de um pente que lhe parece uma voz triste, descuidada, imponente. A rivalidade, a competição

entre os mosteiros (e, portanto, entre os santos padroeiros), são tais, neste momento, que o santo não pode, se ousar falar, colocar sua reputação em risco.

As recitações de milagres de punição ou vingança visam, portanto, despertar medo e dissuadir os leigos de contestar os direitos da abadia da qual ele é padroeiro. O santo acrescentará castigo físico, até mesmo a morte, à comunicação pronunciada pelos sínodos de paz contra tais violadores. Assim, Saint Foy, por exemplo, apesar de seu status de mulher e santa, caiu sem piedade como um cavaleiro predador de sua propriedade, de modo que no oeste uma nobre dama poderia ter que cultivar com seus camponeses um pedaço de terra pertencente à abadia de Conques, ou um cavaleiro que havia roubado o vinho dos pobres em uma aldeia pertencente à sua abadia. Essas punições são interpretadas como manifestações da justiça divina imanente.

As autoridades eclesiásticas também tentam, por meio dessas recitais, intimidar aqueles que contestam seus direitos. Para impressionar o público e preencher a parte adversa do mundo, os portentos menores geralmente representam a estátua ou relíquias do santo em terras onde a propriedade é contestada, para que ele possa fazer a mesma justiça ao estabelecer claramente o direito do menor, ou seja, Ele também pode corrigir ou punir as ações de um defensor da igreja: em vários casos mencionados acima, os santos são levados a para punir com a morte os senhores seculares que agiam especificamente para proteger seus domínios, os "guardiões" dos mosteiros ou "defensores" das abadias que, também, às vezes os oprimiam e saqueavam em vez de defender seus interesses. Os gráficos desse período nos fornecem três exemplos notáveis dessas cobranças.

Os *Milagres de São Bento* , cujas recitações se realizam ao longo de um longo período (de 820 a 1114), revelam que certas intervenções violentas do santo, dirigidas à defesa dos bens da abadia contra os seus saqueadores, ocupam um lugar considerável em todo o corpus. Ela atinge seu máximo (mais de 33%) entre 965 e 1008, período que corresponde justamente às primeiras assembleias dos países mais examinados. Isso deve ser feito sem dúvidas e deve ser baseado em uma tendência crescente, entre os cavalheiros seculares, de responder às propriedades eclesiásticas, uma tendência que é atestada por eles nos mapas.

Na maioria dos casos, o santo intervém pessoalmente para punir os culpados, os abençoados ou os mortos. São Bento também intervém contra os próprios guerreiros (*soldados*) de seu mosteiro quando eles se aproveitam de sua posição para saquear seus bens. Assim, na segunda metade do $^{\text{século}}$X, o castelo morreu por causa de um vassalo de sua própria igreja, o castelo de Sully, que "profanou" suas terras. O santo aparece uma noite, com um hábito desbotado, e o golpe mortal de seu bastão cai. Essas "depredações" que nos atingem há muito tempo parecem-nos mínimas: geralmente incidem sobre uma videira, uma vaca ou uma fruta... O santo, em seu trono, não sofre as medidas de retaliação.

Entre 1008 e 1043, André de Fleury mencionou os nomes de outros casos de tais punições. Em todos esses casos, o santo descarrega sua raiva contra os senhores do bairro

que tentam se apropriar de seus bens. Essas narrativas de milagres corroboram plenamente as conclusões que mais fortemente tiramos dos concílios de paz. A intervenção de São Vicente reforça de alguma forma os anátemas das assembleias pela paz.

Esses recitais ilustrativos, assim como os conselhos de paz e as crônicas, representam o maior conflito que durou os séculos X e XI. Ele coloca os senhores eclesiásticos sob pressão dos senhores leigos da terra, e dos portões da terra, da propriedade de vinhedos, moinhos e pontes, mas também sob o direito de manipular, taxar, apropriar-se, ou ao contrário sob o privilégio de perseguir os direitos e impostos que os senhores leigos procuram impor aos habitantes do campo, incluindo as terras da igreja. Menos é forçado a denunciar aqueles "maus hábitos" que, em oposição aos "bons", os ignoram. Esta é uma das consequências do envolvimento social e econômico das igrejas e mosteiros neste "mundo" do qual eles buscam se separar.

A intervenção violenta dos santos leva, portanto, a uma verdadeira sacralização das lutas travadas pelos seus fiéis no seio das igrejas.

L É SANTOS MILITARES

Como a maioria dos simpatizantes, os "santos militares" homenageados pela Igreja são mártires executados na época do Império Romano perseguidor, muitas vezes por terem recusado o recrutamento ou, pelo menos, o uso de armas. Alguns de nós ainda não querem ver o exército; sua única morte, infligida pelos feridos, permite que sejam adotados como santos protetores dos exércitos cristãos que lutam contra os países.

A maioria desses santos militares é de origem oriental. Embora o Oriente, disse ele, rejeite a ideia de guerra santa (uma noção que seria aconselhável para aqueles que desejam defini-la bem antes de perpetuar essa afirmação), eles agem como protetores dos exércitos imperiais. Esses santos aparecem nas bandeiras dos exércitos bizantinos desde o século VII. A guerra travada contra os inimigos do Império Romano do Oriente (em particular contra os "países") é, portanto, considerada como apoiada por poderes celestiais. É isso caso de "santos militares" como Demétrio, Teodoro, Mercúrio e sobretudo Jorge, cuja origem é indubitavelmente oriental, mas cuja autenticidade é digna de crédito, e cuja cultura logo passa para o Ocidente, diante dos olhos de seus irmãos.

São Jorge é o mais conhecido de todos no Ocidente: ele faleceu como soldado na Síria e em breve se tornará o campeão do cristianismo contra o islamismo. Esse compartilhamento funciona na Espanha com Saint Jacques. Em 1063, na batalha da (re)conquista dos normandos contra os muçulmanos da Sicília (território sagrado bizantino, o que facilmente explica sua preferência), São Jorge liderou os exércitos cristãos. Eu o vi, ele disse, cavalgando um cavalo branco, segurando na mão uma lança de cauda branca montada em uma cruz impressionante.

Aos santos deve-se acrescentar o nome do Arcebispo de Saint Michel, particularmente venerado pelos normandos do século X, no Monte Gargano, e no Monte Saint-Michel, que se torna um dos seus principais protetores. Mas ele só protege os normandos. Aqui, por exemplo, está uma luta vigorosa contra os Sarrasins na Espanha. Em 1041, segundo André de Fleury, quatro condes catalães tentaram pôr fim aos frequentes ataques sarracenos que vinham saquear seus territórios com suas armas. Com apenas 500 guerreiros, eles tentam atacar o inimigo, fortificado por 20.000 homens. Os guerreiros cristãos estão preocupados: para acalmar seus gritos, Bernardo de Besalú faz um discurso sobre "guerra santa". Ele lhes prometeu a ajuda dos poderes celestiais, em termos categóricos: Nossa Senhora, isto é, São Miguel e São Pedro lutariam ao lado deles. Cada um desses terraços tem 5.000 inimigos; Ele permanecerá, portanto, com os cristãos apenas para destruir os 5.000 sarracenos que restaram. Tranquilizados, os guerreiros cristãos se levantaram e triunfaram.

Nossa Senhora, assim como na batalha de Covadonga, também se tornou uma "santa militar", prestando ajuda ativa aos guerreiros cristãos no campo de batalha. Na primeira cruzada, a ovelha Adémar, deixada do papa, carregando a bandeira da igreja de Sainte-Marie du Puy, na imagem da Virgem. Ela então passa a proteger exércitos cruzados e se torna, no final, uma das santas padroeiras da cavalaria no século XII.

Ela não é a única santa a exibir comportamento belicoso. Sainte Foy, que ainda não mencionou as intervenções "musculares" contra aqueles que atacam suas propriedades, também interveio nas batalhas contra os sarracenos na Espanha; no bis, ela essencialmente agita para defender seus interesses materiais. Bernard d'Angers conta como os habitantes de uma aldeia em Catânia, para obter a proteção da santa contra os sarrasinos que vêm saquear e devastar suas terras, são obrigados a pagar-lhe um tributo anual de ouro e a lembrá-la de tudo o que têm a fazer para enfrentar o inimigo. As orelhas de Conques, sua fonte, deveriam carregar um estandarte santo, que os ajudava a seguir em frente. Atormentados pela presença desta bandeira, ameaça à sua proteção celeste, os cristãos atacam os sarrasinos, levantam-se e regressam a eles carregados de despojos; Conforme combinado, eles então dirigiram a questão a Saint Foy.

Surge uma questão sobre este assunto: a luta armada apoiada pelos fiéis de Saint Foy é sagrada porque os inimigos são "pessoas", ou porque é necessária para preservar os interesses (espirituais e materiais) do Santo? Em outras palavras, a guerra é sacralizada pela declarada “santidade” da causa que a defende, ou pela “demonização” do adversário? Os dois motivos, os mais comuns, são reforçados sem exceção, como é o caso deste curioso episódio relatado em 1020 por Bernardo de Angers: um antigo cavaleiro, que se tornou mais jovem e até padre da abadia de Conques, manteve calmamente a cabeça em seu antigo equipamento de cavalaria e se recusou a vestir sua armadura para lutar contra os "saqueadores" de sua abadia. Ele representa esta ação bélica que espera prometer as

palmas do mártir àqueles que estão prestes a morrer em tais batalhas: Ele afirma que tem mais mérito do que a guerra contra os infiéis (ver texto n.º 16).

Dessa comparação podemos tirar duas conclusões importantes:

1. Até 1020, antes mesmo da cruzada, espalhou-se entre certas forças cavalheirescas e monásticas a ideia de que a guerra contra as "nações" traria as palmas do martírio.

2. Para o autor menor deste texto, a luta armada pela proteção das igrejas e seus bens não é menos meritória do que a guerra contra os muçulmanos: ela também pode render as palmas do martírio.

Reunimos vários dos principais fatores que caracterizam uma guerra santa, tanto dentro quanto fora do cristianismo.

A sacralização litúrgica dos defensores da Igreja

A sacralização da guerra e de certos guerreiros toma, ao mesmo tempo, outro caminho: a célula da liturgia. É dirigido aos reis, cuja missão é restaurar a ordem e a paz, proteger as igrejas e os fracos. Assim, seguem-se os príncipes durante a formação dos principados territoriais, e assim seguem-se os anciãos, recrutados para defender os estabelecimentos eclesiásticos, e finalmente os cavaleiros, enquanto a Igreja tenta imbuir toda a cavalaria com os seus valores.

L E SAGRADO DES ROI

Desde o século IX, durante as cerimônias das Sagradas Escrituras dos reis franceses do Ocidente, o oficial (geralmente um arcebispo) enviava ao monarca vários objetos (*insígnias*) que simbolizavam seus poderes: coroa, cetro, lança, etc. Durante o percurso, sinal do seu poder de justiça e coerção, o arcebispo ou bispo recita preces e formas de bênção que mencionam uma das principais obrigações da função régia: a proteção do país e das populações desarmadas, em especial do clero e das igrejas.

Essa função militar é ainda mais claramente evocada nos primeiros momentos anunciados pelos exércitos reais quando entram no campo, principalmente se se trata de combater os países. A remissão solene, nessas ocasiões, dos estandartes dos santos protetores do reino se dá mediante a recitação dos sacerdotes invocando a proteção de Deus sobre essas armas. Essas fórmulas, no entanto, eram raras antes do século X; Eles são mais numerosos a partir desta data. Eles reivindicam a proteção do poder divino daqueles que querem lutar "contra os inimigos da Igreja", às vezes designados pelo nome: são essencialmente os países, particularmente os normandos ou os dinamarqueses. A assistência dos santos, no entanto, não foi invocada antes do século XI. Sua ação autônoma será desenvolvida a partir desta data.

O INVESTIMENTO DES EM ALGUM LUGAR

A sacralização dos guerreiros combatentes para que as igrejas cheguem até o nível de príncipes. Temos alguns vestígios, especialmente para a Aquitânia. Ela também escorrega, através da trapaça de certos sacerdotes e bênçãos reprisadas pelo sagrado trono real, nos personagens menos huppé, o próximo.

O recrutamento desses representantes ou defensores das igrejas está sujeito a cerimônias de investidura que, mais do que a investidura de vassalos leigos, são carregadas de religiosidade e ética. Ele está, de fato, tentando lutar por uma igreja, por um mosteiro, portanto, por um santo e, em última análise, por Deus. A sacralização da sua função é, portanto, enfraquecida: ela é expressa pelos priores reivindicando proteção, dirige-se a Deus ou ao santo padroeiro que servirá como a pessoa que investiu.

Possuímos, entre certos investigadores do passado ou de “guerreiros da igreja”, um termo excelente, datado do século XI. Vem de um manuscrito da província eclesiástica de Reims (*Colônia 141*) que nos fornece o texto completo de tal ritual. Aqui encontramos reuniões de muitas bênçãos somente quando usadas em cerimônias litúrgicas destinadas aos reis, mas que, graças a alguns retoques, são aqui aplicadas a esses personagens. O glissment foi feito quando foi emitido em formulários mencionando o dever de proteção do rei nas igrejas, uma vez que esses personagens foram recrutados especificamente para cumprir essa parte da função real.

Dos guerreiros santificados

O CRUZ E O BANDEIRA

Os estandartes eclesiásticos contribuem para a moralização e sacralização das batalhas, exceto pelos guerreiros que os brandem. Conhecemos três numerosos relatos de intervenções milagrosas dos santos para dar vitória àqueles que, sob suas bandeiras, defendem o caminho para os principais interesses de seu mosteiro.

Já vimos falar da milícia de Bourges ou da fronteira de Saint Foy. A bandeira de São Bento também triunfa na Itália, no século XI : o santo exerce um terrível "julgamento de Deus" sobre a pessoa do líder dos invasores e sobre seus guerreiros normandos, dos quais 150 são encontrados mortos. Na França, o legado de São Martinho dá a vitória a Geoffroy Martel na batalha de Saint-Martin-le-Beau em 1044: com um pequeno exército, ele foi lançado no caos, mas sem ferimentos, o exército dos filhos de Eudes de Blois foi repentinamente atingido pelo estupor e paralisia. Algumas das coisas vãs são tão claras que todos os guerreiros de Geoffroy parecem estar vestidos com as vestes de um impressionante caiador. Um exército de santos…

A referência a um senhor leigo do estandarte de um santo é, portanto, vista como uma declaração da "santidade" de sua companhia. É um fator importante na sacralização de certas guerras e certos guerreiros, juntamente com alguns outros símbolos religiosos, por exemplo, a cruz, um sinal de aparição ao "povo de Deus".

A partir do século X , a cruz às vezes aparece em exércitos, nas laterais de estandartes sagrados e relíquias. Abade de Saint-Germain, antes de 897, testemunha seu uso durante o cerco de Paris pelos normandos. Eles também encontraram isso na luta contra os muçulmanos na Espanha. Em 1058, o Conde Ramon Berenguer I nos descreve como um vencedor dos muçulmanos em Barcelona: ele o carregou diante de suas tropas, nos dizendo, a cruz vitoriosa, à maneira do Imperador Constantino. É verdade, é verdade, que há batalhas contra os muçulmanos da Espanha, diante das quais nos encontraremos ainda mais fracos. Sua sacralidade, por causa deles, é dupla.

A cruz protege apenas contra "países". Ela também santifica aqueles que lutam contra outros cristãos, pela causa de uma igreja, como aconteceu em 1039 em Milão, cidade onde o bispo Ariberto é o senhor. A cidade é atacada pelos partidários do Imperador Conrado II. Para galvanizar seus defensores, Aribert faz uma espécie de "discurso de guerra santa", como o do bispo Turpin do *Canto de Rolando* , prometendo àqueles que perecerem em combate uma morte que ele considera "também mais lucrativa do que a cela dos santos". Ele também fez uma carruagem com uma cruz na qual estava representado o Salvador que, com os braços estendidos, era sustentado e protegido por seu braço. A Cruz é aqui, claramente, um sinal de sacralização guerreira. Ou o adversário, que ele saiba, não é o

"país" aqui: são os soldados do "Sacro Império Romano-Germânico"! Eu o rebaixei de a sacralização atingiu pelo menos um nível muito alto. Ela não vai querer ser ainda mais fortalecida quando o inimigo for um "infiel".

D É SANTOS, DES GUERREIROS, DES MÁRTIRES

Por uma razão mais forte, de fato, o sinal da cruz favorece a valorização ideológica das lutas contra os países: aqueles que morrem para se defender do cristianismo (uma noção que tomou forma durante o século XI) são, portanto, muito raramente, assimilados aos mártires.

Este glissement traduz uma profunda evolução das mentalidades religiosas. Como os primeiros confessores, esses cristãos morreram por ela, tanto pelos "inimigos da cruz", países ou falsos cristãos; mas desta vez, esses mártires não são mais vítimas desarmadas, são guerreiros que se perderam em combate, ele correu para a frente. Eles ainda podem ser abençoados e se tornar “abençoados”, objetos de adoração e de sacerdotes, participando, de alguma forma, da divindade.

O primeiro exemplar deste gênero foi produzido na Inglaterra, mas antes do milésimo. Santo Edmundo, rei guerreiro, teve a bênção de ser derrotado pelos dinamarqueses após sua derrota no campo de batalha. Ele não depende de você para lutar: o rei vencedor tem medo diante do seu vencedor, que lhe dispara flechas, como o fantasma de São Sebastião.

O rei Olavo da Noruega também foi derrotado pelo clero de seu país, logo após sua morte, em 1030. Desta vez, ele era filho de um rei guerreiro morto em batalha, direcionando assim suas armas para a frente de batalha. Sua vida, portanto, não pode ser exemplar, mesmo depois de sua conversão ao cristianismo: ele é violento, poderoso, raivoso, vanguardista, cupido, ávido por saltar... Portanto, desde 1032, milagres jazem em seu túmulo, e ele se tornou um santo aos olhos de seu povo e de seu clero por razões políticas e religiosas: ele converteu ao cristianismo, pela força das armas, as populações dessas nações.

A beatificação de um guerreiro é uma inovação. Mas será que, surpreendentemente, numa época em que vimos isso, os santos estavam participando de batalhas contra inimigos cristãos seculares e, por uma razão ainda mais forte, contra "países"? Temos vários exemplos dessas intervenções bélicas. Assim, São Bento, segundo uma história que remonta ao século XIX, desceu do céu vestido de macaco para lutar contra os normandos que, em 878, atacaram a abadia de Fleury. O Conde de Auxerre, líder dos seus defensores, disse ter visto ao seu lado o santo espancado pelo bastão de muitos países. No final do século X, um relato da Batalha de Taller conta que São Severo, conhecido pela expressão "mártir glorioso", apareceu em um cavalo branco, vestido com uma armadura brilhante, e de repente destruiu milhares de homens normandos com pilares. Em 915, São Pedro e São

Paulo também apareceram para apoiar os guerreiros e proteger a Igreja de Roma das depredações dos sarracenos infiéis.

Os santos mártires, derrotados para viver sem resistência sob a violência dos países, continuam a lutar contra outros "países" ao lado de guerreiros brandindo suas lanças. O caminho então se abre, todo largo, para a assimilação dos mártires dos guerreiros cristãos que morreram em combate sob o sinal da cruz.

A primeira cruzada em quatorze exemplos. O caso mais claro, relatado por vários cronistas, relatos diretos da batalha, diz respeito ao confronto ocorrido, em 1098, entre os exércitos dos cruzados e células de guerreiros muçulmanos de Karbuqa, o atabeg de Mossoul. Dos muitos guerreiros cristãos que afirmam ter visto a ascensão, para lutar ao seu lado, das legiões celestiais de santos, vestidos com armaduras brilhantes, brandindo bandeiras e brasões brancos em cavalos brancos. Estes cavaleiros do céu, discordando de certas coisas, eram liderados pelos santos militares e acompanhados pelos cruzados que, apoiados pelos turcos infiéis, regressavam à terra com os santos de paraíso para cuidar dos seus velhos amigos que ainda estão vivos.

Podemos imaginar uma fusão melhor das duas noções de guerreiro e santo? Melhor prova da aceitação, pelas mentalidades religiosas da época, da noção de uma guerra santa meritória?

CAPÍTULO 11

A guerra santificada pelo Papado, a reforma e a “libertação da Igreja”

Uma “teologia da libertação”

Com base no apelo à "reforma gregoriana", o movimento ilustrado pelo Papa Gregório VII. Este movimento é pela "libertação da Igreja" do império dos leigos, o fortalecimento do poder monárquico do Papa na Igreja e a afirmação de sua autoridade sobre reis e imperadores em nome da superioridade espiritual ao longo do tempo. Na realidade, esse conflito, que durante vários anos opôs o Papa Gregório VII e o Imperador Henrique IV, chamado de "disputa dos investidores", começou bem antes de Gregório e continuou depois dele. Ocupa mais de meio século e ainda não chegou ao final do século XI, segundo nosso estudo. Ele contribui muito para a sacralização das lutas empreendidas pela causa da Igreja.

Essa sacralização é tripla.

A primeira coisa que encontramos é a defesa de igrejas e mosteiros: como outros senhores eclesiásticos, a Igreja de Roma de fato possui as terras, bens, direitos e privilégios que seus senhores vizinhos desejam. Os guerreiros que a defendem são claramente moralmente corajosos em sua luta, especialmente por uma igreja ainda mais prestigiosa.

A segunda tentativa é reconhecer a primazia do Bispo de Roma sobre todos os outros bispos do Ocidente. A separação O cruzamento entre o mundo latino e o mundo grego reforça esta primazia papal no Ocidente. O Papa está chegando gradualmente, fundindo a parte com o todo, para assimilar a Igreja de Roma com a Igreja do todo, e o Papado com o cristão. Desde então, a proteção das terras do Papa, o "patrimônio de Saint Pierre", se baseia no bem dos espíritos com a defesa do cristianismo, o desejo do cristianismo e da fé.

O terceiro é resultado da confusão, constante nesta época, no campo do islamismo como no cristianismo, entre o espiritual e o temporal. Estes são os dois domínios que hoje o Ocidente (e talvez só ele!) tenta distinguir um do outro de forma natural, imbuídos como estão de uma longa tradição de secularismo e, mais recentemente, na França, de uma separação radical da Igreja e do Estado. Homens de meia-idade, exceto nessa época, nunca fazem essa distinção. Isso resulta, por exemplo, na fusão (ou confusão) entre loci religiosos e civis, comum na Idade Média, que se espalhou no Ocidente, mas que ainda existe, e é reforçada hoje, em muitos países muçulmanos.

Isso também resultou, no Ocidente medieval, na demanda pela supremacia política e pela voz legal do papado no Ocidente cristão. Essa confusão reforça a sacralização das lutas travadas no profundo interesse das igrejas, de Roma, da Igreja, do papado, da religião, da história. O resultado é que, para alcançar essa "libertação da Igreja", os papas não imaginam uma separação dos dois domínios, secular e eclesiástico, mas sim favorecem a inversão da dominação, afirmando a primazia do papa sobre o imperador e os reis.

A “teologia da libertação” proposta pelos papas reformadores também se refere à afirmação de que eles poderiam apelar a uma “teologia da dominação”, duplicada por uma

espécie de “maniqueísmo” político-religioso radical: todos os oponentes do papado e das reformas que se iniciaram, particularmente depois de 1050, também são considerados desejos como os inimigos de Deus, diabólicos como espadas e brincavam como se tivessem festejado com o Anticristo. A santificação das lutas feitas pela causa pontifícia é assim duplicada. Ela chega ao ponto da demonização de seus adversários e da sacralização do papado.

A ideia de guerra santa, até então difusa e latente, encontrou naquele momento um terreno propício para sua expansão. Ela é nutrida e fortalecida por esses dois fatores conjugados – a exaltação do papado e a demonização de seus adversários – ao mesmo tempo em que é também o resultado de lutas internas dentro do cristianismo, exceto por cristãos contra outros atores cristãos infiéis. Ela obviamente não será capaz de concordar novamente quando a luta for travada contra "países" ou "infiéis" cujos sentidos geralmente aceitam o termo, como se estivessem no próximo capítulo.

Uma "guerra santa" pelo papado?

O Bispo de Roma não é apenas o líder espiritual dos cristãos do Ocidente; Ele também é o senhor temporário dos territórios, o "patrimônio de Saint Pierre", que busca expandi-lo. Ele está nessa situação na presença de vários príncipes e senhores locais. Essa situação é muito mais difícil, pois os territórios convocados relevantes, às vezes do Império Bizantino, às vezes do Império Germânico, um e outro, estão cercados e frequentemente afetados por outros perigos mais urgentes, e são incapazes de intervir.

Esses territórios foram algumas vezes ameaçados ou até mesmo mortos pelos sarrasinos ou pelos normandos. Esses valentes cavaleiros cristãos, descendentes de Tancrède de Hauteville, um pequeno nobre do Cotentin, foram abordados e chamados como mercenários pelos príncipes gregos, mas ultimamente não agiram por conta própria: na segunda metade do século XI , eles se engajaram, contra os gregos e contra os muçulmanos, na conquista do sul da Itália. (Pouille, Calábria) depois da Sicília. Sendo assim, eles também entram em conflito com o Papa, que tenta lidar com as desigualdades antes de admiti-los como vassalos e defensores, mas não sem riscos. Em todos esses conflitos pela posse temporária de territórios italianos, foi permitido o uso, por meio de papel, de elementos religiosos que visavam santificar a guerra travada pelo Santo Cerco.

O DEFESA DE O SENHEURIA PONTIFÍCIO

Pelos soldados de Saint Pierre: os "mártires" de Civitate (1053)

Para garantir sua defesa, a Igreja de Roma conta, como todos os senhores da época, com contingentes de seus dependentes diretos e seus vassalos. Eles são notoriamente insuficientes. O Papa então frequentemente apela, como ele vê, aos seus protetores da natureza, o Imperador Alemão, da Igreja de Roma, que às vezes "desce" à Itália para restaurar a situação. Mas as distâncias são enormes, e a seca muitas vezes (e muito tarde) assume o aspecto de vingança ou intimidação.

Para defender mais eficazmente os interesses de Saint-Siege contra os normandos, Leão IX obteve um contingente de soldados alemães do Imperador Henrique III. Este artigo o levou ao mesmo exército em Pouille, onde enfrentou as tropas normandas em Civitate em 18 de junho de 1053: os normandos eram a força principal. Leão IX, vaincu, é enviado a Bénévent, meu anfitrião, meu cativo; Ele invadiu Roma com o consentimento de seus conquistadores normandos em março de 1054 e morreu pouco depois.

Este episódio constitui um marco importante no caminho para a elaboração do conceito de guerra santa no Ocidente cristão. De fato, antes de morrer, Leão IX acreditou na ideia segundo a qual os soldados de São Pedro (*militat sancti Petri*), lutando pela causa do Papa (ele próprio muito canonizado), foram mortos como mártires. De muitos escritores

eclesiásticos reconhecem o valor moral e o mérito de sua luta e mencionam as recompensas celestiais às quais atribuem. Segundo Bonizo de Sutri, por volta de 1086, Deus tinha três nomes, um após o outro, e ele amava esses heróis, caídos em uma "batalha pela justiça". Ele, eu afirmo, atua de forma digna de aparecer entre os santos. Bruno de Segni, por volta de 1090, lamentou e desaprovou o papel pessoal desempenhado pelo Papa nesse engajamento militar, mas logo foi vencido pelo fracasso de seus guerreiros, a quem ele não hesitou em chamar de "os soldados de Cristo" ou "o exército dos santos". Ele também afirma a qualidade deles como mártires novos no céu por causa da justiça da causa que defendem e pela qual são mortos.

Entre 1060 e 1070, vários autores começaram a escrever uma *Vida de São Leão* , conhecida em várias versões. Eles insistem nessa glorificação celestial dos guerreiros mortos pelo papel de Civitate. Acrescentaram, para dar provas, que o Papa, antes de morrer, de fato o havia recompensado com uma visão reconfortante: ele os honrou reconhecendo os mártires, com vestes resplandecentes, com as palmas na cabeça e coroados de glória (ver texto n.º 17).

Esses nomes relacionados à Batalha de Civitate são muito significativos na evolução das mentalidades durante a guerra. No entanto, pode haver referências frequentes a esse episódio por canonistas do final do século XI para justificar o direito da Igreja de usar as forças armadas. Eles também observam o papado neste dia sacralizar a batalha por ela e santificar aqueles que perdem suas vidas neste tipo de guerra pela Igreja, isto é, aqui, pelo Santo Sepulcro.

Pelos vassalos dirige o papel

O golpe militar que atingiu Civitate em 1053 incitou Nicolau II, alguns anos depois, a mudar radicalmente sua política e concluir uma aliança com os normandos. Eles não podem fugir nem perseguir os territórios que se ocupam às custas do "Patrimônio" vendido pelo Saint-Siege, o jornal se resigna a traí-los e a compreender o estado de coisas, ao mesmo tempo em que lhes admite, por direito, seu estado de "dependência vassala" do "Sr. Papel" para as terras que conquistam. Em 1059, em Melfi, Nicolau II apresentou ao normando Roberto Guiscardo uma declaração de investidura para as regiões que o Papa considerava relevantes para sua autoridade temporária, e incluía os territórios ainda a serem conquistados pelos normandos, dos quais havia muçulmanos. Roberto prometeu ajudar o jornal, com seus exércitos, para proteger as igrejas de Roma contra todos. Este sermão, com inegáveis traços vassalos, foi reiterado ao Papa Gregório VII em 1080, com três pequenos retoques. Os mesmos termos foram encontrados novamente na declaração de fidelidade juramentada ao Papa Gregório VII por Ricardo de Capoue em 1073.

Nessas ocasiões, o Papa concede três chances aos seus vassalos para hastearem o estandarte de São Pedro, que santifica sua luta, como se tivesse o maior déjà vu em relação

aos estandartes dos santos padroeiros. Mas aqui a sacralização é ainda muito mais forte: ele não é um santo banal, se é que podemos dizer isso, mas São Pedro, padroeiro da Igreja de Roma, "Príncipe dos Apóstolos", guardião do céu.

Esta última qualidade torna possível alcançar ainda mais recompensas espirituais para aqueles que, lutando pelo vigário de Saint Pierre nesta terra, viessem a morrer por ele. Falemos agora dos personagens que ele chama de "os fiéis de São Pedro", a quem Gregório VII frequentemente chama para ajudar nas diversas lutas que ele empreende contra os "inimigos da Igreja", isto é, de Roma, de sua reforma e de suas instituições eclesiásticas ou temporárias.

Fiéis ou vassalos?

Sem tentar reduzir todos os reinos à vassalagem em relação ao Santo Cerco, Gregório VII não afirmou ao menos uma espécie de “suserania” sobre certos entre eles, por exemplo, os reinos da Hungria, Dinamarca, Polônia, Rússia, assim como a Espanha (voltaremos mais tarde) e talvez até a Inglaterra, embora este caso seja frequentemente respondido.

O caso de Angleterre, de fato, dá margem a interpretações divergentes. Em 1066, enquanto Guilherme concordou em invadir a ilha para tomar posse do reino, Eduardo lhe deixou a herança e Haroldo, o "juramentado", posteriormente o desafiou, o jornal lhe enviou uma bandeira papal. Provavelmente, devemos ver neste gesto apenas um sinal de proteção moral da boa lei dos negócios. A conquista da Inglaterra não se tornou uma verdadeira guerra santa, nem a Inglaterra se tornou uma batalha do Santo Cerco. É talvez por esta razão que os guerreiros normandos, vitoriosos em Hastings, são forçados a punir, por assim dizer, segundo vários punidores, os "assassinos" cometidos pelos soldados que lutavam no campo de batalha sob as ordens de seus comandantes, agindo assim em nome de uma autoridade secular legítima.

O ALAÚDE CONTADOR O " ENNEMIS " DE O GLISE »

Os fiéis de Saint Pierre

A suserania do tipo feudal é para Gregório apenas um dos modos de expressão desta obediência que lhe é devida. A exigência de tudo isso ao imperador e aos reis em nome da autoridade espiritual que Deus e São Pedro prezam. Quando se dirige aos príncipes da França, por exemplo, o papa reivindica sua ajuda não apenas como um título de sua vassalagem (que não existe), mas como um título de sua fidelidade à Igreja, de modo que seus olhos estão no papa que tem sua cabeça.

O projeto pontifício de “libertação da Igreja” do império dos poderes seculares implica também para ela uma “reconquista cristã” mais geral, a luta, por todos os meios, contra os hereges, os cismáticos, niaques e concubinas; ou tal programa afetaria os interesses de reis e senhores seculares, e levaria a conflitos inevitáveis com príncipes, dentro do cristianismo.

Implica também a proteção armada das terras de Saint Pierre, na Itália, e a reconquista dos territórios invadidos pelos muçulmanos, como veremos mais adiante, os mais fracos.

Os príncipes e senhores que tomam parte no papel desses vários conflitos são chamados de "fiéis a Saint Pierre" (*fiéis a São Pedro*). O patrocínio de Saint-Siège faz uma promessa de proteção material nesta terra e recompensas espirituais na outra. Por sua vez, o Papa presta em troca um serviço que pode assumir a forma de assistência militar, a disponibilização de contingentes armados para lutar contra os seus adversários, equiparados aos "inimigos de Deus", e que também são demonizados, que valorizam a mesma coisa que aqueles que os combatem com armas.

Na abundante correspondência de Gregório VII aos seus “fiéis”, este “serviço” (*servitium*) de Saint-Siège é muito frequentemente evocado. Em muitos casos, isso implica claramente a noção de uma contribuição armada destinada à defesa ou reconquista do patrimônio de Saint Pierre. Pode também ser aplicado à luta armada desses príncipes contra os "hereges e cismáticos" de suas terras, termos que geralmente designam todos os opositores da reforma.

Na ideologia de forte conotação dualista desenvolvida por Gregório, a escolha é, portanto, clara: já de um lado Deus, Cristo, São Pedro, o Santo Sepulcro e seus partidários; das outras forças do mal, células de Satanás, do Anticristo e de suas seitas, hereges, cismáticos, infiéis e países. A batalha dos primeiros foi considerada sagrada, a dos segundos, diabolizada.

Ou não envolve apenas batalhas espirituais, nem lutas de palavras, de acções legais ou diplomáticas, mas também intervenções que exigem o uso de forças armadas, que se encontram por si mesmas até ao ponto da santificação em certos casos extremos, aqueles que são particularmente importantes aos olhos do papa. A ideia da guerra santa progride muito, não sob seu pontificado.

Dos "Soldados de Saint Pierre" aos "Soldados de Cristo"

Em sua abundante correspondência, que foi inteiramente preservada, Gregório usa frequentemente, como Jadis Saint Paul (mas em todos os outros sentidos), a imagem da profissão militar para ilustrar um tema que vale a pena mencionar: louvar os *soldados* do século, não por sua profissão em si (que às vezes é danificada pela força), mas pela fidelidade com que a fonte permanece a serviço de seu senhor. Dessa forma, eles servirão de exemplo a todos os fiéis: na verdade, eles servem ao seu “patrão” terreno por um salário miserável, recompensas aleatórias e o risco de perder a vida presente e a vida eterna em batalhas duvidosas. E por isso são mais fiéis e devotados a ele, o Papa, que não é os *soldados* de São Pedro, que, por isso, os recruta para fazer uma luta justa, na qual não correm o risco de perder o seu amor, e que lhes oferece, em troca, um salário muito bom, com recompensas ricas, seguras e eternas.

A promessa repetida dessas remunerações espirituais em Au-delà se traduz em uma vontade indiscutível de santificar a guerra travada pela causa pontifícia. Essas recompensas evocadas derivam em todos os sentidos da qualidade do senhor que deve dizer: São Pedro, guardião do paraíso, é o melhor prazer de todos os santos distribuí-las. Em seu nome, o Papa promete que aqueles que lutam por ele (cujo nome é "Soldados de São Pedro" e às vezes também "Soldados de Cristo", segundo a assimilação mencionada acima) podem contar com seu apoio: ele os receberá, em sua morte, na glória eterna. É o caso, afirma Gregório, daqueles que lutam na Alemanha contra o rei rebelde, na França contra o clero simônico, na Itália, contra hereges e cismáticos; Todos esses guerreiros participaram da guerra justa de Deus contra o império de Malin.

A demonização dos inimigos de Saint-Siège, que ali existe, é, portanto, geral e sistemática. Contra esses inimigos, Gregório acredita que é necessário lutar por todos os meios (*modis omnibus*) para levar a cabo seu programa: libertar a Igreja de seus muitos adversários que, todos, obedecem a um único e igualmente hostil inimigo, a célula da humanidade em seu conjunto, o diabo. Celui-ci, desde o início dos tempos, está em revolta, em divisão, em desobediência, mesmo apesar do pecado. Daí a necessidade de lutar contra os cismáticos e pela unidade da Igreja.

Ou então, essa união foi quebrada alguns anos depois, em 1056: a Igreja do Oriente reina sobre o Ocidente (ou seria o contrário?). No entanto, nada fica por dizer nesta data. É por isso que Gregório não perde a esperança de restaurar a "concórdia" entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente, que divergem fundamentalmente no nível doutrinário. É claro que ele não conhece essa unidade, exceto da única maneira possível: o retorno ao abismo dos beirados, a reunião das Igrejas Orientais nas proximidades da Igreja Romana, sob o trono papal.

Portanto, o artigo expressa repetidamente um certo pessimismo neste assunto. Em uma carta ao Abade de Cluny (22 de janeiro de 1075), ele reclamou que a Igreja Oriental, "por instigação do diabo", havia se separado do mundo católico. O diabo, astutamente, joga e vence igualmente nas duas mesas do Oriente: através das armas dos turcos, ele é “fisicamente” cristão; através das fofocas da Igreja Oriental, ele também fala com eles espiritualmente. Aqui, como dizem, está o mesmo antigo adversário que ataca a Igreja, aquele que também se mete com esses outros inimigos que são os clérigos impuros, os simoníacos, os hereges, os cismáticos, os judeus e os países. Lutando contra todos eles, lutamos por Deus, daí a santidade da luta e as recompensas às quais elas estão vinculadas.

Os "Soldados de Cristo" contra os cismáticos

Assim, segundo Gregório, o inimigo da humanidade ainda agita dentro da igreja. A busca para corromper os mestres do campo de Deus, para conhecer os clérigos e os pobres, que devem saber dar o exemplo. A reconquista cristã global, em todos os seus aspectos, nos

diz que a conquista do Papa deve, portanto, começar com a eliminação do clero corrupto, que é comparado a um verdadeiro exército de traidores, uma espécie de cinquenta coronéis infiltrados no campo de Deus.

Esta luta "interna" contra o clero simonizante e concubinizante é, portanto, por um caminho consequente, sagradamente clarividente, como se pode ver num exemplo probatório, como a *pátria milanesa* , altamente significativa e um novo marco no caminho que conduz ao conceito de guerra santa. O resultado final é que ele não é agitado apenas pela força dos argumentos, nem mesmo pelas pressões de uma ordem moral ou disciplinar. Este movimento, apoiado pelos jornais reformistas, luta contra certas pregações, mas também contra as armas, contra os partidários do clero milanês, a quem o papa atribui a simonia e a corrupção. Alexandre II, por volta de 1070, concedeu ao seu chefe, um cavaleiro chamado Erlembaud, a bandeira de São Pedro: este é o primeiro sinal da sacralização da luta armada.

Aqui e ali: o vocabulário usado nos escritos do jornal e seus partidários é designar Erlembaud para ver que ele deve ser ainda mais baixo nesse sentido. Landulf de Milão (bastante hostil ao país e a Erlembaud) conta como os líderes desse partido pontifício foram instados a servir a igreja romana. Ou, os termos que ele anunciou aqueles que, vinte e cinco anos depois, Urbano II usou em seu discurso da cruzada em Clermont. Eles exortaram e escreveram que esse "soldado do mundo secular" morresse como um "valente soldado de Deus e da Igreja Católica".

Não há um nome inventado por ironia ou ridículo por um adversário da pátria. Berthold (a favor de Erlembaud) confirma esta nomeação. Seu nome é “campeão de Cristo, combatente pela justiça e pela morte”, “soldado do rei supremo e defensor da morte santa”; Bonizo de Sutri, que também era a favor da pátria, via nele um "soldado de Deus", lutando pela justiça contra as maquinações do demônio, um guerreiro "que combate a guerra do Senhor" (*bellum Domini*), expressão emprestada do Antigo Testamento. A ideia de guerra santa não é lombo.

O Papa Gregório VII não fez mais nada: em uma carta de 13 de outubro de 1073, ele pediu ao Bispo de Acqui que fornecesse toda a ajuda possível a Erlembaud, a quem ele designou pelas palavras "um soldado muito valente de Cristo"; No mesmo dia, ele envia outra carta ao eremita Pavie, exigindo que ele também ajude com todas as suas forças Erlembaud no cumprimento de sua tarefa, "nesta guerra de Deus provocada por ele contra os inimigos da Igreja".

Você deve prestar muita atenção ao uso deste vocabulário. Ela se traduz efetivamente em uma sacralização real e muito profunda dos guerreiros que lutam pela causa papal. A evolução do sentido desses termos na prática. De fato, as palavras "soldados de Deus" (*milites Dei*) ou "soldados de Cristo" (*milites Christi*) designavam todos os cristãos, e particularmente os mártires não violentos, na época da Igreja primitiva. O uso desses

termos militares para ilustrar sua luta pacífica não deve ser frustrado: o objetivo era promover a obediência, a fidelidade e a disciplina dos cristãos nessa luta espiritual: os primeiros cristãos "servindo" a Cristo, não aos ídolos, ao reino de Deus, e não ao mundo. Eles eram "militantes", mas não "militares".

Na era pós-Constantiniana, a expressão passou a ser aplicada somente ao clero, aos padres e, principalmente, aos mais jovens, soldados da época que buscavam nos homens e em Deus uma batalha espiritual diante deles. Forças satânicas pelo único exército do sacerdote. Por outro lado, trata-se antes de uma luta pacífica que exige austeridade, coragem, auto-sacrifício e disciplina, daí o recurso espontâneo a estes termos emprestados do vocabulário militar, à imitação de São Paulo que, na sua Epístola, compara a vida cristã (mas o pensamento de todos os fiéis, e não do "clero") a uma luta interna contra as forças invisíveis do mal.

Depois de 1095, como vingança, *os soldados de Cristo* designaram os Cruzados, fiéis ao Marquês da Cruz, numa guerra muito real, material, que resultou em batalhas sangrentas. São Bernardo, alguns anos depois, finalmente aplicou a mesma expressão aos Templários, esta ordem religiosa militar que, em união com a natureza, tenta combinar todos os aspectos da expressão para produzir esses *soldados cristãos* na forma de cristãos, animais e soldados.

Estamos, portanto, aqui, em Gregório VII, na presença de uma preciosa “cadeia intermediária” na evolução secular, mas também na evolução da ideia de guerra santa que leva à cruzada.

É por isso que o caso de Erlembaud e da pátria é exemplar: ele representa a última etapa da guerra santificada, próxima da guerra santa, pelas seguintes razões:

– Foi iniciada em prol dos interesses da reforma pontifícia.

– Ela é advertida pela autoridade do pontífice romano falando em nome de São Pedro.

– Ela é liderada por um guerreiro, o porteiro do *vexillum* de Saint Pierre, sob a proteção do porteiro do paraíso.

– Ela é abalada por seus guerreiros fiéis contra seus adversários diabólicos. Adversários, notamos, que não são "países", mas "cristãos" refratários à autoridade do Bispo de Roma e, como tal, equiparados aos cismáticos e hereges, "os inimigos ferozes de Deus e de Cristo", segundo a própria expressão de Gregório.

A guerra santa será definida pela vantagem que advém da causa que defende, e não dos inimigos que combate? Ou, em outras palavras, a Igreja santificou mais a luta armada de Roma contra os "hereges" que se rebelavam contra sua autoridade do que contra os "países" fora do "cristão"? Isso não é impossível, e precisamos explorar esse caminho.

Muitos canonistas do final do século XI pareciam, de fato, justificar mais a guerra contra esses "inimigos de Cristo" internamente do que contra países estrangeiros. Bonizo de Sutri ou Humbert de Moyenmoutier, por exemplo, consideram que os "hereges" são mais

perniciosos que os infiéis: eles podem, de fato, esperar a conversão dos países, mas não são hereges nem juízes. Os pacientes, além disso, só têm o corpo; Os hereges possuem o corpo e a alma e são, dessa forma, semelhantes ao diabo. Portanto, é legítimo combatê-los e reprimi-los. Humbert acrescentou que os países não devem atacar os cristãos. Esta é, obviamente, uma afirmação puramente lógica, mas que abraça a prioridade dos canonistas das ambições do ano 1100 e a perspectiva globalizante que é a verdade: a guerra é justificável e igualmente honrosa, para garantir, em primeiro lugar, o triunfo da Igreja Católica dentro também do cristianismo.

Os "santos mártires" da pátria

Portanto, ele não fica muito surpreso ao ver, mas após sua morte em 1075, Erlembaud, o campeão do papel e da pátria, comparou sua viagem aos mártires do mundo e foi derrotado alguns anos depois. Este é mais um caso exemplar e que merece atenção: o ilustre e mais recente declínio da sacralização foi alcançado neste momento pela luta armada contra os inimigos cristãos do papado no Ocidente.

Quando os cavaleiros do campo oposto encontraram os dois chefes do país, Liutprand e Erlembaud, eles partiram seus corpos na praça, sem sepultamento. André de Strumi os designa pela expressão "os mártires de Cristo". Erlembaud logo foi venerado como santo por seus partidários. Segundo Bonizo de Sutri, seu nome se espalhou ainda mais para regiões remotas. Os católicos do mundo inteiro, escrevendo, estão se afogando na morte: como poderia um homem assim, investido do poder de Deus, ter sucesso assim como ele "combateu na guerra do Senhor"? Bonizo relata que muitos milagres foram registrados em seu túmulo e tira esta conclusão muito significativa: Deus, portanto, aprova o uso da guerra travada pela verdade contra a heresia.

Milagres, sabe-se, são uma das condições necessárias para agradar à santidade daquele que é o originador, ou pelo menos o canal, o dispensador. Já vimos Olavo da Noruega ou Santo Edmundo. Aqui, muitas vezes, milagres acontecem no túmulo de Erlembaud. Há apenas um alerta popular para a beatificação de um guerreiro que luta pela causa da Igreja de Roma. Mas esse fervor popular parece ter sido adotado com grande sucesso pela Curie Romana. No entanto, antes da cruzada, o Papa Urbano II foi forçado a transferir para o mosteiro de Saint-Denis as "relíquias" de Erlembaud, inscritas no catálogo dos mártires, após sua morte como "guarda de bandeira e protetor da igreja".

Erlembaud não é o único partidário do papel de ser assim santificado, admitido à categoria de mártires ou espancado. Outro leigo "fiel ao Papa", chamado Censius (o prefeito da cidade de Roma que estava claramente em posição de apoiar o pontífice em seu conflito armado contra o imperador e seus partidários), também se tornou objeto de veneração popular semelhante logo após sua morte. Em 1077, este homem que é descrito como um "soldado incansável de Saint Pierre contra os cismáticos" foi morto por um soldado do

imperador alemão Henrique IV: cem milagres logo estariam em seu túmulo. Berthold elogia este “guerreiro da milícia cristã”: ele disse: Ele, tendo uma vida santa, lutou com coragem e perseverança pela vida e pela justiça, e morreu como mártir. Ele então lhe deu a prova de que tinha vindo de algum lugar em seu túmulo, onde havia milagres. Esses milagres ainda são admitidos como tais por Gregório VII no Sínodo Romano de março de 1078 (ver texto n.º 18).

A mente comum, preservada pela Igreja, portanto, admite neste momento que as guerras já santas buscam assegurar para aqueles que participam até a morte a coroa do martírio e o acesso ao céu, por minha causa. O que são essas guerras? Estas são as células que estão comprometidas com a luta pela "libertação da Igreja", mas dentro do mundo cristão, fora da Igreja, o clero. Em todos os casos mencionados acima, não esqueçamos que essa luta armada é, na verdade, travada contra os cristãos. Os guerreiros empregados não são nem um pouco sacralizados, às vezes são santificados. É bem provável que os combatentes de uma outra “reconquista cristã”, dirigida desta forma contra os “países” estrangeiros, na Espanha, na Sicília ou no Oriente, o sejam menos. Os “países” são de fato considerados como membros naturais do diabo, tanto na mentalidade comunitária quanto na correspondência papal, em particular na cela de Gregório VII. Ao lutar contra eles, realizamos, portanto, um trabalho útil, um trabalho sólido. Ela ocorre evidentemente durante uma luta armada, e o combate dos "soldados de Deus" assume então mais claramente os aspectos de uma guerra santa.

QUARTA PARTE

DA GUERRA SAINTE À CRUZADA

(século XI)

CAPÍTULO 12

A Guerra Santa
A Reconquista Cristã no Ocidente

Depois do milésimo, a Europa Ocidental está vivenciando um retorno à sua situação. Não é mais uma "cidadela isolada" e está embarcando em uma expansão que não precisará mais ser desorganizada. Os ataques normandos logo terminaram, os reis escandinavos se converteram ao cristianismo, os húngaros fugiram em 955 e seu rei se converteu ao seu próprio país depois, abrindo uma viagem terrestre para Jerusalém, uma viagem muito frequentada no século XI.

A irrupção dos turcos seljúcidas no Oriente Próximo ocorre por esta rota terrestre. Recentemente convertidos ao islamismo sunita, eles chegaram a Jerusalém em 1070 e acolheram os fatímidas xiitas também no Egito. Em 1071, eles derrotaram os exércitos bizantinos em Mantzikert, depois de terem sido atacados por Antioquia em 1085, vindos da Síria e de quase toda a Ásia Menor, com exceção da costa ocidental. Para conter o avanço e tentar reconquistar os territórios perdidos, o imperador grego Alexis Comnène pediu ao Papa Urbano II e a alguns de seus príncipes ocidentais que enviassem reforços para seus exércitos.

Em 1095, em Clermont, Urbain II respondeu a esse apelo à sua maneira: ele estava se aproximando da cruzada. Não se destina apenas a ajudar na reconquista bizantina até Antioquia, mas também, e claro, a "libertar as igrejas do Oriente e os lugares sagrados de Jerusalém", em particular o Santo Sepulcro. Este objetivo foi estendido mesmo após a reconquista cristã. A ruptura das cruzadas com Alexis logo transforma o caráter da cruzada, que se torna exclusiva A mente latina então se apoderará dos traços comerciais coloniais do Ocidente. Sem essa ruptura, notamos, a reconquista da Terra Santa foi provavelmente realizada pelos muçulmanos como um simples reflexo provisório dos relatos de força do momento, a consequência aceitável e usual de vitórias e derrotas militares que resultam alternadamente na conquista ou perda dos territórios limítrofes.

No Ocidente, ao longo do século XI, a *reconquista espanhola* progrediu, apesar de algumas derrotas e recuos temporários. Não é motivado principalmente por motivos religiosos, já que os reis cristãos do Norte enfrentam todos os objetivos políticos e econômicos: afirmar seu domínio, abraçar seus territórios, enriquecer-se com orgulho sobre os vizinhos muçulmanos. A dimensão religiosa e o jogo têm seu papel, com menos propaganda. O interesse do Papa por esta reconquista, depois de 1050, acentua a sua

dimensão ideológica e contribui para reforçar os seus traços de sacralização, ainda perceptíveis, no passado, desde as suas origens asturianas.

Do lado muçulmano, os apelos pela união de todos os muçulmanos para a guerra santa estão se multiplicando. A captura de Toledo pelos cristãos em 1085 levou à intervenção vitoriosa na Espanha do espelho almorávida Yûsuf ben Tâshfîn, soberano do Magrebe. Ele derrotou os exércitos cristãos de Afonso VI na Batalha de Zallaqa (1086), uniu al-Andalus sob sua autoridade e intensificou a luta contra as famílias reais cristãs em nome da *jihad* , cujo conceito está no cerne da ideologia almorávida. Assim, de ambos os lados, acentuam-se as dimensões da atual guerra na Espanha. Voltaremos novamente à primeira cruzada, fora do lado cristão desta época, por causa do caráter sagrado do Sepulcro de Jerusalém, o primeiro lugar santo do cristianismo, seja antes de Roma ou de Santiago de Compostela.

A reconquista cristã do século XI é acompanhada por vários traços de sacralização da guerra travada contra os muçulmanos, mesmo antes de Urbano II não a lançar seu apelo à cruzada pela libertação do túmulo de Cristo. Isto é o que, entre outras coisas, é verdade no mundo muçulmano, que espalhou o conceito de guerra santa no cristianismo ocidental.

A *reconquista espanhola* antes de 1050

Antes dos mil, a Espanha muçulmana parecia não ter nada a ver com os pequenos reis cristãos do Norte. Em 997, o vizir al-Mansour devastou o reino de Leão, incendiou Saint-Jacques-de-Compostelle, enviou os claustros da igreja para Córdoba, mas respeitou o túmulo de todos; ele até se lembrou momentaneamente de Barcelona. Mas al-Mansour morreu em 1002, e a iniciativa passou para o campo cristão. Em 1009, uma insurreição em Córdoba enfraqueceu o emirado omíada que, depois de 1031, foi dividido em uma multidão de pequenas "realezas" rivais, as *taifas* , que não tinham poder para atacar as realezas cristãs.

Sanche III de Navarra tornou-se então o campeão da reconquista que, com o incentivo de Cluny e Roma, progrediu lentamente em direção ao milênio do século XI. Nesta época, os reinos de Leão-Castela-Astúrias (unidos desde 1038) e os de Navarra e Aragão se estendiam da Galiza aos Pireneus, e das costas do Golfo da Gasconha ao Douro. As *taifas* buscam a paz pagando seu tributo.

Esta atitude é suicida: os reis cristãos enriquecem-se com estes tributos e com os saques que os seus ataques vitoriosos lhes proporcionaram; Eles fortalecem e enfraquecem, por meio de uma estratégia conjugal, sua aliança com os príncipes dos Pireneus do norte. Alguns deles também recorrem a Saint-Seige, às vezes se divertindo sob seu patrocínio.

Os documentos, na verdade, reivindicam direitos específicos sobre a Espanha, em nome da suposta doação de Constantino. Esses vínculos de dependência, aceitos (Aragão) ou rejeitados (Castela), levando os jornais a mostrar um interesse crescente pela península, acentuando assim a sacralidade da reconquista.

Cluny também teve um papel importante nessa sacralização ideológica da *reconquista* . Este papel foi manifestamente desvalorizado, mas hoje não deve, como começou a fazer, cair no exercício contrário e sem qualquer implicação ideológica do monaquismo, especialmente clunisiano, na *Reconquista* . Deixei aqui algumas características sobre Saint Foy. Conhecemos os nomes de outros exemplos que contribuíram para a formação de uma "mentalidade de guerra santa" difundida, entre outros, por Cluny.

Assim, Raoul Glaber, mais do que um cluniano, relata uma visão de São Martinho que ele acreditava ser uma besta de 1014: o santo que o apreendesse também teria dificuldade em salvar do inferno algumas bestas que, envolvidas nos negócios deste mundo por causa de seus desejos, teriam encontrado a morte sob o hábito militar. A reação do santo aqui está plenamente de acordo com a doutrina eclesiástica: clérigos e ministros não devem portar armas, sob risco de derramamento de sangue. Mas Raoul Glaber também relata outra visão, que ilumina a primeira e muda a porta em outro sentido. A história conta que na época de al-Mansour ainda havia dificuldades em pegar em armas; São eles que ardem,

diz o autor, “por amor fraternal e não por desejo de glória”. E assim foi, aqueles que choravam com os braços na cabeça, e que eram jogadores dignos, como mártires, compartilhando o destino dos afortunados, pois estavam prestes a perecer em uma guerra contra os sarracenos para proteger seu país e defender o povo cristão (ver texto n.º 19).

O declínio da sacralização da luta deste gênero foi novamente alcançado na segunda metade do século XI, em parte devido à intervenção papal.

Papado e *reconquista* após 1050

Desde o século X, a *reconquista* ocorreu sob o impulso dos reis espanhóis do norte das Astúrias, depois Leão-Castela e Aragão. A Igreja Romana desempenhou um papel insignificante nessa reconquista. A primeira busca dos combatentes cristãos foi a restauração da soberania gótica. Ou ela estava, sobre quem ela viu, cheia de considerações proféticas exaltando a monarquia asturiana.

O risco era, portanto, grande para Saint-Siege, de ver os reinos espanhóis, inclusive os territórios reconquistados, escaparem do movimento papal. Esta é provavelmente uma das razões que levaram os jornais a afirmar, com particular vigor, os direitos de Saint Pierre na Espanha. Eles também exerceram forte pressão sobre seus reis para que adotassem a liturgia romana em seus Estados, a fim de reconquistar os territórios, em detrimento dos ritos da Igreja Visigótica preservados nas igrejas moçárabes. Os papas também encorajaram os cristãos de Outre-Pyrénées, em particular os "homens leais de Saint Pierre", a participar de operações militares na Espanha. Tudo isso contribui para santificar a *reconquista* , que então se firma, em escritos bem além do terreno indubitável (mas como prová-lo?), das cores da guerra santa.

PARA LEXANDRE II E ESPANHA

O episódio da prisão de Barbastro ilustra a complexidade dos motivos dos combatentes da *reconquista* . Este evento tem provocado, durante vários anos, um debate acalorado entre historiadores sobre a interpretação que vale a pena dar. Os evidentes interesses materiais e políticos estão de fato presentes, neste momento, em declarações de motivação religiosa, e começamos a perceber o interesse mais adiante. do papado para essas operações. Esta é a parte respectiva desses novos elementos que desperta o debate. Que importância deve ser atribuída a eles?

Este lugar forte, onde os arqueólogos de hoje desejam modéstia, foi capturado e saqueado em 1064 por uma expedição de guerreiros cristãos de regiões muito diversas (Espanha, França e Itália); Ela se repete no ano seguinte com uma viva reação muçulmana, antes de ser definitivamente reconquistada pelos cristãos da Espanha em 1100.

A expedição de Barbastro realizou uma "cruzada espanhola" ou, em todo caso, uma "pré-cruzada", incentivando assim a participação de guerreiros não espanhóis nesta empreitada que foi inspirada por motivos religiosos e despertada pela pregação de Cluny e do papado. Isto sem sombra de dúvida, e foi recentemente demonstrado, pelo contrário, o caráter temporário e "secular", senão profano, das motivações destes guerreiros dos Pirenéus Exteriores (carnificina, pilhagem, etc.). Eles eram motivados por objetivos que estavam de acordo com sua própria ideologia de guerreiros, e não por uma ideologia externa, criada ou imposta pela Igreja.

Tudo isso é verdade. Como também se sabe hoje, a maioria dos guerreiros espanhóis da *reconquista* eram companhias militares cujos aspectos de guerra santa eram mínimos, insignificantes, ocultos ou dissimulados, o que não podia ser uma coisa religiosa em retorno a esses vãos adversários, mas quem não se detém até ter menos necessidades depois daqueles que fracassaram, deve continuar vivendo.

Mas isso não exclui de forma alguma o interesse que reveste o papel de reconquista desta região estratégica situada nas fronteiras de Aragão e Catalunha. Nada impede, por outro lado, a existência de um duplo discurso: ideológico, sacralizante e moralizante para barbear e dar boa consciência aos guerreiros; realista e político na sua expressão destinada aos vizinhos muçulmanos, o que não era não serve para alertar por uma atitude muito imbuída de religiosidade.

Por exemplo, os nomes dos chefes que partiram na expedição e os nomes desses guerreiros de regiões próximas sugerem tudo, menos uma simples operação improvisada; Eles precisam de uma aprovação (ou melhor, de uma iniciativa) do Romano Pontífice. O Papa Alexandre II apoiou muito esta expedição, que, segundo ele, teve grande repercussão no Ocidente cristão, como em al-Andalus. Do lado muçulmano, ele conseguiu apelar à *jihad* para retomar a cidade em 1065. Essa reação poderia esclarecer o novo clima que se estabelecia naquela época.

Aqui está outro índice muito forte, embora controverso. Em uma carta de difícil interpretação, mas de autenticidade inquestionável, Alexandre II pediu ao clero que se dirigisse a ele como um auxiliar "aqueles que estão encarregados da resolução de ir à Espanha" para levar adiante seu projeto. Ele indica em sua carta que é aconselhável prosseguir com esses candidatos na viagem: cada um deve confessar seus pecados à bruxa que lhe prescreverá a penitência a ser cumprida, "para que o demônio não o acuse de culpa". Em outras palavras, a expedição à Espanha envolve um risco real, e será melhor, naquele momento, estar em controle com Deus antes de partir. O jornal acrescentou esta frase de interpretação delicada, mas das mais importantes:

«Quanto a nós, pela autoridade dos santos apóstolos Pedro e Paulo, elevamos para vocês esta penitência e lhes damos remissão de suas penalidades. »

Quem deve dar esta frase? Jadis falou desta proposta para uma "cruzada indulgente". Era muito cedo (e muito tarde) para ter problemas. Hoje, pelo contrário, tendemos a não ter nenhum envolvimento papal na expedição de Barbastro e a isentar esta carta de qualquer vínculo com esta operação militar. Alguns até querem ver uma peregrinação a Saint-Jacques-de-Compostelle, que É muito improvável: a expressão " *na Hispânia" nunca* designa este local de pelerinage.

A verdade está, sem dúvida, entre essas duas posições extremas. A carta provavelmente faz alusão a uma expedição militar, mas não pretende falar de *indulgência* no sentido mais amplo do termo. Trata-se de um nível de penitência ou, mais precisamente,

de uma mudança: ela intervém por aqueles que, "sob impulso divino", como a alma do Papa, decidiram ir à Espanha para combater os Sarrasins. Não acontece, de fato, que sejam retardados, desviados ou impedidos pelo cumprimento de penitências que eles acreditam serem presunçosamente impostas a eles por uma autoridade eclesiástica para obter a remissão dos pecados confessados. A expedição militar para o jornal está na mesma posição, e este fato é da mesma forma significativo para a sacralidade que é coberta aos olhos pela luta travada pelos guerreiros cristãos contra os muçulmanos de al-Andalus.

A expedição multinacional de Barbastro está indo bem? Nada foi comprovado, mas vários indícios têm efeito sobre esse sentido. Alexandre II de fato escreveu, mais tarde, uma carta pedindo às ovelhas que o ajudassem a proteger os judeus dos massacres de "guerreiros estrangeiros". O artigo explica com muito cuidado a distinção que convém estabelecer, nas terras a serem reconquistadas, entre os sarracenos e os judeus. A guerra contra os sarracenos é legítima e louvável aos seus olhos, pois durante a invasão da península, os cristãos foram perseguidos e expulsos de suas terras. O caso dos judeus é diferente: eles não pegaram em armas contra os cristãos, nem os governaram, oprimiram ou perseguiram. Então você não precisa matá-los, mas "apenas" servi-los.

Em outra carta da época seguinte, dirigida ao arcebispo de Narbonne (região necessariamente atravessada pelos guerreiros vindos da França e da Itália para se renderem à terra), o jornal lembra que todas as leis civis e religiosas condenam o derramamento de sangue, exceto em dois casos. caso: punir criminosos e prender os Sarrasins por suas extorsões. Ele parabeniza o Prelado por não ter aprovado os ataques injustificados que têm como alvo os judeus em sua diocese.

Alexandre II não se aproximou, portanto, de uma "pré-cruzada universal", nem mesmo de uma guerra santa comparável à *jihad* . Mas ele provavelmente ainda guarda com carinho, e ao mesmo tempo "moraliza", as operações de reconquista, que lhe conferem um novo caráter de sacralidade.

Aimé du Mont-Cassin, em seu relato sobre Barbastro, vai deixar um pouco mais abaixo: este foi o dia do esclarecimento da expedição, uma guerra santa, decidida e liderada pelos príncipes cristãos, franceses, borgonheses e normandos. Suas trupes, lideradas por Robert Crespin (personagem preso ao papel), obtêm com sucesso a vitória "com a ajuda de Deus"; mas o diabo não fica inativo: ele seduz e corrompe os “soldados de Cristo” que agora estão livres do luxo; o resultado não era o esperado, como em 1038 para a milícia de Bourges: Deus abandona o acampamento de seus fiéis que se tornam infiéis. Por um "justo jogo de Deus", os muçulmanos logo representaram a cidade. A amplificação moralista é manifesta, mas é exercida sobre traços que são belos e bem apresentados. Ela exagera sem inventar. A ideia de guerra santa, esta, logo atingiu sua maturidade. Outros elementos fortalecerão e aprimorarão ainda mais essa tendência.

G REGIÃO VII E ESPANHA

Estas são as alegações feitas por Gregório VII na Espanha, que estão em nome da falsa doação de Constantino, do patrocínio de São Pedro ou de sua concepção global da autoridade político-religiosa do Papa. Seu interesse na *reconquista* era evidente desde sua ascensão ao trono papal em 1073. Ele de fato incitou seus fiéis a fazer uma expedição armada à Península Ibérica. O rapel com cuidado para seu chef, Ebles de Roucy (gênero de seu vassalo Robert Guiscard), que todos os seus guerreiros deveriam se comprometer, antes de partir, a reconhecer no papel a propriedade dos territórios que iriam reconquistar dos infiéis. Com efeito, o reino da Espanha, embora ocupado pelos países, pertence ao direito de Saint Pierre.

O jornal surgiu sobre este assunto em 1077, numa carta dirigida a todos os reis, condes e príncipes da península. Gregório e eu lembramos que a Espanha foi "por uma antiga constituição" transmitida a São Pedro e à Igreja de Roma, "com pleno direito e em todos os seus bens". A ocupação sarcástica, porém, não lhe permite esse direito, mas permanece inteiramente: ele aceita hoje, com a ajuda de Deus, conseguir sua recuperação e a restauração da justiça e da honra de São Pedro e da Sé Apostólica.

Dessa forma radical, a afirmação da "vassaliência" dos reis espanhóis para com Saint-Siege não encontrou aprovação unânime. Ela própria foi firmemente contida pelos reis de Castela. O Rei de Aragão, em vingança, juntou-se recentemente ao Saint-Siège para acabar se tornando seu vassalo. Você pode acompanhar o caminho desse processo por meio de alguns documentos altamente esclarecedores.

Desde 1068, parece que o Rei de Aragão se tornou de fato uma espécie de "vassalo" do Papa, como ele mesmo afirma em um documento posterior. Em março de 1074, Gregório VII parabenizou o Santo Rei de Aragão por sua devoção à Igreja de Roma: ele desejava estabelecer a liturgia romana em seu reino e, assim, renovar os antigos laços que existiam entre Roma e os reis da Espanha. Em 1085, Gregório VII lembrou que o Rei de Aragão foi feito, e seu rei era tributário de Saint Pierre. Este compromisso vassalo foi confirmado em 1095: o Papa Urbano II fez uma declaração afirmando que os reis de Aragão deveriam receber a realeza do dinheiro do papa, pagar um censo e se reconhecer como vassalos de Saint-Siège.

A valorização pelos jornais das batalhas da *reconquista* em Espanha está, portanto, ligada, pelo menos em parte, à defender-se de seus interesses temporários. As considerações de ordem ideológica resultantes da noção de libertação da Igreja de Gregório VII são bem compreendidas. Acontece que as expedições militares na Espanha são, além disso, desorganizadas, assunto dos príncipes, como era o caso até mesmo no início do século. Os pais prestaram a maior atenção e puderam permanecer fiéis e participar. Essa

sacralização ganha uma força e uma dimensão nova devido ao poder ideológico, também novo, do papado.

URBAIN II

Urbano II, que não o deseja, coloca-se resolutamente na linha de Gregório VII, que preparará o programa com uma dose adicional de qualificações. No que diz respeito à reconquista cristã dos muçulmanos, desenvolveu-se uma verdadeira "pedagogia da história", na qual os principais elementos, presentes diante dele, não são apenas evocados na Bíblia e nas mentes de todos os que a ouvem, mas também sistematicamente expressos em seus escritos. Há também a "teologia da libertação" de Gregório VII, mas também as esperanças proféticas de vitória cristã sobre os invasores muçulmanos.

Podemos resumir esta "teologia pedagógica" da seguinte forma: a Bíblia mostra que Deus dirige o curso da história. Por esta razão, os reis foram estabelecidos e voltaram a este caminho, criando e enfraquecendo os poderes. Ele abençoava seu povo se fosse fiel a ele, mas abençoava os caçados se ele tivesse medo. Ele o usou para a força guerreira das nações inimigas para aqueles que deram vitória por um tempo. Dizem-lhe que seu povo decide se arrepender e se reformar moralmente; Se for esse o caso, Deus "se arrependeu" de sua decisão e permitiu que seu povo recuperasse sua antiga liberdade e prosperidade.

Nessa época, segundo Urbain II, Deus sempre se movia da mesma maneira. Por causa dos seus pecados, a Igreja submeteu-se à tirania dos "países" (os muçulmanos), mas Deus perdoa seu povo quando ele reforma; esse é o caso hoje. É por isso que, escrito "na nossa era", no final do século XI, Deus ajuda e apoia a reconquista cristã. Então, de fato, ele começou a viver por um tempo, na Sicília, nas ilhas, na Espanha e logo no Oriente Próximo. A guerra de reconquista foi então realizada pela vontade de Deus. Por isso, ela está coberta com os traços de uma guerra santa. Ela não está mais, como em outras guerras, enredada num baú, tornando necessária a penitência. Pelo contrário, ela participa do plano divino e o cumpre.

Ela não deveria, por sua própria admissão, tomar alguma atitude meritória e meritória? Em inúmeras cartas, Urbano II desenvolveu esses temas e me levou a esta conclusão. Em 1088, em carta ao arcebispo de Toledo (reconquistada em 1085), o papa recordou o glorioso passado antigo desta cidade, e depois a interrompeu, dizendo, pelo domínio dos Sarrasins, para salvar as penas do povo; Isso resultou em uma perda de liberdade para a religião cristã que durou 370 anos; Mas esse período fatídico está próximo, e o Papa, hoje, se recuperará daquele que finalmente, graças a Deus e aos exércitos do Rei Afonso de Castela, a cidade poderá recuperar sua liberdade.

Um pouco mais tarde, evocando a "libertação" de Tarragona, Urbain II expõe de uma nova forma a sua "teologia da história": Deus feriu hoje o seu povo com uma ocupação sarracena que durou 390 anos (*sic*); Ele inspirou hoje os príncipes a trabalhar pela libertação da cidade e seu retorno à sede apostólica, segundo os direitos da Santa Sé que o

papa recorda a passagem, por tempo oportuno. Dois anos depois, em outra carta, o papa exortou o Conde de Urgel a participar da restauração de Tarragona, devastada por 390 anos (*sic*) de ocupação muçulmana. Essa participação será um trabalho que poderá, como diz o jornal, contribuir para "a indulgência dos próprios pecados".

Desde 1089, para promover esta “recuperação” de Tarragona (cidade devolvida a Saint-Siège), o jornal tinha a seguinte Ele encorajou os príncipes da região a consagrarem seu poder e sua riqueza. Ele faz isso com a intenção de que uma ação meritória seja realizada pelos príncipes na forma de penitência, para a remissão de suas penalidades. O Papa chegou a incitar os príncipes a realizarem essa penitência aqui, na Espanha, empreendendo assim uma viagem a Jerusalém.

Quem o precede observa bem que, no pensamento de Urbano II, uma ação com finalidade militar, realizada na Espanha, relacionada com a reconquista armada da península para a cristandade e Saint-Siege, é jogada como "santa" a ser prescrita "para a remissão das penas", sob o título de penitência. Além disso, esta ação meritória é considerada equivalente, pelo menos, a uma peregrinação penitente, e inclui, além disso, os Lugares Santos de Jerusalém.

Isso é de fato de suma importância e não merece dos historiadores toda a atenção que merece. Nós vos apresentamos, seis anos antes do discurso de Clermont, os dois elementos constitutivos da cruzada: a guerra santa e meritória e a peregrinação penitente. Na Espanha, segundo Urbain II (e mais tarde Pascal II), a Guerra Santa da Reconquista aproveita a guerra e pode ser substituída.

Na cruzada por Jerusalém, é verdade que esses dois aspectos, aqui desarticulados e equivalentes, serão reunidos. Eles adicionaram um ao outro. Seriam os mesmos méritos e recompensas que eles merecem? Tal interpretação é imposta inteiramente aos espíritos, pelo menos dos leigos, mas inclina-se para as sutilezas da lei e da doutrina eclesiástica. Este é provavelmente um dos fatores que explica o sucesso da cruzada entre os guerreiros e entre os espanhóis, o que logo deve desencorajá-los de ir lutar na Ásia e encorajá-los a eventualmente ter sucesso na reconquista da Espanha também.

Esta recente assimilação, no plano dos valores, de duas batalhas contra os muçulmanos, na Espanha como no Oriente, atribuindo uma e outra valor meritório equivalente, é uma nova manifestação numa carta de Deus. Banho II em St. Pierre de Huesca, contemporâneo das primeiras vitórias das cruzes. O documento afirma que o povo cristão foi "libertado da tirania dos Sarrasins" e que a fé cristã foi exaltada em ambos os continentes, "por meio de vitórias sobre os turcos na Ásia e sobre a Mauritânia na Espanha".

O Papa afirma esta nova identificação das lutas nas duas frentes numa carta aos condes catalães, escrita entre 1089 e 1099 (os estudiosos não estão de acordo sobre este ponto, precisamente por esta assimilação, mas todos reproduzem a carta autêntica). Ele

parece mais sábio do que nunca, pois nasceu depois de 1096. O Papa reafirmou o valor meritório da reconquista espanhola e colocou a guerra contra os muçulmanos na Espanha e no Oriente no mesmo nível de mérito (ver texto n.º 20).

A identidade das duas companhias em guerra, baseada em méritos, é assim manifesta no pensamento do jornal, na época da cruzada. Provavelmente ele será deixado bem antes de 1095, como mostrará o número de índices restantes indicados.

A reconquista cristã no Ocidente

A reconquista cristã, de fato, não está ocorrendo apenas na Espanha, mas também no sul da França, no sul da Itália, na Sicília, nas ilhas e até na África. Ela revela por toda parte, em certos textos dos mais pequenos, alguns traços de guerra santa.

Ele o viu na Provença, a propósito da captura de Saint Maïeul, realizada pelos sarracenos: Odilon, que conta a aventura meio século depois, revela-lhe que a reconquista conquistada pelos exércitos cristãos é considerada, antes de 1040, como o cumprimento do plano divino na história. Os exércitos que perseguiram os sarracenos da Provença realizaram uma obra de libertação, mas também punição, a vingança de Deus sobre os infiéis. A cruzada também será interpretada neste sentido por vários cronistas.

Aqui também nos referimos à Córsega. Em algumas de suas cartas, Urbano II convoca a ação bélica dos pisanos que perseguem os sarracenos e entrega a liberdade da ilha, em troca de uma obediência a Saint-Sège que, mais tarde, o Papa oportunamente exige.

Aqui voltamos à Sicília: em 1093, o papa que falou desta ilha foi sepultado sob os pés dos Sarrasins, por causa dos pecados dos cristãos. Ela sofreu servidão por quase 300 anos, e a religião cristã já estava interrompida. Mas "Deus muda os tempos": com sua ajuda, o duque normando Roger restaurou a religião cristã. Em 1098, em outra carta, Urbain II parabenizou Rogério por ter "dilatado a Igreja de Deus" e provado que ele havia retornado a Saint-Siège.

O Urbain II não está apenas tentando santificar essas operações militares. O cronista de Mont-Cassin dá mais detalhes da conquista da Sicília pelos normandos com traços de guerra santa, com ênfase em seus pés e em seus motivos religiosos, disfarçando ao contrário os motivos materiais que levaram os normandos a conquistar esta terra.

Em contrapartida, Geoffroy Malaterra, sem qualquer tipo de conciliação, concilia esses dois aspectos em seu recital. As ambições pessoais dos chefs normandos são perfeitamente compatíveis com as ideias de reconquista cristã sacralizada. Sua história é composta de discursos de guerra santa dos chefes normandos às suas tropas e de intervenções divinas em seu favor, por exemplo, durante a batalha de Cerami em 1063. Segundo o cronista, por exemplo, os normandos, antes da batalha, confessavam piedade, penitência e se recomendavam à misericórdia de Deus. Roger então os exorta a confiar, apesar de sua inferioridade numérica: já que Deus está com eles, que importa o número de inimigos infiéis? Confortado, Esses guerreiros então se lançam à batalha e triunfam graças à ajuda celestial de um cavaleiro branco: qual a melhor forma de traduzir a aprovação divina e a santidade da causa de um exército lutando sob o sinal da cruz, auxiliado por cavaleiros celestiais? (Ver texto n.º 21.)

O recital de Geoffroy Malaterra é claramente tingido de ideologia: ele ataca claramente a guerra de (re)conquista da Sicília por seus senhores normandos que, segundo a Bíblia,

deixaram Moisés e Josué para conquistar a terra de Israel. Como a conquista da Terra Prometida, esta é uma ação piedosa e meritória: é ordenada pelo soberano pontífice, movido a libertar aquelas terras engolfadas pelos infiéis e a repreendê-los, por assim dizer. Em suma, uma guerra santa, ou quase isso.

Ele encontra características semelhantes em relação à expedição ultramarina de 1087 dos genoveses e pisanos que desembarcaram em Mahdia (na Tunísia). Segundo as *Crônicas de Mont-Cassin* , é o Papa Victor III quem está encarregado da iniciativa. Desejando "sujar os pés imundos", o papa decide reunir um exército vindo de toda a Itália; Foi o que ele fez, conferiu-lhe a bandeira de Saint Pierre e concordou que os guerreiros que estavam engajados na companhia perdoassem suas penalidades. Com a ajuda de Deus, eles descem para a África, enfrentam os sarracenos, triunfam com a ajuda de Deus, e há 100.000 desses infiéis.

A expedição de Mahdia também é relatada em um poema escrito logo após o evento, o que acentua ainda mais os traços da guerra santa. O rei muçulmano Tamin é descrito como "um dragão muito cruel, semelhante ao Anticristo". A expedição é protegida pelo próprio Jesus Cristo; E antes da batalha, o bispo Benoît convoca os guerreiros cristãos, sempre inferiores em nome, para um discurso de guerra santa inspirado na Bíblia, exortando-os a lembrar a vitória de Davi sobre Golias. Por seu lado, os muçulmanos invocam Maomé, "o inimigo da Santíssima Trindade, o negador da Encarnação". Mas o clamor dos cristãos é o mais forte, ainda mais O Arcanjo São Miguel toca sua trombeta, como se fosse um guerreiro antes de lutar contra o dragão.

Na batalha que se seguiu, o líder cristão encontrou a morte, um mártir glorioso, mas os sarrasinos são vaidosos e também tiveram que trair: ele deu aos pisanos e aos genoveses uma enorme quantidade de ouro e prata, e jurou pelo Deus do céu que não perseguiria mais os cristãos. Bem, além disso, ele reconhece, pelo seu testemunho, que sua terra pertence a Saint Pierre e se torna anexada à sua posse, um vassalo. Como sinal de submissão, ele enviou a Roma um tributo de ouro e prata. Os vitoriosos pisanos retornaram a eles, começando com vários cativos, depois de terem libertado mais de 100.000 prisioneiros cristãos.

Neste relato, reúnem-se quase todas as características que dão origem a uma guerra santa: a expedição de Mahdia é descrita como uma operação militar sagrada, iniciada pela suprema autoridade religiosa do pontífice romano, com o perdão dos pecados aos presentes e a coroa do martírio concedida aos que estão perdendo a vida. Ela luta contra adversários sarrasin infiéis e demonizados, e é liderada por um líder semelhante ao Anticristo. Ela está engajada no interesse dos cristãos que, graças à vitória obtida pela ajuda celestial, estão livres do cativeiro e da opressão sarrasina; A vitória também leva, exceto à conversão do rei vaidoso (não expressa, mas provavelmente implícita no fato da

vassalagem indicada), pelo menos à sua submissão à lei cristã, e mais precisamente a Saint Pierre, isto é, ao Saint-Siege.

Esta expedição ultramarina é, portanto, uma verdadeira guerra santa, arauto da cruzada. Ela tem todas as características. Mas ela não é uma cruzada. Por padrão, de fato, as características específicas da cruzada estão relacionadas aos seus objetivos, que por sua vez travam uma guerra santa particular e única: a libertação de Jerusalém e dos Lugares Santos.

Conclusão

A ideia da cruzada não nasceu em 1095. Ela é o resultado de uma evolução lenta, cujas grandes etapas foram evocadas nas páginas anteriores. A ideologia da guerra santa foi aplicada à reconquista cristã no Ocidente antes de ser transferida para o Oriente, resgatada pela sacralidade ligada ao sacerdócio e à libertação do túmulo de Cristo.

Esse novo elemento de sacralidade tem dois gumes, mas seus dois aspectos estão ligados à presença dos Lugares Santos de Jerusalém.

A primeira tentativa da dimensão da expedição liderada por Urbano II. A libertação de Saint-Sepulcre, mas por meio da empresa, transformou esta expedição militar, em seu termo, em uma peregrinação. Como os Pelers estavam autorizados a usar suas armas contra "países" sem prejuízo de seu próprio status *de peregrinos* , não havia razão para não concordar com esses "limites de Jerusalém" (denominados por aqueles designados por aqueles que vão a Jerusalém) os mesmos direitos e privilégios espirituais que a Igreja concede somente aos penitentes. Em outras palavras, a cruzada tem em si o mesmo valor meritório e penitente de um retiro comum ao túmulo de Cristo.

Mas, para outros, a cruzada encerrou uma guerra santa, como as companhias de reconquista evocadas neste capítulo. Não havia medida entre a sacralidade da luta no Ocidente e a nova batalha proposta pelo jornal em Clermont. No Ocidente, trata-se apenas de restaurar os sarracenos, de caçar terras cristãs para retomar a posse delas, no final do período de dominação que foi de alguma forma concedido aos filhos de Ismael para caçar os cristãos por seus pecados. No Oriente também é preciso dar-lhes descanso Muçulmanos que ameaçam deixar Constantinopla e (quem quer?) conquistar a Europa. Mas ele se move antes mesmo de recuperar os lugares santos de Jerusalém, herança de Cristo. Esse novo destino transforma a cruzada em peregrinação, mas também dá à operação uma dimensão mais elevada, um declínio repentino da sacralidade.

Os jornais estavam muito cientes de tudo. Para não quebrar muito a frente espanhola, eles ainda têm a identidade de mérito e privilégios que concordam em dois teatros de combate. Entretanto, a identidade de privilégios e promessas de recompensas não é suficiente. A mentalidade religiosa da época ainda não estava pronta para aceitar. Ele não conseguiu impedir que os espanhóis realizassem uma cruzada.

Nós reencontramos o sabor muito tempo depois da primeira cruzada. Bastaria apenas um exemplo: o do poeta Marcabru. Em 1137, este trovador occitano compôs várias canções para apoiar os esforços guerreiros do Rei de Castela, numa época em que os almóadas representavam principalmente a situação na Espanha e se tornaram ameaçadores, atrasando assim a *reconquista* . Ele colocou os príncipes e cavaleiros da Aquitânia, mas também de Poitou, de Berry e da França na guerra santa contra os sarracenos da Espanha; Em uma de suas canções, o poeta compara essa ação bélica, de adentrar um território

próximo, a um “lavatório” capaz de purificar os pescadores mais severos de suas responsabilidades passadas:

« “Paz em nome do Senhor!”
Letra e música de Marcabru.
Pelo Senhor dos Cegos, pela sua gentileza,
todos nós temos que fazer algum trabalho
aquilo que você nunca foi capaz de ver,
para Outremer, ao contrário, para Josaphat:
É por isso que exorto
[…].»

No entanto, estejamos bem avisados, ainda que aos olhos de Marcabru, a guerra santa em Espanha não pode para receber o grau de mérito da cruzada por Jerusalém. A "Cruzada Outremer" mantém uma dimensão única, que lembra os tempos bíblicos, o túmulo de Cristo e todos os ecos religiosos e místicos do nome "Jerusalém" no espírito dos cantores daquela época.

Essas dimensões particulares da cruzada em Fontainebleau foram uma peregrinação muito meritória e uma guerra muito sagrada.

CAPÍTULO 13

A Cruzada
A Reconquista Cristã no Oriente

Em novembro de 1095, no final de um concílio realizado em Clermont, o Papa Urbano II emitiu um apelo. O tolo o entusiasmou e respondeu: "Deus quer. » Nasce a « cruzada ». Ela ocupará espíritos por vários séculos, drenará as forças vivas do Ocidente para o Oriente Próximo, aumentará o fosso entre o mundo muçulmano e o mundo cristão, e até mesmo entre as igrejas do Oriente e do Ocidente, sustentando eternamente o ódio e a raiva, acreditando em ideologias e até mesmo em mitos que alguns ainda persistem hoje. Olá.

Ao formular os fatos dessa maneira, corremos o risco de nos tornarmos anacrônicos.

Sobre o assunto, parece que Urbain II não está se preparando para a "cruzada". Nem a palavra nem a entidade que a designa existem neste momento. Ao usar esse termo em relação à pregação de Urbano II, ele corre o risco de prejudicar seu apelo ao conteúdo, aos sentidos e às conotações emocionais e ideológicas que ele tenta transmitir para nós, que o conhecemos hoje, de uma maneira mais rudimentar, que ele agora vem como convidado. Com todo o rigor, o termo "cruzeiro" deve, portanto, ser descartado, pelo menos no que se refere à primeira expedição planejada por Urbain II. Mas por que substituí-lo, exceto por esta mesma perífrase?

A palavra “cruzado”, por outro lado, parece muito semelhante à desta época (*cross-signed*): a tradução é o engajamento daqueles que, a pedido do papa, se voltam para a criança “Deus quer” e fazem uma bagunça com suas roupas na cruz, expressando manter pelo qual desejam responder ao seu apelo. Infelizmente, esse sinal material da cruz doadora é o nome dos participantes da empresa: as cruzes.

Vimos ainda que, bem antes desta data, os combatentes pararam de lutar para reivindicar este sinal de proteção. É justamente por isso que eles estão envolvidos e pela proteção que eles buscam em toda a empresa.

Ou qual é o problema desta empresa, criada pela Urbain II? No bis, devemos fazer a abstração de que a "cruzada" surgiu pela suíte, e os múltiplos sentidos que então investigam esse motivo até a sobretaxa. Se alguém é tentado a saber que ele conhece as razões de ser e os objetivos originais da expedição liderada por Urbain II, ele foi encorajado a incitar os "guerreiros" do Ocidente, atribuindo à sua ação um valor penitencial igual ao de uma pelerinage, a devolver a Jerusalém o túmulo de Cristo e, ao mesmo tempo, libertar as comunidades cristãs do Oriente sob sua ocupação muçulmana.

Não se trata de converter muçulmanos, nem de exterminá-los, nem de batizar judeus à força ao longo do caminho, nem mesmo de criar "colônias" latinas no Oriente, mas apenas de restabelecer a autoridade cristã nos territórios que deixariam o campanário da Igreja, lotado de fiéis no Grande Nome, e que incluiria em Jerusalém os nomes dos lugares sagrados, em particular o túmulo de Cristo, o destino favorito dos peregrinos como os primeiros lugares santos do cristianismo, bem antes de Roma e de Santiago de Compostela. Em outra época, no século XI, as peregrinações a Jerusalém tiveram um certo grau de favor, mas estas últimas devem ser celebradas.

A empresa é, portanto, muito claramente uma guerra de reconquista sacralizada, uma guerra santa, uma espécie de *jihad cristã* destinada a recolocar os fiéis sob a lei de Cristo, e o primeiro dos seus lugares sagrados sob a obediência cristã.

Pela primeira vez, o Ocidente cristão observou e realizou tal expedição. Nos veremos em breve. razões pelas quais pode ser considerado um tipo de "retardo". Os historiadores unânimes (e eu mesmo me aprofundei nesse sentido) perceberam os aspectos inovadores e revolucionários do apelo de Urbano II. No entanto, sob vários pontos de vista, a empresa que está mais próxima de traduzir a abordagem lógica de uma evolução gradual é algo que tentamos descrever nas páginas que a precederam.

Gregório VII e sua "cruzada"

Urbano II, com efeito, está à direita do pensamento gregoriano de reconquista cristã e libertação da Igreja.

Ele nem sequer inova em consertar Jerusalém como era, mas em dar a essa expedição militar uma coloração religiosa. Gregório VII partiu em 1074, tendo planejado, enquanto isso, o recomeço, no Ocidente, da rota ascendida pelas tropas bizantinas até Mantzikert, em 1071. Até os turcos, o Império Bizantino teve que abandonar esses novos convertidos ao islamismo de grandes porções da Síria, deixando-os abertos à Anatólia, que eles conquistariam nos anos seguintes. Desde esta data, Jerusalém, exceto pela administração dos Abássidas, também cai temporariamente em suas mãos. O artigo neste relatório e sua correspondência nos permitem entender suas reações a essas questões.

Como era de se esperar, Gregório falou neste progresso dos turcos em detrimento do que ele chamou de "cristianismo oriental" (mas também da ficção nostálgica de um cristão que foi deixado em ânimo), marca da ação do diabo. Um demônio apanhado no campo de Deus, devastando-o por dentro pela heresia e pela corrupção do estabelecimento eclesiástico, arruinando-o por fora pelos sucessos militares dos turcos, cujo jornal é dedicado massacres e opressão de cristãos. Ou, para sua grande surpresa, os poderes deste mundo não têm nada a ver com isso. Ele decide então recrutar, também neste domínio, aqueles destinados à “Igreja” e reunir um exército (ver textos n.º 22).

Esse esforço é muito lento: o olhar é direcionado para guiar pessoalmente esse exército, desde a retaguarda até os cristãos do Oriente, até Jerusalém. Em várias cartas dirigidas aos seus príncipes "fiéis" - aqueles ligados a Saint-Siège por relações especiais de obediência - a imprensa lhe enviava soldados (*militares*). Em 2 de fevereiro de 1074, Gregório escreveu a vários príncipes para exigir, “a serviço de São Pedro”, a assistência militar em que confiavam e que lhe prometiam. Ele propôs usar esses guerreiros para organizar uma expedição militar que retornaria a Constantinopla, a fim de socorrer os cristãos do Oriente sujeitos à opressão dos sarracenos. Para evitar que o homem de Deus o repreenda por preparar a guerra e colocar os cristãos em perigo, a alma justa que lhe diz isso não tem essa intenção. Para seu crédito, não será necessário derramar sangue: uma simples demonstração de força terá que impressionar os turcos e colocá-los no lugar certo. Ele prometeu, da parte dos santos padroeiros de Roma (Pedro e Paulo), recompensas espirituais a todos que participassem desta expedição.

Em 1º de março de 1074 , Gregório publicou este projeto em uma carta circular destinada “a todos os que desejam defender a fé cristã”; Ele descreveu isso com emoção e destacou a trágica situação dos cristãos do Oriente (depois de Mantzikert), sobre a qual vários mensageiros o informaram. Esses cristãos, no Oriente, até Constantinopla, são "espancados como uma fera" em uma região devastada. Os cristãos, por solidariedade

fraterna, pedem-lhe que venha em seu auxílio e recordam-lhe que ele está pronto a partilhar a sua parte para os ajudar "por todos os meios" (ver texto n.º 22 *a*).

Em 7 de dezembro do mesmo ano, Gregório renovou suas intenções em uma carta ao Imperador Henrique IV. Depois de ter evocado os sonhos dos cristãos massacrados pelos turcos, tendo ouvido o relato do delator, ele disse que havia lançado um apelo aos fiéis para incitá-los, à imitação de seu Salvador, a dar-lhes a volta de suas vidas por seus irmãos e a defender a lei de Cristo. Ele afirma que seu apelo à esquerda é compreendido: o Papa está de fato pronto para marchar pessoalmente até o túmulo de Cristo, em Jerusalém, à frente de um exército de 50.000 homens deixados disponíveis (ver texto n.º 22 *b*).

Uma semana depois, Gregório dirigiu-se novamente a todos os seus fiéis para exortá-los a ajudar o Império do Oriente e a dar descanso aos infiéis. Ele, portanto, pede uma promessa de recompensa espiritual que, segundo ele, os incitaria a lutar por Deus ainda mais do que o fazem na fonte ordinária, como vassalos ou dependentes, em nome de seu mestre temporário e por pequenos ganhos materiais que podem ser perdidos (ver texto nº 22 *c*). Urbain II, nesse momento, também abordará esse assunto em seu discurso em Clermont, se acreditar nas declarações daqueles que nos relatam.

Finalmente, em uma carta datada de 22 de janeiro de 1075, Gregório fez parte de seu profundo encorajamento ao abade Hugues de Cluny: o diabo, escrevendo, tornou a igreja acessível de todos os lados: na igreja oriental, ele despertou a fofoca grega, que revelou a unidade da igreja; no Ocidente, ele foi quem impulsionou a heresia e a simonia; No Oriente Próximo, os exércitos dos turcos se armaram, massacrando sem piedade os cristãos do Oriente e ameaçando continuamente Constantinopla. Diante da inércia dos príncipes seculares, que deploram o jornal, Gregório deve apelar a todos os seus fiéis: ele lhes promete recompensas eternas em remuneração por seus serviços armados. São Pedro tem mérito em servir com mais fidelidade do que um senhor terreno, que só pode oferecer lucros materiais fracos e aleatórios. A porta do paraíso, portanto, garante-lhes bens eternos, a absolvição de todos os seus pecados e a segurança da Pátria celeste. Como eles hesitaram novamente?

Todos esses textos são muito claros: já que Gregório VII afirmou claramente a ideia de uma guerra santificada e meritória aplicada a uma operação militar de origem ocidental próxima (e também conduzida, o que é novo e especificamente inútil!) pelo próprio Papa para vir em auxílio do Império de Bizâncio, para secar os cristãos do Oriente, para reabastecer os invasores muçulmanos e para reconquistar os territórios cristãos perdidos, não apenas até Antioquia, recentemente levantada pelos turcos, mas também até Jerusalém, entre suas mãos desde 436 anos.

Este projeto, como é sabido, nunca foi levado a cabo, e não é ele que causará conflitos internos no cristianismo. A ideologia da guerra santa não foi menos claramente expressa e dirigida, pela primeira vez, contra os muçulmanos do Oriente.

Por meio dessa transferência, notamos que a operação removeu o "movimento" de Saint Pierre para entrar na cela do próprio Cristo. Para recolocar os infiéis no lado de Jerusalém, para libertar seu túmulo, essas "cruzes" virtuais estavam apenas entre os soldados de Saint Pierre: elas se tornaram, muito mais logicamente do que Erlembaud, entre os *soldados de Cristo* .

Urbano II: Cruzada e Peregrinação

Logo depois, Urbano II retomou os mesmos temas em seu apelo a Clermont. Mas a junção de sua matéria-prima aos elementos mais mobilizadores explica, em grande medida, o sucesso encontrado em sua mensagem.

Almas de abordar os inúmeros pontos comuns.

Assim como Gregório VII, Urbano II se dirige aos guerreiros do Ocidente para exigir que venham em socorro de seus irmãos do Oriente, que ele chama de grande perigo, massacrados pelos turcos. Ao fazê-lo, ele invocou relatórios alarmistas que viriam dele sobre as cobranças e as perseguições que sofrem esses cristãos do Oriente; e além de todos os sonhos e perigos dos Pèlerins que se renderam a Jerusalém, o assunto pode ser mais apto a mover os cristãos para aqueles a quem ele se dirige, numa época em que o Pèlerinage se tornou uma das formas mais essenciais da nova espiritualidade que agora era imposta no Ocidente. As motivações para a solidariedade cristã e o amor fraterno são, portanto, praticamente idênticas.

Assim como Gregório VII, Urbano II não se contentou em defender ajuda militar ao Império Bizantino. O declínio gradual de Bizâncio e do Ocidente sem dúvida implicou uma fraca mobilização das massas por esta causa. O jornal então dá a essa ajuda militar a forma de uma manifestação do amor fraterno que Deus exige dos templos. A Igreja do Oriente, como instituição, é certamente solitária e um pouco "cismática", mas os cristãos do Oriente são, antes de tudo, irmãos do passado.

Pois bem, os dois papas colocam o primeiro e o outro acento no tema: Jerusalém, a libertação do Santo Sepulcro. Elas evocam a histórica e bíblica Jerusalém, a cidade santa onde Cristo veio e onde morreu, tendo dado sua vida pela saúde dos templos. Este apelo permite assumir o papel de solidariedade fraterna com o amor dos cristãos por seu Deus.

Urbain II, mais do que Gregório, quis tocar este tema e tirar o papel: este bobo da corte, que não se apresenta mais, como Gregório, em papel romano, convocando os fiéis de Saint Pierre a segui-lo para libertar as terras bizantinas até Jerusalém, mas sim como pontífice da Igreja universal, incitando todos os guerreiros, em nome de Cristo, a libertar as mãos dos inimigos de Cristo, sua herança, Jerusalém, e do lugar santo por excelência, o Santo Sepulcro.

A menção ao Sepulcro, no entanto, não é nova: Gregório VII se refere claramente a ele. Mas o que é novo é o próprio acento que marquei com o papel neste destino que se tornou em sua mente o maior objetivo: Jerusalém e o Sepulcro.

A insistência neste assunto teve uma dupla vantagem: por um lado, permitiu ainda que os cristãos se movessem pelas razões ainda evocadas; Por outro lado, ele comparou a expedição militar a uma peregrinação armada cuja história relativamente recente havia preservado a memória, em particular, dos evangelistas alemães de 1065. Da mesma forma,

os privilégios que estavam vinculados ao acompanhamento de uma peregrinação aos Lugares Santos de Jerusalém estavam *imediatamente* vinculados ao empreendimento bélico de reconquista que Gregório havia deixado para trás. Ele havia compreendido bem a ideia de uma expedição meritória, digna de recompensas espirituais e remissão de penas; Urbano II radicaliza essa dimensão e privilégio. O mesmo texto do Concílio de Clermont afirma:

"Quem anda somente com misericórdia, e não deseja ganhar honra ou prata, partirá para o caminho de Jerusalém a fim de libertar a Igreja de Deus, cuja jornada é sua somente para a penitência. »

Há outra diferença, que também pode explicar o maior sucesso de Urbano II, independentemente das circunstâncias políticas, que mudaram desde então: Gregório é abordado apenas em cartas ao seu " *fiel São Petri"* , em particular aos príncipes cristãos, de forma limitada. Urbano II também escreveu algumas cartas para esse fim (por exemplo, aos Flamingos ou aos Bolonheses), mas também as apresentou publicamente, em Clermont-Ferrand, já que estava entre as três grandes potências da França e do Norte da Itália, durante uma longa viagem de propaganda durante a qual esse excelente orador exaltou, inspirou e mobilizou as massas, como teria sido o caso dos muitos recitais daqueles que o compreenderam. Em suas cartas e discursos, este mesmo jornal se dirige diretamente aos cavaleiros, tentando (às vezes em vão) dissuadir da jornada todos aqueles que não são guerreiros das profissões. sion, e que a sua assimilação da expedição a uma peregrinação poderia atrair, em particular, mulheres, clérigos e homens (ver texto n.º 23).

O sucesso de seu apelo, afirmando certas histórias, supera suas esperanças. Esta é uma afirmação livre e não verificável: não se pode dizer que existam, neste momento, esperanças papais. O que é certo, por outro lado, é a extensão do seu sucesso, ou melhor, a extensão da mobilização que responde aos seus apelos, invocando motivações múltiplas, ligadas à guerra, mas também à guerra santa, ver escatologia (ver textos n.º 24).

Esse sucesso é considerável. No entanto, Urbano II não está sozinho em seu envolvimento: sua mensagem, por exemplo, foi transmitida pelos bispos em suas respectivas dioceses. Os cruzeiros não vinham somente do Midi, nem do Sudoeste, da vasta Aquitânia, sob a orientação de Raymond de Toulouse e Adémar, para que o papel fosse vítima do prazer do chefe da expedição, um como chefe de guerra, o outro como chefe espiritual, legado do papel, encarregado do representante. Ao contrário de Grégoire, na verdade, Urbain não parece ter sido convidado a participar pessoalmente da empresa. Ele também não olhou para ele, como se, quando os cozinheiros se cruzaram, depois da morte de Adémar em Antioquia, ele pensasse em passar a temer a "guerra". Além dos grupos dessas províncias, que podem ser considerados como tendo sido conquistados para o empreendimento pela pregação do jornal, há também outras questões de regiões que às

vezes são muito pobres e que não entendem nem o apelo do jornal nem a pregação dos bispos que o afetariam.

As cartas, sermões e diretrizes do jornal são efetivamente acompanhados pelas iniciativas mal controladas de "pregadores inspirados" que despertam falhas. Eles são destemidos, mais propensos a temer as mentalidades populares e sua concepção da "guerra santa" do que os discursos dos clérigos, com uma ligeira vantagem sobre uma certa prudência doutrinária, mesmo que mínima.

Um desses pregadores populares é conhecido por nós: é a voz de Pierre l'Ermite, que afirmava ter recebido diretamente de Cristo uma missão para convocar os cristãos em armas para libertar seu túmulo. Cristo, já morto, apareceu-lhe no Sepulcro, durante uma peregrinação anterior a Jerusalém, e ele foi convidado a retornar ao seu país para pedir ajuda aos cristãos do Ocidente. Ele também recebeu uma carta do Patriarca de Jerusalém alertando sobre esta missão e apelando pela ajuda dos guerreiros do Ocidente em nome dos cristãos oprimidos do Oriente. Pierre não hesitou em usar a palavra "maravilhoso" e até mesmo produziu, se certas coisas fossem verdadeiras, uma "carta caída do céu". Há alguma alusão à carta citada anteriormente, supostamente emanada do patriarca? Ou outra carta mais direta do céu? Ele não sabe, mas já faz, seguramente, a expressão de uma reivindicação de autonomia e a afirmação de uma intervenção milagrosa e direta de Deus, apelando à guerra “santa”.

O charme pessoal de Pierre l'Ermite era um daqueles que se destacavam da comunidade e contribuíam para o reconhecimento desse aspecto. Guibert de Nogent afirma na descrição – o que é um sinal de excitação – que seus sucessos são alcançados entre as massas, enquanto Pierre avança em sua região. Ele pode nem mesmo antecipar a "cruzada", mas apenas o arrependimento e a reconciliação. Ou, o que emana dele, diz Guibert, "algo divino", de modo que o ar fétido é pressionado sobre ele e que ele é até arrancado das pernas de sua mula para fazer relíquias (ver texto nº 25).

Misticismo e fanatismo, nesse caso, estão envolvidos. Aqui também temos os efeitos produzidos, exceto pela pregação do próprio Pierre l'Ermite, pelo menos para alguns de seus emuladores: os padres Volkmar e Gottschalk, que pregam na Alemanha, e ainda mais uma certa Eminência que se aproveita da tentativa escatológica da qual não falamos mais e do anti-semitismo que começou a se desenvolver nas regiões da Renânia, onde viveu em inúmeras comunidades jovens, muito antigas e muito ricas.

Pierre l'Ermite ficou satisfeito com seus esforços para extrair fundos municipais (mas uma vez!) de uma carta de recomendação dos juízes da França, "aconselhando" os juízes do Reno a fornecer-lhes os subsídios solicitados. Melhor ainda, você não deve pedir mais pressão dele para que ele também possa receber uma carta favorável aos seus projetos! Meu Deus, ele está ainda mais arrependido: ele se apresenta como aquele “rei dos romanos e dos gregos” que, tendo acreditado, deseja vir no fim dos tempos para reinar em Jerusalém

e retornar a Cristo de joelhos, no Monte das Oliveiras. O massacre realizado pelos juízes da Renânia – estes são os primeiros pogroms reais no Ocidente – ocorreu antes de tudo isso acontecer com os "convertidos" das forças.

Os Anais das Cidades Alemãs relatam esses acontecimentos com uma bela unanimidade, numa frase lacônica, quase sempre a mesma: "Este ano, muitos judeus foram batizados. » Acredita-se então, de acordo com a interpretação de algumas das profecias dadas, que antes do aparecimento do Anticristo os juízes estavam finalmente determinados a se opor ou ser contra Cristo, e que a maioria deles se uniria ao cristianismo. Mas se alguns de nós realmente se resignam a aceitar o batismo, sob ameaça ou contravenção, a maioria dos juízes da Renânia se recusa obstinadamente e prefere entrar em uma espécie de holocausto voluntário. As cruzes fanáticas de Emich são vistas como rejeitadas e frustradas, prenunciando, se falharem, que o massacre dos judeus não será o primeiro, mas sim o deles.

Ou então, esses pregadores, diante de motivos e espiritualidades diversas e contestáveis, têm um sucesso que pode ser descrito como considerável. Pierre e seus emuladores apelam aos muitos ditados de milhares de homens por trás deles, se acreditam nas avaliações usuais dos historiadores da cruzada. Isto é representado por duas camadas do conjunto cruzado.

A “primeira cruzada” é, portanto, múltipla, multiforme, inovadora e revolucionária, mas também tem suas raízes em um contexto antigo, no final de uma evolução milenar em que as páginas anteriores tentaram quebrar as diretrizes. Da recusa da guerra, essa evolução começou na sua aceitação, depois na sua valorização em direção à reabilitação de um novo conceito do Antigo Testamento, mas reforçado pelo Evangelho: a guerra santa, a versão “cristã” da *jihad islâmica* .

Resta perguntar-lhe por que ele está tão próximo deste momento preciso, por que ele tem tanto sucesso, em que ele se assemelha ou difere da *jihad* , e responde ou é inspirado. Este será o assunto de um capítulo posterior.

CAPÍTULO 14

Guerra santa, *jihad* , cruzada
A cruzada, uma *jihad* cristã ?

Politeísmo, monoteísmo e tolerância

Alguns pensadores no Ocidente fizeram recentemente um pedido de desculpas pelo politeísmo e uma crítica ao monoteísmo com base em fundamentos morais. O modo da "nouveauté" ajuda, essa coisa encontrou, em certos círculos ditos "intelectuais", na França e em outros países ocidentais, um sucesso notável. É possível, por certas razões, relacionar isso à tendência constante, que tem sido evidente por quase meio século, à autocrítica sistemática do Ocidente por seus próprios pensadores, levando-os a perceber, contra todas as probabilidades, que o Ocidente tem sido descrito como "judaico-cristão" e responsável por todos os males do mundo. Portanto, é aconselhável prestar um momento de atenção.

Segundo isso, o politeísmo, pela sua abertura, seria por natureza mais “tolerante”, menos propenso à violência do que o monoteísmo que, por si só, afirma como absoluto e como única “verdade” a existência de um Deus único. Em relação a esses deuses, os fiéis do monoteísmo seriam naturalmente inclinados à intolerância, à demonização dos “infiéis”, à legitimação da violência contra eles e, portanto, à guerra santa. Isso seria de certa forma inerente ao monoteísmo, mas impensável no quadro do politeísmo que, ao mesmo tempo, seria mais respeitoso dos valores atualmente vigentes no universo, como os “direitos do homem”.

Isto pode ser uma fonte de curiosidade para a história, porque é com base na análise "filosófica" de fatos históricos que parecem ter sido vistos. Ela não resiste totalmente ao exame, e isso por vários motivos.

O primeiro trata da própria definição de tolerância em questões religiosas. Às vezes tendemos a concordar em "tolerância" com "indiferença", "aceitação", "integração" ou "ecumenismo". Ou alguém que é totalmente indiferente aos fatos religiosos pode estimar, de fato, que todos os deuses (ou todas as religiões) "sejam corajosos", sem mostrar a menor preferência por uma ou outra de suas manifestações. Não é o mesmo que o ateu que, ao contrário de todos, rejeita tudo, ou o agnóstico que não adota ninguém, mas deixa a questão em aberto, e também a possibilidade de descobrir ou adotar alguém, se isso lhe der um dia de satisfação intelectual. Todas essas atitudes puramente intelectuais são recentes, raras e não querem se manifestar na história humana. Eles são completamente inexistentes na época considerada neste livro.

Integração, assimilação ou adoção, por outro lado, é antiga. Essa era precisamente a atitude mais difundida no politeísmo antigo. Aceitando a existência de uma divindade por trás de cada manifestação da natureza, o "povo" não tem, de fato, qualquer dificuldade em adotar novos deuses com um nome indefinido, lamentando o oposto de se livrar daqueles que, a longo prazo, podem muito bem ser esquecidos. Essa concepção leva ao formalismo e à inflação do panteão, o que significa que sua complexidade envolve desinteresse e ausência de todos os relacionamentos pessoais baseados no amor. Essa marcha

"inflacionista" é destacada e explorada pelos discursos de São Paulo no Areópago de Atenas: com humor, ele "levou" os piedosos e religiosos atenienses ao ponto de se vestirem de animais "sob um deus desconhecido". Pois bem, repetindo as palavras, ele afirma que o Deus cristão que é pai é precisamente celularizado. Este é Deus, o criador e único, que visa os homens que o criam a ponto de querer salvá-los da morte e garantir-lhes a vida eterna.

Essa afirmação de um Deus único promete vida eterna que chocará as nações e despertará sua hostilidade. Eles seriam capazes, com alguma relutância, de "integrar" ou "adotar" a maioria das religiões e incluir a religião jovem que, em si mesma, também proclama um Deus único e criativo. Eles puderam fazê-lo com moderação, pois essa religião era limitada a um povo específico: Javé era para eles o Deus dos judeus, assim como a Misericórdia era o Deus dos ladrões, viajantes e mercadores. O panteão greco-romano só então foi enriquecido com os nomes de deuses locais adorados pelas populações das regiões incorporadas ao Império, e adotados como tais. Como o povo judeu mantém suas particularidades étnicas, sua religião particular não apresenta nenhum risco para o paganismo romano.

O cristianismo deve ser abordado da mesma forma, mas a dispersão do povo judeu de um lado, a vocação ao universalismo do cristianismo do outro, no que diz respeito aos seus aspectos missionários, não demora a revelar o caráter irreconciliável do paganismo e do monoteísmo judaico-cristão. A afirmação de um Deus único, criador de todo o universo e que chama todos os homens à saúde, equivalia à negação do poder ou mesmo da existência de outros deuses. Os países, portanto, identificam o cristianismo com o ateísmo, e seus adeptos são ainda mais perseguidos como irreligiosos, ateus, negadores dos protetores divinos do Império Romano e, ao mesmo tempo, inimigos dentro deste Império, culpados do grande crime de incivilidade.

A nova religião cristã foi, portanto, percebida como inassimilável pelo paganismo romano, assim como todas as outras eram inassimiláveis pelo cristianismo. Ele não poderia ser outra coisa senão um fenômeno de assimilação de nações divinas a poderes celestiais subordinados a Deus, anjos ou santos. Mas a adoração de anjos e especialmente de santos não devora nada além da alma do cristianismo. Neste momento, o fenômeno de integração não pôde ser encontrado.

O Império Romano, no entanto, não demonstrou tolerância real para com o cristianismo: como era inassimilável à religião de Roma, a nova era não obteve o status de religião legítima; Consequentemente, ela poderia ser proibida a qualquer momento e seus seguidores perseguidos e libertados após a morte. Portanto, é totalmente falso sustentar que o paganismo é estabelecido pela natureza e na história de forma mais tolerante que o monoteísmo. Essa é a confusão entre tolerância e capacidade de assimilar ou absorver.

Todos os vários monoteísmos praticam o mesmo tipo de atitude. Assim, o cristianismo foi capaz, relativamente, de "tolerar" ou "incorporar" em sua própria concepção a

existência do judaísmo. De fato, no que se refere ao celui-ci, ele poderia considerá-lo como pertencente à mesma religião verdadeira, à qual só chegou, por meio do Evangelho e da mensagem de Cristo, complementando uma revelação bíblica anterior, que ele não repudiou. A mensagem de Cristo foi tênue para o cumprimento da mensagem bíblica. Um paraquedas. Mas, inversamente, o judaísmo não poderia assimilar nem aceitar a mensagem evangélica sem ao menos adotar o cristianismo e se unir.

Da mesma forma, o islamismo poderia admitir em si os cultos judaico e cristão com moderação, onde essas duas religiões eram tênues pelas questões de uma única e mesma religião, revelada a Abraão, aos profetas e a Jesus, a revelação do que é Maomé, através do Alcorão que lhe foi transmitido, entrou no mar da perfeição, corrigindo assim as "corrupções" que seus antecessores lhe trariam. Por outro lado, o islamismo, menos que o cristianismo, não aceita de forma alguma a existência do paganismo, que é totalmente inassimilável à mensagem central do islamismo, ou seja, a afirmação de Alá como Deus único, sem qualquer "associação".

Por outro lado, os cristãos não poderiam admitir essa qualidade profética de Maomé e a primazia do Alcorão como revelação sem se tornarem muçulmanos. A assimilação-integração era possível em um sentido, impossível em outro: significava verdadeiramente um desaparecimento, uma dissolução pura e simples. Cristãos e muçulmanos poderiam, portanto, se o vissem, sem recusar, "tolerar" o judaísmo, assim como os muçulmanos poderiam "tolerar" judeus e cristãos, a menos que o inverso seja possível.

Mas é errado, neste caso, falar dessas coisas como "tolerância". Tolerância não significa, na verdade, indiferença, confusão, assimilação ou absorção. Trata-se do reconhecimento intelectual do “direito” de um ser humano professar uma opinião religiosa que não compartilha consigo mesmo, e que pode ser dividida em muitas e às vezes obscuras razões (ignorância, tradições, incompreensão, etc.). Ele não reconhece apenas o direito de existir, mas o direito de ensinar, de exercer livremente, de publicar e de compartilhar no exterior. Essa atitude implica, portanto, liberdade de consciência, direito ao proselitismo, direito de mudar de religião sem restrições. Não implica qualquer adesão, mesmo que mínima, às doutrinas e práticas desta religião, que podem ser criticadas e refutadas, mas apenas pelos argumentos da razão, sem o uso de intimidação, pressão, contra-ataque ou força, muito menos perseguição ou guerra. Significa, fundamentalmente, o reconhecimento da dignidade da pessoa humana e do direito de errar, de obrigá-la a errar pacificamente e sem constrangimento, de iluminar o seu julgamento para perceber esse erro e despertá-lo à luz de uma verdade melhor.

Diz-se que a tolerância, conforme definida acima, nunca foi praticada na história, nem pelo politeísmo nem pelas várias formas de monoteísmo que ocorreram na Terra. Ela não é a mesma hoje, se é que o é, precisamente, nos países que realizaram a “revolução cultural” do secularismo. Ou então é preciso reconhecer que esse fenômeno não é prático Percebe-se

que no Ocidente, devido à tradição judaico-cristã, o que contradiz fortemente aquilo segundo o qual o monoteísmo é intolerante por natureza.

O problema da guerra, e em particular da guerra santa, baseia-se na tolerância, sem que ninguém tenha que confundi-la. No final, o politeísmo não é visto como menos violento que o monoteísmo. Santo Agostinho recorreu com grande força a esse argumento da história para estabelecer a superioridade do cristianismo sobre o paganismo romano: nenhum povo que lhe escreveu na *Cidade de Deus* era mais guerreiro, mais conquistador, mais belicoso do que qualquer outro no Império Romano, imitando aqueles deuses que, da mesma forma, estavam lutando e se destruindo. Pela mesma razão, ao fazer dos deuses inomináveis os protetores do Império, e ainda mais ao divinizar Roma e estabelecer o culto imperial, os romanos assimilaram religião e cidadania, tornando o mesmo golpe de cada guerra travada pelo Império um ato sagrado. O Império Romano sofreu, portanto, e foi intolerante com qualquer religião que fosse inassimilável à sua própria religião, uma guerreira e perseguidora. O cristianismo e o islamismo, é verdade, não são abrangidos por este plano.

Entretanto, o monoteísmo não implica necessariamente intolerância, violência e recurso à guerra. O exemplo dos primeiros-ministros cristãos mostra que, mesmo que isso possa ser legitimamente levantado, a questão de saber se a atitude deles em relação a eles é a mesma como se estivessem dispostos a fazê-lo está em aberto para eles. A questão permanece por resolver: sua recusa à violência e à guerra era, na verdade, uma das formas de sua esperança que, ao afrouxar o poder terreno, os conduzia ao reino de Deus para que pudessem aguardar a manifestação iminente. Sua crença em um Deus único que os criou os leva a rejeitar outras divindades, mas também os faz considerar todo homem, tolo ou inimigo, como uma criatura de Deus, a eles "próximo", um ser humano respeitável porque os criou, como eles, à imagem do Deus único. Eles sentiram a necessidade de converter pelo exemplo, pela pregação, pela lógica, pela argumentação. menção bíblica, mas nunca pela força ou por qualquer outro meio de pressão. Isso é respeito à vida humana, ao ser humano como tal, que os leva a coibir de todas as formas o uso de armas. Ou seja, da perspectiva da não-violência que faz parte do cristianismo original, a guerra era repelida, e a guerra santa era impensável, literalmente inassimilável ao cristianismo pregado por Jesus e praticado pelos cristãos dos primeiros séculos.

O maior deste livro foi mostrar que o processo histórico da Igreja do Ocidente talvez se orgulhe um pouco desta atitude resolutamente não violenta de aceitar a ideia de guerra, mas de se santificar a ponto de trabalhar em si o conceito de guerra santa, unindo-se assim à *jihad muçulmana* , que por sua vez havia aceitado sua origem. A aliança da Igreja e do poder, a fusão da política e da religião, são os principais fatores. Essa aliança, como ele viu, existia efetivamente tanto no cristianismo quanto no islamismo. Foi na origem constitutiva do islamismo que Maomé foi um profeta, um líder de estado e um líder de guerra. Não está

no cristianismo e ainda não está totalmente realizado até o fim de uma revolução doutrinária antes de um milênio.

A Cruzada, sobre a guerra santa

As páginas que o precederam comentaram, especialmente no Ocidente, que a atitude mental dos cristãos em relação à guerra e ao uso da violência armada está se transformando lentamente. Nessa transformação, muito próxima da metamorfose, muitos fatores estão envolvidos, o que pode inflar um pouco a percepção muito negativa desse uso. Ocorre, em quase todos os casos, a partir de uma evolução ligada à necessidade estabelecida de proteção, de uma defesa, num sentido amplo do termo. Eles podem ser agrupados em duas categorias principais, dependendo se o risco vem de dentro do cristianismo ou de fora.

No cristianismo, os perigos que ameaçam a Igreja são, no plano ético e doutrinário, a heresia, o cisma, o desvio, a corrupção moral, por exemplo a simonia (tráfico de coisas sagradas e venalidade das funções eclesiásticas) e o nicolaísmo (termo usado para designar a imoralidade do clero, em particular a fornicação e, sobretudo, o concubinato). Contra esses perigos, a Igreja ainda considera legítima a intervenção dos poderes seculares para neutralizar os “fautifs” ou libertá-los da justiça. Ela também às vezes apela mais diretamente às forças armadas do Estado (consideradas como forças policiais) para que elas possam exercer seu poder de coação contra esses "hereges": esses são exemplos da época de Santo Agostinho.

Essa atitude tem origem na concepção segundo a qual as leis morais propostas pela Igreja dentro do Império Cristão devem ser impostas também aos cidadãos desse império. Dessa forma, a atitude do cristianismo não difere daquela do islamismo, que também elabora fortes leis morais e civis que o Estado deve respeitar e que luta contra os "hereges". Todos nós podemos promover neste domínio uma maior "tolerância" ao islamismo, exceto em relação às suas propriedades "heréticas", pelo menos em relação aos adeptos de outras religiões monoteístas, judaica e cristã, com as mais altas nuances levantadas.

Um perigo de outra ordem, o material celular, também ameaça a igreja, ou mais precisamente as igrejas, os estabelecimentos eclesiásticos. Numa época em que a Igreja se tornava, em virtude das doações de que beneficiava, a primeira proprietária de terras do Ocidente, cuja riqueza evidentemente despertava reivindicações. Numa sociedade rural, terrestre, que mais tarde foi denominada feudal, as igrejas, os santuários e os mosteiros tinham terras e bosques, vinhas, moinhos e pontes. Estes são os mais ricos e banais dos pobres, com o mesmo título dos ricos seculares, às vezes até no nível de condes. A proteção de sua propriedade (e também de seu povo) leva a Igreja a castigar, condenar, anatematizar e demonizar todos aqueles que possam, de uma forma ou de outra, atacar sua propriedade ou, de forma mais geral, seus interesses. Temos aqui, por exemplo, nas prescrições das instituições de paz, nas recitações de castigos violentos infligidos pelos santos àqueles que os consideram interessados, ou em textos relativos aos defensores ou defensoras das

igrejas. Estes, encarregados de sua proteção, são igualmente valorizados e sacralizados no exercício de sua função armada, como a exibição de rituais de investidura dos deuses ou as formas de bênção de suas armas e estandartes.

A Igreja de Roma não está repleta de tais ameaças, embora seja constituída, por meios discutíveis, por uma senhoria particular que tende a apoderar-se do status de uma monarquia, o "patrimônio de Saint Pierre". Deve também defender-se pela força armada, tanto diretamente como através dos guerreiros que recruta, remunera e valoriza a nível ideológico, e indiretamente, apoiando-se para essa proteção num poder secular reconhecido, que tradicionalmente domina e protege a Itália: o Império Germânico, herdeiro do Império Romano no Ocidente.

No século XI , o processo de "libertação" da Igreja ocorreu através do reforço da tendência monárquica do papado. O conflito ideológico e armado que surge com o imperador, do qual nosso assunto se ocupa, tem duas consequências principais.

A primeira é uma sacralização de todos aqueles que estão envolvidos neste conflito nas laterais do papel, e uma demonização concomitante de seus adversários, aqueles que são eles. Esse nível de sacralização é tal que se pode falar de guerra santa em relação a certos conflitos, particularmente aqueles que os travam atualmente. diretamente pela causa papal na Itália. O caso dos mártires da pátria é o aviso manifesto.

A segunda é a imposição um tanto provisória de projetos de "cruzada" dos quais Gregório VII precisava momentaneamente. É bem provável que a sacralização da guerra travada no exterior contra os "países" tenha, desde o início do século XI e ainda mais na segunda metade desse século, atingido um nível comparável à prevalência da *jihad* no mundo islâmico. O fato de a expedição enviada por Gregório VII não ter sido realizada não retirou nada do caráter ideológico de sua iniciativa, que demonstrou uma realização quase completa da ideia de uma guerra santa, e até mesmo de uma cruzada.

Os perigos externos foram de fato muito acentuados pela marcha, que foi lenta e hesitante em relação à ideia de uma guerra santa. Encontramos os primeiros vestígios no Oriente e no Ocidente, particularmente quando os perigos ameaçadores vêm dos muçulmanos, assimilados a países por muitas razões que ainda precisam ser evocadas. As invasões, às vezes ocorrendo como um desafio temporário de Deus, também são como uma ascendência à qual Deus se referirá em breve. A luta contra esses invasores das terras santas cristãs é valorizada e santificada, principalmente quando tenta se defender do coração do cristianismo ocidental, Roma, às vezes ameaçada. Trata-se daqueles guerreiros que, pela primeira vez, no século IX , fizeram a promessa de recompensas espirituais segundo aqueles que morressem em combate contra aqueles adversários assimilados aos inimigos da Igreja e de Cristo. Este é um elemento importante, característico da guerra santa. Essa evolução em direção à noção de guerra santa é ainda reforçada pela demonização dos

muçulmanos e pela imagem muito desfavorável, vinda da caricatura, que ainda é feita no Ocidente.

Naquela época, a guerra santa era muito próxima da *jihad* , que se diferenciava em função de vários traços que nos fariam voltar piores. Podemos então para exigir que a cruzada, relativa à guerra santa que reconquista a força do cristianismo, não apareça mais. A maioria dos elementos de tal guerra santa ainda estavam vivos antes de 1095 e, nessas condições, eles devem diminuir o caráter "novo" dessa companhia do que seu relativo "retardamento".

Por que um telefone com atraso?

Desde o início das invasões árabes, como ele viu, certas forças cristãs esperavam que o domínio muçulmano durasse pouco tempo e contavam com o imperador romano (o clã de Bizâncio) para derrotar os árabes e restaurar a autoridade romana e cristã sobre os territórios invadidos. Se a ideia da guerra santa ainda não se consolidou no Oriente, ela o é graças à grande vigilância doutrinária das autoridades eclesiásticas orientais, que nos chamam de "ortodoxos". Pois a luta realizada nesse sentido pelos imperadores ainda apresenta vários traços de sacralidade, materializados por exemplo pelos estandartes e pela proteção de santos militares.

A reconquista dos territórios orientais, portanto, não poderia ser derrotada exceto pelos exércitos bizantinos e sob controle imperial. Esta reconquista apodera-se de tudo, quando por vezes encontra, dos traços da guerra de viagem. Em certos períodos, um equilíbrio político foi estabelecido e surgiram tensões entre as duas entidades, o Império Bizantino Cristão e o Império Árabe Muçulmano. Este é particularmente o caso no século XI, quando outros perigos ameaçavam Constantinopla.

No lado ocidental, por outro lado, a noção de guerra santa foi se desenvolvendo aos poucos, à medida que o livro era montado, e atingiu seu nível de maturidade desde o século XI. Mas a ruptura com o Oriente, ou a mínima sabedoria no contexto geográfico e ideológico, não o permite. loppe e sua aplicação na direção de Jerusalém, seu polo natural de atração. A Guerra Santa se manifesta assim no Ocidente, particularmente nas áreas que entraram em contato com os antigos invasores muçulmanos "pagãos" e estão ideologicamente ligadas a Roma, principal fator de sacralização ideológica. É o caso da Espanha, do sul da Itália e da Sicília.

Para se expressar plenamente, a ideia da guerra santa necessitava, do lado cristão, da conjunção destes dois fatores: um nível suficiente de valorização e sacralização da guerra e um estado de tensão político-militar, que criasse um choque emocional que permitisse que esta sacralização fosse exacerbada, expressasse-se na carne e na escrita.

É também o caso da *jihad* , pois essa diferença é tudo o que essa sacralização da guerra adquiriu, nos países muçulmanos, há muito tempo, para assim dizer, desde sua origem. Nenhuma evolução profunda, muito menos uma revolução doutrinária, foi necessária para sua adoção. Não houve, durante o período previsto, mais acréscimos do que as modificações mínimas exigidas pela sua definição, pela sua expressão e pela sua codificação doutrinária e legal. Esta é a razão pela qual este livro se preocupa principalmente em descrever a evolução da noção de guerra santa no cristianismo, exceto que as duas noções começam a reunir, na maior parte, seus aspectos.

Por outro lado, esta noção de *jihad* , que foi tolerada e desenvolvida durante muito tempo, não se espalha de forma constante. Assim como a Guerra Santa, ela precisa, por isso

mesmo, da dimensão emocional e psicológica, elemento articulador que às vezes cria circunstâncias históricas em períodos de tensão.

Por outro lado, essas circunstâncias se reúnem bem antes do final do século XI e podem até levar a uma exasperação da Guerra Santa. Eles são um exemplo em Espanha, no espírito de mil, quando o *reconhecimento A conquista espanhola* foi abruptamente interrompida por al-Mansour, que reverteu o movimento e empreendeu, em nome da *jihad* , uma reconquista da península que poderia levar ao retorno da força às antigas situações de dominação muçulmana: ele próprio foi capturado por Barcelona em 985, forçando o conde Borrel a apelar ao rei carolíngio Luís V e, depois, ao novo rei capetiano Hugo. Ele prevê uma expedição, com o consentimento do futuro Papa Silvestre II (Gerbert d'Aurillac), e para fazer o sacrifício de seu filho vivo, Roberto, afirmando assim sua dinastia. Mas o conflito que opõe Charles de Lorraine lhe dá um pretexto para não desistir deste projeto. As vitórias de Al-Mansour se multiplicaram: em 997 ele martirizou Saint-Jacques-de-Compostelle e saqueou a cidade, começando simbolicamente pelos cloches de suas igrejas em Córdoba. Este é o período em que vemos registrada a mais antiga expressão da doutrina do martírio obtido pelas poucas mortes em combate: para lutar contra os sarracenos, eles, apesar de seu estado, pegaram em armas para defender "a pátria e a fé cristã". Poucos anos depois, em 1004, o rei Sanche de Navarra proclamou-se campeão do cristianismo e empreendeu a *reconquista* , favorecido nisso pelo declínio do Califado de Córdoba. Em 1031, esse califado "explodiu" e foi substituído pelos *reis das taifas* , que, devido às suas fraquezas e rivalidades, permitiram que os reis cristãos repreendessem a iniciativa no período militar e diplomático: incursões, ataques, tributos e alianças eram a seu favor, e a " *Realpolitik"* prevalecia sobre a proclamação da ideologia. A guerra santa está travando uma guerra sonolenta em ambos os lados, pelo menos temporariamente.

Outra circunstância pode muito bem ser pensada como o choque emocional capaz de dar início à embrionária Guerra Santa no Ocidente cristão: ela surgiu da destruição da Igreja do Santo Sepulcro por al-Hakim em 1009. Este príncipe, um muçulmano zelote, começou desejando "purificar" a religião praticada por seus contemporâneos, perseguindo as tendências dissidentes do islamismo antes de continuar esta perseguição. religiões de judeus e cristãos, para depois se esconder numa megalomania herética que o faz acreditar ser de essência divina. Alguns historiadores, tanto cristãos quanto muçulmanos, veem nele um homem que havia perdido a razão. Isto ocorreu durante uma dessas crises que deram ordem, desde 1004, para demolir as sinagogas e igrejas de seu império, ordem que levou em 1009 à destruição da igreja constantiniana do Santo Sepulcro.

Um grande caso ocorreu, Jadis, desse evento "desconhecido" no qual queremos ver a origem oculta do movimento em direção à cruzada. Ele percebeu que isso havia surpreendido e escandalizado o Ocidente, tanto que Adémar de Chabannes e Raoul Glaber, para explicar, imaginaram uma conspiração contra nós pelos juízes do Ocidente. O primeiro

e o outro de fato enfatizam a responsabilidade dos judeus e fazem alusão a uma expedição que o Ocidente estava preparando contra os muçulmanos, uma expedição que buscaria reverter o poder de al-Hakim. Os juízes o informaram, aconselhando-o a destruir o Túmulo para se preservar.

Não queremos que os outros saibam que essa destruição pode acontecer, mas pelo contrário! A explicação é obviamente falha. Nessa dupla versão dos acontecimentos, há uma manifestação do antijudaísmo que prevalece: para justificar os pogroms muito reais que ocorreram em suas respectivas regiões até 1010, os dois autores atribuem a eles (com, por sua vez, uma certa complacência antissemita) a raiva indignada dos cristãos pela nova perseguição de al-Hakim e a destruição do Santo Sepulcro. Eles relataram aos judeus que a responsabilidade por essa destruição era na forma de uma conspiração real dos judeus da França, todos eles tentando expor um califa muçulmano, um perigo que ameaçava seu trono: uma expedição ocidental estava sendo preparada contra ele. Já há, obviamente, uma dupla inversão de cronologia e lógica. Você argumentaria que a expedição deveria ser a consequência que causa a destruição do Sepulcro e a perseguição aos cristãos.

Essas deformações ideológicas que caracterizam os textos dos contos, somadas a certas imprecisões cronológicas de seus autores, levam a maioria dos historiadores a minimizá-los, diminuindo assim a portabilidade desses textos. Hoje, tendemos a negligenciar e concluir que a destruição de Saint-Sepulcre não terá impacto futuro no Ocidente. É isso, eu acho, ainda mais e ainda viver na tristeza. Apesar dessas deformações evidentes, não se pode eliminar completamente desses textos a parte emocional que ameaça levá-los às notícias dessa destruição, mesmo que se desnaturem e distorçam os sentidos. A ideia de uma expedição armada ao Oriente (que foi aparentemente revelada pelos judeus) não foi nem um pouco evocada. Verdade ou não (e é mais do que provável que seja imaginário), a invocação de tal expedição é suficiente para provar que a ideia está, de alguma forma, “no ar” (ver texto n.º 26).

Outro documento, ainda mais controverso – não apenas em seu significado, como os dois anteriores, mas também em sua autenticidade – deve ser incluído no processo. É conhecida pelo nome de "(falsa) encíclica de Sérgio IV". Neste texto, o Papa (seu presumível autor) narra a Paixão de Cristo, que buscou a salvação dos cristãos abrindo-lhes a vida eterna. Aqueles que pecaram podem, de fato, em penitência, entregar-se ao Sepulcro do Senhor, “com sua cruz”, imitando Cristo, para assim obter o perdão de suas culpas. É isso que os nomes cristãos fizeram exatamente quando se apresentam, para nos lembrar do texto. Ou, acrescente papel, esse caminho de saúde está deprimido. De fato, um novo evento surpreendente está chegando a Roma: o Santo Sepulcro foi completamente destruído recentemente pelas mãos perversas dos sarracenos.

O jornal diz estar virado de cabeça para baixo, estupefato com essa novidade que parece esconder seu entendimento. Ele explica porquê: nada, de facto, nem nos textos

sagrados nem nos escritos dos Padres da Igreja, nem sugere que algum deles construção que foi anunciada, profetizada, de alguma forma "prevista" por Deus. Portanto, isso é uma "anomalia", um ato ímpio que deve ser usado como castigo. O papa anuncia claramente sua intenção de embarcar, à frente dos cristãos que certamente o seguirão, para lutar novamente e também para matar os árabes (agarênios) que cometeram tal sacrilégio, para "vingar Deus", como fizeram os imperadores romanos Tito e Vespasiano, e para restaurar o Santo Sepulcro. Ele não teme a vitória, nem as recompensas espirituais que Deus concedeu àqueles que estão prestes a morrer nesta batalha sagrada: eles obtêm a vida eterna (ver texto n.º 27).

Este é um texto de suma importância, datado e autêntico.

Se for autêntico, temos um documento muito precioso que reconhece a precocidade da noção de uma guerra santa levantada pelo Sepulcro de Cristo, repleta de promessas espirituais, repleta de numerosas expressões anunciando a cruzada, a de Gregório VII e ainda mais a de Urbano II. A grande precocidade deste texto e a semelhança recente com os temas que Urbano II desenvolveu quase um século depois levaram os estudiosos do final do século XIX e início do século XIX a reescrevê-lo como apócrifo. Diz-se que foi composta em Moissac durante a viagem de propaganda de Urbano II para a cruzada que ele liderou no sul da França no início do ano de 1096.

Estas, que em grande parte admitimos, foram recentemente respondidas com três bons argumentos. Portanto, parece provável que o documento em questão seja substancialmente autêntico. Se assim é, encontramos neste texto a mais antiga expressão de uma guerra santa organizada por um papa que, antes de Gregório VII (1074), decidiu apoderar-se da cabeça de uma expedição armada destinada a combater os muçulmanos (aqui designados, notemos, pelo nome de *Agarenes* , isto é, árabes descendentes de Agar, e não turcos, como diria mais tarde Urbain II, após o aparecimento dos turcos seljúcidas no Oriente Próximo e para restaurar o Santo Sepulcro, a fim de reabrir este verdadeiro caminho de saúde indispensável aos cristãos do Ocidente.

No entanto, se ele protesta contra uma falsificação forjada em 1096, devemos pelo menos admitir que seus autores ainda se lembram, nesta data, da antiga destruição do Túmulo por al-Hakim, e que eles estimam que esta destruição merece ser salva por uma expedição vingativa e meritória. Não deixamos, em ambos os casos, de concluir que a destruição do Santo Sepulcro é considerada uma ofensa gravíssima cometida contra Deus, justificando uma guerra santa travada e organizada pelo Papa e uma série de recompensas espirituais: acesso ao reino de Deus. Não podemos, portanto, dizer, como tendemos a dizer às vezes hoje, que Jerusalém em geral e o Santo Sepulcro em particular tiveram um impacto relativamente fraco nos espíritos dos cristãos ocidentais antes da cruzada.

Infelizmente, não há nenhum vestígio, fora desta carta, de tal expedição planejada pelo Papa no início do século XI . Se ele foi bem aconselhado, o projeto em questão foi abandonado

muito em breve? É possível. Notamos a mesma escuridão que notamos durante a expedição planejada em 1074 por Gregório VII. Este projeto na verdade nada mais foi do que concebido por Grégoire, já que muitas de suas cartas eram perfeitamente autênticas. A falta de realização e a ausência de outros testemunhos sobre o assunto provam, portanto, que a ideia ainda não estava presente em algumas mentes, desde 1011, e é somente aqui que nos importamos. Pelo contrário, a referência à destruição da igreja do Santo Sepulcro como tema incitante é revelada pela primeira vez como profundamente marcada por espíritos e memórias, e que é sugerida 85 anos depois em um documento ficcionalmente associado a este evento. Num caso como o outro, as "desgraças" infligidas a Saint-Sepulcre são considerada como justificando plenamente uma expedição militar destinada a obter sua libertação e equiparada a uma guerra santa.

Outro documento pode confirmar esta análise. Às vezes eram dez dias de história apócrifa, mas agora é reconhecido como totalmente autêntico. Vem da carta n.º 28 de Gerbert d'Aurillac, que se tornou um jornal sob o nome de Silvestre II (ver texto n.º 28). Ele faz, sem dúvida, um exercício de estilo no qual Gerbert fala da Igreja de Jerusalém, que ele descreve hoje como devastada, maltratada, apesar de seu antigo prestígio: é, com efeito, disso que os profetas falaram, que Cristo ainda não está morto e ressuscitado. Deles os Apóstolos se dividem para evangelizar o mundo. Da pena do editor, ela apela à Igreja universal para salvá-la de seu triste estado, especialmente da cela dos Lugares Santos, e lança um apelo vibrante aos "soldados de Cristo": eles não podem vir para secar Jerusalém com suas armas, mas pelo menos apoiam sua igreja com sua ajuda financeira, porque o Sepulcro deve sobreviver para sempre, até o fim dos tempos. O texto sugere esta anomalia:
«E, no entanto, enquanto o profeta disse: "A tua sepultura será gloriosa", o Diabo tenta privá-lo dessa glória através da multidão de países que devastam os lugares santos. Então me levante, soldado de Cristo [*milhares de Cristos*]. Vistam-se com uniformes e lutem comigo; E já que você não pode vir me ajudar com minhas armas, dê-me seu conselho e ajude-me com sua riqueza. »

Não sabemos a data exata em que este texto foi escrito (em todos os casos antes de 1003), significativo da mentalidade e da sensibilidade religiosa das almas dos mil: Jerusalém e o Sepulcro, e ocupam um lugar difícil de minimizar. E ele está ciente de que, no quadro da unidade da Igreja em torno deste lugar santo, as ameaças que nele estão presentes e a precariedade da sua situação são para eles "humilhantes". mãos dos infiéis. A hipótese de uma intervenção armada no Oriente é aqui evocada para ser declarada: Jerusalém é muito solitária.

A ideia de tal intervenção, que se dirigia ao Santo Sepulcro e em todos os casos a Jerusalém, nasceu inteiramente no espírito deste início do século XI . Pode parecer difícil de alcançar, mas é tão aceitável quanto vale a pena e, o que é mais viável e benéfico, é meritório. Parece-lhe que a noção de guerra santa tem pelo menos um grau de maturidade

que a tornaria concebível. Esta noção reúne, aqui, a noção de *jihad:* por assim dizer, ele só tinha que realizar a união de uma emoção (é o caso da destruição do Santo Sepulcro) e uma conjunção favorável. Este é o último ponto que, como mil, não foi percebido; O Ocidente não está, neste momento, em condições de intervir no Oriente: numerosos conflitos dividem o cristianismo, e o papado logo entrará em um período em que será dominado pelos imperadores. Ela deve atender à reforma gregoriana para que possa se libertar de sua tarefa. A ideia, então, é diluída ou pelo menos adormecida, sem chegar a uma realização.

O mesmo fenômeno pode ser observado do lado muçulmano, na Espanha, por exemplo. Após as vitórias de al-Mansour, a iniciativa passou para o lado cristão e os *reis das taifas* não se apresentaram sem alegria diante dos reis cristãos do Norte. Apesar das suas divisões, apesar dos medos que os alimentavam na presença do soberano almorávida do Magreb, que eram os que realmente o produziriam (conhecer a perda da sua independência, a deposição das mãos dos Celui-ci, ver o seu cativeiro), eles deviam resolver apelar a ele para que parasse a luta contra os cristãos.

A noção de *jihad* , mesmo durante o sono, ainda é honrada. Esta codificação não é nova: encontramo-la expressa de forma muito clara no século x (ver texto n.º 29). O tema renasceu na Espanha Almorávida. Nós encontramos isso com uma frequência particular nas *Memórias de Abd'allah, o último rei de Granada* , que relata a chegada do espelho Yusuf ben Tashfin em Argel, juntamente com o chamado de seu pai. Assim, al-Mutamid enviou ao espelho almorávida "embaixadores para informá-lo de que estava se preparando para travar uma guerra santa e prometeu-lhe o abandono de Argel em seu favor". Celui-ci o barbeia nestes termos: "Você nos prometeu Algésiras!" Mas não viemos para tomar as cidades ou fazer confusão com nenhum sultão! Não viemos para travar uma guerra santa! » Depois de serem tranquilizados, os reis de Sevilha e Granada obtiveram de Yûsuf, por meio de um traidor, garantias sobre sua independência, e então apoiaram Yûsuf para pôr fim à guerra santa (ver texto n.º 30).

As circunstâncias aqui jogaram a favor da *jihad:* diante da ameaça de Afonso VI, os príncipes muçulmanos se voltaram para Yusuf e se juntaram a ele em nome da *jihad* . Yusuf recordou aos exércitos cristãos a vitória decisiva de Zallaqa (1086), devolvendo ao islamismo a maior parte dos territórios reconquistados pelos cristãos, mas com o objetivo de acabar com os estados muçulmanos independentes; Abd'allah é depositado e termina seus dias em cativeiro.

A vitória de Yusuf, por outro lado, perturbou Afonso VI e reviveu a noção de uma guerra santa do lado cristão.

O mesmo fenômeno pode ter sido observado no Oriente. Após a crise muçulmana que se seguiu à vitória de Mantzikert, Alexis apelou ao Ocidente para obter ajuda militar. A primeira cruzada resultou, com a expansão que teve, principalmente pela difusão e valor que deu ao papado, recentemente revigorado. Esta "cruzada" é abordada pelos estados

muçulmanos do Oriente para um epifenômeno sem grande importância. Seus sucessos, porém, logo revelam a noção de *jihad* , que pode ser sommelier, como demonstra a composição, desde 1105, de um tratado damasceno (ver texto n.º 31).

Causas do sucesso popular da cruzada

A pregação da "cruzada" de 1096, um grande sucesso entre os cristãos ocidentais, particularmente entre os leigos. Por que tanto sucesso? As razões são múltiplas, todas elas como as motivações dos cavaleiros que participam desta aventura.

Ele já compreendia bem uma parte das motivações materiais. Os volontiers já exageram há trinta anos, provavelmente sob a influência do marxismo, que privilegia as causas econômicas dos fenômenos. Isso é verdade, mas provavelmente mínimo: a viagem para Cher, as forças armadas também, e muitas famílias de bandidos venderão ou hipotecarão seus bens para fornecer os subsídios necessários apenas para seus membros. Os riscos de morrer no caminho são consideráveis, e aqueles que sobrevivem geralmente acabam muito mais pobres do que aqueles que partiram, se não for em relíquias, que geralmente são adquiridas no Oriente. Alguns de nós derramam, muito raro, e na fortuna, no chão eles permanecem fora do mar, ou no rabo (monnayed) eles revivem neles. Para as ilusões e utopistas que existem, essas esperanças materiais nem sempre deixam de se refletir nas motivações, pelo menos, de certas encruzilhadas. O sucesso atual dos jogos e loterias mostra que não é preciso logicamente ter muitas chances de ganhar para torcer pelos favores da fortuna.

Para o nome mais importante, no entanto, essas são, é claro, as motivações religiosas que são determinantes. Ou então, as esperanças espirituais, os mestres, estão todos reunidos na cruzada, que acumula as vantagens de uma peregrinação e de uma guerra santa: o perdão dos pecados confessados, o equivalente à penitência plena, a promessa de proteção e recompensas divinas, a assimilação aos mártires dos guerreiros que morrem na estrada ou sob os golpes dos muçulmanos. diabolizados e assimilados aos países da Antiguidade, etc. (ver textos n.º 22). No Oriente, as cruzes não eram lutadas apenas por uma igreja, por um santo padroeiro de um mosteiro, pelo Papa ou por São Pedro, mas pelo próprio Cristo, para libertar sua herança e seu túmulo. Eles estão atentos às bênçãos nesta terra e às recompensas espirituais no reino de Deus.

Alguns deles (e não apenas os seguidores de Emich), com base em interpretações contestáveis das profecias, provavelmente esperam que o próprio Cristo retorne a Jerusalém para pôr fim ao domínio do Anticristo sobre eles, para que ouçam a revelação iminente. Eles participaram, assim, atrás de Cristo e com ele, da última batalha da história, encontrando assim sua recompensa no reino estabelecido por Deus, a Nova Jerusalém.

Por todas estas razões – cuja importância relativa é difícil avaliar, mas que, aqui, se conjugam e acomodam –, a cruzada é vista como uma guerra santa de reconquista cristã, numa concepção global que, na mentalidade comum do Ocidente no final do século XI , atacava a guerra santa cristã da *jihad muçulmana* . Neste momento, de fato, no final de uma

evolução de mil anos, a Santa Guerra Cristã, tentamos aqui descrever o nascimento e o desenvolvimento, que reencontrou e pode ter superado a *jihad* .

Portanto, a cruzada é mais do que uma guerra santa. É muito mais sagrado e meritório do que todos aqueles de quem vos falamos e que o prepararam, na Espanha ou na Sicília. Devemos empregar aqui o superlativo: é, para os cristãos daquela época, uma guerra "santa", por nobres razões que têm o passado de Jerusalém e a cultura bíblica que permeia a religião cristã. Jerusalém evoca não só o passado oculto do Antigo Testamento, os precursores da história, os Profetas e os Patriarcas, Abraão, Isaac e Jacó, David e Salomão, mas também o próprio Salvador, Jesus, revelação encarnada, que já veio, morreu e ressuscitou para abrir aos seus fiéis as portas do reino dos céus, a "Nova Jerusalém", precisamente. Jerusalém, de fato, também evoca o futuro, os tempos do Fim, que se realizaram quando Cristo, novamente em Jerusalém, desceu dos céus para triunfar sobre o Anticristo e dos templos, os infiéis, para os sentidos do fim. Esses elementos escatológicos ligados à batalha final da história aumentam ainda mais a dimensão de guerra santa da cruzada.

A cruzada não é, portanto, uma guerra santa comum. É mais do que *uma jihad* , por muitas razões. Ela aparece aos olhos dos cristãos daquela época como uma guerra de libertação travada e instigada por Deus, reunindo todas as características da sacralidade que permitem, dentro do cristianismo, essa revolução doutrinária que leva à religião de Cristo, a religião do amor e da não-violência, valorizar a ação guerreira para alcançar ao menos uma ação meritória. Uma ação piedosa que permite expulsar pecados que, na consciência dos homens de hoje, parece ser ainda mais benigna do que a morte de um homem "infiel".

Conclusão

A comparação da *jihad* com a guerra santa cristã é naturalmente imposta ao espírito. Já sonhamos com muitos pontos em comum. Vale a pena analisar também as diferenças.

Não são carne moída.

A primeira é uma ordem doutrinária. Os muçulmanos que hoje o chamam de "moderno" buscam reduzi-lo, olhar para fora, afirmando que o islamismo é uma religião de paz, que *a jihad* significa "esforço moral interno" e não é "guerra santa", e que não tem nenhum fundamento corânico real. O exame de textos revelado e a conduta do Profeta relatada pela tradição muçulmana a conduta mais autêntica para os menos, como ele viu, para acolher este (hoje ainda há alguns que podem ser seguidos pelas massas) com muita relutância e muitas reservas. A atitude radicalmente oposta dos dois fundadores da religião, Jesus e Maomé, em relação ao uso da violência é, portanto, significativa.

Portanto, não é possível evitar esta conclusão: a guerra santa foi admissível, mas defendida, desde os primórdios do islamismo, e compreendida pelo seu fundador. A noção de guerra santa é uma vingança inconcebível na doutrina primitiva do cristianismo. A Jihad pode, pelo menos até *certo* ponto, reivindicar ser Maomé. A guerra santa nem sequer pode alegar ser Jesus. Esta é a ampliação da metamorfose que a doutrina cristã elevou até este ponto.

Isso resulta em uma grande coerência do Islã neste plano. É claro que a doutrina da *jihad* evolui um pouco ao longo do tempo; Às vezes, ela tende a adormecer ou a resistir, dependendo das circunstâncias históricas. Ela ainda se parece muito consigo mesma em suas grandes falas e não sofre de nenhuma contradição interna.

Não é o mesmo que a doutrina cristã, que, ao tentar abordar radicalmente o uso da violência, se depara com uma dificuldade intransponível quando o cristianismo se torna uma religião de Estado e que, dentro do Império Romano, se torna uma Igreja e um poder cristão, espiritual e temporal. Esse conluio entre política e religião, que se tornou mais evidente durante a chamada era "feudal", levou a Igreja a abandonar a posição primitiva de não violência proposta por Jesus. O resultado é uma verdadeira série de mudanças doutrinárias que, através de sucessivos retoques, valorizam e santificam as batalhas bélicas travadas no seio das igrejas e principalmente no seio do papado. Daí este paradoxo tantas vezes revelado e revelado: a religião cristã, que quer ser uma religião de paz e de amor, Na realidade, ela se revela violenta e guerreira também, com a vantagem de que nenhuma outra religião importa.

Uma observação deve ser feita sobre isso. Em todas as civilizações monoteístas, a noção de guerra santa não aparece no contexto de uma teoria ou reivindicação dela. É o caso do povo de Israel que, na Bíblia, se entregou pelo “povo de Deus” tomando posse pelas armas da “terra prometida” a Abraão e seus descendentes para estabelecer um estado

propriamente teocrático. Nessa perspectiva, acredita-se que a guerra foi ordenada diretamente por Deus, ou pela boca de seus profetas, e não pode ser outra coisa senão sagrada. Religião e política chegam logo depois. Este também é o caso, em alguns casos, da comunidade de origem muçulmana. Ele também é dirigido diretamente por Deus, por intermédio do Profeta, que recebe de Alá as diretrizes expressas pela revelação corânica que lhe é comunicada. O bis, a guerra travada pelos bandidos a mando do Profeta, guiado e inspirado por Deus, não pode ser nada além de santa. E, no final, religião e política estão intimamente ligadas, e podem até se fundir, já que os fiéis se deparam com uma comunidade político-religiosa liderada pelo Profeta, ao mesmo tempo líder religioso, líder do Estado e líder da guerra, numa sociedade estritamente regida por leis religiosas.

A situação é radicalmente diferente no cristianismo primitivo. No entanto, todas as condições que parecem estar reunidas reproduzem o mesmo esquema, porque Jesus é, para os cristãos, não apenas um profeta, ou o maior dos profetas, mas o próprio Verbo de Deus, o "Filho de Deus", definido pelo conjunto como uma das três "pessoas" da divindade. Ou, apesar dessa afirmação muito forte da revelação divina direta na pessoa de Jesus Cristo, o cristianismo não se apresenta de forma alguma como uma teocracia, precisamente porque sua fundação lembra radicalmente toda a amálgama de religião e política, de poder e natureza. Jesus não vem sem estabelecer na terra um reino, um Estado teocrático. Essa recusa, portanto, o condena a ser rejeitado pela maior parte de seu povo de origem, que atende justamente a um profético senhor da guerra, um libertador. Ou Jesus traz um reino de Deus que é de natureza totalmente diferente dos reinos deste mundo. Seus fiéis não são “cidadãos de um estado teocrático” que seria estabelecido ou defendido pelas armas, mas sim cidadãos do “reino dos cegos”, um rei que o próprio Deus estabelecerá no fim dos tempos. Da mesma forma, condena o uso da violência e exclui dela qualquer possibilidade de surgimento do conceito de guerra santa na doutrina cristã original. Os mártires cristãos não são guerreiros, são todos pacíficos, pacifistas, não violentos, mesmo quando se opõem a um Estado pacífico e perseguidor.

Portanto, como você vê, esse conceito de guerra santa lentamente surge à beira de uma evolução que chama a atenção para si mesma. É justamente a coerência que é alcançada – e isso certamente não é um risco – quando as arestas da história levam a uma nova imbricação, levando a uma fusão de política e religião. A Guerra Santa, então, a cruzada eclodiu plenamente enquanto o papado atacava, no Ocidente, uma estrutura monárquica e uma autoridade que, com Gregório VII, tendia a apoderar-se da Igreja de uma teoria. Retornamos então ao esquema anterior, e a guerra santa "cristã" busca desenvolver uma terra tão favorável quanto aquela na teoria de Israel ou na célula da *Ummah* muçulmana original . Essa diferença é tudo o que nasce em contradição com seus próprios princípios, e com vários séculos de atraso entre os dois primeiros.

Outras diferenças entre *a jihad* e a guerra santa vêm da natureza e dos objetivos de sua implementação.

A expansão muçulmana seguiu as conquistas de seus guerreiros. É o resultado de uma expansão progressiva que visa conquistar territórios para o islamismo. A *jihad* dos primeiros séculos da história muçulmana é uma guerra de conquista, não uma guerra missionária. O princípio corânico geralmente se aplica: "Nenhuma contradição em questões religiosas. A verdade se distingue do erro" (Alcorão II, 257). Os habitantes das regiões conquistadas e aqueles sujeitos à lei islâmica estão, portanto, autorizados a preservar sua identidade, sob certas condições, se ela for uma manifestação de todas as religiões monoteístas reveladas (religiões do Livro). Os países politeístas não são tolerantes: eles devem se converter ou morrer. As chamadas guerras "santas" travadas pelos cristãos contra países, contra os saxões, por exemplo, ou os Wends do Báltico, juntam-se à *jihad* neste plano. Em meio às outras "religiões do livro", o cristianismo se inspira nos mesmos princípios de "tolerância" relativa, mas na prática é verdade, com menos "generosidade" ou humanidade.

Segunda grande diferença: *a jihad* é, desde sua origem, focada na conquista de territórios. A guerra santa, cuja origem remonta a meados do século XIX, é, pelo contrário, uma guerra de reconquista, com uma abordagem defensiva e ofensiva. São estes os traços defensivos que, segundo o que ele viu, permitem o aparecimento das características sacrificiais destas operações de proteção, levando à noção de guerra santa no Ocidente. Este é particularmente o caso das guerras defensivas do papado contra os ataques muçulmanos, da *reconquista espanhola* ou da cruzada ao Oriente Próximo, territórios que eram inteiramente cristãos antes deles e ainda eram habitados por populações notáveis ou, às vezes, até mesmo majoritariamente cristãs.

Uma terceira diferença notável surge do papel desempenhado pelo povo santo. Isto pode, à primeira vista, constituir um elemento de semelhança: *a jihad* é legitimamente abordada pela necessidade de defender toda a comunidade jovem ameaçada em Médine e de "repreender" os lugares sagrados de Meca. Mas esses objetivos estão muito vivos e a *jihad* não cessa para ninguém. Ela se expande ao contrário e apoia o movimento de conquista que, na ilha árabe, se estende em direção ao Indo, ao Bósforo, ao Saara, ao Atlântico, aos Pireneus. nascido e criado em Poitiers. O movimento começa nos lugares sagrados, Meca e Medina. Ou então, esses lugares sagrados nunca são ameaçados e sua defesa não desempenha nenhum papel, na definição da *jihad* , assim como em seu trabalho e em sua prática, antes do renascimento da *jihad* que, no Oriente Próximo, seguiu a primeira conquista de Jerusalém pelos cruzados em 1099. Jerusalém não é apenas o terceiro lugar sagrado do islamismo, mas o primeiro lugar sagrado do cristianismo, assim como o é para o judaísmo.

A defesa e reconquista dos locais sagrados cristãos desempenham um papel importante na formação da ideia sagrada de guerra no Ocidente, como foi visto ao longo deste livro. Os três povos santos do cristianismo, conhecidos na ordem de Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela, são de fato conquistados ou ameaçados pelos guerreiros do islamismo. O papel de Saint-Jacques-de-Compostelle pode ser mínimo na sacralização da *reconquista espanhola* , como mencionado anteriormente. Mas não é a mesma de Roma, ameaçada por ataques muçulmanos desde o século IX , e cuja defesa, como era pretendida, deu origem às primeiras promessas de recompensas espirituais feitas aos guerreiros que lutam e morrem para garantir sua liberdade. Este é verdadeiramente o coração de Jerusalém, o primeiro (e o mais baixo!) dos lugares sagrados do cristianismo, a terra da fundação de Cristo, o local de seu túmulo e sua "herança".

A repentina sacralização da cruzada desencadeou esse caráter único de Jerusalém na mentalidade religiosa dos cristãos do século XI (ver textos n.º 22). Acontece que a primeira cruzada daquela época afetou o declínio da santidade dos cristãos, o que garantiria aos muçulmanos uma *jihad* cujo objetivo não era libertar Jerusalém, a terceira cidade sagrada do islamismo, mas sim caçar os infiéis de Meca, se esses "infiéis" ainda estivessem no meio.

A cruzada é, portanto, a abordagem directa, lógica mas deploravelmente, da formação e aceitação da ideia de guerra santa, fruto venenoso da mutação ideológica que, depois de um milênio de história e conflito, levou a Igreja cristã da não-violência à guerra santa e à cruzada, unindo assim, a partir de três pontos importantes, a doutrina da *jihad* , pela qual há muito censura o islamismo e que, em certa medida, contribuiu para sua formação.

Não pretendemos acabar, talvez, pagando o preço por um conceito ainda mais pernicioso.

DOCUMENTOS

Coletânea de textos sobre a guerra no cristianismo e no islamismo

1. A igreja primitiva e o serviço militar (no Oriente)

Orígenes, no início do século III, refuta os argumentos do filósofo Païen Celse, que censura os cristãos do Império Romano por se recusarem a servir como soldados.

«Depois, Celse nos exorta a "apoiar o imperador com todas as nossas forças, colaborar com companhias justas, lutar por ele, servir com nossos soldados se necessário, e com nossas estratégias." A quem ele deve responder: quando chega a ocasião, trazemos aos imperadores um escudo divino, por assim dizer, para nos cobrirmos com "a armadura de Deus". Devemos obedecer à voz do Apóstolo que diz: "Recomendo-vos, pois, que façais todas as exigências, pedidos, súplicas e obras de graça por todos os homens, pelos reis e por todos os que exercem autoridade." E mais nos pés, mais na segurança efetiva daqueles que governam, melhor do que os soldados que lutam e têm mais inimigos do que podem controlar.

Mas aqui temos exatamente aquilo que poderíamos dizer aos estrangeiros, ao mesmo tempo em que somos solicitados a lutar como soldados pelo bem público e pela morte de homens. Mesmo aqueles que, depois de vós, forem sacerdotes de certas estátuas e guardiões dos templos do vosso Deus, cuidai de guardar a sua mão direita, sem temor de sacrifícios, a fim de oferecerem àqueles que vos dizem Deus sacrifícios tradicionais com mãos limpas de sangue e de morte. E sem medo, em tempos de guerra, você não se matriculará sem seus padres. Se essa conduta é razoável, então a dos cristãos também o são! Pendente que outros soldados lutam, eles lutam como sacerdotes e servos de Deus; Eles são puros na sua mão direita, mas lutam por causa dos sacerdotes dirigidos a Deus, por aqueles que lutam com justiça e por aqueles que governam com justiça, para que todo aquele que se opõe e é hostil àqueles que lutam com justiça seja derrotado.

Além disso, nós que, por meio de nossos predecessores, somos todos os demônios que incitam a guerra, que violam os servos e perturbam a paz, trazemos ao imperador um fardo maior do que aqueles que estão dispostos a lutar contra ele […].

Mas mais do que outros, lutamos pelo imperador. Não servimos seus soldados, mesmo que ele exija, mas lutamos por ele levantando um exército especial, de infantaria, pelas súplicas que nos dirigem à divindade. »

O RIGÈNE , *Contra o Céu* , VIII, 73, ed. e trans. M. Borret, t. Português III, Paris, 1969, pág. 345-349.

2. A Igreja e a profissão militar, em Roma

No início do século III, Hipólito de Roma teve que escrever os regulamentos da Igreja de Roma sobre profissões incompatíveis com a era cristã. A profissão de soldado, entre outras, é formalmente proibida aos cristãos.

« 16. Ofícios e profissões

Somos informados sobre os negócios e ocupações daqueles que desejam ser instruídos [no mundo cristão].

Qualquer pessoa que possua uma casa de prostituição ou que receba prostitutas deve cessar essa atividade, caso contrário será devolvida.

Àquele que é escultor ou pintor, deve ensinar a não fazer ídolos; que parem de fazê-lo, ou que sejam devolvidos.

[…]

Da mesma forma, o condutor de char que corre para a areia, ou celular que brigar nos jogos cessará essa atividade ou será devolvido. Aquele que for gladiador, ou que ensinar gladiadores a lutar, ou o animal que luta contra animais na arena, ou o funcionário público encarregado dos jogos de gladiadores cessará ou será mandado embora. Aquele que é o sacerdote ou guardião do ídolo cessará ou será devolvido.

O soldado subordinado não era um homem solteiro. Se ele for ordenado a fazê-lo, essa ordem não será executada, e ele não fará nada mais do que servilmente. Se ele não quiser se envolver, ele será mandado de volta. Aquele que tiver o poder do gladiador ou do magistrado de uma cidade que suporte o fardo, cessará essa atividade ou será chamado de volta. Aqueles que, catecismos ou fiéis, desejam fazer soldados serão mandados de volta, porque Deus os apressou. »

HIPÓLITO DE ROMA, *Tradição Apostólica*, § 16, ed. B. Botte (2ª ed. rev.), Paris, 1984 (trad. do autor).

3. Reações de São Jerônimo à tomada de Roma por Alarico em 410

São Jerônimo retirou-se para Belém há vários anos, quando começaram a circular notícias sobre a prisão de Roma pelos bárbaros. Ele está atordoado e não está prestes a ver o fim de toda a civilização. Ele atribui essa catástrofe aos pecados dos cristãos, que Deus quer destruir, assim como destruiu seu povo, Israel, dos babilônios e dos assírios. Para lutar contra esses inimigos bárbaros, ele tem que olhar para os próprios olhos apenas como se fosse um mero homem: arrepender-se, perdoar seus pecados, remover a causa desses males. Jérôme coloca por escrito vários exemplos à disposição do seu tema. É pela prudência e fidelidade a Deus que Roma só pode se livrar dele e expulsá-lo entre esses cavaleiros bárbaros. Jerônimo então identifica até certo ponto o Império Romano Cristão com a Igreja que sucedeu Israel como o Povo de Deus. Os exemplos que ele tira da Bíblia indicam que Deus vence as pessoas que o louvam, mas que também lutam por ele se ele permanecer fiel. O perigo da barbárie ainda pode ser evitado se os cristãos se voltarem para Deus.

PARA . D ANÚNCIOS SA PREFÁCIO AU COMENTÁRIO D 'É ZÉCHIEL

« […] De repente, devemos anunciar a morte de Pamáquio e Marcela, a captura de Roma, a morte de um grande número de nossos irmãos e irmãs. Estou tão consternado, tão chocado, que dia e noite, não consigo pensar em nada além da saúde de todos; Acredito que você me cativou com esses santos, e não posso abrir meus lábios sem ter mais luz sobre esses eventos, exceto que estou entre a esperança e o desespero, e ainda assim sofro com a minha parcela de infortúnios alheios. Mas agora, a luz gloriosa do mundo está completa, e Roma, cabeça do Império Romano, foi decapitada! Com esta única cidade, é assim que se conta todo o universo, que pereceu. Então, eu sou você, estou humilde, não consigo mais pronunciar uma única palavra e minha dor é que me torno mais vivo; meu coração está abraçando… »

J ÉRÔME , *Prefácio ao comentário de Ezequiel* , ed. CCSL, n.º 75, Turnhout, pág. 3 (trad. do autor).

B . D ANÚNCIOS SAINT ETTRE PARA HÉLIODORE

"Sentimo-nos bem por termos ofendido a Deus durante tanto tempo, mas não nos arrependemos!" Os bárbaros são fortes por causa dos nossos pecados, e é por causa dos nossos vícios que o exército romano está falhando. E se esses desastres não forem suficientes, as guerras civis são muito mais do que a ira do inimigo. Pobre povo de Israel, se o compararmos a Nabucodonosor, a quem a Escritura chama de “servo de Deus”;

Miseráveis homens que somos, nós também, que levamos Deus ao ponto de seus esforços sobre nós serem irritados pela fúria dos bárbaros! Ezequias estava arrependido e, em uma única noite, por um único anjo, 185.000 assírios morreram. Josafá cantou louvores ao Senhor, e o Senhor relatou a vitória àqueles que o louvaram; Moisés lutou contra os amalequitas, não com sua espada, mas com seu líder. Se quisermos nos aliviar, curvem-se diante de nós! Que pessoa honesta! Que loucura! Que descrença! E daí! Este exército romano vitorioso que sustenta o mundo inteiro Vede, a voz do Senhor hoje está vacilante, assustada, aterrorizada diante do próprio rosto daqueles que não sabem como andar, daqueles que, se chegam a tocar o sol, ficam mortos, e nós, nós não entendemos estas palavras dos profetas: "Mil vezes eles foram diante da ameaça de uma alma" (Isaías 30:17)? E não eliminamos a causa da doença para acabar com a mesma coisa que causa a própria doença. Então, lançaremos nossas flechas diante de nossas lanças, nossas tiaras diante de nossos capacetes, nossos [*cavalos*] vermelhos diante de nossos *cavalos* . »

J ÉRÔME , Carta 60 a Héliodore, ed. J. Labourt, *São Jerônimo, Cartas* , t. III, Paris, Belas Letras, 1953, p. 107-108 (trad. do autor).

C. D ANÚNCIOS SA CARTA PARA P ACATULA

« Horror ! O universo inteiro está oculto, mas nossos pecados não morrem! Esta ilustre Roma, capital do Império Romano, é destruída por um único incêndio; Ele já tem refugiados em todos os lugares, em todas as regiões; das igrejas consagradas que eram feitas de cinzas e veneno… E o que estamos fazendo? Vamos abandonar a ganância! Vivemos como se quiséssemos morrer amanhã e lutamos como se quiséssemos viver para sempre neste mundo. O ouro brilha em nossas paredes, em nossas videiras, nas torres de nossas colunas. E durante esse tempo, imperturbável, Cristo morre diante de nossas portas na pessoa dos pobres. Ao escrever, nos lisonjeamos de que o Pontífice Aarão se comportou diante das chamas ardentes e, com o incenso aceso, acalmou a ira de Deus. Em Grand Prêtre, ele é tingido entre os vivos e os mortos, e o fogo não avança além do fim onde ele está preso […]. Você acha que há alguém sob o céu hoje que pode se vestir diante da ira de Deus? Quem pode parar as chamas? »

J ÉRÔME , Carta 128 a Pacatula, ed. J. Labourt, *São Jerônimo, Cartas* , t. VII, Paris, Belas Letras, 1961, p. 153 (trad. do autor).

4. O batismo de Clóvis segundo Gregório de Tours

Gregório conta como a rainha Clotilde tentou abandonar os ídolos de Clóvis e adorar o Deus verdadeiro. Além disso, durante uma batalha contra os alamanos, o exército de Clóvis enfrentou grande perigo. Assim, o rei francês se dirige a Jesus Cristo e lhe promete que será batizado se lhe der a vitória, pois os deuses não tinham nada de eficaz para protegê-lo.

« Acontece que o confronto entre os dois exércitos estava se transformando em um massacre violento: o exército de Clóvis estava à beira de ser exterminado. Enquanto olhava para ela, Clovis levantou os olhos para o céu. Com o coração cheio de compostura, e até que suas lágrimas fossem derramadas, ele escreveu: "Ó Jesus Cristo, a quem Clotilde disse que sou o Filho vivo de Deus, a quem ofereço assistência àqueles que estão em sua necessidade e que dou vitória àqueles que estão contentes com sua esperança, eu humildemente peço sua gloriosa assistência. Se você concordar comigo com a vitória sobre meus inimigos, se você manifestar para mim esse poder milagroso que, de acordo com as palavras do povo que reivindica seu nome, vem de você, então eu acreditarei em você e serei batizado em seu nome. De fato, invoquei meu Deus, mas percebi que eles não são Vênus em auxílio. Estou, portanto, convencido de que eles não têm poder algum, pois não se apresentam àqueles que os servem. És, pois, tu, desarmado, que me invocas. É nisso que quero acreditar, se evito perseguir meus adversários." Enquanto ele pronuncia essas palavras, os alemães se voltam uns para os outros e começam a se enfurecer. »

A rainha, então, fez com que a Epifania de São Remi viesse em segredo para instruir e batizar Clóvis. O rei levantou outra objeção: seu povo não quer abrir mão de seus deuses. Mas, milagrosamente, o povo aceitou. Clóvis foi batizado (por imersão) com vários guerreiros de seu exército. Remi pediu que ele não "cobrisse a cabeça", como traduzido como Jadis, mas sim que abaixasse seus colares (*colar* , ou *collaria* , colares talismânicos usados por padres e reis alemães).

«Ele então se rendeu à dignidade do seu povo. Mesmo antes que a palavra fosse dirigida a eles, o poder de Deus o precedeu e o povo escreveu uma única voz: "Ó querido rei, nós repreendemos esses deuses mortais e estamos prontos para seguir o Deus imortal que proclama Remi." Essas ações são então relatadas ao prelado. Cheio de grande alegria, ele prepara a cerimônia batismal [...]. O rei exige que ele seja o primeiro a ser batizado pelo pontífice. O novo Constantino, avançou em direção à piscina [da piscina batismal] para remover os vestígios do seu antigo duende, para apagar nessas novas águas as manchas sórdidas que há muito dormiam sobre ele. Quando estava no Batistério, Santo Deus apostrofou com estas palavras: "Deponha seus colares de amuletos com humildade, ó

Sicambre! Eu adoro aquilo que você fez brilhar, eu adoro aquilo que você fez brilhar." [...] Assim, o Deus Todo-Poderoso confessou em sua Trindade, o rei foi batizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; ele era o epíteto do santo creme, pelo sinal da cruz. Mais de três mil homens de seu exército também foram batizados com ele. »

GREGOIRE DE TOURS , *História* , II, 30-31, *Monumenta Germaniae Historica* (*MGH*), *Scriptores Rerum Merovingicarum* , I, p . 75-78 (trad. do autor).

5. O apelo do artigo a Charles Martel

Apelo de ajuda do Papa Gregório III a Carlos Martel para a defesa do Patrimônio de São Pedro, ameaçado pelos lombardos de Liutprando em 739. O papa sugere que Deus o reconhecerá e não o fechará fora das portas do reino dos céus. Primeira leitura de uma promessa de recompensa espiritual pelo serviço militar prestado.

« Padre Gregório, aos seus excelentíssimos filhos Carlos, Mãe do Palácio,

Sofremos de uma profunda aflição, e as lágrimas não nos faltam, dia e noite, enquanto contemplamos saquear todos os dias e em todos os lugares a Igreja de Deus abandonada por seus filhos, na qual tinham a esperança de serem vingados por ele. Por isso, vivemos no orvalho e na tristeza, enquanto vamos para o campo de Ravena, para a seca e subsistência dos pobres de Cristo, embora para o entretenimento dos luminares, que hoje é devorado pela espada e pelo fogo dos reis lombardos Liutprando e Hildebrando. Mas aqui estamos, e levantamos as mesmas forças nos territórios de Roma: ao nos atacar com muitos homens armados, eles destruíram todos os corpos de São Pedro e estão cercados pelo espancamento que é onde ele estava.

Embora busquemos refúgio em ti, meu excelentíssimo filho, ele não nos deixa nenhuma consolação de tua parte. Pelo contrário, estamos bem avisados – já que você autoriza esses reis a trocar mensagens com você – que sua perfídia e suas falsas insinuações são melhor recebidas por você do que a verdade que é nossa. E tememos que isso não vos seja imputado, na medida em que atualmente, nos lugares onde residem esses reis, nos insultam e proferem palavras como estas: “Vem, pois, Carlos, com o duque encontraste refúgio!” Que os exércitos dos francos venham em seu auxílio, se puderem, e que os tirem de nossas mãos." Oh, que dor incurável dilacera nossos corações por causa dessas palavras, enquanto os nobres e poderosos filhos da Santa Igreja de Deus não têm nada para defender sua mãe espiritual ou seu povo especial! Meu querido filho, ele sabe que é poderoso, este Príncipe de Apôtres, pelo poder que lhe foi confiado por Deus, para defender sua própria casa e seu povo particular, e para se vingar de seus inimigos. Mas ele quer testar os corações de seus filhos fiéis.

[…]

Nós te exortamos, ó filho santíssimo, diante de Deus e de seu terrível jogo. Nós os encorajamos a virem visitar a Igreja de Saint Pierre e seu povo em particular, por Deus e pela saúde do seu amor, e a descansarem nestes e nestes dias. os reis estão longe de nós e lutam para vasculhar seus territórios. Não abandoneis os meus predecessores, não fecheis os ouvidos às nossas súplicas: pois assim, o Príncipe dos Apóstolos não vos fechará diante da entrada do reino dos céus. »

Carta de Gregório III a Carlos Martel, em *MGH* , *Epistolae* , III, p. 476-477 (trad. do autor).

6. A falsa doação de Constantin

Desde os primórdios da crítica textual, sabe-se que este documento é uma farsa, provavelmente fabricada pela cúria romana na segunda metade do século VIII. O objetivo é afirmar a supremacia do jornal sobre a igreja universal e fornecer as bases legais para as reivindicações territoriais dos jornais na Itália, ao mesmo tempo em que abre perspectivas para a reivindicação da autoridade temporária dos jornais em todo o Ocidente.

«Serviremos, a nós, a todos os nossos sátrapas, num senado unânime, à aristocracia e a todo o povo, o glorioso império de Roma, que, a pedido do bem-aventurado Pedro que foi estabelecido na terra como Vigário do Filho de Deus, os pontífices que exercem este princípio para obter o seu lugar, concedem a nós e ao nosso império, um poder soberano superior ao que possui aqui a nossa bem-querida serenidade imperial.

[…]

Portanto, decretamos que o Pontífice exerça a primazia sobre as quatro sedes principais, Alexandria, Antioquia, Jerusalém e Constantinopla, bem como sobre todas as outras Igrejas de Deus em todo o universo.

[…]

Por conseguinte, para que o prestígio papal não decaia, mas que seja contrário a ele que produza uma dignidade mais gloriosa que o império terrestre, e supere a glória do céu, concordamos e nos abandonamos ao bem-aventurado pontífice Silvestre, nosso pai, papa universal, não só nosso. o Palais du Latran, por assim dizer, o mais alto, mas especialmente a cidade de Roma, bem como todas as províncias, vilas e cidades da Itália e as regiões ocidentais, […] para que sejam gentis com ele e seus sucessores em seu poder e proteção […], esta constituição os remete para sempre e por direito à Santa Igreja Romana. »

Constitutum Constantini , texto em K. Zeumer, «O texto mais antigo do *Constitutum Constantini*» , em *Festival* para R. von Gneist, 1888, p. 47 m^2 (trad. do autor).

7. Maomé e a doutrina do martírio dos guerreiros

A crônica de Tabari (838-923) contém a primeira biografia do profeta e uma lista de muitos *hadiths* sobre Maomé, que são reconhecidos como autênticos pela Tradição. Aqui destacamos alguns traços que mostram que os muçulmanos mais fiéis não ficaram de forma alguma chocados com o comportamento guerreiro ou vingativo do Profeta e conseguiram reviver, até então, a doutrina do martírio dos guerreiros muçulmanos mortos em combate contra seus inimigos.

SOBRE DE O BATALHA DE B ADR (OU B EDR)

"O Profeta sempre excita seus soldados. Um homem dentre os Anciãos, chamado Omaïr, filho de Hammâm, tinha em suas mãos alguns dados, que ele engoliu sob os olhos do Profeta. Celui-ci, em exortação aos soldados, disse: "Vocês não devem, para obter o paraíso, mas sim encontrar o martírio." Omaïr, entendendo essas palavras, diz com um sorriso: "Se for assim, tenho um encontro, como se tivesse entrado no paraíso." Ele atira seu sabre, lança-se contra as fileiras dos inimigos, com raiva, e contra muitos de vocês, e vocês ainda estão com ele. »

SOBRE DU MORTE DE K A ' AB , FILS D' A SCHRAF (A ESCRITA)

"Isso foi no mesmo mês do primeiro mês de Rabi que o Profeta enviou alguém para matar Ka'ab, filho de Ashraf, que sofreu muitos ferimentos [...]. Um dia ele foi encontrado no meio de seus companheiros, e Ka'ab, filho de Ashraf, falou com ele, e o Profeta o agradou e disse: "Quem dá vida a Deus e se torna este homem?" Um dos anciãos, chamado Mohammed, filho de Maslama, disse: "Eu irei e te matarei, ó Deus!" O Profeta misericordiosamente deseja-lhe o melhor. »

(Depois de terem sido como aquela mulher, os enviados acabam encontrando o Profeta.)

"O dia começou a ser um bom dia quando eles entraram na cidade. Eles encontram o Profeta ocupado primeiro, e ele lhes dá um relato do que estão tentando realizar. O Profeta ficou muito feliz e rendeu graças a Deus e à misericórdia. »

SOBRE DE O BATALHA D 'O' HOD

Após a vitória ser devolvida pelos muçulmanos a Badr (ou Bedr), seus adversários, sob a orientação de Abou Sofyân, estão prestes a serem levados a O'hod. As notícias são as mesmas do Profeta quando ele nasceu. Abou Sofyân está disposto a gravar uma montanha dominando a posição tênue para os muçulmanos a fim de alcançar sua vitória. Maomé tenta precedê-lo:

« Então o Profeta disse aos seus companheiros: “Venham, eles são nossos.” Ele queria carregar a montanha, mas o peso de seus dois couros fortes o impedia de andar. Havia, na montanha, uma pedra na qual ele desejava subir. Então, filho de Abdullah, ele ajudou o profeta a colocar os pés em seu pescoço e em sua alma ele também alcançou a pedra na qual ele repousa. O Profeta disse-lhe: “Você veio para merecer o paraíso.” Abou-Sofyân, a caminho, diz-lhe: “Viagem pela viagem!” isto é: vocês têm sua vitória em Bedr, e nós em O'hod. O Profeta respondeu: “Isso não é a mesma coisa. Vocês estão mortos no inferno, e os nossos no céu […].” Deus envia anjos do céu para encher de terror os corações dos infiéis. Então, nos dias de Bedr, os anjos nunca lutaram. »

T ABARI , *Crônica* , trad. H. Zotenberg, *Mohammed, A Visão dos Profetas* , Paris, 1980, p. 156, 182, 203, 205.

8. História e escatologia até 640

Um caso exemplar de interpretação de fatos históricos contemporâneos à luz de escritos proféticos

Para os juízes, assim como para os cristãos daquela época, as profecias (especialmente as de Daniel) anunciam eventos históricos que estão por vir e permitem que eles sejam colocados no desenrolar da história, ordenados e dirigidos por Deus. Em 640, no início das conquistas árabes, um escrito atribuído a um certo Jacó, um homem recém-convertido, mostrou aos seus antigos correligionários que Jesus, filho de Maria, era de fato o Cristo, o Messias anunciado pelo profeta Daniel, e que havia feito uma primeira aparição dentro das 70 semanas proféticas anunciadas (490 anos após o decreto de reconstrução do Templo). Mas Cristo-Messie deve retornar uma segunda vez em glória e majestade no fim dos tempos, para o jogo. Esses tempos estão próximos, segundo o autor, porque a quarta aposta da profecia de Daniel representa o Império Romano. Ou, o Império Romano, disse ele, ainda está aberto neste momento, e dez reis logo serão retirados dele (simbolizados pelos 10 dedos da estátua e pelas 10 cornetas da visão do profeta Daniel). Em breve aparecerá o pequeno chifre, uma figura de poder diabólico que cessará no fim dos tempos e será derrotado pela vinda de Cristo.
As conquistas árabes são, no momento em que este texto é escrito, pequenas demais para encontrar um lugar neste panorama histórico-profético e dar origem a uma interpretação apocalíptica. Portanto, essa escrita assinada pela alma que os judeus têm em mente está tentando ver em Maomé o anunciador profético do Messias que os espera. Alguns juízes estão, portanto, zangados com ele. Mas, de acordo com nossos escritos, esse suposto profeta não pode ser um falso profeta, pois "os profetas não vêm armados com uma cabeça". aquele que prefere a violência e tenta deter as chaves do paraíso, o que lhe parece uma pretensão inaceitável e contrária à história.
O testemunho deles é de grande interesse pela maneira ilustre como os judeus e cristãos da época tentaram interpretar os eventos históricos de seu tempo à luz dos escritos proféticos, de uma perspectiva escatológica. Ele também observa que, desde as primeiras vezes de sua aparição, ele repreendeu o islamismo por sua atitude guerreira e pelas promessas de paraíso feitas por Maomé.

PREOCUPANTE O ESTREIA LOCAL DUQUE HRISTS

« Daniel disse com efeito: “E vocês saberão e entenderão, desde o surgimento de uma palavra para separar e construir Jerusalém até que Cristo seja o chefe, sete semanas e duas semanas sob ele”, isto é, quatrocentos e quarenta e dois anos, e Cristo veio assim os quatrocentos e quarenta e dois anos desde a fundação do Templo e da cidade. Pois Cristo

apareceu no início da chamada "sétima semana", e nós nos salvamos revivendo as travessuras do diabo [...]. Pois, na verdade, o Espírito Santo foi libertado de nós, judeus, para que não sejamos enganados pelas nações durante seiscentos e quarenta anos. » (I, 22, pág. 100)

PREOCUPANTE O SEGUNDO LOCAL DUQUE HRISTS PARA O FIM DES TEMPOS

« Após a morte do Imperador Maurício [...] nosso Protos para nós, os judeus, explica: "Por que os judeus se alegram com a morte do Imperador Maurício e o surgimento de Focas em sangue? Na verdade, ajudaremos no avanço do Império Romano. Ou, se o quarto reino fosse, a Romênia, fique satisfeito, descerá e brotará como Daniel disse, na verdade ele não voltará de nenhum outro que lhes disse, ele lhes disse o milho da quarta besta, e então o pequeno milho que destruirá todo o conhecimento de Deus, e partirá após o fim do mundo e a ressurreição dos mortos. E se isso acontecer, estamos errados em não receber o Cristo que vem; porque é antes que o quarto animal seja quebrado e lançado fora, e antes deles vem o Oriente em nome do Senhor, que vem do sono de Jessé, Senhor Deus [...]." » (III, 12, págs. 170-172)

I MMINÊNCIA DE A CHEGADA DU DIABO « HERMOLAOS » (ANTICRISTO) MENTIRA PARA O FIM DE O IMPÉRIO ROMANO , AUXILIAR DIX CORNOS E PARA O PEQUENO CORNE : DIVERSÃO DES NAÇÕES

« [...] E sabemos que a quarta besta, a Romênia, é lançada e lançada pelas nações, e devemos prestar atenção aos ditos milhos. » (V, 1, pág. 182)

« [...] E Ioustos disse: "Messire Jacob, a Romênia está tão dilacerada e devastada pelas nações, ela se transformou em tantas torres, por que o diabo deveria trombetear?"

E Jacó disse: "Bem, na verdade, Hermolaos, o trompetista, deve vir após o desmembramento da Romênia, e prejudicar aquele que o receber [...]. O belo entrará em apuros e desordem, porque está completamente perdido. E então a perfídia assume um ar pacífico e moderno. Como disse Daniel: 'E ele aboliu os santos do Altíssimo, começou a mudar as estações e os anos, e deu-lhes até o fim dos tempos, um tempo e meio.' " » (V, 1, pág. 182)

« Jacó disse: "Na verdade, você realmente disse isso; porque a consciência de nossos pais não cessa de torturá-los; e nós, nós vamos ver os feitos, os quatro reinos que passaram e o tempo das dez cornetas que chegou. Daniel disse de fato: 'Nos dias desses reis', isto é, dos dez chifres e do chifre pequeno, Deus levantou um reino que por toda a eternidade não será destruído, e esse reino não será abandonado a outro povo, ele levantou e fez brotar todos os reis, e ele durará pelos séculos; assim como você vê que uma pedra se desprende da montanha e é feita de barro, ferro, bronze, prata e ouro. Deus revelou o que deve acontecer no fim dos tempos." » (V, 7, pág. 194)

« Jesus respondeu e disse: “Pelo Espírito Santo, o significado da profecia é bom.” » (pág. 194)

A série de escritos mostra que Cristo está vindo e revela os infortúnios daqueles que o cercaram e foram pegos em um acidente; Portanto, os judeus devem se converter e crer nele para não provocar o fogo eterno.

Pois o texto trata do caso de Maomé, o “falso profeta dos sarrasins”, que foi dirigido aos judeus:

« Jesus tomou a palavra e disse: Tu dizes a verdade, e esta é a grande salvação: pensar em Cristo. Pois eu confessarei a você toda a verdade, Messias Jacó. Meu irmão Abramès me escreveu [versão escrava acrescentada: “de César”] que um falso profeta aparece [versão escrava acrescentada: “comigo os sarracenos”]. “Quando o Candidato [a versão escrava cujo nome é Sergios] caiu entre os sarracenos [este noivado ocorreu em 633, segundo a *Cronologia* de Teófano], fui para Cesareia – Abramès me contou –, e desembarquei em Sykamina; sobre desacordo: O candidato do verão caiu! E nós, os judeus, estamos em grande alegria. Dizem que o profeta estava aparecendo, vindo com os sarracenos, e que ele proclamava a chegada do Santo Cristo que viria. E eu [Abraamès], tendo chegado a Sykamina, cheguei a um antigo, muito versado escrito, e eu disse a ele: 'O que você me diz [A versão escrava acrescenta "senhor e doutor"], o profeta que aparece com os sarracenos?' E ele me respondeu, batendo profundamente: 'Este é um falso profeta? Os profetas vêm armados com uma lança?' Verdadeiramente, os acontecimentos destes últimos tempos são obras de desordem, e creio que o primeiro Cristo que veio, a quem os cristãos adoram, não foi enviado por Deus, para que possamos receber os Belos em tempo oportuno. Isaías realmente não acreditou que os judeus tinham um coração pervertido e endurecido até que toda a terra foi devastada. Mas vai, Messias [1] Abrão, e ensina-me sobre este profeta que apareceu.' E eu, Abramès, tendo feito a investigação, entendo aqueles que a encontraram, que não encontraram nada de autêntico neste pretendido profeta: não se trata senão de massacres. Ele também diz que libera as chaves “do paraíso, aquilo que é incrível.” Aqui está o que meu irmão Abraamès do Oriente me escreveu. » (V, 16, págs. 208-210)

Doutrina dos Batizados , ed. e trans. V. Déroche, *Obras e Memórias* , t. XI (Colégio de França, Centro de Pesquisa em História e Civilização de Bizâncio), 1991, p. 70-218, *passim* .

9. História e doutrina de Maomé segundo Teófano, o Confessor (versos 760-818)

A *Cronografia* (Crônica) de Teófano, escrita entre 810 e 813, é geralmente considerada confiável e precisa. Esta tradução latina foi feita por Anastácio, o Bibliotecário, no milênio do século IX, para permitir a disseminação de suas informações no Ocidente. A imagem que carrega o profeta Maomé e sua doutrina resume bem a opinião difundida no espírito cristão bizantino: Maomé é descrito como um falso profeta epiléptico e movido pela libido, e o islamismo como uma religião que é difundida pelas mulheres e pelas armas, e que ensina que aqueles que morrem ou lutam ganharão o paraíso, um paraíso muito material e rico em múltiplas alegrias.

« Ano do Mundo 6122 [ano 622 da encarnação].

Este ano, Mouamed, o chef e falso profeta dos Sarrasins, lamentou ter sido nomeado [para suceder como chef] por seu pai Aboubachar. Ao mesmo tempo, sua reputação se espalhou para o fundo e o mundo inteiro ficou devastado [...]. Devo, portanto, relatar aqui quais são as origens deste homem. Descendente de uma tribo muito grande, incluindo Ismael, filho de Abraão [...]. Orphelin, Mouamed decide entrar para o serviço de uma rica esposa de seus parentes, chamada Chadiga, como funcionário encarregado de negociar ovelhas no Egito e na Palestina. Pouco a pouco, ele se enfurece com essa mulher que ainda está viva e cai nas suas boas graças; ele é a esposa e toma posse de seus pássaros e de sua fortuna. *Durante uma viagem à Palestina, ele entra em contato com os judeus e com os cristãos: o desejo entre eles é alguns subornos do Écrit tura, então você sabia sobre dor epiléptica. Quando uma mulher o compreende, ela lamenta a vida que foi nobre, por ter se unido àquele homem que não era apenas pobre, mas ainda epiléptico. Então ele se força a se acalmar e diz a ela: "Eu rezo pela visão de um anjo chamado Gabriel e, como não posso suportar sua visão, estou com pressa de fracassar e estou morrendo." E como ele tivesse diante dela uma certa besta que estava exilada na heresia e vivia ali, ela lhe relata tudo isso e o chama de anjo. E ele, querendo convencê-la, disse-lhe: "Ele disse a verdade; "Na verdade, este é o anjo que é enviado depois de todos os profetas." Assim, ela que primeiro entendeu as palavras deste falso abade, é cruel, e proclama a todas as mulheres de sua tribo que este homem é um profeta, de modo que a notícia passa das mulheres para os homens, e em primeiro lugar para Aboubachar, que parte para seu sucessor. Assim, sua heresia submerge a região de Aithribos, no último curso do caminho das armas. Ele foi forçado a embarcar no esconderijo restante por dez anos, e depois também por dez anos de guerra, finalmente abrindo para um novo ano.* Ele ensinou àquelas pessoas que quem tem um inimigo, ou quem é um inimigo, vai para o Paraíso; e o fato desastroso é que este Paraíso material consiste em comer e beber, e em ter relações sexuais com mulheres; que havia um rio de

vinho, leite e mel, e que as mulheres não eram semelhantes às células de gelo; Eles são diferentes, as relações sexuais com eles duram muito tempo e o prazer que eles têm na aposentadoria continua. »

TÉOPHANE O CONFESSOR , *Cronógrafo* , *Patrulha Grega* , 108 , col. 684-685. A parte em itálico é uma reprise da tradução de A. Ducellier, *Cristãos do Oriente e o Islã na Idade Média, séculos VII a XV* , Paris, 1996, p. 146. O restante do texto foi traduzido pelo autor C. Mango e R. Scott, *The Chronicle of Theophanes Confessor, Byzantine and Near Eastern History, AD 284-813* , Oxford, 1997, p. 464-465.

10. Crítica da doutrina da *jihad* por um escritor árabe cristão (início do século IX)

As epístolas de Al-Kindi contêm uma refutação, escrita antes de 825, de uma carta do muçulmano al-Hashimi, que expõe os principais pontos da doutrina do islamismo e convida al-Kindi a se manifestar de acordo. Segundo Armand Abel, «A Apologia de Al-Kindi e seu Lugar na Polêmica Islâmico-Cristã», *Atas da Conferência Internacional sobre o Tema: «O Oriente Cristão na História Civil»* , Roma, 1964, p. 501-523, toda a escrita estava na realidade de uma única mente, a exposição resumida das teses muçulmanas sendo apenas um pretexto conveniente para sua refutação por al-Kindi. Lembramos aqui alguns pontos desta refutação sobre a Guerra Santa. Eles também mostram que essa doutrina era totalmente estranha à mentalidade dos cristãos daquela época. O autor também tenta justificar a guerra travada por Moisés e Josué pelos sinais divinos irrefutáveis que, segundo ele, faltaram a Maomé. Ele também criticou severamente a doutrina do martírio, opondo mártires cristãos pacifistas a mártires muçulmanos guerreiros.

« Então você diz: "Eu os convido a se engajarem no caminho de Deus, que consiste em devastar os oponentes e os infiéis, em lutar contra os politeístas pela força, pilhagem e cativeiro, até que eles os convertam à religião de Deus e confessem: 'Não há divindade que Deus e Maomé sejam seus servos e seus apóstolos', ou então que eles se retirem da capitulação, voluntariamente, enquanto ainda submissos."

Então, ó homem sábio e razoável, você me convida a participar da obra do profano Satanás? [...] Então peço que me explique em que consiste o caminho de Satanás? Você não deveria morrer e espalhar o sangue? Piller, quer reduzir as pessoas em cativeiro? Quem pode fingir que isso não é o que chamamos de "a voz de Satanás"?

Se você replicar que Moisés, o interlocutor de Deus – abençoado e exaltado ele mesmo – lutou contra os infiéis e os idólatras, nós lhe responderemos: Diga-me que você está na Torá, Muitas maravilhas foram realizadas por Moisés, que o fez crer que a guerra e a luta que o homem trava contra os ídolos estavam sob a ordem de Deus - eis que seu nome é Deus. Ele é como Josué, filho de Num, que exige que o sol e a lua sejam levantados e que efetivamente os levanta, cumprindo assim um sinal milagroso que nenhum outro pode cumprir, a não ser em nome dos santos servos de Deus; É por isso que acreditamos que o que foi feito foi sob a ordem de Deus – seu poder e sua majestade são exaltados. Então, o que significa que você pode citar? O milagre que seu mestre realizou é um prelúdio ao seu testemunho, que nos obriga a reconhecer a verdade do que ele está dizendo e a crer que o que ele fez foi por ordem de Deus, especialmente matar pessoas, apoderar-se de seus bens, manter seus filhos cativos e fazê-los retornar?

[…] O que é ainda mais curioso da sua parte é que você qualifica como “mártires” seus amigos que morrem em combate. Devemos, portanto, examinar os relatos dos “mártires” de Nosso Senhor Cristo, aqueles que morreram na época dos reis da Pérsia e de outros reis, e perguntar se eles merecem o título de “mártires”, ou melhor, seus amigos que morrem pela conquista do mundo e que lutam pela pilhagem. Ou então, aprendemos com a constância daqueles cristãos, que os romanos rebeldes eram antes de sua conversão ao cristianismo, de seu compromisso de sacrificar seu sangue, sua vida e a alma de seus filhos, para remover deste mundo e de suas delícias, a sinceridade de sua convicção em sua religião. Sabemos que eles se comprometem a oferecer seus corpos para serem curados e a sofrer todo tipo de tortura em sacrifício a Deus.

[…] Ele realmente merece o título de “mártir” e podemos declarar que ele morreu no caminho de Deus? Aquele que é oferecido em sacrifício por sua religião, porque lhe foi ordenado adorar a lua e o sol, ou outros ídolos de ouro, prata ou madeira feitos por homens, do prendre para as divindades na presença de Deus […], ou então aquele que é posto a pilhar e fugir, para arrebatar o povo e levar crianças cativas, estuprar mulheres – o que é ilegal –, fazer incursões, chamando-as de “guerra santa” no caminho de Deus e declarar: “Aquele que é ou que vai para o Paraíso”? »

Tradução em G. Tartar, *Diálogo Islâmico-Cristão sob o Califa Al-Ma'mûn (813-834): As Epígrafes de Al-Hashimî e Al-Kindî* , Paris, 1985, p. 219-232, *passim* .

11. *Reconquista espanhola* e profecias

A *Crônica Profética* revela na ocupação árabe da Espanha um castigo de Deus causado pelos pecados dos reis godos. Mas essa punição é temporária; há um fim, que o cronista considera muito próximo, em menos de dois anos.

« Gog, na realidade, é o povo dos godos [...]. "A terra de Gog" na verdade designa a Espanha sob o domínio dos godos, que envolve os filhos de Ismael por causa das necessidades do povo godo; São eles que perdem a vida, são eles que estão sujeitos a tributos, como vimos em nossa era. Mas este mesmo profeta [Ezequiel] disse novamente a Ismael estas palavras: "Porque abandonaste o Senhor teu Deus, eu também te abandonarei e te livrarei nas mãos de Gogue, e tu te agacharás, eu e todos os teus braços, pela sua espada. Depois de tê-los afligido por 170 anos, Gogue lhe dará a retribuição que você deu a ele."

Nossa esperança para nós é Cristo. É que depois de cumpridos 170 anos, a audácia dos nossos inimigos é reduzida a nada e a paz de Cristo é devolvida à santa igreja. Além disso, os próprios Sarrasins, de acordo com certos prodígios ou sinais equivocados, preveem que sua animosidade está próxima e discordam que o reino dos godos será restaurado por nosso príncipe.

[...]

O número total de anos de reinado dos árabes na Espanha é de 168 anos e 5 meses. Até o dia de São Martinho, o 11 de novembro, faltam 7 meses, e então completará 169 anos. Então o 170º ano será aberto. Quando os Sarrasins o cumprem, segundo o profeta Ezequiel, bem como o ditado mais elevado, eles estão atentos ao fato de que chega o tempo da vingança sobre os nossos inimigos e da salvação dos cristãos. Que Deus seja poderoso em poder, para que, assim como Aquele que destruiu o mundo inteiro do poder do diabo através do sangue de seus filhos, Nosso Senhor Jesus Cristo, ainda que em um tempo muito próximo, ordene que a Igreja seja subjugada pelo jogo dos Ismaelitas, que vive e governa há séculos. Amém. »

Crônica Profética , ed. Y. Bonnaz, *Crônicas Asturianas (final do século IX)* , Paris, 1987, p. 2-9 (trad. do autor).

12. O Anticristo e o Fim dos Tempos

Adson de Montier-en-Der, na segunda metade do século X, repreende o texto mais preciso do pseudo-Método à Rainha Gerberge, dizendo que o tempo do aparecimento do Anticristo ainda não chegou: de fato, segundo a morte de Paulo, aquilo que o retém (o Império Romano) ainda não se foi. Na verdade, ele encontrou nos reinos bárbaros a extensão do Império Romano. Mas ele acrescentou que alguns estudiosos acreditam que antes do aparecimento do Anticristo, um rei francês virá a Jerusalém para depositar sua coroa no Monte das Oliveiras. Esta profecia foi modificada diversas vezes e provavelmente foi inspirada por certos crucifixos, em particular por João de Leiningen (ou Flonheim), que afirmava ser ele próprio "rei dos gregos e latinos" e queria forçar os judeus a cumprir as profecias durante aqueles tempos do fim, que seria a conversão final dos judeus ao cristianismo, ou se opor à ascensão deles ao Anticristo.

« Mas este tempo ainda não chegou: de facto, embora – estamos a fazer bem – o Império Romano esteja em grande parte destruído, contudo, tanto que os reis franceses que teriam este Império Romano subsistirão, a dignidade deste reino romano não se perderá completamente, porque subsistirá nestes reis. Alguns de nós, médicos, é verdade, discordamos que no último dia haverá um rei dos franceses que dominará o Império Romano em sua totalidade. Este será um grande rei e o último de todos os reis. E depois de ter tido boa sorte governando seu reino, ele finalmente chegará a Jerusalém e colocará seu cetro e sua coroa no Monte das Oliveiras. Portanto, este será verdadeiramente o fim e o consumo do Império Romano e Cristão. E também, de acordo com a frase mencionada acima do Apóstolo Paulo, eles discordam que o Anticristo deve ser revelado. Então será revelado o homem do pecado, isto é, o Anticristo. Embora seja homem, ele será a fonte de todo pecado e dos filhos da perdição, isto é, dos filhos do diabo, não por natureza, mas por imitação, porque cumprirá em toda a sua vontade o diabo, para que nele habite corporalmente a plenitude do poder diabólico e o espírito do mal, e para que nele estejam escondidos todos os tesouros da misericórdia e da iniquidade.

[…]

Assim, como dissemos acima, também na cidade de Babilônia, e chegando a Jerusalém, ele [o Anticristo] será cercado e dirá aos juízes: Este sou eu, o Cristo que vos prometeu; Venho pela sua saúde, para reuni-los e defendê-los, vocês que estão dispersos. Então todos os judeus virão a ele; chorando bem-vindo Deus, eles na verdade deram boas-vindas ao diabo. E o Anticristo chegará até o templo de Deus, isto é, à santa igreja; o destino de todos os mártires cristãos, ele será elevado e magnificado, pois nele habita o diabo, a cabeça de todos os ímpios, que é rei sobre todos os filhos do orgulho. »

ADSON DE M ONTIER-EN- D ER , ed. D. Verhelst, *Adso Dervensis, Do Anticristo ao Anticristo* , Turnhout, 1976, p. 26 (trad. do autor).

13. Maomé, o Anticristo e a caricatura do Islã (a respeito da “estátua de Maomé”)

A. SEGUNDO FOUCHER DE CHARTRES

Foucher de Chartres, cronista da primeira cruzada, é um clérigo que foi acompanhado por Étienne de Blois. Ele então foi para o serviço de Balduíno de Bolonha, onde se tornou capelão em outubro de 1097. Demeuré na Terra Santa, escreveu por volta de 1105 e, apesar do mínimo conhecimento que podia ter do islamismo nessas regiões, reproduziu-o sobre Maomé e seu "ídolo" no templo dos pontífices que se espalharam para o Ocidente antes mesmo da primeira cruzada. Almas que ele não correu para a prisão de Jerusalém, em 1099: ele permaneceu em Edessa com Balduíno, tornando-se príncipe do condado de Edessa.

"Este Templo do Senhor, todos os sarracenos o tinham em grande veneração; Eles e eles fazem mais voluntariamente do que outros, de acordo com sua lei, suas invocações a um ídolo feito, em nome de Maomé [...], e eles não permitem que nenhum cristão entre. »

FOUCHER DE CHARTRES, *Historia Hierosolymitana*, I, 26, *Coleção de Historiadores das Cruzadas* (*RHC*), *Historiadores Ocidentais*, III, p. 355 e segs. H. Hagenmeyer, pág. 290 (trad. do autor).

B. SEGUNDO RAOUL DE CAEN

Raoul de Caen, cronista da primeira cruzada, não teve pressa em partir. Ele só chegou ao Oriente por volta de 1107 e, a serviço de Tancrède, filho de Bohémond de Tarente, tornou-se Príncipe de Antioquia, um dos senhores mais influentes da primeira cruzada. Embora não haja fatos relatados em sua crônica, Raoul de Caen fornece detalhes muito valiosos que ele entendeu serem da boca de Tancrède. Eles recitam, como outros cronistas e ainda mais do que aqueles que o fazem, diante de tudo o que se destina a glorificar o príncipe que os serve. Raoul de Caen escreveu em algum lugar um panegírico sobre Tancrède. Celui-ci foi provavelmente o primeiro a penetrar no "Templo de Salomão" (Mesquita de al-Aqsa), o que o pegou desprevenido. Raoul de Caen conta à sua maneira (ou na cela de Tancrède?) a cena, na forma de um poema que reflete as mentalidades dos atravessados. Faisão fi des realidades que existem há vários anos (uma mesquita em Jerusalém obviamente não contém nenhuma estátua de Maomé), Raoul de Caen prefere a esta realidade a imagem caricatural de um islamismo idólatra, bem estabelecido nas mentes ocidentais e que se tornou um lugar comum, veiculado por numerosos textos orientais e ocidentais e popularizado por canções populares. A suposta presença da estátua de Maomé nesta

mesquita, que o autor criou sobre as fundações do Templo de Salomão, permite-lhe revelar a "idolatria sarrasina" - mas esta é, notamos, uma arma de dois gumes, uma vez que a narrativa de Raoul implica que ele admite a presença da estátua se ela estiver ali com uma imagem de Cristo. Isso lhe permite assimilar ainda mais Maomé ao Anticristo usando suas reminiscências bíblicas e apocalípticas. As profecias anunciam que, nos “últimos tempos”, o Anticristo trovejará no templo de Deus e se fará passar por Deus (II Tessalonicenses 2, 1-4).

« Sobre um trono elevado foi colocada uma estátua de prata, que era cheia de glória e tinha seis braços fortes erguidos como um pente sobre a alma, ditos braços para o portador.

Como Tancredo percebeu isso, ele escreveu:

“Ah, juro! O que significa a presença desta estátua elevada neste lugar? O que esse ídolo faz? Por que essas pedras, por que esse ouro, por que esse ouro? (pois esta estátua de Maomé estava toda carregada de pedras e ouro, e toda resplandecente com ouro). Esta é a imagem de Marte ou a célula de Apolo? Era Cristo? Não encontramos aqui a insígnia de Cristo: nem cruz, nem coroa, nem clavícula ou lado faltando! Portanto, este não é Cristo! é bem sabido que o Anticristo foi o precursor, aquele Maomé depravado, aquele Maomé pernicioso! Ah, se você ainda estiver vivo, aquele que está por vir me destruirá ao mesmo tempo que os dois anticristos! Ah, escândalo! O abismo do abismo, a hoste de Plutão é o mestre da cidadela de Deus! Ele se tornou o Deus da obra de Salomão!

R AOUL DE C AEN , *Gesta Tancredi* , cap. 129, *RHC* , *Historiadores Ocidentais* , III, p. 695 (trad. do autor).

14. Apelo de Leão IV aos guerreiros franceses em 847, diversas promessas espirituais

Este texto é o primeiro a expressar claramente, no Ocidente cristão, a noção de recompensas espirituais concedidas aos guerreiros que estão prestes a morrer em batalha. Não é inútil salientar que esta promessa foi feita por um papa guerreiro francês chamado para defender os territórios ameaçados do patrimônio papal dos muçulmanos. A valorização do combate levado a cabo por estes guerreiros cristãos resulta da conjugação de três factores, alguns dos quais hereditários da antiguidade romana: a defesa da "Pátria", da alma e das populações (versão *A*). A versão *b* vai ainda mais abaixo porque a expedição de guerra forma uma companhia capaz de assegurar a saúde de sua alma ao guerreiro que está em processo de sua realização. Estamos, portanto, muito próximos da ideia de uma guerra que contribua para a remissão de penas. Esta é de fato uma das características constitutivas da guerra santa e, mais tarde, da cruzada. Esta versão *b* também afirma a existência de uma "Pátria dos Cristãos" designada pelo Cristianismo, conceito que, neste momento, de um modo geral, ainda não aparece claramente. Essa interpretação, portanto, parece um pouco prematura para a maioria dos historiadores. A conclusão não é certa, mas é melhor, por prudência, ter a versão original , *que* ainda é muito explícita. Ela afirma, com efeito, que o reino celestial será composto por aqueles que morrerem em uma luta violenta pela proteção da Roma papal, ameaçada pelos muçulmanos.

« Ao Exército Francês

Apoiados em todo o medo e em todo o terror, imponham-se valentemente contra os inimigos do inimigo santo e os adversários de toda a oposição.

Até agora, seus ancestrais garantiram a defesa pública; Eles são sempre vitoriosos, e ninguém que esteja na multidão pode vencê-los. Nunca entendemos o que eles estavam dizendo, na verdade, que eles são apenas uma única renda sem a glória da vitória.

Queremos reconhecer o amor de todos vocês, pois aqueles que morrerão fielmente em uma das batalhas desta guerra [...], os reinos celestiais não serão completamente rejeitados. »

A frase que convém é conhecida em duas formas. A primeira (versão *a*) foi adotada pelo editor da *Patrologia latina* (J.-P. Migne), a segunda (versão *b*) pelo resto da *Monumenta Germaniae Historica* .

para. « Com efeito, o Todo-Poderoso sabe que se um de vós morresse, morreria *pela verdade da vida, pela saúde da Pátria e pela defesa dos cristãos* . É por isso que ele receberá a recompensa mencionada como resultado. »

b. « Com efeito, o Todo-Poderoso sabe que se um de vós morresse, morreria *pela verdade da vida, pela saúde do seu amor e pela defesa da pátria cristã* . É por isso que ele receberá a recompensa mencionada como resultado. »

LEÃO IV, Carta I, « ad exercitum Francorum », Epistolae *et decreta* , *Patronologia latina* (*PL*), 115, col. 655-657, e *MGH* , Epistola 5, Karolini Aevi 3, Berlim, 1899, p. 601 (trad. do autor).

15. O sermão dos “milicianos da paz de Bourges” (1038)

Para combater os “violadores da paz”, isto é, essencialmente aqueles que pretendem estar atentos aos bens e propriedades eclesiásticas, a Igreja não se contenta com as armas espirituais do anátema, da excomunhão ou da proibição. Ela também recorre a armas materiais: está nas células que representam os protetores tradicionais dos estabelecimentos eclesiásticos (o rei, os guardiões e defensores das igrejas), está nas células das tropas enviadas através do território, uma espécie de milícia eclesiástica composta essencialmente por forças populares. Aimon de Bourges fornece um dos melhores (e mais raros) exemplos, particularmente interessante porque a introspecção exige o papel de serenidade de todos os homens que portam armas, assim como o do clero, portador das bandeiras eclesiásticas, e o dos santos padroeiros: esses dois elementos sacralizam a luta pela causa das igrejas.

«Ao mesmo tempo, Aimon, arcebispo de Bourges, queria estabelecer a paz em sua diocese por meio de um sermão. Ele convoca os bispos de sua província e, após nomear um conselho de seus apoiadores, obriga todos aqueles que estão lá há 15 anos ou mais a se submeterem ao seguinte compromisso: eles se oporão unanimemente a todos os violadores do acordo prescrito e nunca se retirarão e ainda serão presos com seus bens. Pelo contrário, se necessário, eles enfrentam os agressores e os confrontam com armas. Os próprios ministros do culto não estavam isentos: depois de serem colocados entre os municípios das bandeiras colocadas nos santuários do Senhor, eles marcharam com a multidão do povo contra os violadores da lei da paz.

[…]

Aqui está a declaração que o arquivista e outros bispos juram:

“Eu, Aimon, arcebispo de Bourges, pela graça de Deus, com todo o meu coração e com minha voz clara, prometo a Deus e aos seus santos observar o que é toda a minha alma, sem ambiguidade e sem reservas.

Eu luto resolutamente contra todos os invasores dos bens eclesiásticos, os instigadores da pilhagem, os opressores de moines, monials e clérigos, e todos aqueles que atacam nossa santa mãe da Igreja, até que cheguem ao arrependimento. Não me deixarei levar pela atração de presentes ou pela influência de pessoas que me são ligadas pelo sangue, para não me privar do caminho certo. Prometo marchar com todas as minhas forças contra aqueles que ousarem transgredir esses decretos e não ceder a eles de forma alguma, exceto que as tentativas de prevaricação são fatais.”

Tendo feito esta declaração solene sobre as relíquias de Etienne, o primeiro mártir de Cristo, ele então exortou os outros evangelistas a fazerem o mesmo, o que todos eles

fizeram, por unanimidade. Cada um deles, na sua diocese, uniu todos eles homens com quinze anos ou mais, e eles assumem o mesmo compromisso conhecido por eles. »

ANDRE DE FLEURY , *Miracula sancti Benedicti , livro* V , 1-5, ed. E. de Certain, Paris, 1858 (trad. do autor).

16. Como um padre da Abadia de Conques conheceu a guerra santa

Bernardo de Angers relatou, por volta de 1030, quando um antigo cavaleiro se tornou padre da abadia, mantendo seu equipamento de cavaleiro sob controle e usando-o contra os "saqueadores" da abadia. Ele trava uma batalha mais justa, mais santa e mais meritória do que a guerra contra os infiéis e é considerado perfeitamente digno de ganhar as palmas do martírio.

"Essa coisa, no mosteiro, não pode conter o inimigo guerreiro que a alma tem quando está no mundo: ela se volta contra os malfeitores. No dormitório, além de suas vestes monásticas, ele pendurou sua camisa na camisa, sua cota de malha, seu capacete, sua lança, sua lança e todo seu equipamento pronto para uso. Ele também tinha um cavalo de combate totalmente equipado no cofre. Quando ocorria um ataque de perseguidores e saqueadores, ele assumia o papel de defensor e também conduzia a expedição da trupe armada. Ele reviveu a coragem que se desvanecia, prometendo amargamente o triunfo da vitória ou a glória do martírio, afirmando até mesmo que era mais capaz de combater aqueles falsos cristãos que atacavam a lei cristã do que aqueles países que nunca conheceram a Deus. »

Não deixa de interessar o comentário do pequeno Bernardo de Angers, que relata estes fatos:

« […] É verdade que Gimon [este pequeno padre] carregava suas armas durante essas expedições de guerra. Mas se você examinar o assunto corretamente, entenderá que existem Santo Ainsi contribuiu muito mais para aumentar a glória da regra monástica do que para amá-la. Você não deve ter um jogo para ele, mas sim a intenção que o levaria a fazer isso. »

B ERNARD D' A NGERS , *Liber miraculorum sancte fidis* , I, 26, ed. A. Bouillet, Paris, 1897, pág. 66-67 (trad. do autor).

17. Os mártires de Civitate (1053)

Os guerreiros mortos pelo Papa na batalha de Civitate (1053) são considerados por seus partidários como tendo obtido a coroa do martírio. Vários autores, no século XI, escreveram o recitador. O próprio Papa Leão IX afirmou isso.

"Fui fortemente encorajado por nossos irmãos que lutavam por Deus em Pouille. Eu os vi de fato em nome dos mártires, e suas roupas tinham o esplendor do ouro. Todos seguravam os ramos de palmeira com flores impecáveis, e me disseram: “Venha, morra conosco, porque com você agora possuiremos esta glória.” E entendo que outra voz responderá: “Por três dias ele estará conosco, pois este lugar lhe foi destinado, e seu lugar foi deixado preparado para ele a nosso serviço.” »

S. LEO PAPA, PL, 143, col. 527 (trad. do autor).

18. Os “mártires” da Reforma Gregoriana

Os guerreiros da causa pontifícia são pelos “santos mártires”

Por volta de 1080, Berthold de Reichenau elogiou os personagens principais que estavam ansiosos para se juntar ao papado em sua luta contra os "hereges" e os "simonianos", termos que designam todos os que são do clero concubinato e aqueles que os apoiam, os opositores da palavra "gregoriana" reformada, mas também os partidários do imperador e todos aqueles que são refratários à autoridade papal. Essas características notáveis mostram o declínio da sacralidade alcançada pelos guerreiros que lutavam pela Igreja. O fato é que todos esses personagens querem fazer menos e são dissuadidos pelo papel que traduz a valorização do Estado laico e dos guerreiros quando entram para o serviço da Igreja Romana.

SOBRE DO CENSO

Berthold indica que Censius morreu em 1077: a alma que estava sendo traída (*por intrigas*); Ele havia, há muito tempo, confessado seus pecados no papel e decidido se "converter", deixar o mundo, viver uma vida perfeita, ou seja, fazer menos. O jornal o havia proibido formalmente (" *a obediência apostólica de todas as coisas é proibida"*), ordenando-lhe que atuasse em seu papel de prefeito de Roma para que, "armado com a espada de Deus", se tornasse um servidor da justiça, também um militante de Cristo. O personagem então faz um elogio ditirâmbico: ele era um adversário resoluto do roubo, condenando a rapina, punindo o sacrilégio e os inimigos de Deus, ameaçando assim o mal dos inimigos do mundo.

«Aquele que tem uma vida santa, marcha todos os dias da sua vida terrena como um valente soldado da milícia cristã, sem nenhuma força militar segundo a cadeira, mas pela justiça e pela vida; ele morre por um martírio triunfante. »

De fato, para Berthold, um dos muitos milagres está em seu túmulo, manifestando assim a santidade de sua vida e de sua luta. Ele chegou ao seu túmulo de três, que se revelou aos olhos de todos e era grande acima de Deus. Seus milagres foram reconhecidos no Sínodo de março de 1078 em Roma.

SOBRE D' E RLEMBAUD

O próprio Berthold também elogiou o guerreiro (*milhares*). Erlembaud, que, entre os inimigos da reforma gregoriana em Milão, "morreu pela justiça três anos antes".

"Ele também foi um orador famoso, um atleta de Deus muito capaz [*atleta de Deus* , expressão reservada apenas aos homens e clérigos, que também seria usada um pouco mais tarde para designar chefs transculturais como a Boêmia] sob o hábito do século, um restaurador da disciplina e da observância canônicas; Ele se opõe com tanto zelo por Deus aos nicolaítas e aos simonistas que estão em toda a Milão, que não permanece mais entre eles quem não foi corrigido ou convertido.

Mas os milaneses [apoiados pelo bispo "herético" de Milão] caíram de cabeça na tragédia dos cinco golpes deste famoso soldado de Deus [*Dei tyronem egregium*] lutando pela justiça e pela obediência deste mesmo senhor, o Papa Alexandre. Após sua morte, seu cadáver ficou ali por três dias, na praça da cidade: essas espadas intercederam de uma maneira desumana que lhe rendeu uma sepultura. Mas na terceira noite, uma luz celestial emana de seu corpo, tão intensa que aqueles que se encontram a mais de dez mil metros da cidade não temem que ela provoque um incêndio na cidade. Essa luz brilha em seu corpo por três horas.

[…] Entre as muitas pessoas que estão cientes de ver este prodígio, os irmãos, que foram previamente avisados durante o sono por visões deste assunto, aproximam-se com ousadia, apresentam seus corpos e, depois de terem completado os sacerdócios e o ofício requerido, retornam ao mosteiro do mártir São Celso em ação de graças a Deus e o ensinam. Desde então, ficou indubitavelmente provado, pelo testemunho de numerosos prodígios e milagres divinos, que este homem de Deus, um feroz lutador contra o desvio herético, era verdadeiramente amigo de Deus. »

BERTHOLD DE R EICHENAU , *Chronicon* , ed. GH Pertz, *MGH* , *Scriptores* , 5, p. 304-305 (trad. do autor).

19. Raoul Glaber e os pequenos mártires morreram em combate

Quantas vezes você colocou suas armas em primeiro lugar na luta contra os muçulmanos e obteve a coroa dos mártires?

O clero, e pelo menos o clero, não deve suportar o fardo nem derramar o sangue. No entanto, Raoul Glaber, um jovem clunisiano, acredita que em sua época, por volta de 1030, os jovens podiam pegar em armas contra os sarrasinos para defender seu país e os cristãos que ali viviam, e até mesmo obter o paraíso ainda tendo armas na cabeça, contrariando as regras de sua ordem.

«Mas então os sarracenos, liderados pelo seu rei chamado al-Mansour, emergiram da África e ocuparam quase toda a Espanha até a sua parte norte, nas fronteiras da Gália, e massacraram nomes cristãos. Guilherme, duque de Navarra, chamado Sanche, não hesitou em libertá-lo de várias batalhas, apesar de um exército inferior. Esse exército era tão fraco que os moines da região foram forçados a apreender as armas. Após a perda de Lourdes por ambos os lados, a vitória prevalecerá entre os cristãos, enquanto os sarracenos, depois de terem suportado essas punições, se espalharão para a África. Este longo pingente de guerra, com nomes religiosos cristãos, encontra a morte na batalha. Se eles estão decididos a lutar, é mais por amor aos irmãos do que por alguma busca por fama ou glória. »

Mais tarde, esses meses aparecem em um serviço memorial enquanto a missa pela morte do mártir São Maurício (um dos santos militares) era realizada. Ele pergunta o que eles são e explica qual foi o seu destino:

«Nós, todos os religiosos cristãos, estamos engajados na profissão [monástica]. Mas enquanto lutamos numa guerra contra os sarracenos para defender a nossa pátria e o povo católico, nós nos esforçamos para separar o corpo humano de nossos lugares de moradia. É por isso que a Providência divina faz com que todos nós continuemos a compartilhar a fortuna das coisas boas. Precisamos passar por este lugar hoje, porque muitas pessoas nesta região muito em breve serão como nós também. »

R AOUL G LABER , *Historiarum libri quinque* , ed. J. France, Oxford, 1989 (trad. do autor).

20. Urbain II, a reconquista e a cruzada

O Papa considera que a *reconquista* na Espanha tem o mesmo mérito, para os espanhóis, que a cruzada no Oriente. Os espanhóis também são convidados pelo jornal a lutar contra os sarracenos na Espanha.

« Assim como os *soldados* de outras terras resolveram unanimemente ir em auxílio da Igreja da Ásia e libertar seus irmãos da tirania dos sarracenos, assim também você, de acordo com nossas exortações, se forçará a ir à Igreja que está perto de você contra os agressores dos sarracenos. Nessa expedição, se alguém se apaixonasse por Deus e pelos seus irmãos, não o faria sem alcançar o perdão dos seus pecados e a vida eterna pela graça misericordiosa de Deus. Se um de vocês decidir ir para a Ásia, ele/ela ficará feliz em realizar seus desejos aqui. Pois não é de se admirar que seja para libertar os cristãos do sarraceno em estado de inimizade e para libertá-los da tirania e opressão sarracenas. »

U RBAIN II, Carta 20, *Epistolae et privilegia* , *PL* , 151, col. 302-303 (trad. do autor).

21. Caráter de guerra santa da conquista da Sicília pelos normandos, segundo Geoffroy Malaterra

O cavaleiro normando Geoffroy Malaterra relata, no final do século XI, a conquista da Sicília pelos cavaleiros normandos de Roger, irmão de Robert Guiscard. A mulher para esta conquista das cores da guerra santa. Assim, antes da batalha de Cerami (1063), os guerreiros normandos confessavam, aceitavam a penitência e perdoavam seus pecados, e então se recomendavam a Deus antes de se prepararem para a batalha. Diante do nome dos inimigos sarracenos, os normandos ficaram perturbados: Roger então lhes dirigiu um verdadeiro discurso de guerra santa inspirado no Antigo Testamento, no qual os chamou de "três valentes recrutas da milícia cristã" (*strong Christian militia pulls*): já que somos Marqueses da Cruz, e este povo adverso é inimigo de Deus, estamos à procura de seu socorro. E se ele está conosco, quem será contra nós? Malaterra então relata a derrota da batalha e a intervenção celestial:

"Ele teve que vasculhar esse discurso para lançar-se ao combate quando trouxe um cavaleiro de armas, esplêndido, cavalgando uma espada branca; Ele carrega uma lança ornamentada sob o topo de uma bandeira branca e ostenta uma cruz resplandecente. Ele avança até a frente do nosso exército, incitando-nos a entrar em combate. Ele próprio se lança contra nossos inimigos em uma carga furiosa, até o fim, mesmo onde eles eram mais notáveis. Assim, nossos corações, tocados por tal visão, alegres e cheios de lágrimas, correram para sua semente, elevando “Deus” e “São Jorge”. Há também aqueles que ficarão à mercê do desafio do conde, uma marca padrão de uma cruz, que não poderia ser concedida por uma pessoa, mas por Deus. »

G EOFFROY M ALATERRA , *De rebus gestis Rogerii Calabriae et Siciliae comitis et Roberti Guiscardi ducis fratris eius* , II, 33, ed. E. Pontieri, Bolonha, *Rerum italicarum scriptores* , V, 1, 1924, p. 44 (trad. do autor).

22. Planos de Gregório VII para uma cruzada em 1074

Urbain II não foi o primeiro a imaginar uma reconquista dos territórios cristãos, exceto a Palestina. Esta tarefa é confrontar o imperador e, em particular, o basileu grego de Constantinopla. Mas após o fracasso dos exércitos bizantinos em Mantzikert (1071), grande parte da Síria e da Baixa Ásia caiu sobre as cabeças dos turcos seljúcidas, novamente convertidos ao islamismo sunita. O Papa Gregório VII pediu então que se organizasse uma expedição militar para socorrer os bizantinos e salvar as populações cristãs do Oriente, que entre muitos mensageiros vindos dessas regiões se encontravam em grande perigo de serem massacradas pelos turcos. Notando uma certa inércia dos príncipes do Ocidente, o jornal escreveu a vários príncipes para que lhe enviassem soldados que o liderassem pessoalmente nessa expedição de reconquista dos territórios, até Jerusalém, até o túmulo de Cristo. Algumas dessas letras também são colocadas antes de promessas espirituais para aqueles que, lutando assim por Deus, colocam sua vida terrena em perigo, mas recebem em troca recompensas eternas.

Em todos esses pontos, Gregório VII anuncia Urbano II.

PARA . A ETERIA DU 1 ER MARTE 1074

«A todos os que desejam defender a fé cristã.

[…] Não basta, pela solicitude que lhes devemos, afligir-se com estes feitos; a caridade fraterna e o exemplo do nosso Redentor impõem-nos a tarefa de pôr em perigo a nossa vida para libertar os nossos irmãos. Assim como Ele deu a Sua vida por nós, nós também temos a obrigação de dar a nossa vida aos nossos irmãos. Por isso, da nossa parte, confiando na misericórdia e em todo o poder de Deus, estamos preparados e dispostos por todos os meios [*modis omnibus*] para aproximar o mais possível do Império Cristão, com a ajuda de Deus. »

G. RÉGOIRE VII, *Registrum* , 1, 49, *MGH* , *Epistolae selectae* , ed. E. Caspar, t. Eu, p. 75 (trad. do autor).

B . A ETERIA A PARTIR DE 7 DE DEZEMBRO DE 1074, ÀS O IMPERADOR H. ENRI IV

« […] Faço mais para saber por sua grandeza que os cristãos dos países ultramarinos – onde a maioria foi devastada de forma inaceitável pelos países e onde as populações cristãs estão a cada dia prestes a ser espancadas e exterminadas – envio uma delegação humilde e solidária exigindo que eu faça tudo o que estiver ao meu alcance para ajudar nossos irmãos, para que a religião cristã não desapareça completamente em nosso tempo (o que Deus não agrada!).

Quanto a mim, diante da maior dor, a ponto de desejar a morte — pois eu pessoalmente preferiria dar a minha vida por eles do que, como comandante, segundo a minha cátedra, a toda a humanidade, ao preço do seu abandono — apelo aos cristãos, exorto-os, incito-os, pressionando-os a pôr em perigo a sua vida pelos seus irmãos, na defesa da lei de Cristo, e assim manifestar num grande dia a nobreza dos filhos de Deus.

Creio, e também afirmo que, por inspiração de Deus, os italianos e os que vivem além dos Alpes acolhem este apelo e que mais de cinquenta mil homens se prepararão; Eles têm medo – se lhes for permitido ser o líder e pontífice nesta expedição de guerra – de marchar em armas contra os inimigos de Deus e, sob Sua orientação, chegar ao túmulo do Senhor. »

O papa confirma ainda sua intenção de ir pessoalmente ao Oriente para assumir a defesa dos cristãos, e pede conselho e contestação a Henrique IV, confiando em sua ausência à proteção da Igreja Romana:

« Mas como um grande design exige grandes conselhos e ajuda dos poderosos, peço-lhe seu conselho e sua ajuda, se você, por favor, me der. Se Deus me permitir empreender esta expedição, cabe a você (depois de Deus) conferir-me a Igreja Romana enquanto eu vou para lá com o apoio de Deus, para que você seja guardada como uma mãe santa e que seja protegida com honra. »

G. RÉGOIRE VII, *ibid.* , II, 31, pág. 165 (trad. do autor).

C. A ETERIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1074

«A todos os fiéis de Saint Pierre, especialmente aqueles que estão fora dos Alpes.

Acreditamos que vocês tenham tomado conhecimento da nossa vontade não expressa, por parte de São Pedro, a respeito da questão que ele deve levar aos nossos irmãos ultramarinos que habitam o império de Constantinopla, de que o próprio diabo deve se esforçar para escapar do mundo católico enquanto ele não cessa, pelas mãos daqueles que obedecem às suas leis, de matá-los todos os dias cruelmente como uma surra. Mas como o desejo de um mau juramento de boas disposições, ele tenta, se puder, opor-se para que eles [os cristãos do Oriente] não sejam libertados em favor da graça divina, e que nós [os cristãos do Ocidente que partiram nesta expedição] não sejamos sobrecarregados de ter nossas vidas dadas aos nossos irmãos. Portanto, pedimos, aconselhamos, convidamos, da parte de São Pedro, aqueles dentre vós que desejam defender a fé cristã e servir nos braços do rei celeste, a virem até nós segundo as instruções do portador desta carta, para que com eles, e com a ajuda de Deus, preparemos a viagem de todos aqueles que desejam cruzar o mar conosco em mente para defender a honra celeste, e que não temerão ver que são filhos de Deus. É por isso que, meus queridos irmãos, vós que, assim como estais aqui, correis grande perigo de lutar por bens materiais que não podeis conservar nem possuir sem

pentes, sois cada vez mais valentes para lutar por este pão e por esta glória que ultrapassa tudo o que podeis desejar. Por uma porção de prazer momentâneo, você pode ganhar recompensas eternas. »

G. RÉGOIRE VII, *ibid.* , II, 37, pág. 172-173 (trad. do autor).

23. Urbain II e a “cruzada”

Em 1095, Urbain II repreendeu um pouco antes o mesmo programa de Gregório VII em 1074-1075, mas insistiu no alvo das atenções: a libertação do Santo Sepulcro em Jerusalém. No entanto, esse tema tão mobilizador equipara uma expedição militar a uma peregrinação, o que corre o risco de incitar a viagem de muitas pessoas *desarmadas* , inaptas para o combate. Em uma carta de 7 de outubro de 1096, nas planícies de Vallombreuse, Urbain II especifica sua intenção: embora prescreva a remissão das penas, a expedição não é uma expedição comum, por definição aberta a todos: é pregar apenas aos guerreiros e, por escrito, aos religiosos, que devem servir a Cristo de todas as outras maneiras.

“Soubemos que alguns de vocês desejam se juntar aos guerreiros [*soldados*] que vêm a Jerusalém para libertar o cristianismo. A ofensa é justa, mas não é obra dele! Na verdade, no que nos diz respeito, estes são os guerreiros [*soldados*] cujos pensamentos foram mobilizados para esta expedição militar, para que com as suas armas possam suprimir a ferocidade dos Sarrasins e restituir a antiga liberdade dos cristãos. Não queremos que aqueles que deixaram o século e estão indo para a milícia espiritual peguem em armas, mesmo que estejam embarcando nessa jornada. Bem, mais: estamos proibidos de fazer isso. »

U RBAIN II, *Carta dos Moines de Vallombreuse* , ed. W. Wiederhold, *Estudos dos papas em Florença, Registros da Sociedade de Ciências em Göttingen* (Classe Filosofia-Hist.), Göttingen, 1901, p. 313 m^2 (trad. do autor).

24. A cruzada, durante a guerra santa e a peregrinação

A cruzada foi lançada pelo Papa Urbano II como uma expedição militar destinada a libertar os Lugares Santos (em particular o Santo Sepulcro, o primeiro lugar sagrado do cristianismo) e os Igrejas orientais da ocupação muçulmana que, embora tolerante consigo mesma, foi imposta pela conquista 450 anos antes. É uma guerra santa, mas também uma peregrinação pelo seu destino. Ao combinar esses dois aspectos, recupera também os respectivos privilégios e vantagens. O artigo provavelmente faz alusão, de forma menos óbvia ou implícita, a esses dois aspectos em seu discurso sobre Clermont. Estamos unidos por diversas relações, que claramente introduzem divergências. Foucher de Chartres, por exemplo, promove a utilidade e o valor moral dessas guerras, mas também insiste no perdão dos pecados e nas recompensas eternas prometidas àqueles que morreram durante a expedição. As cruzes, em seus mapas de partida (registrados, ignorados, pelos menos acostumados a relatar partidas em peregrinação), tendem a enfatizar esse aspecto da peregrinação com sua função penitenciária, mas algumas fontes também aludem claramente ao caráter muito guerreiro de sua expedição. Portanto, não se deve privilegiar um aspecto em detrimento do outro. A cruzada é uma guerra santa travada para libertar as Sagradas Escrituras do cristianismo, comparável, para o mundo cristão da época, ao que seria para os muçulmanos uma espécie de *jihad* que seria travada para repreender os infiéis às Sagradas Escrituras de Meca.

PARA . ELEMENTOS DU DISCURSOS D ' U RBAIN II SELON FOUR DAS CARTAS

Depois de relatar o avanço dos turcos, ainda vivos até os rios do Bósforo, tomando posse das terras dos cristãos e ameaçando ir ainda mais longe, destruindo as igrejas, saqueando o "reino de Deus" e reduzindo os cristãos à escravidão, o jornal convocou as ovelhas a persuadir os cavaleiros e os soldados, com suas pregações, a irem finalmente salvar os cristãos. Então alguns argumentos instigantes:

"É por isso que eu os exorto e apoio – não eu, mas Cristo!" –, como pastores de Cristo, para incitar fortemente, por meio de uma pregação renovada, a piedade dos cavaleiros, os pobres de riquezas, que são sua categoria, a se esforçarem para procurar os adoradores de Cristo em busca deste vil deleite das regiões habitadas por nossos irmãos. Eu digo aos que estão aqui presentes; Eu contarei para aqueles que não são. Mas é Cristo quem ordena isso.

Todos aqueles que ironizam e que estão prestes a perder a vida, que estão em viagem por terra ou mar, ou então lutando contra países, obtendo naquele momento a remissão dos seus pecados.

[…]

Então eles estão envolvidos em combate contra os infiéis - um combate que merece ser travado e que é chamado a ter sucesso - aqueles que, a menos que estejam abusivamente envolvidos em guerras privadas contra os fiéis! Que ainda se tornem cavaleiros de Cristo aqueles que só então se comportam como bandidos! Que continuam a lutar justamente contra os Bárbaros, aqueles que, defendendo-os, lutam contra os seus irmãos e os seus pais! Aqueles que, pelo menos, se tornam mercenários para ganhar algo sob seu comando, sempre ganharão recompensas eternas. Aqueles que foram justificados duplamente trabalharam por dupla honra, em detrimento do seu corpo e também da sua alma. Aqui, eles eram tristes e pobres: aqui, eles serão ricos e felizes. Aqui, eles eram inimigos de Deus; eles foram embora, eles se tornaram seus amigos. »

F OUCHER DE C HARTRES , *História Hierosolymitana* , I, 3, *RHC* , *Histórias ocidentais* , III, p. 324 (trad. do autor).

B . ELEMENTOS DU DISCURSOS D' U RBAIN II SEGUNDA B AUDRI DE BOURGUEIL

Baudri de Bourgueil, mais tarde bispo de Dol, estava presente em Clermont durante o discurso do Papa. Poeta refinado e precioso, ele se recompõe à sua maneira, num estilo ornamentado, pedante, às vezes pomposo, às vezes sombrio. Nesta passagem, Urbain II se dirige diretamente aos cavaleiros e opõe sua "malícia" ao exército de Cristo, uma oposição deixada diante de Anselmo e que Bernardo de Claraval repreende por sua causa.

"O que diremos então, irmãos?" Ouvi e entendei: vós outros, que sois cinturões da cavalaria [*militar*], vos gloriais com grande arrogância; vocês cortam em pedaços irmãos, vocês quebram! Esta não é certamente a cavalaria de Cristo [*militia Christi*], que exterminará a tropa do Redentor! O santo Uma igreja ao meu lado, para a proteção dos templos, uma cavalaria [*milícia*], mas você, você já transformou isso em infortúnio [*malícia*]. Para dizer a verdade (verdade que devemos ser entre os pastores), vocês não seguem todo o caminho que leva à saúde e à vida, vocês que são opressores de órfãos, destruidores de tristezas, assassinos, sacrilégios, saqueadores de bens alheios! Você é tocado por um soldado bandido para ter o sangue cristão restaurado! [...] Se quereis apoderar-vos das vossas almas, vesti o mais possível o cinturão de algum cavaleiro [*milícia*], ou então avançai com coragem para ter sucesso na vida futura em direção à igreja oriental, como cavaleiros de Cristo [*milites Christi*]. Isto é realmente o que lhe é proporcionado pelas alegrias da saúde completa [...].

Eis por que vos dissemos estas coisas, irmãos: para que vos livreis das vossas mentes assassinas, por causa da morte dos vossos irmãos; para que, pela proteção da Pátria, formem um exército cristão, um exército invencível, e que travem uma batalha decisiva por Jerusalém sob a liderança do nosso líder Jesus Cristo [...]. Para que possais atacar e derrotar os turcos que forem considerados mais perversos do que os judeus [os habitantes

de Jerusalém antes de sua conquista pelos judeus, segundo a Bíblia]. Para que você seja glorificado ao morrer por Cristo nesta cidade onde Cristo morreu por você. De resto, se chegares ao ponto de morrer, sabe que será o mesmo que morrer "no caminho" [*de certa forma:* como um soldado], se todo aquele que vê Cristo te encontrar dentro do seu exército [*milícia*]. »

BAUDRÍ DE BOURGUEIL , *História Hierosolymitana* , I, 4, RHC , Historiadores *ocultos* , IV, p. 14 (trad. do autor).

C . A EXPEDIÇÃO DE JERUSALÉS VUE PAR VOCÊ MOINE CRÔNICA GUIBERT DE NÃO - GÊNERO

A expedição é uma guerra santa e meritória recentemente instituída por Deus para permitir que os guerreiros vençam em um determinado meça sua saúde ao longo do século, sob o hábito militar, sem precisar ser humilde ou religioso.

"O que direi daqueles que estão divididos sem um senhor, sem um príncipe, sob o único impulso de Deus, não apenas de sua província natal, mas de seu reino real? [...] Falo-vos da recente e incomparável vitória da expedição de Jerusalém [...].

Se esses homens estivessem ansiosos para fazê-lo e tentar proteger a liberdade, ou defender o Estado [*para uma república defendida*], eles certamente seriam capazes de encontrar uma justificativa honrosa em sua ação; Na verdade, quando as incursões de nações ou países bárbaros aumentam, nenhum guerreiro [*milhares*] pode legitimamente recusar-se a pegar em armas. Apesar dessas circunstâncias, devemos admitir que ele já está lutando legitimamente apenas enquanto agita pela proteção da Santa Igreja. Mas como esta séria intenção hoje é abandonar todos os espíritos e possuir o desejo efeminado de envolver todos os corações, Deus instituiu em nossos dias as guerras santas [*prelia sancta*] para que a ordem dos cavaleiros [*ordo equestris*] e a massa errante do povo que, seguindo o exemplo dos países antigos, se aplica uns aos outros, encontrem uma parte de um novo gênero para merecer sua saúde, de tal tipo que não sejam mais obrigados, por assim dizer, até então, a reconhecer completamente o século para se converterem à vida monástica ou a qualquer outra profissão religiosa, mas que possam obter, até certo ponto, a graça de Deus, tudo isso preservando seu status e os hábitos relativos à sua atuação. »

GUIBERT DE NOGENT , *As façanhas dos Francos* , ed. RBC Huygens, CCCM, 127 A, Turnhout, 1996, pág. 87 (trad. do autor).

E. L E COMTE D' A NJOU FOULQUE O CERTO RESUMO EM CEI TERMOS VOCÊ DISCURSOS DE CRUZADA DU PAPEL PARA OS ANGERS

«Com a aproximação do cuidado, o Papa Romano Urbano veio a Angers e encorajou nosso povo a ir a Jerusalém para caçar os países que haviam ocupado a cidade e todo o território cristão até Constantinopla. »

F OULQUE LE RÉCHIN , Fragmentum *historiae Andegavensis* , ed. L. Halphen e R. Poupardin, *Crônica dos Condes de Anjou…* , Paris, 1913, p. 138 (trad. do autor).

E. CHARTE DE DEPARTAMENTO DE A TRAVESSIA (O PAPEL)

O preâmbulo de uma carta de Amanieus de Loubens, partindo para a primeira cruzada, evoca sua maneira de planejar a expedição. Embora o texto provavelmente tenha sido escrito mediante pagamento, ele não expressa nada menos que uma concepção muito belicosa dessa companhia pela libertação de Saint-Sepulcre.

« Um valente cavaleiro, chamado Amanieus de Loubens, foi inspirado pelo amor do Espírito Santo a abandonar sua herança e se tornar “o limite de Jerusalém”, a fim de atacar e destruir os adversários da religião cristã, e purificar o lugar onde o Senhor Jesus Cristo foi ferido para sofrer a morte pela redenção da humanidade. »

Cartulário do Priorado de Saint-Pierre de La Réole, ed. C. Grellet-Balguerie, *Arquivos Históricos da Gironda* , 5, 1863, n.º 100, § 93-96, p. 140 (trad. do autor).

25. O carisma dos pregadores populares. O exemplo de Pierre l'Ermite

A cruzada não foi liderada apenas por Urbain II até Clermont, mas pelo mesmo jornal em uma vasta viagem de propaganda no sul e centro da França, bem como na Itália. Ela também era pregada pelos bispos em suas respectivas dioceses (provavelmente representando os principais temas sugeridos pelo Papa, mas com certa latitude de expressão) e pelos pregadores populares mais ou menos "inspirados", cuja mensagem podia ser louvada de uma maneira tão considerável quanto os temas sugeridos pelo Papa. A pregação desses "inspirados" é muito mal concebida. Percebemos apenas os efeitos (os massacres dos judeus na Renânia, por exemplo) e a atmosfera de maravilha que os cerca: sinais celestes, milagres, prodígios, cartas caídas do céu, cruzes marcadas em cadeiras, canções, visões, etc. Esta atmosfera de maravilhoso é encontrado em toda a primeira cruzada. O clunissiano Guibert de Nogent, cujos escritos mostram que ele não se recusa a criticar, nos fornece um dos raríssimos testemunhos sobre Pierre l'Ermite. Ele provavelmente a conheceu alguns anos antes da cruzada e pintou um retrato ligeiramente lisonjeiro de seu caráter, visivelmente tingido de uma certa raiva irritante diante de seu sucesso popular. Ele não aprecia ao menos o charme excepcional de Pierre l'Ermite, charme que explica seu favor entre os defeitos, o nome dos "cruzados" que o seguiram e o papel importante que ele continuou a desempenhar até Jerusalém, apesar do massacre de suas tropas pelos turcos em Ciudad, antes mesmo da chegada dos barões a Constantinopla.

«Assim, como os príncipes, tendo necessidade de grandes recursos e dos serviços de uma comitiva renomada, se esforçam para vir com diligência e paciência, o menu do povo, onde os recursos são poucos, mas o nome muito alto, é atribuído a um certo Pierre, o Eremita, e ele lhe obedece como seu mestre, pelo menos até que as coisas mudem em nosso país. Este Pierre não estava, se não sei, na cidade de Amiens e tinha apenas uma vida solitária sob a habitação monástica, na qual não sei que região do norte da Gália. Ele tinha ido embora, não sei qual era a intenção dele. Nós vimos você agora viajando por cidades e vilas para visitar e explorar. Ele estava cercado por uma multidão tão grande de pessoas, repleto de tantas mulheres e honrado com tal reputação de santidade que, se bem me lembro, ninguém jamais teve tamanha honra. Ele parece ser muito generoso em comparação aos pobres, graças aos aumentos que lhe deram dados. Ele permitiu que mulheres prostituídas fossem honestas através do casamento, sem dar a elas nem um ponto; e onde quer que reinasse a discórdia, a paz e a harmonia eram restauradas com admirável autoridade. Tudo o que ele fez, tudo o que ele fez se assemelha a algo quase divino, mesmo que ele tenha sido arrastado para dentro de sua mula de pelos sob o disfarce

de relíquias. Reportamos isso não apenas porque é verdade, mas porque reflete a opinião popular, que adora o que é novo.

A pele carrega uma túnica de lã com capuz *cucullus:* cauda ; O nome de Anne Commène é «Pierre no Baú»; e então, um manto de pelos, mas nunca zurrados, e ele andava com os pés descalços. Ele come pouca dor, não come nada, mas se nutre de vinho e peixe. »

GUIBERT DE NOGENT , *As façanhas dos francos* , II, 8, ed. RBC Huygens, CCCM, 127 A, Turnhout, 1996, pág. 121 (trad. do autor).

26. A destruição de Saint-Sepulcre por al-Hakim, vista do Ocidente

Adémar de Chabannes, até antes de 1030, relatou à sua maneira a destruição do Santo Sepulcro por al-Hakim. É datado de 1010 (deveria ser datado de setembro de 1009) e é consequência de uma conspiração comum entre os judeus e os sarracenos que "denunciaram" o fatídico sultão de uma iminente intervenção armada dos franceses contra ele. Raoul Glaber conta a mesma história um pouco mais tarde. Esses dois textos mostram nada menos que emoção real no Ocidente e são todos sobre uma ligação, exceto na realidade, pelo menos em espírito, entre o Sepulcro e uma expedição armada. Mesmo que a origem da destruição do Sepulcro seja consequência da expedição sugerida, e não causa, a ideia de uma tal expedição com esse propósito não é de forma alguma evocada. Nisto, este texto prenuncia, se não a cruzada, pelo menos o estado de espírito que a precedeu, também imbuído de um certo antijudaísmo.

« Neste mesmo ano o túmulo do Senhor, em Jerusalém, foi destruído pelos judeus e sarracenos, na 3ª calenda de outubro do ano 1010 da sua encarnação. De fato, os judeus ocidentais e os sarracenos da Espanha enviaram cartas ao Oriente acusando os cristãos e anunciando que os franceses estavam reunindo exércitos para marchar contra os sarracenos do Oriente. Assim, Nabucodonosor da Babilônia, que os chamava de *Admirato* , ficou irritado com os concílios dos países, apesar de estarem sujeitos a uma grande perseguição pelos cristãos. ção: ele proclama uma lei segundo a qual todos os cristãos que vivem sob sua autoridade e que não sejam muçulmanos [lit.: Sarrasins] serão privados de seus bens ou de sua morte. Acontece que uma falta cristã indizível foi convertida à lei sarracena; mas não há nada digno de morrer por Cristo, se ele não for o patriarca de Jerusalém, que encontra a morte nos discípulos de toda sorte, e dois adolescentes, irmãos, que foram decapitados no Egito e que brilham com muitos milagres. A Igreja de São Jorge, que mesmo então nenhum Sarrasin conseguiu profanar, foi destruída naquele momento, assim como os nomes de outros santuários. E, por causa dos nossos pecados, a basílica do Sepulcro do Senhor foi arrasada até o sol. »

Para DÉMAR DE C HABANNES , *Chronicon* , III, 47, ed. P. Bourgain, R. Landes e G. Pon, CCCM, 129, Turnhout, 1999 (trad. do autor).

27. Palavras encíclicas de Sérgio IV (1011)

Esta encíclica foi apresentada como apócrifa pelos estudiosos do final do século XIX (Von Pflugk-Harttung, Riant, etc.) e admitida como tal pela maioria dos historiadores até uma data recente, confirmada a este respeito pelas obras de A. Gieysztor, "A encíclica de Sérgio IV", *Medievalia et Humanistica* , V, 1948, p. 3-23 ; VI, 1950, pág. 3-34, segundo o qual este texto foi composto em Moissac pelos soldados da cúria romana de Urbano II, durante a viagem de propaganda do Papa para a cruzada, em 1096. Mais recentemente (1991), a teoria da autenticidade básica deste documento foi apoiada com argumentos muito bons por H. M. Schaller, no artigo do qual extraímos este texto. Neste caso, este documento, se for autêntico, exprime, mesmo depois da destruição do túmulo, uma ideologia de guerra santa que anuncia o plano da cruzada de Gregório VII em 1074 e a cela de Urbano II, aos pés do seu objeto (o túmulo do Senhor), as promessas espirituais que são feitas aos combatentes, e a noção de "vingança" de Deus, atribuída a uma tradição relativa a Tito e Vespasiano, tradição bem conhecida na época e que é recordada por Odilon de Cluny um pouco mais tarde. Notas sobre passagem a menção muito interessante da profecia segundo a qual o Santo Sepulcro deixará de ser eternamente glorioso. Todo o colapso (e a razão ainda mais forte para sua destruição) do Sepulcro aparece então como uma "anomalia", um "erro", contrário à vontade de Deus, um emaranhado no curso premeditado da história e, ao mesmo tempo, um dever que merece ser retificado e punido.
No entanto, se o documento for apócrifo e for resultado de uma iniciativa de Curie para monitorar a cruzada, ele não reconhecerá mais a portabilidade e a eficácia desses mesmos temas. O relógio também nos lembra que a memória da destruição do Santo Sepulcro foi encenada, um século depois, principalmente mobilizada por aqueles que usaram esse tema para forçar os guerreiros a partirem para Jerusalém. Soulignons também estabeleceu o elo lógico pelo documento entre o Sepulcro, um lugar de santuário que proporciona saúde, e o empreendimento bélico destinado a restaurá-lo, e da mesma forma restaurar esse caminho de saúde desempenhou um papel indispensável na mentalidade religiosa da época.

« 2. Até estes últimos tempos, muitos irmãos, guiados pelo amor de Cristo, procuraram conservar o lugar, mesmo que lhe faltassem os pés, e venerar o Monte do Calvário, pelo qual fomos salvos por aquilo que o sustentava, e também o Monte das Oliveiras; Eles estão especialmente cheios de profunda devoção ao Sepulcro onde seus corpos repousam, e deixaram sua terra natal, tornando-se estrangeiros para ir a Jerusalém, expondo-se assim à fadiga, às aflições, a muitos olhos, na escuridão, no sono, no frio e nus, como Paulo, o Grande. Eles não deixaram de seguir os passos de Jesus Cristo, abandonando seus bens temporários, para tomar Sua Cruz, a fim de se tornarem seus discípulos e tomarem o

caminho seguindo Cristo, carregando Sua Cruz, como lhes foi prescrito. Cristo nos confiou seu túmulo para os penitentes e para obter o reino celestial.

3. Abrimos as portas ao conhecimento de todos os cristãos desta novidade, um novo adepto da nossa sede apostólica, originário das regiões orientais: o Santo Sepulcro do nosso Redentor, Nosso Senhor Jesus Cristo, foi profundamente destruído em batalha pelas mãos ímpias dos países! Por causa dessa destruição, a igreja universal, toda a cidade de Roma, ficou perturbada e mergulhou em grande consternação. nação. Essa consternação se espalhou por toda a terra, onde os povos lamentam e gemem. De minha parte, louvarei o sono dos meus pobres e colocarei meu coração nos cabelos, porque nunca soube, nem pelos escritos dos profetas, nem pelos olhos do salmista, nem pelos olhos de qualquer doutor, que o túmulo do Redentor está destinado à destruição. Pelo contrário, deve subsistir até ao fim [dos tempos], conforme o que lhe revela o profeta nestes termos: “E a sua sepultura será gloriosa por toda a eternidade”.

4. Que saibamos, portanto, a intenção cristã que está aqui: eu mesmo formei este projeto, se o Senhor quiser, de embarcar pessoalmente para deixar os rios marítimos em companhia de todos os romanos, italianos, toscanos ou outros cristãos de qualquer região que deva partir conosco, para nos liderar juntos contra o povo de Agarwal, com a ajuda do Senhor, na intenção de todos os mortos. Quero restaurar o Santo Sepulcro do Redentor em sua integridade.

5. Meus filhos, não deixem que o clamor do mar os aflija, nem que a fúria da batalha os aterrorize, pois a promessa divina é: aquele que, por Cristo, perder sua vida terrena, encontrará outra vida que nunca terá fim. Esta guerra não é travada por um reino miserável, mas pela prosperidade eterna. Cabe a nós tomar a iniciativa, mas a vingança pertence ao Senhor. Somos chamados a atravessar apenas este século em que vivemos. Lutamos então contra os inimigos de Deus, para merecer encontrá-lo no céu.

[…]

Venham, meus filhos, defendam a Deus e assim conquistem o governo eterno. Espero, creio, ainda creio que, pelo poder sempre em movimento de nosso Senhor Jesus Cristo, a vitória será nossa, como se fosse um advento nos dias de Tito e Vespasiano, que vingaram a morte do Filho de Deus e não receberam o batismo, mas que, após sua vitória, receberiam o título de Imperador dos Romanos e obteriam o perdão [*indulgência*] de seus pecados. E nós, se fizermos isso da mesma forma, obteremos a vida eterna sem nenhuma dúvida. »

SERGIO IV , Encíclica da Cruzada, ed. H. M. Schaller, "Sobre o Secretário da Cruz de Sérgio IV", *Papa, Igreja e Direito na Região Central* , Tübingen, 1991, p. 150-153 (trad. do autor).

28. Carta de Gerbert d'Aurillac (984): Jerusalém chama à terra seca

Esta carta foi escrita por Jadis, tortuosa, ao Papa Sérgio IV, pois se refere aos temas da encíclica precedente atribuída, tortuosa ou por razão, a este papa, em reação à destruição de Saint-Sepulcre pelo Califa al-Hakim, em 1009. Seu editor mais recente, P. Riché, é perfeitamente autêntico e data de 984. Foi aparentemente solicitada por Garin de Cuxa, que realizou uma peregrinação à Terra Santa em 985. Em todo caso, a carta não pode ser vinculada à destruição do ano de 1009. Na verdade, não estamos autorizados a identificá-la como « "desastre" mencionado por Gerbert sobre a destruição de Saint-Sepulcre. A questão é, por sua vez, de um certo abandono dos Lugares Santos, que os leva às suas próprias dificuldades, e que também têm alguns testemunhos. Esta carta não está de forma alguma muito interessada na história da formação da ideia da cruzada. Aqui encontramos muitos temas que foram repetidos na encíclica de Sérgio IV aqui reproduzida (em particular a comunidade se refere ao túmulo de Cristo que, segundo a profecia, deve se tornar eternamente glorioso) e pelo Papa Urbano II em seus discursos e em suas cartas. Além da ênfase na reverência e assistência que é devida por toda a igreja à igreja mãe, como Jerusalém, e na promessa de remissão de penalidades para aqueles que se esforçam para apoiar as Sagradas Escrituras, a carta de Gerbert deixa um verdadeiro "tom de cruzada", tanto em seu vocabulário (o apelo aos *soldados de Cristo*) quanto em seu apelo a uma ação de obtenção de uma ordem militar ou, por omissão (já que tal ação evocada não parece realmente visível ao autor), à assistência psicológica e financeira. Soulignons em passagem as três formas de ações previstas, que são aqui testadas pelos três termos que designam o dever de assistência vassala: *servitium* (serviço militar, *ost*), *consilium* (conselho, assistência e *auxílio* jurídico, judicial e solidário (assistência financeira).

« Em nome da devastada Jerusalém, à Igreja universal

A igreja que está em Jerusalém é a igreja universal que comanda os cetros dos reis.

Como estás de boa saúde, ó esposa imaculada de Deus - da qual confesso que és um dos membros - tenho a grande esperança de te aliviar graças à minha cabeça deixada quase quebrada. Por que não conto com você, que é a dona de tudo? Se me reconheceis por vossa causa, quem, pois, ainda que os tenhais, me estimará e não se preocupará com o infame desastre que me foi infligido, a ponto de me tornar como algo sem importância? Mesmo que eu seja derrotado hoje, o universo não me tenta menos na maior parte do tempo. Pois é comigo que os profetas cederam aos seus oráculos e que os patriarcas se manifestaram; É de mim que os Apôtres, essas luzes brilhantes do mundo, fazem parte de mim; Foi aqui que o mundo descobriu sua origem em Cristo, onde eu encontrei seu Redentor. Na verdade, mesmo que ele seja apresentado por sua divindade, é porque em sua humanidade ele não é,

amparado e ensinado, é porque ele foi criado mesmo às cegas. E, no entanto, enquanto o profeta disse: “a tua sepultura será gloriosa”, o Diabo tenta privá-lo dessa glória através da multidão de países que devastam os lugares santos [*paganis sancta loca subvertentibus*]. Então me levante, soldado de Cristo [*portanto, conheça milhares de Cristos*]. Vistam-se com uniformes e lutem comigo; e já que não podeis vir a mim para cuidar das armas, fazeis isso por meio de vosso conselho e da ajuda de vossa riqueza [*isto significa obrigar, e que não há braço, conselho e ajuda de vós*]. De resto, o que é que você dá e a quem você dá? Uma parte muito pequena, porém, não é do seu grande valor; e vocês são dádivas do celestial que lhes deu gratuitamente tudo o que vocês possuem, e que não aceita isso sem gratidão. De fato, ele se multiplicou aqui e recompensou vocês no mundo vindouro; por meu intermédio, Ele te abençoa para que você possa atravessar em abundância, e Ele te envia seus pecados para que você possa viver e reinar com Ele. »

GERBERT D'AURILLAC , *Correspondência* , Carta nº 28, ed. P. Riché e J.-P. Callu, Paris, 1993, p. 59-61 (trad. do autor).

29. A codificação da *jihad* no século X

Ibn Ali Zayd al-Qayrawani retornou a Kairouan, no século X, com sua *Risala* (Epístola), um tratado sobre *a jihad* , onde estabeleceu as regras inspirado na escola malikita fundada por Malik ibn Anas. Ele estabelece as condições impostas pela *jihad* , as precauções que devem ser tomadas e os métodos que devem ser empregados ou que são legais em seu cumprimento.

« *A jihad* é uma obrigação de instituição divina. Elas são cumpridas por alguns, mas não por outros. Para nós, malikitas, é preferível não iniciar hostilidades com o inimigo antes de apelar para abraçar a religião de Alá, a menos que o inimigo tome a ofensiva. Uma de duas coisas: ou eles se convertiam ao islamismo, ou se submetiam à capitulação [*jizya*], mas, por sua vez, lutavam na guerra. A *jizya* não é aceita por aqueles que estão em um território onde os impostos podem ser aplicados. Se eles estiverem sujeitos à nossa atenção, não aceitaremos a *jizya* que eles pagam em nosso território. Mas, da parte deles, a guerra irá eclodir.

Enfrentar o inimigo é um pecado mortal, se suas forças forem duas vezes maiores que os combatentes muçulmanos. Mas se o inimigo tiver forças superiores às nossas, não seria inconveniente acender o fogo.

Devemos lutar contra o inimigo sem tentar descobrir se estamos lutando sob as ordens de um líder piedoso ou depravado.

Não há problema em matar os prisioneiros de raça branca não árabes que já estão lá. Mas você não deveria estar sozinho depois de ter me amado *[* salvar]. Não devemos violar os compromissos assumidos com eles. Em hipótese alguma nem mulheres nem adolescentes. Você evitará matar os animais e os rabinos, a menos que eles estejam lutando. A mulher também será morta se participar da luta. »

I BN A LI Z AYD AL- Q AYRAWANI , *La Risala* , cap. 30ª edição. L. Bercher, Argel, 1952, pág. 163 ; texto traduzido para P. Riché e G. Tate, *Textos e Documentos da História da Idade Média (Séculos V - X)' t* . Português II, Paris, 1974, pág. 549.

30. Renascimento da *jihad* na Espanha por volta de 1085

Incapazes de lutar eficazmente contra os reis cristãos do Norte (em particular Afonso de Leão-Castela), que aceleravam a *reconquista* , os reis muçulmanos do sul de al-Andalus resignaram-se a apelar a Yûsuf, o soberano almorávida do Magrebe, para pôr fim à guerra santa.

"O Senhor dos Muçulmanos concorda conosco em um plano, em nome do Senhor, para se juntar a nós em nossos esforços para combater os cristãos com sua concorrência, e ele próprio não está envolvido de forma alguma em se imergir nos assuntos de nossos respectivos principados e de forma alguma em detectar as sugestões dos responsáveis pelas desordens [...]. Quanto a mim, estou disposto a juntar-me a ele, satisfeito com o andamento dos acontecimentos e afetado pela guerra santa, que consigo reunir em prata e em tropas [...]. Para este último, corria pelo país a notícia de que os Almorávidas eram um povo perverso, que vinha para garantir o Paraíso na vida futura e que praticava a justiça. Propomo-nos a contribuir todos os anos, com o nosso povo e os nossos bens, para a guerra santa com o espelho. Aqueles de nós que sobreviverem serão cobertos de glória, à sombra de sua proteção; aqueles que sofreram foram martirizados por isso. »

A BD'ALLAH , *Memórias de Abd'allah, último rei de Granada* , ed. e trans. E. Lévi-Provençal, *Al-Andalus* , IV, 1936-1939, p. 74-75.

31. Tratado de Damasco sobre *a jihad* (1105)

A captura de Jerusalém pelas Cruzadas (1099) foi facilitada pelas rivalidades entre os príncipes muçulmanos da Síria de um lado, os muçulmanos sunitas (turcos em particular) e os xiitas do outro lado. A conquista cristã revela por um tempo (pelo menos em certas circunstâncias) a noção de *jihad* , imersa no sono. O autor deste tratado, as-Sulamî, publicou sua obra, um apelo à guerra santa, em várias mesquitas de Damas, em 1105. Ela foi concluída no ano seguinte. O apelo deles não parece ter tido grande sucesso. Este livro é de grande interesse pelas justificativas que ele dá para *a jihad* , pela sua importância em relação a Jerusalém e aos profetas que são relevantes, e também pelos esclarecimentos que ele traz sobre a percepção da cruzada pelos muçulmanos: para al-Sulamî, a cruzada nada mais é do que uma " *jihad cristã* ", que chegará ao fim por causa das palavras do Profeta que anunciará a vitória final e definitiva dos muçulmanos antes do Fim dos Tempos. Os muçulmanos têm, portanto, a vitória garantida e devem se envolver nessa batalha para obter as recompensas prometidas àqueles que travam *a jihad* e para evitar a doença ameaçadora daqueles que desafiam as ordens de Deus.

« Em nome de Alá, o Clemente e o Misericordioso.

O apóstolo de Allah diz: "O califado quebra os coraítas, a autoridade dos Ansar, o apelo [ao Islã] aos abissínios; "quanto à imigração e à guerra santa, eles estão envolvidos na luta contra os muçulmanos." Essas propostas, "a guerra santa que afeta os muçulmanos", são um aviso claro de que *a jihad* afeta todos os muçulmanos e, se afetar a todos, durará até o Dia da Ressurreição.

[...] Quanto ao " *consenso omnipotenciário"* [*igmâ*], os quatro [primeiros] califas, embora todos companheiros [de Maomé], estejam de acordo, após a morte do Profeta, que *a jihad* é o destino de todos. De fato, nenhum dos quatro é negligenciado durante seu reinado, exemplo seguido pelos paquímetros subsequentes ao longo da rota. Todos os anos, o soberano realiza pessoalmente incursões [contra o território infiel] ou encarrega um deles de é isso. As coisas continuam assim até que uma certa qualidade é negligenciada em razão de sua fraqueza. »

O autor explica então as consequências nefastas dessa interrupção da *jihad:* os muçulmanos se colocaram uns contra os outros, e os infiéis (os cristãos) tentaram conquistar seus territórios, na Sicília (a conquista da Sicília pelos normandos se situa entre 1062 e 1091), depois na Espanha (a *reconquista cristã* termina em Toledo em 1085, em Valência em 1094, mas recua momentaneamente diante das tropas almorávidas, das quais o autor não fala), e finalmente na Síria (após o sucesso da primeira cruzada e a captura de Jerusalém em 1099). Ele compara completamente a reconquista cristã no Ocidente e no

Oriente à *jihad muçulmana* , incitando os muçulmanos da região a se engajarem na guerra santa, lembrando-os de que é uma obrigação de todos amar seus corações e as promessas de recompensas às quais estão apegados.

"Um grupo [de infiéis] atacou a improvisada ilha da Sicília, tentando tirar proveito das diferenças e conflitos [que estavam ocorrendo]; desta forma [os infiéis] também separam uma cidade da outra na Espanha. Quando a informação é confirmada, uma das outras é sobre a situação perturbada neste país [Síria], onde os soberanos estão enojados e lutando, eles estão determinados a desaparecer. E Jerusalém era a batalha dos seus desejos.

Ao examinar o país de As-Sam [Síria], eles observam que os Estados Unidos e os Estados Unidos estão em desacordo uns com os outros, suas visões divergem e seus relacionamentos se baseiam em desejos latentes de vingança. A sua ânsia deveria ser fortalecida, encorajando-os a aplicar [o ataque]. Na verdade, eles ainda continuam a travar *a jihad* contra os muçulmanos; aqueles que em vingança pela falta de energia e espírito de unidade na guerra, cada um tenta deixar esse vazio para os outros. Assim, [os franceses] começaram a conquistar territórios muito maiores do que aqueles sem sua intenção, exterminando e degradando seus habitantes. Neste momento, eles tentarão expandir seu empreendimento; Sua ganância anseia incessantemente em medida, ou eles desejam constantemente seus inimigos que se contentam em viver ao ar livre do perigo. Ainda que ainda esperem com certeza tornar-se senhores de todo o país e fazê-lo aprisionando os habitantes. Reze a Deus para que, em sua boa fé, ele frustre suas esperanças de restaurar a unidade da Comunidade. Ele está perto e realiza seus desejos. »

O autor então cita os princípios teóricos da *jihad* para justificar a obrigação da *jihad* , incluindo aqueles de Abu Hamid al-Ghazali (1058-1111), um teólogo e jurista que ensinou em Bagdá e permaneceu em Damasco depois de 1094, onde nosso autor pode encontrá-lo novamente.

« Como disse Safi'i: "A obrigação mínima do chefe da Comunidade é fazer uma incursão no Infiel, e também em suas tropas, de acordo com o interesse do Islã, para que a *jihad* não seja abandonada por um ano inteiro, sem uma razão imperativa." E o acréscimo: "Se as tropas mobilizadas não forem capazes de assegurar a execução de uma ação satisfatória, o dever [de combater o Infiel] se imporá, após a instrução de Allah Altíssimo, a todos aqueles que permanecerem acima."

Ele sabia que, se necessário, a guerra santa se tornaria uma questão de obrigação pessoal, como acontece atualmente ou como essas tropas teriam improvisado em solo muçulmano.

Abu Hamid Muhammad n. Muhammad al-Ghazzali disse: "Mesmo que nenhum ataque tenha sido realizado, todos os muçulmanos, livres, responsáveis por suas ações e capazes

de portar armas, devem se dirigir [contra o inimigo] até que tenham força suficiente para travar a guerra; Esta guerra é travada para exaltar a Palavra de Allah, para triunfar sobre a religião sobre seus inimigos, os politeístas, para ganhar a recompensa celestial que Allah e Seus Macacos propõem àqueles que lutam pela causa de Deus, e para proteger o bem [dos infiéis] de suas mulheres e seus enganadores." A razão é que *a jihad* constitui uma obrigação coletiva, tanto que a comunidade [muçulmana] que faz fronteira com a nação pode usar suas próprias forças para lutar [contra os infiéis] e escapar do perigo. Mas se esta comunidade for demasiado fraca para manter o inimigo sob controlo, a dívida é estendida ao [Muçulmano] encontra o mais próximo, como-Sâm [Síria], por exemplo [...]. Eles não estão sujeitos a esta obrigação, exceto aqueles que tenham fundamento legal para isenção, por estarem gravemente feridos. Precisaremos desses motivos mais fracos.

[...]

O Alcorão, a Tradição e a unanimidade dos doutores da Lei, todos concordam, provaram-nos que a guerra santa é uma obrigação coletiva quando é agressiva, e que se torna uma obrigação pessoal nos casos específicos em questão. Assim, fica estabelecido que a luta contra esses grupos deve ser necessariamente travada por todos os muçulmanos que sejam capazes disso, a fim de conhecer aqueles que não estejam gravemente doentes ou crônicos, nem sofrendo de alguma deficiência ou fraqueza decorrente da velhice. Todo muçulmano não tem desculpas, seja rico ou pobre e [mesmo] filho de pais [vivos] ou devedor, deve se engajar contra eles e correr para evitar as consequências perigosas de náuseas e diarreia, que são apertadas. Entretanto, o inimigo é muito pequeno e sua força vem de uma grande distância, enquanto os soberanos dos países [muçulmanos] vizinhos [podem] entrar e se levantar contra ele.

Aplique-se para cumprir o preceito da guerra santa! Por favor, ajude-nos a proteger sua religião e seus irmãos! Que esta oportunidade aconteça para o Infiel, esta incursão que não requer um grande esforço e que Allah preparou para você! É um paraíso que Deus faz bem perto de você, um bem deste mundo para possuir a vida, uma glória que durará por longos anos. Tome cuidado para não perder esta ocasião, por medo de que Alá, na vida futura, o condene às chamas, às chamas do inferno. »

O autor insiste então na importância de Jerusalém, recentemente levantada pelos cristãos, e cita palavras proféticas sobre a *jihad* dos muçulmanos da região, que triunfará em Jerusalém até o fim dos tempos e matará os muçulmanos até Constantinopla. A conquista dos cristãos é, portanto, provisória. Ela foi anunciada pelos escritos proféticos muçulmanos, acrescentou- t-il. Esta declaração reúne tradições que também incluíam cronistas cristãos da cruzada, tanto ocidentais, sírios e armênios. Mas o islamismo triunfa sobre os infiéis: os muçulmanos devem, portanto, continuar a se envolver na *jihad* para participar desta vitória final que lhes trará grandes recompensas. Notemos os numerosos

traços de semelhança neste ponto, em particular na perspectiva escatológica da luta por Jerusalém, entre essas tradições muçulmanas e as tradições cristãs que relatamos nas páginas anteriores.

« O Apóstolo de Deus disse: “Uma parte da minha Comunidade nunca deixará de lutar e de desaparecer pela causa da verdadeira religião até o fim do dia; nenhuma deserção os tornará inutilizáveis.”

Segundo uma tradição, que me parece ter em minha posse sua cadeia de fiadores, essas tropas são dos sírios. Segundo outra tradição, os habitantes de Jerusalém se agitam e seus conflitos se agravam.

Aqui está a prova de que [Jerusalém] retornará aos fundamentos do Islã, e que uma comunidade [de crentes] cujos atributos serão estabelecidos até o fim do dia. Essa tradição é autêntica.

Entendemos um *hadith* que diz: "Os bizantinos [*ar-Rum] se separarão de Jerusalém por um certo* período e os muçulmanos se reunirão contra eles, expulsarão-os desta cidade e lutarão contra eles pelo resto". Assim, eles poderão seguir os sobreviventes a caminho de Constantinopla. Este *hadith* é certo. Se assim for, é evidente que esta comunidade, guerreando e triunfando pela Fé, é a mesma que, graças à assistência celestial, deve caçar [os infiéis] de Jerusalém e do resto do território [muçulmano], a mesma que também ficará presa em Constantinopla. Então, lance-se nessa guerra santa: pode ser que vocês sejam aqueles que estão destinados a obter o mérito dessa imensa conquista, aqueles que continuarão a escolher essa nobre mentira.

A S- S ULAMÎ , *Incitação à guerra santa…* , ed. e trans. E. Sivan, «A Génese da Contra-Cruzada: Uma Tragédia Damascena do Início do Século XII », *Journal Asiatique* , 1966, p. 214-220, *passim* .

---

1. Essas duas palavras "go, messire" foram consideradas mal interpretadas na tradução citada, o que obscurece o significado. Devolvi-os aqui graças a Marianne Tsioli, bibliotecária da BPU de Genebra, pela qual sou grato.

Cronologia

Versículo 33	Morte de Jesus em Jerusalém
70	Captura de Jerusalém por Tito. Destruição do Templo
133	Expulsão dos judeus da Judeia
176-180	Perseguição de cristãos sob Marc Aurèle
249-251	Perseguição aos cristãos sob a décima
303-311	Perseguição sob Diocleciano e seus sucessores. Muitos mártires
312	Batalha da Ponte Milvius. A « Conversão » de Constantino
313	«Edit of Milan» autoria do cristianismo
314	O Concílio de Arles excomungou aqueles que se recusaram a pegar em armas
325	Concílio de Nicéia: definição do credo, confissão de fé
392	Théodore proíbe o paganismo
410	Saco de Roma por Alaric
413-426	Santo Agostinho restaura *a Cidade de Deus*
476	Fim do Império Romano no Ocidente
481-751	Dinastia Merovíngia na Gália
507	Clovis vence os visigodos em Vouillé
612	Primeiras revelações de Muhammad (Maomé)
614	Revolta de cristãos contra judeus e persas em Jerusalém
622	A Hégira, o exílio em Médine, um eu do calendário muçulmano
624	Batalha de Badr: a primeira grande vitória de Maomé
628	Vitória de Heráclio sobre os persas de Chosroês
630	O retorno dos cristãos e da verdadeira cruz a Jerusalém
630	A captura de Meca por Maomé
632	Morte do Profeta Muhammad (Maomé) em Médine
638	Prisão de Jerusalém por muçulmanos
640	Conquista do Egito pelos muçulmanos
657	A Batalha de Siffin: Os Primeiros Cismas Dentro da *Umma*
661-750	Dinastia Omíada (capital Damasco)
680	Batalha de Kerbela. Déficit dos xiitas, morte de Hussein
698	Prisão de Kairouan para muçulmanos
711	Tropas árabes-berberes invadem a Espanha
718	Os muçulmanos estão descansando diante de Constantinopla
720	Resistência dos cristãos nas Astúrias
721	Eudes d'Aquitaine vence os muçulmanos em frente a Toulouse
732	Charles Martel venceu os árabes em Poitiers (Moussais)
739	Gregório III, o apelante Carlos Martel, contra os lombardos
750-1258	Dinastia Abássida (capital Bagdá)
751-887	Dinastia Carolíngia no Ocidente
751	O golpe de estado de Pepino o Breve reservado pelo jornal
754	Vista de Ponthion entre Pépin e Étienne II
754-756	As campanhas de Pepino contra os lombardos
	Formação do "Patrimônio de Saint Pierre"
756-1031	Dinastia Omíada da Espanha (capital Córdoba)

778	O interior de Carlos Magno na Espanha: Roncesvales
785	Primeiros "capturadores" saxões: batismo ou morte
800	Coroa Imperial de Carlos Magno em Roma
801	Os cristãos representam Barcelona
841	Os normandos incendiaram Rouen
845	Os normandos incendiaram Paris
846	Criado em Roma por muçulmanos.
847	Apelo de Leão IV. Primeiras recompensas espirituais para os guerreiros cristãos
850	Conquista da Córsega pelos muçulmanos
850-858	O caso dos mártires de Córdoba
869	Morte de al-Bukhâri, autor de uma vida de Maomé
879	Apelo de João VIII aos franceses. Promessas espirituais
885	Cerco de Paris pelos normandos (Abbon de Fleury)
911	Um ducado (Normandia) é concedido aos normandos
910-1171	Dinastia xiita fatímida no Magrebe, como no Egito
955	Otto I lutou contra os cogumelos em Lechfeld
962	Otto I é coroado imperador
972	Os muçulmanos deixam La Garde-Freinet na Provença (les Maures)
975	Sínodo de Laprades: primeiro "concílio de paz" (?)
989	Conselho de Charroux para a “paz de Deus”
983	Guilherme, o Libertador, caça os Maures da Provença
990	Conselho de Puy para a “paz de Deus”
997	Al-Mansour incendeia Saint-Jacques-de-Compostelle
1000	Etienne, primeiro rei cristão da Hungria
1009	Destruição da Igreja de Saint-Sepulcre por al-Hakim
1025	Boleslau, primeiro rei cristão da Polônia
1027	Conselho de Elne (Paz e Força de Deus)
1031	Concílio de Limoges (paz de Deus)
1031	Fim da unidade omíada na Espanha: as *taifas*
1030	Morte do Rei Olaf da Noruega. Milagres em seu túmulo
1038	Sermão de "paz" da milícia de Bourges
1053	Batalha de Civitate. O jornal diz que seus mortos são "mártires"
1056	Ruptura entre as igrejas de Roma e Constantinopla
1059	Robert Guiscard torna-se vassalo do Papa
1063	Batalha de Cerami. Reconquista Cristã da Sicília
1064-1065	Prisão, então perdida de Barbastro pelos cristãos
1066	O duque normando William conquistou a Inglaterra
1070	Os turcos trazem Jerusalém aos fatímidas
1071	Batalha de Mantzikert: os turcos lutam contra os bizantinos
1074-1075	Projetos de Gregório VII para libertar Jerusalém
1075	Morte de Erlembaud, um famoso mártir e " *milhares de Cristos"*
1085	Prisão de Toledo pelos cristãos
1086	Batalha de Zallaqa: muçulmanos lutam contra cristãos e representam a Espanha
1087	Expedição Cristã a Mahdia (Tunísia)
1089	Cartas de Urbano II sobre a reconquista de Tarragona
1095	Pregação da Cruzada (Urbain II e Pierre l'Ermite)
1096	Massacre dos judeus da Renânia pelas cruzes de Emich
1098	Batalha de Antioquia: vitória dos cristãos sobre Karbuqa
1099	Jerusalém é tomada pelas cruzes

Bibliografia

A NAWATI, G., *Islã e cristianismo: o encontro entre duas culturas no Ocidente medieval*, Milão, 1994.

B ARKAÏ, R., *Cristãos, muçulmanos e judeus na Espanha medieval: da convergência à expulsão*, Paris, 1994.

B ARTHÉLEMY, D., *Os Mil e a Paz de Deus ; França cristã e feudal, 980-1060*, Paris, 1999.

B LACHÈRE, R., *O problema de Maomé*, Paris, 1953.

B LUMENKRANZ, B., *Judeus e cristãos no mundo ocidental, 430-1096*, Paris, 1960.

B ROWN, P., *O Culto dos Santos. Seu trecho e sua função no latim cristão*, trad. fr. por A. Rousselle, Paris, 1984.

B URTON, J., *As Fontes da Lei Islâmica: Teorias Islâmicas de Revogação*, Edimburgo, 1990.

C AROZZI, C., e C AROZZI- T AVIANI, H., *O Fim dos Tempos*, Paris, 1982.

C HARNAY, J.-P., *Islã e Guerra, da Guerra Justa à Revolução Santa*, Paris, 1986.

C OHEN, M., *Sob o Crescente e a Cruz*, Princeton, 1994.

D ANIEL, N., *Os árabes e a Europa medieval*, Londres, 1979.

D ANIEL, N., *Islã e o Ocidente. The Making of an Image*, Edimburgo, 1980 (4ª ed.).

D ANIEL, N., *Heróis e sarracenos, uma interpretação das Chansons de Geste*, Edimburgo, 1984.

D ANIEL, N., *Islã e o Ocidente*, Paris, 1993.

D ELARUELLE, E., *A ideia de uma cruzada na Idade Média*, Turim, 1980.

D ERMENGHEM, E., *Maomé e a tradição islâmica*, Paris, 1955.

D UCELLIER, A., *O Espelho do Islã. Muçulmanos e cristãos do Oriente Médio na Idade Média (séculos VII a XI)*, Paris, 1971.

D UCELLIER, A., *Cristãos do Oriente e Islã na Idade Média, séculos VII a XV*, Paris, 1996.

E DDÉ, A.-M., M ICHEAU, F., e P ICARD, Cap., *Comunidades cristãs na terra do Islã, do início do século VII ao meio do século XI*, Paris, 1997.

E RDMANN, C., *A Origem da Ideia de Cruzada*, Oxford, 1977 (tradução para o inglês de *O Desaparecimento das Cruzadas*, Stuttgart, 1935 e 1955).

FIRESTONE, R., Jihad. *A Origem da Guerra Santa no Islã*, Oxford, 1999.

F LORI, J., *A Ideologia da Glaive. Pré-história da Cavalaria*, Genebra, 1983.

F LORI, J., *A Primeira Cruzada. O Ocidente cristão contra o islamismo (as origens das ideologias ocidentais)*, Bruxelas, 2001 (3ª ed.).

F LORI, J., *Pierre l'Ermite e a Primeira Cruzada*, Paris, 1999.

F LORI, J., *A Guerra Santa. A formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão*, Paris, 2001.

F RASETTO, M., et B LANKS, DR (dir.), *Atitudes ocidentais em relação ao islamismo*, Nova York, 1999.

G ERVERS , M., e B IKHAZI , R. (dir.), *Conversão e continuidade: comunidades cristãs indígenas em terras islâmicas, séculos VIII a XVIII* , Toronto, 1990.

G UICHARD , P., e S ÉNAC , Ph., *As relações dos países do Islã com o mundo latino, milieu x^e milieu XIII* , Paris, 2000 .

H AMIDULLAH , M., *O Profeta do Islã* , Paris, 1959.

H EAD , T., e L ANDES , R. (dir.), *A Paz de Deus. Violência social e resposta religiosa na França por volta do ano 1000* , Ithaca-Londres, 1992.

H ILLENBRAND , C., *As Cruzadas. Perspectivas Islâmicas* , Edimburgo, 1999.

K EDAR , BZ, *Cruzada e Missão, Abordagens Europeias em relação aos Muçulmanos* , Princeton, 1984.

K ELSAY , J., *Islã e Guerra. Um estudo em ética comparativa* , Westminster, 1993.

K HADDURI , M., *Guerra e Paz na Lei do Islã* , Baltimore, 1955.

K HOURY , A.-Th., *Tolerância no Islã* , Munique, 1980.

L AGARDÈRE , V., *A sexta-feira de Zallâqa (23 de outubro de 1086)* , Paris, 1989.

L ALIENA CORBERA , C. , e S ÉNAC , Ph., *Muçulmanos e cristãos na Alta Idade Média: as origens da Reconquista Aragonesa* , Paris, 1991.

L ECKER , M., *Muçulmanos, Judeus e Pagãos. Estudos sobre a Medina Islâmica Primitiva* , Leyde, 1995.

L EWIS , B., *Os árabes na história* , Londres, 1950.

L EWIS , B., *Judeus na Terra do Islã* , trad. por J. Carnaud, Paris, 1986.

L OMAX , DW, *A Reconquista da Espanha* , Londres, 1978.

M AJUMDAR , S., *Jihad: a Doutrina Islâmica da Guerra Permanente* , Nova Déli, 1994.

M ALIK , SK, *O conceito corânico de guerra* , Lahore, 1979.

M ANTRAN , R., *L'Expansion musulmane* , Paris, 1979 (2ª ed .).

M ILLET -GÉRARD , D., *Cristãos moçárabes e cultura islâmica na Espanha do século VIII ao século IX' Paris'* 1984.

M ORABIA , A., *Gihad no Islã Medieval* , Paris, 1993.

MURPHY , P. (dir.), A *Guerra Santa* , Columbus, 1976.

M USSET , L., *As Invasões. O Segundo Assalto à Europa Cristã (séculos VII a XI)' Paris* , 1965.

N OTH , A., *Guerra Heiliger e Combate Heiliger no Islã e no Cristianismo* , Bonn, 1966.

PARCEIRO , P., Deus *das Batalhas. Guerras Santas do Cristianismo e do Islamismo* , Londres, 1997.

P ETERS , R., *Jihad no Islã Clássico e Moderno* , Princeton, 1996.

R ODINSON , M., *Maomé* , Paris, 1961.

R OTTER , E., *Abendland e os sarracenos: a imagem árabe atual e sua evolução na vida após a morte* , Berlim-Nova York, 1986.

R OUSSET , P., *As origens e os personagens da Primeira Cruzada* , Neuchâtel, 1945.

R USSEL , FH, *A Guerra Justa na Idade Média* , Cambridge, 1975.

S ÉNAC , Ph., *A Imagem do Outro* , Paris, 1983.

S ÉNAC , Ph., *Pirataria em Provença e Sarrasine* , Paris, 1982.

S ÉNAC , Ph., *O mundo muçulmano desde as origens do século XI , Paris* , 1999.

S IGAL , P.-A., *O Homem e o Milagre na França Medieval (séculos XI- XII)' Paris* , 1985.

S IVAN , E., *Islã e a Cruzada: Ideologia e Propaganda nas Reações Muçulmanas às Cruzadas* , Paris, 1968.

T OLAN , JV (ed.), *Percepções cristãs medievais do islamismo: um livro de ensaios* , Nova York-Londres, 1996.

T OLAN , JV, e J OSSERAND , Ph., *Relações entre o mundo árabe-muçulmano e o mundo latino (meio do século X - meio do século XII)* , Paris, 2000.

V IAUD , P. (ed.), *Religiões e Guerra* , Paris, 1991.

W ATT , WM, *Maomé em Meca* , Paris, 1958.

W ATT , WM, *Maomé em Médine* , Paris, 1978.

WATT , WM, Maomé , Paris, 1980.

W ATT , WM, *Encontros entre muçulmanos e cristãos: percepção e percepções errôneas* , Londres, 1991.